



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
- PROPESPI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE PSICOPATHOLOGIA E PSICANÁLISE

RAFAELA MOTA PAIXÃO FRANÇA

A CRIANÇA INSUBMISSA:
Uma análise sobre a potência subversiva do gesto criativo

Recife

2021

RAFAELA MOTA PAIXÃO FRANÇA

A CRIANÇA INSUBMISSA:

Uma análise sobre a potência subversiva do gesto criativo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof. Dra. Maria Consuelo Passos

Recife

2021

F814c França, Rafaela Mota Paixão
A criança insubmissa : uma análise sobre a potência subversiva
do gesto criativo / Rafaela Mota Paixão França, 2021.
196 f.

Orientadora: Maria Consuelo Passos.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado
em Psicologia Clínica, 2021.

1. Crianças excepcionais. 2. Infância. 3. Criatividade.
I. Winnicott, D. W. (Donald Woods, 1896-1971) I. Título.

CDU 159.922.7

Mércia Nascimento - CRB-4/788

RAFAELA MOTA PAIXÃO FRANÇA

A CRIANÇA INSUBMISSA:

Uma análise sobre a potência subversiva do gesto criativo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

COMISSÃO JULGADORA:



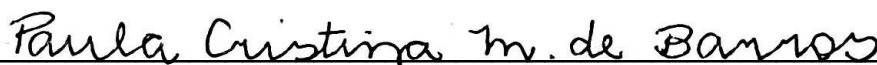
Prof. Dr. Daniel Kupermann – USP/SP



Profa. Dra. Isabel da Silva Kahn Marin – PUC/SP



Profa. Dra. Edilene Freire de Queiroz – UNICAP/PE



Profa. Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros – UNICAP/PE



Profa. Dra. Maria Consuelo Passos – UNICAP/PE
(Orientadora - Presidente da Banca)

Recife, 2021

Para meu pequeno paciente F.S.
que partiu durante a escrita dessa tese,
me ensinando que a morte, mais que um descanso,
algumas vezes, é a única saída possível diante da dor extrema.
À você, que foi *insubmisso* ao sofrimento
e *resistiu* com bravura às catástrofes.
Recife, maio de 2019

AGRADECIMENTOS

Os longos anos dedicados a esse trabalho só foram possíveis porque tive pessoas especiais ao meu lado, elas que me ajudaram a manter viva a coragem para seguir.

Começo agradecendo a Dudu e Brás, por suportarem as minhas ausências e angústias durante essa travessia. Dudu, parceiro da vida, pelo amor e paciência, por ser lar e poesia; café e descanso; humor e cuidado, sempre. A Brás, meu filho, por transformar meus desassossegos em esperança. Você é minha maior resistência.

Aos meus pais, Edilca e Ricardo, pela presença, amor e certeza. Minha alegria e confiança na vida se devem aos olhos, ouvidos e gestos cuidadosos deles.

À Família Mota e Paixão, pelas tradições e heranças. À Família França, porque além de me acolher, me enche de carinho. Em especial, agradeço aos meus irmãos, Renata e Ricardinho, por aceitarem minhas provocações e me fazerem rir das minhas próprias teorias.

Aos amigos e amigas da vida: Renata França e Rapha Salvador; Priscilla Queiroz e Mike Irey; Cintia Cunha; Simone Vasconcelos e Arthur Andrade; Stéphanie Figueira e Júnior; Mara Alves e Eduardo Maia, Rafa Duque; Janaína Martins e Charles, Raquel Queiroz e tantos outros que estiveram comigo. Obrigada pela amizade sincera, pelos carnavais animados, pela solidão acompanhada e pelas palavras que acalmaram minhas loucuras: materna e de pós-graduanda.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Consuelo Passos, pelos anos de aposta, amizade, incentivo e, sobretudo, de aprendizagem. Muito bom me surpreender, a cada encontro, com mais uma preciosa sugestão de leitura sua.

Aos colegas e professores da Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP, pelo compromisso com a pesquisa acadêmica responsável, pelas trocas e ensinamentos. Um agradecimento póstumo ao Professor Dr. Zeferino Rocha, meu orientador de mestrado, pela humildade intelectual e pelo seu afeto na transmissão.

Aos amigos e sócios do CPPL, minha morada de trabalho, pela marca profundamente importante que deixou em minha trajetória profissional. Minha clínica

e meus estudos navegam por mares psicanalíticos eticamente comprometidos por tudo que aprendi e aprendo em nossa casa (agora, metáfora).

Aos colegas do Círculo Psicanalítico de Pernambuco (CPP), por reconhecer a minha formação psicanalítica continuada, me permitindo pertencer à pluralidade institucional que nos forma enquanto grupo. Meu muito obrigada, a um dos seus membros, Bernardo Trespalácios, que com implicação e reserva, é escuta e cuidado em minha vida há quase quinze anos.

Aos amigos do Grupo “Técnica Psicanalítica” do CPP, que sob a coordenação zelosa e consistente de Marcelo Bouwman, me fez (e faz) caminhar por uma tradição psicanalítica que versa sobre empatia, ética e estética. Obrigada pelas trocas clínicas e ricas discussões.

À Gilda Kelner, agradeço por aceitar me orientar no início da minha Formação no CPP. Sua escuta sensível e seu acolhimento na transmissão foram colo para as inseguranças que envolvem a escrita psicanalítica.

À Sandra Walter, minha supervisora, pelos empréstimos e construções teórico-clínicas conjuntas. Obrigada pela interlocução e amparo, mesmo diante do meu cansaço extremo.

Aos meus pacientes, que mesmo sem saber, atravessavam comigo esse longo e árduo percurso. Com vocês, aprendi que psicanalisar é resistência, confiança, estudo e muito empréstimo.

Agradeço também aos professores que contribuíram à qualificação desta tese, Prof. Dr. Daniel Kupermann, Profa. Dra. Isabel Kahn, Profa. Dra. Edilene Queiroz e Profa. Dra. Paula Barros, pelas sugestões, revisões e questionamentos.

E, finalmente, à CAPES/PROSUP (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo estímulo financeiro a esta pesquisa.

Amar nossos próprios filhos é
um exercício para a imaginação.
Andrew Solomon

As palavras ordenadas de maneira
diferente fazem um sentido diferente,
e os sentidos diversamente ordenados
produzem efeitos diferentes.
Pascal

RESUMO

A criança insubmissa, versão da criança rebelde e opositiva, desponta nesse trabalho como personagem que faz contraponto às imposições performáticas e às exigências de obediência irrestrita na infância. Inspirados na definição de 'espaço potencial', formulada por Donald Winnicott, analisamos as origens da insubmissão psíquica, propondo a presença de uma potência subversiva do gesto criativo como fundamento para a apropriação de si e para o desenvolvimento da potencialidade política das crianças. Considerando os paradoxos da infância e discutindo o papel dos afetos para a constituição dessa potência, percorremos as formas de resistência encontradas pelas crianças em direção à autonomia e à liberdade criativa. Por fim, destacamos a dimensão ético-política do psicanalista que valoriza o encontro, resiste aos projetos de homogeneização e privilegia a dignidade humana.

Palavras-chave: Infância; Insubmissão; Winnicott; Criatividade; Clínica psicanalítica.

ABSTRACT

The insubmissive child, a version of the rebellious and oppositional child, emerges in this work as a character that counterpoints performance impositions and the demands of unrestricted obedience in childhood. Inspired by the definition of 'potential space', formulated by Donald Winnicott, we analyze the origins of psychic insubmission, proposing the presence of a subversive power of creative gesture as a basis for the appropriation of oneself and for the development of children's political potential. Considering the paradoxes of childhood and discussing the role of affection for the constitution of this power, we go through the forms of resistance encountered by children towards autonomy and creative freedom. Finally, we highlight the ethical-political dimension of the psychoanalyst who values the gathering, resists homogenization projects and privileges human dignity.

Keywords: Childhood; Insubmission; Winnicott; Creativity; Psychoanalytic clinic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Apresentando a tese	12
Esboço preliminar dos fundamentos teóricos	17
Sobre o método	21

PARTE I

CONCEPÇÕES SOBRE A INFÂNCIA

CAPÍTULO 1 – Ser criança	27
1.1. A criança no mundo: um olhar sobre a infância contemporânea	28
1.2. Intersubjetividade e desenvolvimento infantil	37
1.3. Os paradoxos em questão	49
1.4. O mundo da criança	57
CAPÍTULO 2 – A criança insubmissa	70
2.1. Do gesto espontâneo à insubmissão na infância	71
2.2. Sobre algumas formas de insubmissão da criança	76
2.3. Atitude insubmissa e tendência anti-social: diferenças	91
2.4. Oposição, Negação e Resistência	96

PARTE II

POTÊNCIA E CRIAÇÃO

CAPÍTULO 3 – A hipótese da potência subversiva do gesto criativo	105
3.1. Submissão, subversão e transgressão: notas gerais	106
3.2. Potência e Criação: contribuições de Freud e Winnicott	117
3.3. Fundamentos Psíquicos: o papel dos afetos	123
Afetos de alicerce subjetivo	125
Afetos Mundanos	131
3.4. Sobre a Insubmissão Psíquica	140

CAPÍTULO 4 – A criatividade como potencialidade política da criança	146
4.1. As potencialidades políticas das crianças	148
4.2. Que venham os rebeldes!	159
4.2.1. O silêncio de Joana	162
4.2.2. Quando Marcela provoca	165
4.2.3. Priscila: em busca da moldura perdida	167
4.2.4. Marcelo e o pertencimento	170
4.2.5. O ódio amoroso de Lucas	173
4.3. A potência subversiva na clínica psicanalítica	178
CONCLUSÃO – Flertando com a vida	194
PÓS-ESCRITO	199
REFERÊNCIAS	200

INTRODUÇÃO

A voz do meu avô arfa.
Estava com um livro debaixo dos
olhos. Vô! o livro está de
cabeça pra baixo.
Estou deslendo.

Manoel de Barros

Apresentando a Tese

Essa tese é uma tentativa de *desler* o mundo das crianças. Resulta da pretensão de oferecer um caminho para novas leituras sobre a infância, reafirmando as contribuições da psicanálise ao campo, repensando as proposições conceituais difundidas na área e questionando as certezas absolutas que, por vezes, embaçam o olhar sobre o comportamento da criança.

O excesso de investimento nas crianças marcado pela ênfase no princípio de desempenho, pelas imposições socioculturais e mercadológicas vêm transformando as interpretações sobre a infância e, por conseguinte, produzindo novas formas de ser e estar no mundo. Ao sobrevoar o campo da infância, sem dificuldades, podemos reconhecer a presença de uma nova moral social resultado do que Sennett (2014) definiu como “o declínio do homem público”. Devemos lembrar ainda do culto da performance (Ehrenberg, 2010), da crise da liberdade (Han, 2018), das interferências tecnológicas e, sobretudo, das transformações hierárquicas que vêm modificando o poder nas novas famílias (Neder, 2012).

Os impactos dessas mudanças têm sido largamente discutidos através do conceito de patologização do sofrimento psíquico (Ceccarelli, 2010; Okamoto, 2013; França, 2014), da noção de medicalização da vida (Aguiar, 2004; Esperanza, 2011) e da referência à noção de bioidentidades (Ortega, 2003; Lima, 2005), tendo se transformado em proposição para importantes discussões sobre as dimensões reducionistas e biologizantes da existência humana. É chegada a hora, portanto, de considerarmos como a criança, alvo de tantos discursos normatizadores, tem respondido às investidas destes movimentos atuais.

Mais do que a constatação dos efeitos nefastos dessas mudanças, foi preciso ultrapassar as conclusões consensuais, sem, contudo, negar a sua importância, com

o intuito de promover outras formas de observação sobre a vida das crianças. O objetivo principal desse trabalho é investigar a hipótese de uma “potência subversiva” presente no gesto criativo que, enquanto elemento contínuo, contribuiria para uma posição afirmativa das crianças em relação à vida. Pretendemos estudar as formas de insubmissão na infância contemporânea enquanto ‘potência de ação’, que traz a marca da ‘subversão’ e da ‘criatividade’ na vida subjetiva das crianças, além de acenar para um horizonte ético de pluralidade.

A infância foi tema da nossa dissertação de mestrado, intitulada “*A nau das crianças-problema: entre a patologização do sofrimento psíquico na infância e a ética do cuidado na psicanálise*”, defendida em 2014. Nela, problematizamos a patologização do sofrimento psíquico das crianças, a partir da análise dos conceitos psicanalíticos de sofrimento psíquico e doença, com vistas à construção de um exercício clínico marcado pela ética psicanalítica. Propusemos que a construção de narrativas de si e a conquista de novos horizontes por parte das ditas crianças-problema precisam encontrar um porto suficientemente seguro que possa funcionar como ponto de ancoragem às subjetividades na infância. Para algumas crianças, ilhas de descanso, como a proteção da vida privada ou a riqueza de trocas; para outras, ilhas de cuidado, tal como a escuta psicanalítica.

A trajetória percorrida na dissertação favoreceu a reflexão sobre o mal-estar das crianças e me permitiu destacar que a pesquisa realizada podia contribuir para um exercício responsável daqueles que delas se ocupam. Enquanto psicanalista, o contato com as crianças, seus sofrimentos e as possíveis saídas criadas por elas, nos levou à ideia de estudar um pouco mais qual o papel das crianças, suas respostas, diante desse cenário. A hipótese de tese começava a se delinear: o que as crianças têm a dizer sobre as normatividades a que são submetidas?

Se por um lado preocupava-nos que determinadas posturas, vistas por alguns como sintomas, passassem a ser entendidas como comportamentos a serem legislados e tratados sob o véu das melhores intenções sociais, culturais e até mesmo técnicas; por outro, a clínica psicanalítica com crianças nos mostrava que havia uma dimensão ativa e criativa das crianças que acenavam para modos de resistência que precisavam ser valorizados. Trabalhamos a pergunta inicial e a questão reapareceu assim: quem é a criança submissa? As perguntas iam e vinham sem que eu encontrasse uma moldura para elas.

Decidimos, por fim, *desler* a dissertação e inverter a questão formulada. Pensando ter construído um caminho interessante nos mares da infância ao propor ilhas de vitalidade, restava-nos ainda a tarefa de desenvolver tal afirmação. Noutras palavras, não se tratava mais de pensar sobre a ótica das incidências culturais na vida das crianças, mas sim de pensar o que elas podem e têm feito com isso a que são submetidas. Passamos a nos perguntar sobre as suas potencialidades, queríamos entender como as crianças expressam suas forças e quais os efeitos de suas recusas.

Finalmente chegamos ao pensamento que originou o problema dessa tese: como a criança expressa oposição? Seria possível pensar num personagem da infância para representar o contraponto às imposições performáticas que a nossa cultura tenta imprimir às crianças?

A imagem da criança opositiva, que se nega às normas e exigências externas, uma versão da criança rebelde, se colocou em cena, então. A *criança insubmissa* nos parecia a personagem ideal para pensar essa oposição. Reunia as características necessárias de insubordinação, recusa e enfrentamento do mundo externo e permitia materializar o ponto de partida para a proposição da hipótese que eu pretendia formular. Pois para pensar a “potencialidade subversiva da criança”, era preciso primeiro encontrar expressões de sua evidência, para em seguida desenvolver o argumento de sua pertinência ou constituição.

Ainda que timidamente, observações da cultura somadas às nossas experiências na clínica psicanalítica, nos permitem afirmar que ‘ilhas de contestação’ podem ser avistadas nos mares da obediência. Falamos das crianças que questionam o estabelecido, reivindicam um lugar em casa, na sociedade e desenvolvem um vivo compartilhamento através das amizades e das relações fraternas – pessoais ou virtuais –, demonstrando uma curiosidade diversificada pelo mundo.

Nessa perspectiva de observação, o comportamento das crianças, a ideia de contestação e de reivindicação recolocou o debate sobre o lugar ocupado pelas crianças hoje, lançando olhares sobre uma ideia muito difundida, mas pouco pesquisada: a insubmissão na infância. A qualidade de insubmissão, costumeiramente associada a atitudes de desrespeito e petulância diante das autoridades, ganha corpo e adjetivos variados ao se misturar à concepção de

educação de cada cultura e à própria expectativa construída pelos grupos sociais aos quais a criança pertence. Esta perspectiva de análise do tema tende a supervalorizar a dimensão negativa da questão, cuja definição normalmente relaciona-se ao que é sintomático, defensivo ou agressivo.

O reconhecimento desta concepção e o uso pejorativo do termo – tão associado à noção transgressiva, fora da lei e de destituição do outro – não deveria, entretanto, desconsiderar a possibilidade de uma outra versão interpretativa para o fenômeno. No que concerne, especialmente, ao processo de subjetivação das crianças, a noção de insubmissão assim descrita não deveria desprezar uma dimensão ‘positiva’: aquela que supõe uma potencialidade criativa no ato de não se submeter, acenando para uma posição de autonomia e expressão da liberdade.

Seja pelo inconformismo ou treinamento, pelo excesso de obediência ou hiperatividade, pelo consumismo ou empobrecimento dos laços sociais, pela adaptação ou submissão à vida, sabemos que a infância contemporânea oscila entre os controles sociais e as oportunidades de liberdade, por mais despercebidos que essas nos pareçam. A capacidade de (re)invenção das crianças, portanto, associada à posição de insubmissão ao estabelecido, tomada aqui como evidência, introduz uma dimensão subjetiva que fundamenta a nossa hipótese: a existência de uma suposta ‘potência subversiva do gesto criativo’ a quem a insubmissão responderia como expressão de resistência.

Pensamos encontrar apoio para essa afirmação na obra de Donald Winnicott, que apresenta o espaço potencial – zona intermediária entre o mundo interno (intrapsíquico) e o mundo externo – como condição para a constituição do jogo infantil e, conseqüentemente, para a criação. Em sua teorização o autor destaca a importância do espaço transicional, acenando para um caminho de interpretação da dimensão potencialmente ativa da vida humana.

A predileção pelo psicanalista britânico em nosso trabalho explica-se pela profundidade e complexidade que o seu pensamento é capaz de alcançar: desde uma reflexão sobre corpo e mente a todos os desdobramentos e contrapontos que podem se produzir a partir da compreensão de vida criativa e de sua pesquisa sobre a infância. Seguimos na trilha de Winnicott, para quem “a criatividade que me interessa aqui é uma proposição universal. Relaciona-se ao estar vivo” (Winnicott, 1975, p.98).

Entendendo que as famílias e as crianças tendem a responder às imposições sociais, de diferentes maneiras, geralmente em consonância com o período no qual estão inseridas, uma questão se coloca: o que significaria tomar a espontaneidade do gesto na infância, a criatividade da criança, como ‘potência de ação’? Seria possível afirmar a existência de uma ‘potência subversiva do gesto criativo’ na vida psíquica que inter-relacionado ao contexto contemporâneo, mostra-se como um caminho para os impasses e vicissitudes das demandas sobre as crianças?

Noutros termos, poderíamos dizer que a ‘insubmissão’, enquanto modo de expressão dessa potência, é parte do processo de constituição psíquica e se apresenta como elemento capaz de produzir resistência e consistência à vida emocional? Ou devemos pensar numa proposição reativa e/ou transgressiva, cujo entendimento da postura insubmissa diante do mundo decorreria, especialmente, da contraposição às interferências do ambiente?

A questão que se coloca, portanto, transcende a dimensão interpretativa dos impactos destas produções na vida psíquica das crianças, na medida em que estamos interessados na positividade dos elementos contidos na afirmação de que a infância existe e persiste produzindo um lugar social, uma massa crítica cultural, uma demanda de cuidados e, sobretudo, promovendo ações no mundo que podem ser consideradas transformadoras da ordem vigente. O acento dessa tese não se refere à via transgressiva das crianças, cujo imperativo tende a promover uma atitude reativa/defensiva perante o outro e a realidade, mas à via potencialmente ativa, na acepção winnicottiana de criação.

A pertinência da nossa hipótese, pensamos, reside numa tentativa de ultrapassar a descrição dos imperativos da alta performance e das excessivas demandas sociais e familiares, abrindo espaço para discutir o que nos parece hoje esquecido, a saber, a potência da vida criativa. Retomamos, assim, ao problema da tese: não poderíamos atribuir as origens da insubmissão das crianças ao exercício de uma suposta ‘potência subversiva’ da criatividade?

De modo mais específico, (1) pretendemos investigar a presença de uma “potência subversiva da criatividade” na vida psíquica das crianças que, enquanto elemento subjetivo contínuo, apresentar-se-ia no psiquismo favorecendo uma posição afirmativa da criança em relação a sua própria vida. Em seguida, (2) pretendemos analisar em que medida a insubmissão das crianças decorre, dentre

outras coisas, desta potência que mantém uma tensão permanente entre os discursos vigentes e a dimensão criativa do humano. Estas reflexões serão tangenciadas e complexificadas frente à proposição de (3) discutirmos em que medida o dispositivo clínico da psicanálise, eticamente comprometido com a clínica do cuidado, facilitaria a emergência da suposta 'potência de subversão' na expressão criativa e contribuiria para uma insubmissão psíquica, necessária para formação de uma postura libertária das crianças.

Esboço preliminar dos fundamentos teóricos

Com vistas a apresentar os fundamentos dessa tese, considero importante destacar brevemente os pilares teóricos da nossa argumentação: 1. A noção psicanalítica de inconsciente; 2. Uma concepção antropológica de sujeito da ação, como pano de fundo; 3. A filiação ao modelo ontológico de homem de Winnicott e sua concepção sobre a criatividade e 4. A potência do encontro analítico. Os apontamentos iniciais aqui realizados pretendem, tão somente, preservar um núcleo norteador para leitura da hipótese proposta.

Reconhecer que crianças e adultos são atravessados pelas incidências de atos psíquicos que escapam à consciência e participam da fundação de nossa subjetividade, foi uma das grandes contribuições de Freud e será, portanto, um fundamento teórico basilar para a nossa argumentação. Pode parecer redundante afirmar, mas o reconhecimento de que existem processos mentais inconscientes é, sabemos, definitivo na teoria psicanalítica.

As características especiais do sistema Inconsciente trouxeram uma nova versão ao modo de compreender o psiquismo. Além de ter favorecido para a assimilação de que há um significado subjetivo subjacente aos acontecimentos, que costumam ser carregados de emoções, essa nova versão levou Freud à descoberta da *Realidade Psíquica*. Segundo Capier (1990, p.32), "ao desviar a atenção dos acontecimentos históricos puros para a fusão da realidade externa com os desejos e os temores movidos pela pulsão, Freud passou a ser um psicanalista".

Há algo mais a ser lembrado: "no âmbito do lcs. não há lugar para a negação, para a dúvida, nem diferentes graus de certeza. Esse gênero de restrições só se instala a partir do trabalho da censura que ocorre entre o lcs. e o Pcs." (Freud,

1915/2016, p.37). Com isso podemos pensar que a negação dentro das relações é fruto de um trabalho entre as instâncias, que vão encontrar o recalque como defesa, se quisermos pensar em termos freudianos. Em termos winnicottianos, o recalque deixa de ser um elemento prioritário na formação da constituição psíquica, na medida em que o psicanalista britânico centrou suas ideias na interseção entre mundo interno e externo, o espaço “entre”. Mais à frente veremos porquê.

Subjacente à tese temos uma *concepção antropológica* acompanhando nosso argumento. Ela compreende o ser humano como um ser constituído pela ação, por meio da qual a criatividade humana é concebida como gesto político. Por meio da ação os homens podem mostrar quem são uns para os outros, além de constituir um modo de existir baseada numa teia de relações. É isso que nos ensina Hanna Arendt em *A condição Humana*, onde se propõe a apresentar uma definição do agir no mundo e suas incidências nos domínios públicos, sobretudo, na política. Para ela, “a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [*remembrance*], ou seja, para a história” (Arendt, 2014, p.11).

Ser atuante e agir no mundo é, portanto, uma condição humana; pressupõe um agente e um endereçamento (do ato). A perspectiva de que a política leva em consideração o homem em relação com outros homens, nos aproxima do olhar da filósofa para quem “a ação jamais é possível no isolamento” (Arendt, 2014, p. 233). Apesar de não pretendermos realizar um aprofundamento das questões filosóficas que bordejam o tema, tarefa hercúlea para o momento, optamos por uma reflexão que considere o dispositivo psicanalítico em exercício, ou seja, os efeitos dessas questões na clínica também como exercício político.

Em Winnicott (1975), a compreensão que aproxima o agir e a constituição subjetiva está resumida na afirmação de que “brincar é fazer” (p.63). Nela, está contida uma concepção não apenas sobre o que significa a experiência do brincar para o psiquismo e sua constituição, aspecto desenvolvido ao longo de toda a obra do autor, mas uma compreensão de que a criatividade é a base para a constituição de si. Voltaremos a falar sobre o brincar e a criatividade, restando para o momento demarcar o reconhecimento de que a experimentação, que inclui ação, participa da constituição psíquica, além de mostrar-se como parte fundamental do processo terapêutico na clínica psicanalítica.

Birman (2012) desenvolve uma articulação dos registros da palavra, da ação e do corpo, relacionando-os às novas modalidades de sofrimento que também podem ajudar a analisar essa questão. Para ele, os registros antropológicos tendem a ser negativizados hoje, o que se expressa pela mudança dos eixos ordenadores do mal-estar, afirmando que:

no lugar das antigas modalidades de sofrimento centrados no *conflito* psíquico, nos quais se opunham os imperativos das pulsões e os das interdições morais, o mal-estar se evidencia agora como dor, inscrevendo-se nos registros do *corpo*, da *ação* e das *intensidades* (Birman, 2012, p.65).

Essa leitura realizada sobre o sujeito contemporâneo traz à tona as reflexões sobre o modo como as mudanças operam novos modos de sofrimento e adoecimento psíquico. Aqui nos centraremos apenas em aproveitar a proposição de que “o agir é o imperativo categórico na contemporaneidade” (Birman, 2012, p. 82), para reforçar a tese de que os modos de subjetivação das crianças têm se inscrito a partir das ações por elas realizadas. É o que pretendemos desenvolver a seguir.

Um outro modo interessante de pensar as relações entre o agir e os modos de existência é considerar, como propõe Rozenthal (2014), as relações entre Freud e Foucault. Para ele, esses pensadores “se encontrariam nos enunciados de que não existe o sujeito, havendo tão somente um “ser que só pode ser dito no gerúndio” (Rozenthal, 2014, p.27). Ser, sendo, ou como ele intitula seu livro *O ser no gerúndio*, é um postulado importante que deve fazer-se presente no modo do psicanalista se relacionar com os seus pacientes.

O terceiro fundamento teórico dessa tese reside na *filiação ao modelo ontológico de homem de Winnicott*, cuja centralidade é colocada no processo de subjetivação que considera uma teoria do desenvolvimento afetivo, o que inclui, sobretudo, o papel da provisão ambiental. A máxima winnicottiana resume bem o impacto de sua formulação: “É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida” (Winnicott, 1975, p. 95).

O argumento que sustenta a proposição dessa nova ontologia está centrado em dois aspectos muito marcantes na obra de Winnicott, “na necessidade de ser e continuar sendo, e na afirmação da existência de uma tendência inata para a integração” (Fulgencio, 2018, p.31). Essa mudança irá impactar também na maneira

de conceber a própria noção de criatividade no campo psicanalítico. A hipótese de Fulgencio (2014, 2016, 2018), vai no mesmo sentido das proposições de Loparic (2006), para quem a introdução da questão do ser na obra de Winnicott é resultado de uma mudança paradigmática da obra de Freud. Nas palavras do autor: “Winnicott se refere à noção de ser como sendo uma experiência psicológica, ontologicamente falando, anterior às determinações instintuais” (Fulgencio, 2014, p.149).

Ao conceber a criatividade como expressão de vida, Winnicott traz a interpretação de que ela é primária e se distancia da leitura freudiana, de que a criação seria um modo de escoamento pulsional – definida por Freud como sublimação para um novo objeto (pulsional), portanto, secundário. Mesmo que possamos concordar com a aproximação feita por Birman (2008) entre os conceitos de sublimação em Freud e criatividade em Winnicott, que para ele, “procuraram solucionar uma mesma problemática, qual seja, a relação do sujeito com a cultura” (p. 11); mesmo assim, optamos em seguir com a ideia winnicottiana de que “existe uma criatividade potencial” (Winnicott, 1990, p.130). Essa alegação fortalece a hipótese que pretendemos defender.

Por fim, o quarto fundamento teórico que nos embasa é o reconhecimento da *potência do encontro analítico*, o que inclui considerar a proposição de uma clínica psicanalítica apoiada na elasticidade da técnica (Ferenczi, 2011b), na ética do cuidado (Figueiredo, 2009; França & Rocha, 2016), na valorização da dimensão intersubjetiva no *setting* (Ogden, 1996), na presença sensível do analista (Kupermann, 2008) e na face estética da experiência analítica (Safra, 2004; Ogden, 2013). Dedicamos o último capítulo para essa discussão.

Ao caminhar com esses autores, pensamos ser capazes de desenvolver o que Martins (2009) chamou de uma “clínica psicanalítica da potência”.

a psicanálise pode constituir-se em um fundamental bom encontro, contribuindo para expressões e vivências cada vez mais unívocas, ao mesmo tempo individuais e junto ao outro, ao fluxo da vida aprovando e afirmando o devir (Martins, 2009, p.355).

Para nós, a clínica da potência ou, como preferimos pensar, a potência da clínica é indispensável para a clínica psicanalítica que pretenda o exercício livre (Symington, 1994) e criativo da existência humana. Pensamos, portanto, que as noções acima citadas, se encontram e movimentam a clínica psicanalítica naquilo

que consideramos as estruturas basilares dentro do edifício teórico da escuta psicanalítica: a valorização da empatia e do afeto - atributos fundamentais para forjar toda a potência da clínica psicanalítica.

Sobre o método

Tratando-se de uma pesquisa teórica, que tem por objetivo investigar os processos psíquicos com o intuito de propor novas significações aos conceitos que compõem o arcabouço da psicanálise, esta tese se inscreve como uma pesquisa com o método psicanalítico. Nela nos debruçaremos, em especial, sobre os fenômenos psíquicos que constituem a subjetividade das crianças em interface com a situação sociocultural.

Para tanto, o método de investigação será “posicionado não na busca de um objetivo determinado ou de algo a ser concluído, mas como um procedimento processual. Trata-se de uma característica do processo psicanalítico diretamente relacionada às peculiaridades da subjetividade humana: *a contínua abertura para o devir*” (Safra, 2001, p.172). Segundo o autor, mesmo que a pesquisa psicanalítica apresente um carácter inconclusivo, a fidelidade ao paradigma e aos princípios psicanalíticos conferem rigor à investigação.

Compartilhando dessa compreensão metodológica, o percurso teórico de nossa pesquisa ancora-se nos fundamentos clássicos da psicanálise freudiana, as noções de inconsciente e infantil, e encontra no conceito de criatividade de Winnicott um caminho de investigação para a hipótese central da tese. Como estratégia, foi preciso construir uma linha mestre argumentativa, nela demarcamos o ponto de partida das nossas ideias, escolhemos o percurso teórico que nos guiou e definimos o modo de análise do conceito-hipótese de “potência subversiva do gesto criativo”.

O percurso teórico, na sequência, foi um desafio inicial e processual. Iniciamos nosso estudo com uma pesquisa bibliográfica que pretendeu rever e ampliar os estudos psicanalíticos, sob o foco da criança, retornando à Freud e estendendo-os à bibliografia contemporânea sobre a condição de ser criança nesses tempos. Isso incluiu a apresentação da concepção de sujeito intersubjetivo e o reconhecimento da importância de pensarmos sobre as ações e gestos, analisando o viés paradoxal que marca a subjetividade.

Ao tomar a criança como objeto privilegiado, foi fundamental sistematizar uma diferenciação dos tempos da infância, por entendermos que a idade cronológica, bem como a maturidade psíquica impactam de modos diversos na proposição da tese; nossa opção foi demonstrar isso a partir de argumentos teóricos e não pela demonstração didática da cronologia do desenvolvimento emocional.

O contexto cultural da criança em seus mais diferentes contextos, seus modos de relação com as famílias e com os seus pares, que aqui foram analisados percorreu uma preparação para a discussão sobre a pertinência de considerarmos a atitude insubmissa na infância como expressão de uma 'potência de subversão do gesto criativo', cujo papel é marcante na vida das crianças.

A observação livre das crianças no processo analítico e no contexto sociocultural, permitiu-nos ainda reconhecer a expressão insubmissa na infância. Sua evidência organizou o ponto de partida para o problema da tese, o que tornou a noção de *criança insubmissa* uma premissa a ser apresentada. Assim, pensamos poder realizar o que Figueiredo (2005) chamou de "fidelidade sadia às experiências de vida e às da clínica psicanalítica" (p.9), respeitando a liberdade especulativa característica de todo trabalho de investigação. Por essa razão, decidimos elaborar os pressupostos e fundamentos psíquicos que constituem a emergência da criança insubmissa, o que incluiu sua definição. Mapeando a obra de Winnicott, tentamos, ainda, diferenciar as rebeldias ditas saudáveis daquelas que se aproximam do complexo cenário das rebeldias delinquentes ou próximas a isso.

O passo seguinte consistiu em uma preparação do campo conceitual de algumas noções que compõem ou se contrapõem à ideia de uma potência subversiva da criatividade, tal como pensada. Elegemos conceitos que consideramos imbricados, direta ou indiretamente, à noção proposta, com o intuito de relacioná-los aos processos elementares de subjetivação à luz da psicanálise, especialmente, porque eles mostram-se como conceitos limites que bordejam a ideia fundamental da investigação. Eles derivaram do livre-pensar suscitado pelo tema de tese, que se mostrou, inicialmente, como uma complexa rede que exigiram uma revisão. Dentre elas, sem ordem preestabelecida, estão as seguintes noções: submissão/ insubmissão, autonomia/dependência, reação/ação, liberdade/sujeição, subversão/obediência, potência/falso self. Sabendo da extensão dessa empreitada,

nos restringimos a atravessá-las, tão somente, naquilo que tangencia o nosso objeto de pesquisa.

Concordamos com Figueiredo & Minerbo (2006), quando afirmam que a “pesquisa com o método psicanalítico é sempre obra de psicanalista e capaz de trazer novidades à própria psicanálise” (p.259). Portanto, partimos do reconhecimento de que a especificidade desse tipo de pesquisa reside no pesquisador exercendo a sua atividade analítica, sendo perpassado pelas transformações que a investigação promove no objeto e na referida teoria. O que explica as razões pelas quais a experiência clínica, que marca a formação e o exercício do pesquisador-analista, mostrar-se presente aqui.

Pensando nisso, para testar o conceito hipótese, recorreremos às memórias clínicas do pesquisador-analista, bem como colhemos exemplos no contexto da cultura, com o propósito de associar e favorecer a compreensão da investigação oferecendo ainda uma via de análise do conceito-hipótese em questão. Apesar de se tratar de uma pesquisa teórica em psicanálise, os registros clínico e teórico não apenas perpassaram toda a investigação, como reafirmaram sua indissociabilidade. Não se tratou, contudo, de fazer um estudo de caso ou uma pesquisa de campo, mas tão somente, de seguir a lógica psicanalítica de abertura associativa para pensar sobre o universo das crianças. A observação das crianças, suas formas de relação e comportamentos públicos, bem como alguns fragmentos clínicos foram usados como ilustração para a elaboração das ideias pretendidas.

Por fim, o dispositivo clínico da psicanálise foi pensado em sua função. Analisamos se ele pode ou não favorecer a emergência da ‘potência subversiva da criatividade nas crianças’, especialmente para aquelas que apresentam percalços ou interrupções no processo de amadurecimento emocional. Para tanto, o *setting*, o papel do analista na intervenção com crianças e o seu manejo, serão tomados como mote para a discussão sobre o papel do dispositivo psicanalítico no desenvolvimento e/ou criação das condições de possibilidade ou consolidação da potência subversiva do gesto criativo na vida das crianças.

A tese foi estruturada em duas partes, ambas com dois capítulos cada. Na primeira parte, apresentamos as **Concepções sobre a infância** que norteiam nossas ideias e na segunda, aprofundamos o tema da **Potência e Criação** em

psicanálise, a partir da apresentação e discussão da hipótese da potência subversiva do gesto criativo.

O **Capítulo 1** consistiu numa breve discussão sobre a infância contemporânea, demarcando a nossa compreensão sobre a constituição subjetiva perpassada pela intersubjetividade e pelos paradoxos do processo de subjetivação da criança. No **Capítulo 2**, apresentamos a evidência do fenômeno insubmisso a partir das suas formas de expressão, tentando diferenciá-lo das formas de adoecimento psíquico e abrindo caminho para a hipótese de que ela acena para um modo de resistência que participa da constituição da autonomia e da via subversiva do gesto criativo.

No **Capítulo 3** delineamos o conceito-hipótese da potência subversiva do gesto criativo, revisitando noções e contribuições psicanalíticas que fundamentam o nosso argumento. A análise do papel dos afetos nesse processo, nos levou a formular que a insubmissão psíquica é a condição de possibilidade para a expressão da potência subversiva do gesto criativo no comportamento das crianças. O **Capítulo 4**, por fim, corresponde a uma tentativa de analisar o papel do dispositivo clínico da psicanálise, discutindo a potencialidade política das crianças e suas formas de expressão.

As **Considerações Finais** conduzem a um *Flerte com a vida*; traz nossas conclusões e elaborações gerais sobre as ideias desenvolvidas e reafirma nossa aposta na escrita clínica como um trabalho ético e vivo do psicanalista.

PARTE I
CONCEPÇÕES SOBRE A INFÂNCIA

CAPÍTULO 1 SER CRIANÇA

Tentei não fazer nada na vida que
envergonhasse a criança que fui

José Saramago

Criança de hoje, sinhá, já nasce sabendo. No
meu tempo, menina assim desse porte
andava no braço da ama, de chupeta na
boca. Hoje?... Credo! Nem é bom falar...

Monteiro Lobato

O estudo sobre a infância contemporânea é marcado por uma polissemia de vozes que se entrecruzam na tentativa de explicar a realidade das crianças no século XXI. Entre elas, misturam-se os discursos generalistas, bioidentitários, sociológicos e psicologizantes que, juntos, produzem uma complexa rede de ideias sobre a subjetividade infantil, transformando este num tema de difícil consenso. A infância hoje, portanto, traz a marca destes discursos expressos tanto no processo de escolarização (Guarido & Voltolini, 2009; Luengo, 2010), quanto nas interpretações sobre as condições de estar no mundo empreendido pelas crianças nestes tempos (Castro, 2009). Chama-nos a atenção, especialmente, como a heterogeneidade das crianças e suas potencialidades criativas passaram a ser facilmente desconsideradas e esfaceladas em meio a interpretações massificadas da subjetividade humana; produzindo efeitos nefastos nas relações familiares, sociais e na própria análise sobre a vida infantil na atualidade (Lima, 2005; Vorcaro, 2011; Neder, 2012).

Sem dificuldades, podemos discorrer sobre o longo caminho percorrido pela 'Nau das crianças-problemas' (França, 2014) que, ao atravessar o turbulento mar de diagnósticos indiscriminados e da medicalização da vida infantil, tenta atracar num porto-seguro. Nesta travessia, a direção que nos parece mais prudente tem sido aquela que reconhece a infância como uma realidade paradoxal – que permite compreender a fragilidade psíquica das crianças como parte de um processo de

constituição subjetiva e não apenas como um desvio de rota rumo ao tão desejado alto desempenho.

Esse capítulo pretende, então, apresentar a concepção de infância que atravessa nossa leitura, discutindo brevemente a matriz e o modelo teórico que orienta Winnicott na análise do processo de subjetivação da criança, o que inclui a concepção relacional e intersubjetiva, bem como o papel da criatividade. Lançaremos, inicialmente, um breve olhar sobre a infância contemporânea, sem perder de vista o contexto histórico, social e político que tem destinado às crianças um lugar de promessas e poderes. Em seguida, apresentamos a nossa leitura sobre a constituição psíquica a partir da discussão de intersubjetividade e da análise paradoxal dos fenômenos que atravessam o desenvolvimento infantil. Por fim, e abrindo caminho para a nossa hipótese da presença de uma potência subversiva no gesto criativo, a noção de onipotência e a apresentação do conceito de *espaço potencial* proposto por Winnicott foram discutidos. Nossa tentativa consistiu em formular as bases para a análise do fenômeno insubmisso da criança e suas possibilidades de leitura no que tange à criação de si, que serão trabalhados nos capítulos seguintes.

1.1. A criança no mundo: um olhar sobre a infância contemporânea

A infância contemporânea apresenta-se de modo cada vez mais complexo e multifacetado; o que envolve considerar desde as incidências da chamada pós-modernidade no processo de subjetivação das crianças à análise dos papéis sócio-políticos que elas exercem ao longo de sua emancipação e participação social. A leitura do clássico trabalho de Phillip Àries, *História Social da Criança e da Família*, escrito em 1973, consagrou a ideia de que a infância, tal como a percebemos hoje, foi uma invenção decorrente das transformações da família e da sociedade. Essa afeição inteiramente nova dirigida às crianças trouxe não apenas um olhar novo em relação à infância, como também produziu mudanças no projeto de futuro para a civilização ocidental, que passou a ser fortemente influenciado pelas crianças.

A ficcionalidade da infância e a própria temporalidade que marca o processo de subjetivação das crianças, trouxeram à tona diferentes discussões, inclusive sobre os rumos da infância. Em seu livro *O desaparecimento da infância*, Neil

Postman (2012) afirma que a Era da televisão teria dissolvido a linha divisória entre crianças e adultos a partir da corrosão da hierarquia das informações, tornando-a acessível a todos. Apontando para uma fusão entre a criança e o adulto, Postman falará do mundo da criança-adulto e do adulto-criança explicitando a impossibilidade de delimitação das bordas de diferenciação, uma suposta unidade amorfa que dissolve o tempo da infância.

Argumentos como o de Postman são criativos e interessantes para pensarmos sobre as transformações nesse campo, mas não encontram ressonâncias sólidas com a pluralidade de perspectivas que reafirmam a presença da infância em nossos tempos. Uma presença tão intensa que a torna capaz de mobilizar uma infinidade de pesquisas que se ocupam do tema, problematizam os efeitos e analisam os impactos da participação das crianças na cultura contemporânea, seja na esfera privada das famílias ou na esfera pública da cidade. Estaríamos diante da morte da infância ou da morte de uma forma específica de leitura sobre a infância, que não cabe mais no século XXI? Aqui nos encontramos com os trabalhos de Lucia Rabello de Castro (2002; 2013) concordando que “morre esta infância apenas para dar lugar a outra e outras, que, também por nós inventadas, poderão nos guiar na construção das nossas possibilidades individuais e coletivas” (Castro, 2002, p.51).

Ao reconhecer o lugar, o valor e o papel das crianças na sociedade e no âmbito de cada família, somos levados a analisar a força das crianças, seus modos de se relacionar com os adultos, com os pares e com a própria cultura. Por isso, insistimos na aposta de que a infância existe e resiste porquê falamos e produzimos sentidos sobre ela, o que promove uma realidade e a torna um fato social, um acontecimento (França, 2014). Se por um lado, a infância pode emergir como crítica do mal-estar cultural promovido tanto pelo distanciamento da relação crianças e adultos, quanto pela cultura do consumo, como aponta Jobim e Souza (2008), por outro, podemos pensar numa subversão do lugar delegado às crianças, que a partir de uma nova posição como sujeito de direitos e com lugar de fala, passa a apresentar uma potência antes impensável.

Não é possível, portanto, analisar a infância e a criança de hoje, sem levar em consideração a moral social que nos recobre, pois ela condiciona condutas, mobiliza afetos e cria vias de experimentação sócio-políticas de incidências subjetivas e

objetivas. Formas de ser e estar no mundo, sabemos, guardam relação com essas morais sociais que se presentificam, ora inibindo, ora expandindo as potencialidades humanas; o que na infância merece um olhar ainda mais cauteloso. Trata-se de não desconsiderar o mal-estar da nossa época, de reconhecer como as narrativas sociais contribuem para as leituras da subjetividade, mas sem perder de vista a irreduzibilidade do que nos seria peculiarmente próprio como humanos: a experiência de sofrer e as formas de nomear e descrever os sintomas. O problema é saber se somos capazes de subverter os determinismos patologizantes e analisar os gestos das crianças como sofrimentos particulares e não necessariamente padronizados, em busca de um outro elemento de incidência universal e imprescindível na formação de uma subjetividade paradoxalmente autônoma e universal. O nosso desafio, portanto, consiste em pensar se haveria uma condição subversiva (necessária), em consonância com o processo civilizatório e cuja participação delineia a vida psíquica da criança sem corresponder a um movimento de simples oposição, mas de criação. Voltaremos a falar disso.

Por ora, gostaríamos de lembrar que atravessados pela era da internet e das redes sociais, os valores éticos, morais e políticos da vida em sociedade vem sendo recobertos por novas insígnias e desafios. Mudanças nos modos de ser e estar no mundo não apenas explicitam essas transformações culturais, como escancaram a complexidade de pensar os fenômenos subjetivos levando em consideração as modelizações das leituras sociológicas, filosóficas e culturais que incidem nos sofrimentos contemporâneos. Para pensar os adoecimentos psíquicos e os modos de constituição do sujeito, é preciso, portanto, não perder de vista como se apresenta o sujeito pós-moderno. Optamos por trazer brevemente alguns apontamentos que podem favorecer uma leitura crítica da infância, valorizando a interface entre o social e o psicológico.

Quando escreveu *O declínio do homem público* em 1970, Richard Sennett apresentou como as transformações do domínio público e privado promoveram uma nova cultura no Ocidente. Seu argumento fundamental é de que hoje viveríamos uma tirania da intimidade que “não é a criação forçada, mas o aparecimento de uma crença num padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social”. E completa dizendo que o seu propósito com esse livro não foi ler a sociedade em termos psicológicos, mas, ao contrário, uma tentativa de demonstrar

“que passamos a nos preocupar com instituições e acontecimentos apenas quando podemos discernir personalidade funcionando dentro deles ou dando-lhes corpo” (Sennett, 2014, p.484).

Essa valorização do íntimo em detrimento do público pode explicar por que as questões da infância tendem a ser tomadas como problema privado (das famílias a que pertencem as crianças), o que nos permite compreender as razões do empobrecendo das preocupações públicas. Segundo Sennett, esse declínio nos conduz às ‘tirantias da intimidade’, o que tem transformado o nosso comportamento político e distorcido os propósitos das cidades.

A sociedade em que vivemos hoje está sobrecarregada de consequências dessa história: o evanescimento da *res publica* pela crença de que as significações sociais são geradas pelos sentimentos de seres humanos individuais. Essa transformação camuflou duas áreas da vida social. Uma é o âmbito do poder, a outra o âmbito das aglomerações em que vivemos (Sennett, 2014, p.485).

O declínio do homem público, portanto, expõe o distanciamento das práticas e experiências coletivas, produzindo efeitos nas relações privadas e valorização dos sentimentos em detrimento das ações públicas. A obsessão com a motivação, o abandono na crença da solidariedade de classe por uma empatia a um grupo selecionado, além do jogo do narcisismo substituindo a arte de representar em sociedade, seriam ainda alguns dos aspectos que marcam o que Sennett chamou de ‘incivilidade’ da sociedade nesse processo de transformação. Para o autor, se por um lado a civilidade é a atividade que protege as pessoas umas das outras a partir das “máscaras que permitem a sociabilidade pura, separada das circunstâncias do poder, do mal-estar e do sentimento privado daqueles que as usam” (p.380); a incivilidade, por sua vez, seria “o sobrecarregar o outro com o eu de alguém. É um descenso de sociabilidade para com os outros criado por essa sobrecarga de personalidade” (p.381). Essa constatação leva Sennett a concluir que o fim da cultura pública resulta desses processos de valorização de uma motivação narcisista, que promove uma sociedade intimista e favorece o comportamento incivilizado.

Em suma, a crença nas relações humanas diretas em escala intimista nos seduz e nos desvia da conversão de nossa compreensão da realidade do poder em guias para nosso próprio comportamento político. O resultado disso é que as forças de dominação ou a iniquidade permanecem intactas (p. 486).

Trata-se de considerar o medo da impessoalidade, as mudanças nas relações de poder e do que o autor chamou de uma ‘retribalização’, que explicitam o declínio do homem público, ao esfacelar o valor da vida social, ativa e conflitiva que resulta da experiência na cidade. Não resta dúvida, portanto, de que os efeitos dessas modificações na esfera pública se presentificam na família contemporânea e produzem alterações também na vida privada das crianças. Recorremos a essas ideias justamente porque elas demonstram em que medida há uma desvalorização do espaço público da cidade, instituindo-se também um empobrecimento da nossa posição política frente à crença de que a comunidade tende a se tornar uma arma contra a sociedade. Esse viés de análise nos permite apresentar um pouco o cenário que circunscreve a infância hoje, nos encorajando a pensar sobre as potencialidades políticas das crianças a partir de uma análise mais aprofundada dos aspectos psicológicos desse processo de relação *entre* a criança e o mundo ao seu redor.

Num rápido sobrevôo sobre o cenário contemporâneo, destacamos também a leitura de *O culto da performance* de Alain Ehrenberg livro que acena para a exaltação da transformação política da sociedade numa perspectiva de salvação pessoal e não mais coletiva. A tese central do autor é de que a ação empreender é tomada como a via real do sucesso, o que estaria levando a uma modelização diferente das trajetórias individuais, com repercussões no âmbito sócio-político. O empreendedor de si, eleito como instrumento para a conquista da alta performance, seria mediado por uma ‘mitologia esportiva’, que elevam o esporte à posição de ideal de libertação.

O centro dessa mitologia que une *performance* e autonomia está nas transformações da *narratividade esportiva*: ela rompeu com a moral disciplinar da submissão a interesses superiores – à pátria, a Deus, ao homem novo. Hoje, o esporte é um aspecto da “galáxia da autonomia”: não mais uma obrigação que nos é imposta em nome de qualquer coisa superior a nós, mas uma liberação que se impõe a si em nome de si mesmo, de sua saúde, de seu estresse, de sua aparência física etc. (Erenberg, 2010, p. 23)

Nesse sentido, o ideal esportivo forneceria os critérios de desempenho necessários à imagem de um indivíduo autônomo, forte e empreendedor de si mesmo. O argumento de Erenberg é de que o esporte e a empresa

Tornam-se modelos de ação que sintetizam *rapidez* de adaptação, *mudança* permanente, *flexibilidade* psíquica como corporal, pois eles respondem às dificuldades políticas de governar uma sociedade sujeita à imprevisibilidade do futuro. Eles têm, para efeito de realidade, a formação de uma mentalidade de massa cuja base é o governo de si (p.172).

A lógica do indivíduo-trajetória é exposta então como recurso para a conquista da autonomia, o que inclui adultos e crianças. A resposta comum, então, tem sido uma busca desenfreada por performances que indiquem a ascensão e a criação de uma postura empreendedora, que quando não é conquistada, promove uma verdadeira depressão nervosa.

Essa cultura de desempenho não seria também uma das marcas da infância contemporânea? As crianças, baluartes de um futuro promissor da humanidade, são estimuladas a essa visão de empreender a si mesmo desde cedo. Soma-se a isso, as novas técnicas de poder provocadas pelo neoliberalismo, que nos trazem ainda outros questionamentos sobre as incidências da lógica do consumo e da própria noção de liberdade.

Ao tornar o sujeito um empreendedor, defende Byung-Chul Han em seu livro *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, instaura-se uma crise da liberdade.

A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil, flexível e inteligente, escapando a qualquer visibilidade. O sujeito submisso não é nunca consciente de sua submissão. O contexto de dominação permanece inacessível a ele. É assim que ele se sente em liberdade. [...] A particularidade da sua eficiência está no fato de que não age através da proibição e da suspensão, mas através do agrado e da satisfação. Em vez de tornar as pessoas *obedientes*, tenta deixá-las *dependentes* (Han, 2018, p. 26).

Nesse sentido, a dominação se estabilizaria a partir da submissão e da materialização de uma crise da liberdade em decorrência da 'ditadura da transparência', colocada a partir dos meios digitais. Isso incidiria, defende o autor, na

exploração de si em prol na liberdade de tal modo que o sujeito passa a travar uma luta consigo mesmo, que gera coação e coerções. Afeitos a essas reflexões, somos levados a considerar que na infância, a criança encontra-se exposta a uma vulnerabilidade ainda maior, ocasionada pela própria condição de imaturidade. Por isso, o limite dessas imposições externas (vindas da sociedade do desempenho e/ou das influências do cenário digital), além das formas de submissão e obediência, precisariam ser questionadas e melhor analisadas na infância.

Um bom exemplo dessas mudanças no cenário *brasileiro* nos foi apresentado por Christian Dunker (2015) quando propôs uma articulação entre mal-estar, sintoma e sofrimento a partir da história e da análise do mal-estar no Brasil. Para o autor, a 'lógica do condomínio' representa uma ilusão pré-fabricada de segurança e liberdade que corresponderia "a transformação dos problemas relativos à saúde pública, mental e geral, em meros problemas de gestão" (Dunker, 2015, p.42). A segregação entre os que vivem dentro do condomínio e os que habitam a cidade, extra-muros, nos permite fazer aproximações com as ideias descritas acima, justamente por demonstrar mais um exemplo do esfacelamento da vida pública e as coerções decorrentes da supervalorização dos espaços privados.

A criança rica e "bem-nascida" perde a liberdade da rua, mas ganha em proteção, dizem. Ao se reservar (ou se esconder) nos domínios de um entorno supostamente completo como o dos condomínios, as crianças e suas famílias vivem a ilusão de que ter tudo à mão, além de experimentarem um sentimento de proteção contra as diferenças (tomadas, sabemos, como problemáticas).

A lógica do condomínio tem por premissa justamente excluir o que está fora de seus muros; portanto, no fundo, não há nada para pensar na tensão entre esse local murado e seu exterior. Também não há muito a pensar na tensão intramuros, uma vez que como observamos a única área de real convivência pública é o *playground*. O espaço já é concebido e vivido como falso universal. Por isso, os que vivem fora estão sem lugar, sem terra, sem teto, sem destino. E os que vivem dentro estão demasiadamente implantados em seu espaço, seu lugar e sua posição. (Dunker, 2015, p. 53)

Vivendo na artificialidade de uma mini-cidade, as crianças encontram nos condomínios uma liberdade vigiada e as certezas de um mundo falsamente igualitário. Reforça-se com isso a ideia de uma suposta igualdade no credo, na classe social e nos privilégios de proteção sanitária e de seguridade. Esse 'falso

universal', cuja convivência pública é o *playground*, disfarçaria a segregação e a violência imposta por uma muralha limitadora de horizontes éticos e políticos. Apartadas da realidade, essas crianças crescem com dificuldade de conviver com a vida como ela é, e suas famílias, certas de oferecer o melhor, tendem a fragilizá-las, ao transmitir o horror diante de dificuldades inerentes à vida pública (próprias e dignas de qualquer cidadão). O estado de exceção para essas crianças, não resta dúvida, deixa suas marcas.

Outros estados de exceção, não mencionados aqui, também guardam esse poder de fragilização e esfacelamento da vida social ativa na infância. Falamos das crianças com vulnerabilidade social, à mercê de uma educação problemática no Brasil ou cuja rua tornou-se casa. Para elas, outras formas de segregação e exposição fragilizam aquilo que constitui a dignidade humana, já que enfrentam violências, privações e severas rupturas e prejuízos nos vínculos, o que dificulta, por fim, a assunção das suas próprias potencialidades. Mesmo não pretendendo narrar uma biografia da infância brasileira, tampouco internacional, a formação e deformação de uma criança passa pela esfera social e cultural que a originou. Encontramos um número significativo de famílias submetidas ao lugar de exceção das crianças na cultura brasileira: de um lado, as crianças excluídas dos espaços públicos e coletivos em nome da segurança dos condomínios, de outro, aquelas que são excluídas das formas básicas de condição de pertencimento, morando nas ruas ou expostas à violência social e à fragilidade da malha educacional pública. Destituídas de direitos mínimos, as crianças pobres brasileiras tendem a ser impactadas de modo intenso pelo esfacelamento da premissa de uma vida digna em sociedade e, por essa e outras razões, nos convocam a estudos mais detalhados sobre as incidências sociais e econômicas no processo de empoderamento e apropriação criativa, tarefa extensa para o momento, mas que não devemos deixar de mencionar.

Numa perspectiva mais geral, outra forma interessante de pensar a infância no Brasil pode ser retirada das ideias de Marcia Neder (2012) em *Déspotas Mirins: o poder nas novas famílias*. A ascensão dos pequenos tiranos, inspiradas no cenário cultural desde o período da escravidão – onde as negras e mulheres estavam à serviço dos imperadores – teria, na hipótese da autora, modificado os modos de

relação das famílias. Neder propõe um 'novo' regime, a pedocracia, cujo lugar das crianças é associado ao de déspota mirim.

Nascido numa família patriarcal brasileira do século XIX, *nhonhô* já exerce a hegemonia infantil que a modernidade começou a instituir a partir do século XVIII quando o adulto torna-se cativo de Vossa Alteza e a coloca no centro da família. [...] E é assim, coroadada, que a criança chega finalmente ao século XX, quando avança o regime da pedocracia (Neder, 2012, p.126).

A proposição de um novo regime que atravessa as famílias nos permite pensar as famílias brasileiras e a subjetivação das suas crianças como parte dessa fundação histórica escravocrata que ainda se presentifica na vida cotidiana dos brasileiros. Ao ocupar o centro da vida familiar, a criança transforma o cenário social e reprogramando a relação entre pais e filhos, entre crianças e adultos (França, 2014), o que nos permite uma série de reflexões sociais, educacionais e econômicas que respaldam uma posição hegemônica das crianças. Contudo, mais do que suplantar uma potência, observamos que o poder delegado às crianças tem repercutido de modo diferente, nos levando a observar uma tendência de provocar o enfraquecimento das subversividades criativas na infância, ao invés de valorizá-las. Se seguíssemos com a hipótese da autora, não deveríamos reconhecer então um estatuto psicológico correspondente, ou seja, crianças empoderadas, mais seguras, mais criativas e menos 'adoecidas'? Por quê, então, as nossas crianças, contraditoriamente, parecem cada vez mais frágeis emocionalmente?

Concordamos com a preciosa análise realizada por Neder sobre a criança brasileira e o lugar tirânico assumido por elas diante da vassalagem dos pais, mas devemos mencionar os efeitos iatrogênicos de crianças poderosas convivendo com pais enfraquecidos e desvitalizados em suas funções. A clínica psicanalítica diariamente nos mostra que as crianças parecem cada vez mais fragilizadas pelo excesso de informações a que têm acesso, mostram-se ainda fragilizadas pela busca desenfreada por consumir tudo que lhe parecer necessário (e as 'necessidades' se ampliam), além de parecerem desorientadas diante de pais culpados e complacentes. Sintomas como inquietação, ansiedade, déficit de atenção e hiperatividade já são considerados comuns no universo infantil. Comum também tem sido crianças excessivamente ocupadas, não sendo mais suficiente realizar as tarefas escolares e consideradas produtivas, cada vez mais o ócio e o elogio à

preguiça tendem a ser contraindicado. Estar ocupado, já desde a infância, parece ter se constituído num forte indicativo de busca por sucesso, e isso, por si só, aparece como um esforço de boa-criação para algumas famílias e culturas.

Atravessadas pelo culto da performance, as crianças e suas famílias dividem-se entre as atribuições para tornarem seus filhos 'empreendedores de si' (Ehrenberg, 2010) e a pressão psicológica imposta pela sociedade do cansaço (Han, 2019), que tende a eliminar o elemento contemplativo em prol do desempenho, mesmo que a custos de duras negociações. As famílias regidas pelo poderio das crianças costumam ser marcadas pelo medo à liberdade de exercício das funções parentais e pelo excesso de explicações patologizantes.

Mesmo reconhecendo as mudanças na infância contemporânea promovidas pelas transformações da família, que vão desde às modificações da intimidade passando pelas imposições tecnológicas dos novos tempos; nos preocupa as tentativas de regulação dos comportamentos pela via dos controles da vida privada e pública. Não resta dúvida dos problemas que a postura de insubordinação de uma criança pode provocar no seio da família, da escola, da clínica ou da sociedade, mas o mais impressionante tem sido nos depararmos com formas precárias e pouco (ou nada) criativas de analisar a questão. Elas variam, mas nos parecem, muitas vezes, ainda restritivas.

À criança em família, o castigo ou o remédio? À criança em sociedade, adaptação ou isolamento? Qual o futuro da infância? A face e o verso do futuro das crianças ecoam como questão extensa e de difícil previsão. O papel das escolas, das políticas públicas e os efeitos da presença das crianças nas cidades nos apresentam a *face* desse complexo cenário que engendra a infância, cuja ação adulta ainda marca o processo de autonomia e liberdade. O *verso* dessa questão, propomos, reside na constatação de que a via de sustentação para que as experiências de domínio público possam circular e produzir ações reside em uma dimensão psíquica também, aquela que concerne às potencialidades psíquicas. Nesse sentido, para assumir o lugar destinado a elas enquanto sujeitos de direito, bem como para que elas possam participar como atores sociais (na era digital e/ou nas praças públicas, por exemplo) é preciso que uma zona intermediária se forme *entre* o cenário cultural vigente e a condição subjetiva para o exercício dos papéis a serem desempenhados pela criança.

Valorizando o questionamento ético-político que permite subverter o lugar de depositários do desejo adulto de transformações do futuro, a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos e enquanto tal, vem assumindo uma posição diferente no campo social e democrático. “Por via da infância”, nos diz Castro (2013), “é possível recuperar o que se perde ao se tornar adulto; é, então, através dela que se pode recuperar a potência inicial da ação criadora e inventiva” (p. 23). Mas, de onde vem essa potência?

A interpretação psicanalítica apresenta-se como uma importante ferramenta crítica, com especial destaque, à leitura de Donald Winnicott pela proposição paradoxal que propõe como marca da constituição subjetiva e como elemento de enriquecimento das experiências culturais. Essa noção de ação, experimentada pelo mundo compartilhado, o espaço entre as pessoas, é também o que nos permite considerar a potência da criação subjetiva que resulta do encontro e da potência a partir das relações e trocas vivenciadas ao longo da vida. Ao formular o conceito de objeto e fenômeno transicional, Winnicott inaugura uma terceira área na vida dos indivíduos, cuja característica de transicionalidade entre a realidade interna e a externa, promove uma zona de ‘experimentação’, também descrita como o início de um tipo afetivo de relação de objeto. A reivindicação winnicottiana, portanto, é a de que “existe um estado intermediário entre a incapacidade do bebê em reconhecer e aceitar a realidade, e sua crescente capacidade em fazê-lo” (Winnicott, 2000, p. 318). Esta zona intermediária, também chamada de espaço potencial, representa a primeira forma de uso da ilusão, introduzindo a diferenciação entre o objeto subjetivamente percebido e a realidade, mantendo as realidades interna e externa separadas e, ao mesmo tempo, relacionadas.

Para entender melhor essas questões proponho que analisemos agora a dimensão de intersubjetividade que acompanha as referidas teorizações.

1.2. Intersubjetividade e desenvolvimento infantil

A reflexão sobre o papel da subjetividade e intersubjetividade no campo psicanalítico reinstaura o profícuo e polêmico debate sobre as dimensões intersubjetivas num largo espectro que vai desde a forma como participam da constituição do Eu à análise sobre as suas incidências na clínica. Para Nelson

Coelho Junior (2012), um dos organizadores do livro *Dimensões da intersubjetividade*, pesquisadores brasileiros e internacionais de diferentes tradições, tais como Thomas Ogden, André Green e René Roussillon, para citar apenas alguns, têm se dedicado em pensar as suas relações com a corporeidade, a psicopatologia, a constituição do Eu e a clínica psicanalítica, movimentando e trazendo questionamentos ao campo teórico. Entretanto, “a inclusão do conceito de intersubjetividade no arsenal psicanalítico”, sublinha Coelho Junior, “não ocorreu sem riscos e debates” (p.8); permanecem as controvérsias sobre a efetivação dele como conceito psicanalítico, mesmo que não seja possível mais negar o seu potencial teórico.

Sem dúvida, por ser um conceito que interroga a origem da disposição e habilidade para compartilhar as experiências com outros, a complexidade do tema é mais um elemento em questão. Transita entre a filosofia e a biologia, passando pela psicanálise, percorrendo um longo caminho na tentativa de ensejar a noção de sujeito e suas dimensões de alteridade. Essa é a razão pela qual pensamos não ser possível pensar o desenvolvimento infantil sem nos situarmos nessa discussão. Em seu artigo *Subjetividade e intersubjetividade no desenvolvimento infantil*, Philippe Rochat (2012) reconhece uma pré-disposição inata, profundamente enraizada no corpo, que conferem ao bebê humano a habilidade para emergência das experiências compartilhadas.

Eu defendo aqui que esta intersubjetividade e esta subjetividade “corporificadas” inatas repousam em uma sintonia específica presente desde o nascimento rumo à similaridade (*sameness*), a habilidade particular para ligar características invariantes do ambiente com características invariantes da experiência subjetiva” (p.150).

A criança buscaria não apenas regularidades no ambiente (as similaridades), como uma ressonância mútua entre o que vê e sente; o que sem dúvida resulta da confiança em um mundo continuamente dinâmico. Haveria, então, uma propensão primária para a intersubjetividade, que contribui e fundamentaria a nossa propensão para compartilhar experiências e negociar valores com os outros, constituindo-se para Rochat como uma das bases da moralidade e da busca pela filiação social. Assim resume suas ideias:

Diversas evidências mostram que, ao invés de um estado de confusão cognitiva, a vida psíquica começa em um estado de unidade feito de correspondências entre diversas experiências sensoriais, que se originam dentro ou fora do corpo. O que os bebês expressam desde o nascimento não é somente a falta de todas as competências que eles eventualmente irão desenvolver, mas mais importante, expressam a habilidade básica que os capacitará a desenvolver tais competências, incluindo linguagem, humor, teorias da mente, pensamentos complexos e até a moralidade (Rochat *apud* Coelho Junior, Salem & Klautau, 2012, p.158).

Pensar sobre o desenvolvimento infantil a partir desses estudos nos permite adentrar nas contribuições psicanalíticas sobre o conceito de intersubjetividade de modo mais sóbrio, afinal, há ainda um vasto cenário teórico a ser explorado pela filosofia, biologia e pela própria psicanálise no que diz respeito a ideia de “outros”. Como compreender o desenvolvimento infantil sob o ângulo das relações intersubjetivas? O que estamos chamando de concepção intersubjetiva e quais as repercussões dessa concepção na escuta de crianças? Nelson Coelho Junior e Luís Cláudio Figueiredo (2004), nos trazem um olhar sobre o tema:

A noção de intersubjetividade costuma ser definida, em termos psicológicos, como sendo a situação na qual, por suas mútuas relações, numerosos (ou apenas dois) sujeitos formam uma sociedade ou comunidade ou um campo comum e podem dizer: nós. Pode ser definida também como sendo o que é vivido simultaneamente por várias mentes, surgindo então a denominação “experiência intersubjetiva” (p.13).

Apesar de abrangente, essa definição acena para a concepção de relações mútuas, que compreende a relação entre duas subjetividades ou o encontro com algo que é exterior a mim. Do ponto de vista psicanalítico, trata-se de uma experiência subjetiva de encontro, sem destaque para uma cena “romântica”, mas para uma valorização dos efeitos da mutualidade e da afetação que marca essas experiências intersubjetivas, dentro ou fora do processo analítico. A proposição deles apresenta um caminho para pensarmos as variações que constituiriam quatro matrizes da intersubjetividade que agiriam como “trilhas simultâneas” na constituição subjetiva: *a intersubjetividade trans-subjetiva, intersubjetividade traumática, intersubjetividade interpessoal, intersubjetividade intrapsíquica* (Coelho Jr & Figueiredo, 2004).

A primeira, encabeçada por M. Scheler, M. Heidegger e M. Merleau-Ponty, é chamada de *intersubjetividade trans-subjetiva*. Refere-se “ao campo de uma realidade primordial e “materna”, concebida como continente, e em certa medida como um “continente engolfante” (anterior à separação entre externo e interno) com relação à experiência subjetiva” (p.17). Nessa matriz, a subjetividade não emerge em oposição, mas anterior a possibilidade de separação eu, outro, já que toma a inclusão primordial materna como condição para constituição da alteridade. Na *intersubjetividade traumática*, afirmam, a alteridade irrompe de modo traumático, “porque produz fraturas e exige trabalho em processos permanentes de inadaptação entre eu e outro” (p.21). O campo da *intersubjetividade interpessoal*, por sua vez, organiza-se em torno do pragmatismo social, do interacionismo simbólico e do estudo das interações precoces empreendidos pela psicanálise. Nessa matriz, valoriza-se o gesto como uma ação incompleta, cuja interação com outro promove a construção de sentido compartilhado. Por fim, a *intersubjetividade intrapsíquica* é reconhecida nos trabalhos de Melanie Klein, Fairbairn e Winnicott, na medida em que “a experiência intersubjetiva comparece através de uma intrincada rede de relações com objetos, vivida no plano intrapsíquico” (p.23). Nessa matriz, a alteridade resultaria da experiência intersubjetiva de “presença-ausência” do outro.

Recorremos a essa análise dos autores na tentativa de apresentar brevemente onde se situa a noção de *self* em Winnicott e com vistas a pensar de que modo ela permite um olhar paradoxal sobre a constituição psíquica. Marcada pela dimensão interpessoal, concordamos, mas sutilmente atravessada também por essa característica trans-subjetiva. A leitura de intersubjetividade que se lê na obra de Winnicott coloca a relação mãe-bebê no plano do sensível, perceptível e corporal. Vejamos um pouco sobre a presença corporal materna, apresentando o plano da sensibilidade na leitura de Winnicott sobre a maternidade:

Direi que a mãe é necessária como pessoa viva. O seu bebê deve estar apto a sentir o calor de sua pele, seu alento, a provar e a ver. Isso é vitalmente importante. Deve existir completo acesso ao *corpo vivo da mãe* (Winnicott, 2013, p.99).

Em outra passagem, mostra os efeitos dessa presença e o início das relações intersubjetivas:

Sua técnica é altamente pessoal e é procurada e reconhecida pelo bebê, tal como sua boca, seus olhos, sua cor, seu aroma. Repetidas vezes, a mãe luta com seus humores, angústias e emoções em sua própria vida privada, reservando para o bebê o que pertence ao bebê. Isso fornece uma base em que o bebê pode começar a elaborar uma compreensão dessa coisa extremamente complexa que são as relações entre dois seres humanos (Winnicott, 2013, p.98)

Nesse sentido, sua concepção sobre a vida psíquica da criança envolveria não apenas os modos de comunicação que participam da dimensão intersubjetiva, no jogo interpessoal, como o plano inapreensível e móvel da afetação mútua que nos faz lembrar das contribuições de Ferenczi, não apenas pela via das modificações técnicas que promoveu, mas pela ênfase na intersubjetividade na constituição psíquica. Uma amostra disso, encontramos nessa passagem quando Ferenczi (2011a) valoriza o papel do ambiente na formação da criança, antecedendo algumas ideias que foram postumamente desenvolvidas por Winnicott: “pode haver uma predisposição desde o nascimento, mas sem sombra de dúvida, sua influência pode ser modificada por experiências vividas, após o nascimento ou durante a educação” (p. 7). A marca da relação autêntica com o ambiente é assim resumida por Graña (2007):

Em Ferenczi, como em Winnicott, a imagem da estratificação vertical de instâncias psíquicas, ou camadas repressivas, que serve de modelo à metapsicologia freudiana, perde lugar para a ideia de uma ampliação crescente dos círculos de interação do sujeito com o mundo na descoberta progressiva de novas formas de inserção da realidade (p.76).

O deslocamento da ênfase do intrapsíquico para o intersubjetivo, portanto, marca um consenso sobre as influências de Ferenczi na obra de Winnicott, trazendo o papel das relações e das interações que favorecem o processo de maturidade emocional e autonomia. Em *A criança mal-acolhida e sua pulsão de morte* (1929), Ferenczi continua desenvolvendo o papel desempenhado pela família no favorecimento de uma “imunização progressiva” contra as tentativas de perpetração e ameaças a sua existência, que seria resultado de um acolhimento amoroso e sensível desde o começo. A sua formulação nos ajuda a desenvolver o argumento

de que é, continuamente necessário, que o bebê (e depois a criança) encontre meios para expressão de sua “força vital”. Nas suas palavras:

A “força vital” que *resiste* tanto às dificuldades da vida não é, portanto, muito forte no nascimento; segundo parece, ela *só se reforça após a imunização progressiva* contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com *tato* (Ferenczi, 2011, p. 59, grifo nosso).

O que vem a ser então esse reforço? Ferenczi nos dirige à educação, mas fala especialmente de uma sensibilidade dos pais, que se estende à sensibilidade adulta (no processo analítico ou na escola), nomeada por ele como “tato”. A tarefa da criança também é ativa nesse processo de implicação frente ao ambiente, pois é esperado que ela possa *se adaptar* aos códigos que lhe são impostos, ao mesmo tempo que se espera dela uma postura de *resistência* frente às experiências traumáticas ou pouco amorosas, caso seja a elas lançada. Mas há também o acento, podemos inferir, a uma resistência à educação repressiva, como se vê nessa passagem:

mesmo a educação guiada pelas mais nobres intenções e efetuada nas melhores condições - uma vez que esteja baseada nos princípios errôneos geralmente em vigor – influencia de forma nociva e de múltiplas maneiras o desenvolvimento natural; se continuamos gozando de boa saúde, apesar de tudo, devemos-lo certamente à nossa contribuição psíquica mais robusta, mais resistente (Ferenczi, 2011h, p.39).

O questionamento que o psicanalista húngaro faz sobre o papel desempenhado pela pedagogia como elemento de entrave e/ou inibição das emoções e ideias, parece conter uma crítica contundente ao que ele chamou de “cegueira introspectiva”. Para Ferenczi, essa cegueira levaria a uma fragilização e mutilação considerável da capacidade de funcionamento da nossa personalidade. A sua defesa, portanto, consiste numa reflexão sobre a ineficácia dos dogmas e do recalçamento das ideias como estratégia na educação, o que recoloca para nós o papel da potência subversiva que agiria mobilizando *resistência*.

Influenciado pelas ideias de Ferenczi, Winnicott (2011) segue a mesma trilha quando afirma:

não podemos deixar de notar a necessidade humana de ter um círculo cada vez mais largo proporcionando cuidado ao indivíduo, bem como a necessidade que o indivíduo tem de inserir-se num contexto que possa, *de tempos em tempos, aceitar uma contribuição sua nascida de um impulso de criatividade ou generosidade*. Todos esses círculos, por largos e vastos que sejam, identificam-se ao colo, aos braços e aos cuidados da mãe (p.131, grifo nosso).

A constatação, portanto, de que a condição humana para eles depende do cuidado ambiental recebido, passa longe de uma delimitação temporal aos primeiros tempos do bebê, na medida em que a proteção gradativa oferecida pelo ambiente é o que torna resistente a “força vital” (ainda um pouco frágil no nascimento) ao longo de toda a vida. *De tempos em tempos*, como lemos acima, é preciso que a criança possa encontrar respaldo no ambiente, ampliando seus horizontes criativos espontâneos e desenvolvendo as suas próprias dimensões de alteridade e potência, definitivamente, no encontro com o mundo. *A força vital que resiste* referida por Ferenczi nos acena para um elemento potencialmente presente na criança que, em relação com o ambiente, pode encontrar um modo de resistência criativa; ao seu modo e a cada tempo. Propomos chamar a transformação dessa “força vital” em resistência (visando a alteridade) pelo nome de *potência subversiva do gesto criativo*, a ser melhor desenvolvida no próximo capítulo.

Defendendo a importância da questão da intersubjetividade para além da fenomenologia e da filosofia, Thamy Ayouch (2012) toma esse debate como “central nas perspectivas da psicanálise e da psicopatologia, já que se trata da constituição da intersubjetividade, uma experiência fundada na memória do infantil e que jamais é adquirida de forma definitiva” (p.256). A hipótese do autor é de que algumas formas da psicopatologia contemporânea estão diretamente ligadas às questões da alteridade e da intersubjetividade. Mais do que isso, ele considera que “a teoria winnicottiana do entorno providencia uma verdadeira genealogia da intersubjetividade apontada por Merleau-Ponty” (Ayouch, 2012, p.262), na medida em que o desenvolvimento afetivo do bebê passa pela corporeidade materna que se aproxima da filosofia da carne proposta pelo filósofo. Para além da questão do narcisismo que ele considera que “a perspectiva de uma clínica contemporânea conduz, ao revés, a questionar esse enquadre e pensar filosoficamente, a partir da questão da intersubjetividade, um relacionamento primeiro precedendo o sujeito e o

outro e permitindo que surjam juntos” (Ayouch, 2012, p.269). Reafirmando, assim, o papel do relacionamento com o outro na centralidade desse debate.

Não é diferente a leitura de Coelho Junior (2008), que além de Merleau-Ponty, destaca outros filósofos da fenomenologia, tais como Heidegger, Scheler, Merleau-Ponty e Lévinas como referência nesses estudos, acenando para o tamanho dessa questão. Afinal, como explica o autor:

o conceito de intersubjetividade tem sido usado para designar diferentes processos ou diferentes aspectos de um mesmo processo, sendo muitas vezes usado como equivalente de conceitos como “relação”, “inter-relação”, “interpenetração”, “interdependência”, “interjogo”, “vínculo”, “interação”, “mútua constituição”, “relacional”, “interpessoal” ou “interativo” (Coelho Junior, 2008, p.125).

Diante disso, seria no espaço da clínica psicanalítica que essas teorizações sobre a intersubjetividade passam a ganhar maior profundidade; o que nos faz retomar as reflexões e incidências clínicas sobre as formas intersubjetivas de comunicação. Apostamos que a lógica da *suplementaridade* entre as matrizes, tal como concluem Coelho Junior & Figueiredo (2004), constitui uma saída prudente para pensar a sutil dimensão da experiência humana, ou como eles explicam:

As quatro matrizes que propomos devem ser concebidas como elementos simultâneos nos diferentes processos de constituição subjetiva. [...] cada dimensão é sempre um apelo de suplemento endereçada ao outro assim como cada dimensão procura no outro a suplência de suas fraquezas ou o controle suplementar de seus excessos (Coelho Junior & Figueiredo, 2004, p.24)

Consideramos que essa forma de leitura das figuras da intersubjetividade que eles propõem mostram-se mais sofisticadas e favorecem a leitura das contribuições paradoxais winnicottianas, contrastando, em certa medida, com a consagrada organização teórica de Greenberg & Mitchell (1994), para quem as contribuições ao pensamento psicanalítico estariam divididas em dois modelos: pulsional ou relacional. Nesta versão, há um modelo baseado no conceito de pulsão e de outro, aquele pautado nas relações de objeto; nela, Winnicott compreenderia uma matriz relacional, um modelo estrutural-relacional, cujos “processos que levam ao desenvolvimento ou à inibição do *self* são descritos e compreendidos somente no

contexto da interação entre a criança e as providências ambientais supridas pelos outros significativos” (Greenberg & Mitchell, 1994, p.140).

Apesar de muito importante e factível essa divisão entre pulsional ou relacional, ela pode encobrir a complexidade dos processos de constituição psíquica encontrados na obra de Winnicott, especialmente se consideramos as “trilhas simultâneas” das figuras da intersubjetividade sobre constituição psíquica (Coelho Junior & Figueiredo, 2004). É o que nos mostra também a leitura de Ayouch (2012) sobre a intersubjetividade em Winnicott, que se aproxima da definição de *intersubjetividade trans-subjetiva*, frente às relações que guarda com o trabalho de Merleau-Ponty. Essas aproximações teriam como ponto de intersecção tomar a intersubjetividade a partir do relevo dado ao afeto. No caso de Winnicott, propõe Ayouch, “a figurabilidade do afeto depende do entrelaçamento dos afetos da criança e do entorno, num modo muito parecido à dialética da intersubjetividade teorizada por Maurice Merleau-Ponty” (Ayouch, 2012, p.262).

Se avançarmos nessa construção, caberia também uma análise sobre a *intersubjetividade interpessoal* presente na leitura winnicottiana do gesto, afinal o gesto do bebê é completado pelos modos de acolhimento do ambiente, o que implica nuances constitutivas tais como a noção de pertencimento e reconhecimento, que não nos debruçaremos aqui, mas que vem sendo desenvolvidos a partir da obra do psicanalista britânico em intersecção com outras leituras filosóficas (Benjamin, 1988; Honneth, 2007; Mizhari, 2018, 2017).

Por ora, longe de pensar qual o lugar de Winnicott no debate sobre as relações objetais e de avançar nos meandros do debate sobre as teorias intersubjetivistas, consideramos importante não perder de vista a dimensão dialética que envolve o diálogo psicanalítico a respeito do tema, que ganha cada vez mais corpo e espaço na clínica psicanalítica. Resta-nos, então, retornar o nosso objetivo de estudar como as teorizações do psicanalista britânico pode contribuir para a pesquisa que verse sobre a infância e sobre as potencialidades psíquicas da criança. Pensando nisso, o olhar interpretativo lançado por Thomas Ogden sobre a obra de Winnicott, nos parece uma companhia preciosa na análise de determinados conceitos e discussões que exigem maior aprofundamento. Mesmo parecendo um caminho problemático, na medida em que a psicanálise intersubjetivista de Ogden é vista com “a particularidade de reduzir toda a subjetividade a uma postura

meramente relacional, negando a existência do pulsional” (Ayouch, 2012, p.256), Ogden é reconhecido como “o principal autor contemporâneo que tem se dedicado ao estudo da experiência e do conceito de intersubjetividade” (Coelho Jr., 2008, p.132).

Thomas Ogden se situa entre os psicanalistas que se apoiaram na filosofia para pensar as relações de objeto. Fortemente influenciado pela noção de constituição subjetiva proposta por Hegel, para Ogden (2015), “é esse interjogo dialético entre os nossos conteúdos mentais, e o espaço psicológico pessoal e interpessoal onde são vividos que constituem a matriz da mente” (p. 6). Seu argumento se sustenta sob a perspectiva de reconhecer as contribuições paradoxais de Winnicott, que incluem compreender os conteúdos psicológicos do bebê a partir da “matriz psicológica dentro da qual aqueles conteúdos existem” (Ogden, 2015, p.134), ou seja, a provisão da matriz psicológica materna. Sobre a terminologia, explica:

A palavra “matriz” é derivada da palavra latina que define útero. [...] parece-me que *matriz* é uma palavra particularmente adequada para descrever o espaço continente silenciosamente ativo no qual as experiências psicológicas e corporal ocorrem. (Ogden, p.150).

Nesse espaço continente e silenciosamente ativo se organiza a área de criação. Reforçada pelas tramas psicológicas da unidade mãe-bebê e pelo percurso de separação, a teoria do desenvolvimento proposta vai, aos poucos, nos levando a não perder de vista que:

O estudo do desenvolvimento psicológico não é simplesmente o estudo do crescimento da psique do bebê do primitivismo para a maturidade; também é o estudo do desenvolvimento do mãe-bebê em uma mãe e um bebê” (Ogden, 2015, p.128).

Essa visada de que “os conteúdos mentais existem em um espaço psicológico que é, primeiramente, quase completamente interpessoal, para evoluir mais tarde em um ambiente pessoal interno” (Ogden, 2015, p.6), reforça o argumento de que há um processo dialético nos fundamentos de uma matriz da mente organizado pela aposta de um espaço potencial, tal como proposto por Winnicott:

Creio que a mãe poderá obter muito se pensar que todas as coisas que faz em virtude do seu amor pelo bebê entram nele tal qual a comida. O bebê edifica algo a partir de tudo, e não só isso, pois ele tem fases em que usa a mãe e depois a põe de lado, tal como acontece com a alimentação (Winnicott, 2013, p.83).

Nesse sentido, os processos de amadurecimento são atravessados por uma moldura intersubjetiva e pelas trocas vividas gradativamente pela díade já que “o primeiro relacionamento, na explicação de Winnicott, era um relacionamento de reciprocidade, em vez de uma submissão ou um conflito devastador” (Phillips, 2006, p.26). Será, portanto, a partir dessas vivências iniciais com a mãe e seu entorno que o bebê começa não apenas a se constituir como pessoa, mas a experimentar um sentimento de confiança capaz de promover a disposição para a experiência lúdica e, especialmente, para a brincadeira compartilhada. O início das comunicações com o objeto percebido é resultado de um processo de consolidação das relações objetais, pois gradativamente o objeto deixa de ser um fenômeno subjetivo e passa a ser percebido objetivamente. Vejamos como Winnicott (2007e) explica essa mudança:

Relações com os objetos são um fenômeno complexo, e o desenvolvimento de uma capacidade para se relacionar com os objetos de forma alguma é um processo simples no processo de maturação. [...] O objeto, *sendo de início um fenômeno subjetivo, se torna um objeto percebido objetivamente*. Esse processo leva tempo, e meses ou mesmo anos se devem passar antes que as privações e perdas possam ser absorvidas pelo indivíduo sem distorção dos processos essenciais que são básicos para as relações objetais (p. 164).

Na chamada teoria da comunicação, Winnicott aposta que a presença do objeto como realidade objetiva impulsiona a comunicação, que era desnecessária quando o objeto ainda era subjetivo. São duas novidades, afirma, “a utilização e apreciação pelo indivíduo dos modos de comunicação, e o eu do indivíduo que não se comunica, ou o núcleo pessoal do eu que é um isolado autêntico” (Winnicott, 2017e, p. 166). A presença da comunicação com o objeto percebido, portanto, não apenas nos leva a pensar os modos de comunicação, como também as implicações ou adoecimentos possíveis diante da não-comunicação (ativa ou reativa). Além disso, emerge, ainda nessa passagem, a presença de um elemento fundamental para

compreensão da vida psíquica que é o que ele chamou de “núcleo pessoal isolado autêntico”, estudado e nomeado como *self* anônimo, por Bulamah¹ (2019):

o isolamento da parte nuclear da personalidade é tão ubíquo quanto a própria divisão subjetiva e, nos casos ditos “saudáveis”, advém como um núcleo de retirada dos relacionamentos intersubjetivos, propomos a noção de *self* anônimo como o “correspondente” do verdadeiro *self* nos casos traumatizados, e as próprias identidades, as formas assumidas pelo *self* frente à interpelação alteritária, como correspondentes ao falso *self* (p.191).

Se valorizamos as formas intersubjetivas de comunicação, as comunicações explícitas ou silenciosas, as não-comunicações simples ou ativas, bem como o núcleo incomunicável acima referido, é com o propósito de reafirmar a trama paradoxal que recobre a criança em seu processo de constituição. Falamos aqui do objeto *criado*, que também é *encontrado* pelo bebê para ser criado, mostrando como “a extensão e a elaboração dos temas pertinentes à mais importante das relações vividas pelo indivíduo nos primórdios de sua vida desembocam na auto comunicação do indivíduo, como também na necessidade de um “não-comunicado”, privado e secreto do *self*” (Abram, 2000, p. 73).

Para Winnicott, comunicar-se ou não se comunicar depende dos modos de relação entre o bebê e o mundo, das implicações do processo de mutualidade que acontecem no par mãe-bebê e, sobretudo, da abertura oferecida aos modos de comunicação criativa no campo transicional. O que leva Abram (2000, p. 66) a concluir que:

a habilidade de comunicar-se não está fundada, inicialmente, na aquisição da linguagem, mas sim em uma interação pré-verbal estabelecida por intermédio da “mutualidade”. Consequentemente, a habilidade do bebê de brincar e simbolizar *precede* o período em que passa a fazer uso das palavras.

A mutualidade referida seria justamente a consideração sobre a faceta intersubjetiva que marca o encontro do bebê com a sua mãe. Inicia-se pela devoção

¹ Para aprofundamento dessa formulação, recomendamos a leitura da Tese de Doutorado de Lucas Bulamah (2019). *O sujeito winnicottiano entre o recentramento e o descentramento: considerações ético-políticas a partir da noção de self anônimo.*

desta para com o seu filho e mantém-se enquanto apresentação do mundo em pequenas doses até que o bebê possa ser reconhecido com uma pessoa. “A mãe reparte com o seu filhinho”, explica Winnicott (2013, p. 80),

Um fragmento especializado do mundo, conservando esse fragmento suficientemente pequeno para que a criança não se confunda, mas ampliando-o gradualmente, de maneira que a crescente capacidade da criança para desfrutar o mundo seja alimentada. Esta é uma das partes mais importantes da tarefa materna. E a mãe a desempenha com naturalidade.

A referida tarefa materna, concordamos, mesmo que costume ser desempenhada com naturalidade, não é algo simples, tampouco que esteja dado, pois é justamente nesse limite entre o encontro dos gestos maternos com os do seu bebê, que se constrói a mutualidade do vínculo inédito² entre a mãe e o seu bebê. O que explicita o desafio da tarefa.

É chegado o momento de fazer uma breve incursão nas bases teóricas paradoxais que fundamentam a teoria winnicottiana, na tentativa de nos aproximarmos ainda mais de nossa questão de pesquisa. As implicações dos paradoxos na compreensão do processo de criação, que incluiria o brincar e suas incidências na criança, discutiremos mais adiante.

Antes de seguir a tarefa de desenvolver essas ideias, caberia, circunscrever alguns pontos de tensão que se apresentaram ao longo da escrita da tese com vistas a preparar o campo para o debate conceitual em questão. Esses pontos, que decorrem dos paradoxos da própria teoria psicanalítica, precisam ser considerados como parte fundamental da estruturação do nosso argumento e por isso estarão presentes como pano de fundo das formulações que se seguem.

1.3. Os paradoxos em questão

Em seu livro *O brincar e a realidade*, Winnicott (1975) define o paradoxo como aquilo que não pode ser solucionado, portanto, assume que este deve ser “aceito, tolerado e respeitado, e não resolvido” (p.10). Ele se referia, na ocasião, a

² Fazemos aqui uma analogia ao termo *vínculo inédito* usado como título de um dos livros de Radmilla Zygouris, definindo a invenção freudiana da experiência analítica. Mencionamos um pouco mais sobre esse termo no capítulo quatro.

impossibilidade de dissociar o objeto usado e o uso do objeto, demarcando a complexidade das interações precoces, mas sobretudo, demarcando a sua percepção de que o paradoxo é parte da condição humana. Não por acaso, portanto, eles fundam e participam do processo de subjetivação, nos intrigam e dão margem à pesquisa. Sob a influência da leitura da obra de Winnicott, partilhamos nossa tendência ao pensamento paradoxal, admitimos o gosto pelas contradições e valorizamos o interesse pela complexidade dos fatos imateriais – definido como “os estados psicológicos na própria pessoa e nos outros” (Caper, 1990, p.33).

Em artigo intitulado *A face e o verso da adaptação na infância* (2016), iniciamos a problematização dessas questões, quando relacionamos as facetas da adaptação com os paradoxos inerentes ao processo de amadurecimento. A partir da leitura psicanalítica, valorizamos nesse trabalho o reconhecimento de que para existir, na independência, o indivíduo precisa, antes, experimentar a dependência absoluta. A questão envolveria, então, a face e o verso da adaptação, que engloba a valorização para uma abertura criativa e evita o enrijecimento das subjetividades, a partir de padronizações impostas pelo ambiente. Falávamos dos “paradoxos que comportam a constituição psíquica – permanentemente marcada pela oscilação dependência/independência, autonomia/ suporte, liberdade/submissão” (Paixão & Rocha, 2016). Ao apresentar os desafios que acompanham a vida psíquica das crianças, esbarramos com a tensão permanente desses paradoxos na própria condição de vulnerabilidade que a imaturidade as lança.

No que diz respeito ao interior do campo teórico, a noção de paradoxo corresponde ainda a um argumento de peso na psicanálise. Desde Freud, inaugura-se um novo olhar sobre o humano a partir da dimensão pulsional e conflitiva que nos move, entre desejos e defesas, rumo à economia psíquica e ao mais além do princípio do prazer; mas há um acento especial ao contexto das dinâmicas psíquicas. Segundo Eduardo Rozenhal (2009):

convém lembrar a maneira lírica pela qual Freud (1905/1986) relata a experiência de amamentação: a criança “se deixa[r] adormecer ao seio materno” (p. 165). Com esta descrição, Freud enquadra a “ação específica” da alimentação no campo *inclusivo* do paradoxo. Com efeito, a criança não estaria simplesmente passiva diante da mãe que a alimenta. O “se deixar” implicaria uma parcela de atividade que caberia à criança, ao mesmo tempo que o estado de passividade em que esta se encontra. A amamentação (os cuidados) promoveria, assim, a partir da *potência do encontro paradoxal*, o

agenciamento subjetivo das pulsões ou a convocação do “infante” para o projeto cultural do simbólico (p. 144, grifo nosso).

Essa proposição de que há uma *potencialidade no encontro paradoxal* que envolve a mãe e o bebê na experiência de amamentação, confere também ao encontro uma potência, isso nos leva à associação do papel desempenhado pelo gesto espontâneo no processo de criação de si e, por conseguinte, de autonomia criativa. Apesar do acento pulsional enfatizado, o autor destaca o paradoxo entre a passividade (“ser afetado”) e a atividade (“se deixar”), no potente encontro entre a mãe e o seu bebê. Esse olhar, pensamos, reafirma, a dimensão intersubjetiva outrora discutida e nos aproxima da valorização do espaço potencial que marca a experiência de vitalidade do sujeito. Contribui ainda para pensarmos tanto na constituição de si empreendida pelo bebê na relação com o ambiente, quanto para refletir sobre o campo transferencial da análise, marcado pelas afetações mútuas.

A lógica paradoxal encontra sua efetividade não apenas no campo teórico, portanto, mas nas incidências éticas na clínica psicanalítica. Valorizando a compreensão paradoxal da experiência que marca a leitura winnicottiana de sujeito, Anthony Elliott (2015), grifa as contradições:

para Winnicott a emergência de um núcleo estável da subjetividade [*selfhood*] depende do estabelecimento de um tipo de relacionamento que é ao mesmo tempo liberador e suportivo [*supportive*], criativo e dependente, definido e informe [*formless*]” (Elliott, 2015, como citado em Bulamah, 2019, p.30)

Não é possível, portanto, desconsiderar o papel do paradoxo na obra do psicanalista britânico que, em suas teorizações, se recusa a soluções breves para problemas complexos, mesmo que o faça em linguagem acessível.

Para Ogden (1996), “o sujeito psicanalítico nunca simplesmente é; o sujeito está sempre se *tornando* por via de um processo de negação criativa de si mesmo” (p. 55). E, por isso, completa o autor, “o desenvolvimento da subjetividade requer experiências de formas específicas de intersubjetividade”, que será mediada pelas dialéticas psicológicas. Quando institui a reflexividade da dialética do sujeito e do objeto, Winnicott não apenas enfoca a concepção dialética da intersubjetividade, quando afirma o descentramento do sujeito; uma vez que “o sujeito nunca pode

estar totalmente separado do objeto e, portanto, nunca pode estar inteiramente centrado nele mesmo” (Ogden, 1996, p. 23).

Assumindo também essa via de análise, René Roussillon, em seu fecundo trabalho *Paradoxos e situações limites da psicanálise* de 1991, discute a complexidade que comporta uma análise do conceito de paradoxo quando o assunto é subjetividade humana. O desenvolvimento de suas ideias, que parte da reflexão sobre os ditos “caso-limites” ou “psicóticos”, é de uma riqueza impressionante pela articulação que realiza entre os aspectos teóricos e seus efeitos clínicos. Roussillon traz algumas contribuições que gostaríamos de destacar. No encontro com as ideias de Winnicott, afirma que a questão do paradoxo marca de modo decisivo a sua obra e propõe que seja assim sistematizada: haveria (1) os *paradoxos maturacionais* – que incluiria o paradoxo da transicionalidade e o paradoxo da capacidade de ficar só – e (2) os *paradoxos das defesas paradoxais* – que operam quando há ameaças de aniquilamento, que buscam preservar o verdadeiro *self*.

A tese de Roussillon se configura num apurado trabalho de ordenamento das ideias basilares que edificam o pensamento paradoxal em psicanálise, mas traz consigo também um desenvolvimento conceitual que resulta numa reflexão importante sobre os modos de paradoxos que se presentificam na clínica. Nessa longa passagem vemos a importância do tema:

Haveria “bons” e “maus” paradoxos? Os que são desestruturantes e os que são criadores? Ou, ainda, segundo a hipótese de P.-C. Recamier, haveria paradoxos “fechados” e paradoxos “abertos”? A experiência analítica habitua o espírito à idéia de fenômenos psíquicos bifaces. Como assinalou fortemente A. Green (1969), os primeiros mecanismos de defesa do aparelho psíquico são também os primeiros mecanismos de estruturação da vida psíquica. Certamente o mesmo ocorre, também, com os funcionamentos psíquicos paradoxais. Mecanismos sobretudo defensivos ou sobretudo estruturantes, *conforme as características do quadro psíquico no interior do qual se inscrevem, conforme o excesso ou a falta de certos componentes econômicos e qualitativos*. (Roussillon, 2006, p. 82, grifo nosso).

Não nos debruçaremos aqui nos aspectos defensivos ou desestruturantes, mas destacamos o papel dos *componentes econômicos e qualitativos* que participam do processo de constituição psíquica, lembrando, como faz o autor, que foi a partir “das experiências de ruptura que o paradoxo de Winnicott adquire todo o seu sentido” (Roussillon, 2006, p. 84). Conceber processos criativos e integrativos, portanto,

resulta de uma concepção particular e inteiramente original de Winnicott organizada em torno de um paradoxo central: o paradoxo da transicionalidade. “A adaptação da mãe às necessidades do bebê”, diz Winnicott (1975),

quando suficientemente boa, dá a este a *ilusão* de que existe uma realidade externa correspondente a sua própria capacidade de criar. Em outras palavras, ocorre uma sobreposição entre o que a mãe supre e o que a criança poderia conceber. [...] Psicologicamente, o bebê recebe de um seio que faz parte dele e a mãe dá leite a um bebê que é parte dela mesma (p. 27)”.

O paradoxo inicial é que não caberia, portanto, a pergunta se o objeto foi encontrado ou criado pelo bebê. Ao dar forma a área de ilusão (área neutra, que não é inteiramente objetiva, nem subjetiva), a mãe oportuniza seu bebê experimentar uma onipotência que propiciará a criação do espaço intermediário. Justo pelas significativas implicações desse estudo teórico no modo de compreender a vida psíquica, o fenômeno transicional tornou-se um conceito-chave na obra de Winnicott. Ele possibilita não apenas uma compreensão sobre as relações de objeto, através do estudo da primeira possessão não-eu, mas oferece uma exposição teórica sobre a criatividade, a localização da experiência cultural e sobre as origens da criatividade. “A natureza humana, na sua vertente cultural”, resume Fulgencio (2016, p. 43), “nada mais é do que a expansão desse espaço no qual tem origem o objeto transicional”.

Por isso, ao escrever sobre a questão dos fenômenos transicionais, Winnicott (1975) reconhece estar teorizando sobre:

1. A natureza do objeto.
2. A capacidade do bebê de reconhecer o objeto como “não-eu”.
3. A localização do objeto – fora, dentro, na fronteira.
4. A capacidade do bebê de criar, imaginar, inventar, originar, produzir um objeto.
5. O início de um tipo afetuoso de relação de objeto (p. 14).

Através dessa teorização, as contribuições de Winnicott acabaram incidindo também na leitura sobre o sujeito psicanalítico. Isso explica, então, porque o estudo do fenômeno transicional é um dos fundamentos conceituais mais importantes para pensarmos a lógica paradoxal da obra de Winnicott. Vejamos o que Ogden (1996) pensa sobre isso:

o uso por Winnicott da noção de paradoxo, para descrever o espaço no qual a subjetividade é criada, representa uma discreta revolução no pensamento analítico no sentido de que, pela primeira vez, uma concepção dialética da constituição intersubjetiva do sujeito humano *descentrado* é plenamente articulada (p.54)

A referida articulação sobre a constituição da subjetividade é, não resta dúvida, uma contribuição à natureza humana. Neste *espaço*, as experiências podem ser vividas pelo bebê, que confiando em sua mãe, finalmente, começa a compreender a diferença entre o interior e o exterior, iniciando a passagem para o simbolismo. “O termo objeto transicional, segundo minha sugestão, abre campo ao processo de tornar-se capaz de aceitar a diferença e similaridade”, explica Winnicott (1975). E nesse sentido, os objetos transicionais correspondem a uma abertura à experimentação dos símbolos, variável a depender do estágio de desenvolvimento do bebê, mas que não estaria dada desde o começo. Assim explica, Abram (2000):

Do ponto de vista do observador, o objeto transicional é um símbolo de um aspecto da experiência de ambiente do bebê. No entanto, isso não significa que ao usar um objeto transicional o bebê atinja a capacidade de usar os símbolos; ao contrário, ele está **prestes** a usar os símbolos (p.258, grifo do autor).

Essa passagem para o simbolismo, então, marcaria a transição da relação de objeto para o uso de objeto. Com ela, inicia-se uma outra etapa importante do processo de maturação da criança, que passa a ser capaz de usar objetos, demonstrando que reconhece a externalidade do objeto, que agora passa a ser visto como independente (detalharemos mais à frente).

No artigo *Três teses sobre o paradoxo em psicanálise: ressonâncias*, Figueiredo (2009) desenvolve uma sistematização interessante para discutir o paradoxo na psicanálise. Mobilizado pela lógica paradoxal proposta por Winnicott, propõe: (1) a tese do *paradoxo constitutivo* do sujeito psicanalítico, ou seja, o carácter paradoxal do objeto da psicanálise, destacada pela solidão essencial do bebê e sua comunhão absoluta com o seu meio; (2) a tese do paradoxo que precisa existir como lógica e estilo nas teorias psicanalíticas, que permite vê-las como ‘objeto transicional’ e (3) a tese que trata do paradoxo como dispositivo clínico, respeitando a modalidade paradoxal do analista na transferência. Não abordaremos aqui detalhadamente cada uma delas, cabendo apenas mencionar que, cada um ao

seu modo, incide na psicanálise e operam consequências “para o pensamento e para a prática psicanalítica”, como afirma.

Ao final desse trabalho, ainda, Figueiredo faz uma breve descrição daquilo que chamou de *paradoxo tóxico e psicotizante*, discutindo a dimensão traumática das comunicações paradoxais. Nessa argumentação encontramos um caminho para problematizar os riscos que podem acometer a criança pequena, já que, em algumas circunstâncias:

em vez de o paradoxo propiciar uma experiência de ambiguidade e, assim, ser uma condição e uma oportunidade para o jogo e para a criatividade, como no chiste baseado no *non-sense*, por exemplo, ele se torna uma *arma de destruição* exercitada no âmago paradoxal do sujeito (Figueiredo, 2009, p. 67, grifo nosso).

A partir das elaborações de Didier Anzieu sobre a comunicação paradoxal, o que Figueiredo nos lembra é que esse tipo de comunicação tem uma força de destruir o lúdico e interferir na capacidade de brincar, primordial ao processo de subjetivação da criança. Ele se refere às situações de dominação e exigências que podem levar ao enlouquecimento pela contradição que podem gerar, recolocando a necessidade de pensarmos qual o limite que separa os paradoxos geradores de ambiguidades criadoras daqueles que se transformam em ambiguidades paralisantes e irreduzíveis³?

Para tentar responder, é preciso lembrar que há diferenças importantes entre a noção de destruição que promove experiências paralisantes, ou poderíamos dizer, desvitalizantes, da concepção sobre as raízes da agressividade. Enquanto as raízes da agressividade repousam na teoria winnicottiana no paradoxo do destruído/encontrado, nas comunicações paradoxais mencionadas acima, o paradoxo versaria sobre a comunicação: “a emissão simultânea de ordens mutuamente contraditórias (o double mind)” (Figueiredo, 2006, p.67). Ao apresentar que a gênese da relação com a realidade externa repousa num paradoxo (do destruído/encontrado), Roussillon (2006), assim resume o evento tal como pensado por Winnicott:

³ Termo proposto por Nelson Coelho Junior, segundo nota de rodapé no texto de Figueiredo (2009).

o objeto é encontrado como objeto externo se ele é destruído (no fantasma), mas sobrevive a essa destrutividade, isto é, mesmo atingido por esta ele continua sendo permanente e estável, o que se manifesta pelo fato de não exercer represálias ao sujeito, nem pelo lado da retorção nem pelo lado da retirada. O objeto, pois, deve ser ao mesmo tempo atingido (destruído) e não destruído [...] eis aí o sentido de sobreviver (p.147).

Isso parece evidenciar a importância dos paradoxos para o processo de subjetivação e, portanto, para a criança – que passa a ser capaz de exercer a sua potencialidade, sem submissões ou adoecimentos. Há uma sutileza que separa esses dois pólos, mas a criança entre eles transitará, ora mais autônoma, ora menos; ora com alguns sintomas ou regressões, ora exercitando a sua insubmissão psíquica.

Contrário a essa versão, uma paradoxalidade autoritária e perversa levaria o sujeito a precisar “escolher entre ser-com e ser-só”, dilacerando e com tendências a enlouquecer o sujeito. Figueiredo (2009) conclui que, apesar dos riscos, o paradoxo pode se configurar como a única saída possível e viva, mesmo que incerta ou instável.

Corroborando com a tese do autor, gostaríamos de defender que essa posição de instabilidade própria dos fenômenos psicológicos paradoxais devem receber um respeito teórico e clínico do psicanalista, sobretudo, diante da infância. Lembrar que esse emaranhado de questões perpassa o processo de constituição subjetiva, eleva os dilemas e descobertas do encontro intersubjetivo e das escutas psicanalíticas do sujeito em questão. A conclusão é que precisamos não apenas aceitar os paradoxos, como dizia Winnicott, mas tomá-los como “única posição possível para o psicanalista: posição instável, porém viva” (Figueiredo, 2009, p.67). Parafraseando, poderíamos nos perguntar: não seria essa também a *única posição possível* para a criança, reconhecer sua condição instável e vulnerável, paradoxalmente dependente e independente, *porém viva* e criativa, diante do mundo? Será que podemos propor que o gesto criativo também pode se apresentar como uma posição possível, que impulsiona para a experimentação da potência e se contrapõe às ambiguidades paralisantes?

Nossa hipótese é de que a partir de uma potência subversiva continuamente alimentada pelos gestos e ações no mundo, uma abertura se coloca às crianças

como oferta para um novo lugar, sempre. O homem saudável para Winnicott opera por meio de duas razões:

eu chamo de razão *paradoxal*, é a razão *psíquica* por excelência, vigente em todas as questões afetivas/sentimentais. Constitui-se na formação do objeto *subjetivo* e, mais adiante, espraia-se por todo o mundo interno, guardando afinidades com a razão heraclitiana. O segundo tipo, que denomino razão *utilitária*, opera por meio do pensamento lógico formal e constitui a razão *mental* propriamente dita, vigorando sempre que o *self* tem de lidar com questões de utilidade prática, envolvendo os códigos sociais e culturais, sendo de grande utilidade na produção da filosofia, da ciência e da técnica (Naffah Neto, 2010, p.124).

O encontro entre essas duas razões, tal como propõe o autor, se daria justamente no espaço potencial criado entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo, marcado pelas incertezas de tradução entre as duas razões, explica. De um lado teríamos a *razão paradoxal* que ele define como a razão psíquica associada ao mundo interno; de outro, a *razão utilitária* que, por sua vez, corresponde aos acontecimentos externos. O que novamente concede destaque ao que se produz na área intermediária, no espaço potencial de criação, cujos intercâmbios e trocas entre as duas razões permitiria ao *self* encontrar possibilidades de expressão criativa.

No adoecimento, o inverso se daria, não havendo fluidez entre essas razões, o isolamento entre as razões promoveria um desenvolvimento precário do *self*. Essa forma de análise nos permite considerar as variantes e nuances que marcam os paradoxos em questão e suas incidências na vida psíquica das crianças. O nosso intuito, portanto, foi apontar que a própria constituição subjetiva, tal como pensada pela psicanálise, exige como ponto de partida o reconhecimento dos paradoxos da vida. Pensamos que Winnicott teve o mérito de ter assumido a presença dos paradoxos como um *pressuposto* em suas teorizações.

1.4. O mundo da criança

“Isso que chamam de bebê não existe” (Winnicott, 2000a, p.165), proferia Winnicott de modo acalorado à Sociedade Britânica de Psicanálise, explicitando a sua compreensão de que para um bebê existir é preciso que o seu entorno se faça presente, portanto, em relação. Essa interessante mudança de perspectiva, cujo

centro de gravidade do ser se encontra na situação global e não no indivíduo (Winnicott, 2000a), introduz a noção de uma “dupla amamentante” como uma nova entidade psicológica resultante da soma das partes. Isso amplia a complexidade da compreensão sobre a constituição psíquica na medida em que há uma unidade que se define pelo contexto ambiente-indivíduo e não uma unidade formada, exclusivamente, por um indivíduo.

“Para Freud”, resume Adam Phillips, “o homem era o animal ambivalente; para Winnicott, ele seria o animal dependente, para quem o desenvolvimento – a única ‘certeza’ em sua existência – era a tentativa de se tornar ‘separado sem estar isolado’” (Phillips, 2006, p.29). Por isso podemos afirmar que ao tomar a relação entre o bebê e sua mãe como foco para a compreensão da subjetividade humana, Winnicott apresentou uma leitura própria sobre a criança e seus mundos, o que levou a uma ampliação dos fundamentos conceituais e técnicos da psicanálise com crianças, promoveu uma escuta diferenciada dos modos de adoecimento psíquico e uma releitura das formas de trabalho do psicanalista, que não dedicou a sua intervenção, unicamente, à interpretação. O paradigma da relação mãe-bebê assumiu a dianteira das suas formulações conceituais e trouxe o elemento paradoxal como motor da sua leitura de indivíduo, especialmente, porque, para Winnicott, a dependência é vista como condição para independência.

Em *Teoria do relacionamento paterno-infantil* (1960), Winnicott apresenta a dependência como a chave de seu estudo, marcando sua formulação sobre a travessia do lactente a partir da *dependência absoluta*, passando pela *dependência relativa*, rumo à *independência*. Para ele, o potencial herdado depende das condições favoráveis (ou não) do cuidado materno dispensado ao seu bebê, o que pode ser por ele facilitado ou distorcido, especialmente dependendo da fase de dependência que o bebê se encontre. Na infância, portanto, o ambiente de *holding* incidirá de maneira decisiva, portanto, nos modos de desenvolvimento, uma vez que:

O *holding* inclui especialmente o *holding* físico do lactente, que é uma forma de amar. É possivelmente a única forma em que uma mãe pode demonstrar ao lactente o seu amor. [...] Tudo isso leva a, inclui e coexiste com o estabelecimento das primeiras relações objetivas do lactente e suas primeiras experiências de gratificação instintiva (Winnicott, 2007a, p.49).

Mas esse percurso não é linear já que a existência pessoal deriva da facilitação promovida pelo cuidado materno, que em adaptação viva às necessidades da criança, inclui a subjetividade da mãe e seu entorno, ou seja, não confere garantias pré-definidas. Sobre as diferenças entre uma criança que recebeu a provisão do ambiente, daquela que não pôde desfrutar de um ambiente suficientemente bom, Winnicott (2007) explica:

quando as coisas vão bem o lactente não tem meios de saber o que está sendo promovido adequadamente e o do cuidado materno está sendo prevenido. Por outro lado, é quando as coisas não vão bem que o lactente se torna perceptivo, não de uma falha do cuidado materno, mas dos resultados quais quer que sejam, dessa falha; quer dizer, o lactente se torna consciente de reagir a alguma irritação (p.51)

Note-se que a dimensão de presença experimentada a partir do cuidado, não é necessariamente um exercício conscientemente vivido pela unidade mãe-bebê, mas decorre de uma experiência de interdependência, que funda a subjetividade da criança a partir da experiência de cuidados suficientemente bons advindos do ambiente/mãe. Essa etapa inicial, cuja interdependência física e psicológica entre o bebê e sua mãe se coloca como fator fundamental do processo de constituição egóica, Winnicott chamou de fase de *preocupação materna primária*, que é responsável por capacitar o bebê “a começar a existir, a ter experiências, a constituir um ego pessoal, a dominar os instintos e a defrontar-se com todas as dificuldades inerentes à vida” (Winnicott, 2000, p. 404). Talvez isso explique a razão pela qual Fulgencio (2016) afirma que teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott corresponde a uma *teoria da dependência*. Em suas palavras:

Se em Freud e Klein a teoria do desenvolvimento é pensada, descrita e classificada pelos modos de relações com os objetos (do desejo), em Winnicott há uma nova maneira de descrever essa teoria, centrada na relação de dependência que o ser humano tem do ambiente que o sustenta e é seu lugar, desde o início (Fulgencio, 2016, p. 28).

Recoloca-se assim, o acento no papel do ambiente e, por conseguinte, nas relações de confiança vividas como parte dessa sustentação. Pois, ao mesmo tempo em que engendra o ambiente, produzindo uma atmosfera de estabilidade, proteção

e confiança, paradoxalmente, a confiança é uma experiência que decorre da presença suficientemente boa da mãe-ambiente, bem como do ambiente-mãe. Esse papel vital exercido pela mãe, capaz de apresentar o mundo em pequenas doses ao seu bebê, e que vai aos poucos, possibilitando a constituição de um clima de autoconfiança, não é uma tarefa cognitiva, mas uma vivência espontânea que respeita o *prazer materno confiável* (Abram, 2000, p.155) em estar com o seu bebê.

Noutras palavras, um caminho se abre para a confiança mútua (entre mãe-bebê) e do bebê para com o mundo, quando a maternidade pode ser acompanhada também por uma espécie de monotonia prazerosa. “Somente com base na monotonia pode a mãe adicionar riqueza de modo produtivo” (Winnicott, 2000e, p. 228), ou seja, uma mãe capaz de ‘oferecer algo de si’; e não apenas uma mãe que alimenta, cuida e se comunica. Essa espécie de ‘extração’ das coisas da mãe leva o bebê a ser capaz de, paradoxalmente, criar. Assim resume Figueiredo (2014):

o campo intrapsíquico, quanto mais bem construído, e neste sentido, mais autônomo, mais se torna capaz de estabelecer boas e fecundas relações com outros sujeitos e com o mundo da cultura, tornando-se assim mais apto à interdependência e menos predisposto a alimentar fantasias de autossuficiência (p.15).

Coloca-se em questão as dimensões de alteridade que engendram a formação da criança, não apenas em sua condição de autonomia, mas naquilo que supomos participar da abertura potencial que marca a vida criativa. Essa é uma das razões pela qual optamos nesse trabalho em destacar a leitura winnicottiana da criança, não apenas por ela apresentar um olhar apurado sobre a constituição psíquica, mas, sobretudo, pela ênfase concedida à concepção intersubjetiva em seus argumentos.

Lembramos ainda que ao longo do seu trabalho, Winnicott “afirma e reafirma que a condição humana só pode ser abordada, a partir de uma perspectiva epistemológica que contemple o paradoxo” (Safra, 2009, p.76); isso envolve a concepção de objeto transicional (paradoxo central) e o papel da solidão ou solidão em presença (que será desenvolvido no capítulo seguinte). Essas experiências paradoxais inauguram o sentido de si, destacam a concepção de sujeito intersubjetivo e marcam o papel do ambiente no processo de subjetivação da criança. Devemos ainda lembrar que para Winnicott (2007i), o início das relações objetais é complexo.

O padrão é o seguinte: o bebê desenvolve a expectativa vaga que se origina em uma necessidade não-formulada. A mãe, em se adaptando, apresenta um objeto ou uma manipulação que satisfaz as necessidades do bebê, de modo que o bebê começa a necessitar exatamente o que a mãe apresenta. Deste modo o bebê começa a se sentir confiante em ser capaz de criar objetos e criar o mundo real. A mãe proporciona ao bebê um breve período em que a *onipotência* é um fato da experiência (p. 60, grifo nosso)

Mesmo considerando que é a provisão ambiental que facilita essa condição para a constituição do espaço transicional, Winnicott se mostra cuidadoso em assegurar que a experiência intersubjetiva não define a potência da criança, mesmo que seja por essa, fortemente influenciada. Encontramos respaldo para essa afirmação em suas teorizações, nessa passagem:

Podemos dizer que o ambiente favorável torna possível o progresso continuado dos processos de maturação. *Mas o ambiente não faz a criança.* Na melhor das hipóteses possibilita à criança concretizar seu *potencial* (Winnicott, 2007g p. 81, grifo nosso).

Se o ambiente não faz a criança é preciso cautela para que a discussão não seja rapidamente empobrecida e reduzida a uma compreensão essencialista ou a uma tendência de valorização equivocada das relações objetais. Nesses casos, aponta Bulamah (2019), uma leitura conservadora e prescritiva pode ser usada sob a justificativa de corresponder a uma “versão winnicottiana”, o que pode ser bem problemático. Diferente dessa faceta, entretanto, um debate fecundo pode ser proposto para pensar, sem determinismos frágeis, qual a origem da potência da criança? De onde ela provém?

No contexto da obra de Winnicott é possível responder a essa questão apresentando como a *experiência de onipotência* vivida pelo bebê confere um movimento potente para criação do mundo:

O seio é criado pelo bebê repetidas vezes, pela capacidade que tem de amar ou (pode-se dizer) pela necessidade. Desenvolve-se nele um fenômeno subjetivo, que chamamos seio da mãe. A mãe coloca o seio real exatamente onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento exato (Winnicott, 1975, p. 26).

A atividade criativa, então, seria inaugurada a partir da criação do seio, como protótipo da criação do mundo empreendida pelo bebê que, na teoria winnicottiana, resulta de uma experiência oferecida inicialmente pela mãe, que profundamente identificada com o seu bebê, se esforça para descobrir suas necessidades. A onipotência experimentada pelo recém-nascido, é um fato desde que mediada pela presença materna, ou seja, é um atributo resultante de uma experiência intersubjetiva que antecederia a dimensão de onipotência narcísica conferida pelos pais à criança, tal como Freud (1914/2011) descreve. Sobre essa forma de onipotência, nos diz:

Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe (Freud, 1914/2011, p.25).

A onipotência da qual Winnicott fala seria mobilizada antes dessa questão reconhecida por Freud como relativas ao narcisismo primário; ela pressupõe um atravessamento das relações entre pais e filhos, quando esses podem dispor de um ego mais delimitado, numa etapa em que poderíamos nos referir ao bebê como pessoa. Isso instaura aspectos relacionais do narcisismo dos pais diferentes daqueles mobilizados antes da constituição egóica e promove modos diferentes, portanto, de participação no processo de subjetivação da criança. O que estamos tentando demarcar é que a onipotência descrita por Winnicott como resultante da ilusão (característica da adaptação suficientemente boa da mãe às necessidades do bebê) envolve um fato da experiência de importância fundamental para a criação de uma área transicional entre a realidade interna e externa, cuja função envolve a constituição psíquica da criança e o seu modo de estar no mundo. O bebê faz uso do objeto transicional para chegar no estágio de dependência relativa, passagem que só é possível quando pode experimentar a ilusão de onipotência e a posterior experiência de desilusão.

Em “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”, escrito em 1913, Ferenczi (2011a), apresenta o início dos processos de simbolização a partir de uma explanação sobre as formas de onipotência que acompanham o bebê rumo à

enunciação das palavras. Para que seja possível adentrar nessa etapa do desenvolvimento psíquico, a vivência de um sentimento de *onipotência incondicional*, segundo o psicanalista húngaro, já foi experimentada pelo bebê que agora tenta expandir a sua onipotência a uma realização alucinatória dos seus desejos. Sua hipótese é de que a “megalomania da criança” não seria *pura* ilusão porque corresponde a um resgate à onipotência intrauterina (*incondicional*) que é gradativamente transformada (ao longo do nascimento) em: *onipotência alucinatória mágica*, *onipotência com a ajuda de gestos mágicos*, e *período dos pensamentos e palavras mágicos*.

A *onipotência alucinatória mágica* corresponderia a uma etapa de alucinação (representação), onde a criança é capaz de desejar, mas sem precisar modificar nada no mundo para obter a realização desses desejos. Na etapa seguinte, os gestos serão os protagonistas, pois a linguagem gestual ainda sem endereçamento preciso transformará o seu desejo em algo visível para o mundo externo, fazendo a criança continuar sentindo a sua onipotência. As necessidades específicas, expressas através de gestos cada vez mais específico traz à criança a vivência da *onipotência com ajuda de gestos mágicos*. “A criança atravessa um *período animista*”, nos diz Ferenczi (2011a), “período em que todas as coisas se lhe apresentam como animadas e em que tenta reencontrar em casa coisa seus próprios órgãos ou seu funcionamento” (p. 54). Com o gradativo aumento das capacidades e condições maturacionais da criança, os desejos também ficam mais complexos e a linguagem gestual passa a ser substituída pela linguagem verbal. É chegado o *período dos pensamentos e palavras mágicas*, que é assim descrito:

É o ponto de partida de um importante avanço: tornam-se inúteis a laboriosa *representação* por imagens e a *encenação* dramática, ainda mais laboriosa; a concepção e a representação dessas séries de fonemas chamadas palavras permitem uma versão muito mais econômica e preciosa dos desejos. Ao mesmo tempo, o simbolismo verbal torna possível o pensamento consciente na medida em que, associando-se aos processos de pensamento, em si mesmo inconscientes, confere-lhes qualidades perceptíveis (Ferenczi, 2011a, p.55).

Tomada como uma espécie de “força motriz”, a onipotência seria parte fundamental do processo de subjetivação psíquica humana, atravessando desde a compressão sobre o acesso à linguagem verbal, à palavra e à vivência da

potencialidade criativa do humano, que detalharemos adiante quando retomarmos às contribuições winnicottianas. Por ora, gostaríamos ainda de destacar que a possibilidade de analisar a travessia da onipotência da criança rumo à linguagem a partir da leitura de Ferenczi, constitui uma forma de lançar uma compreensão sobre o papel da potência do gesto, analisando-a também como abertura para a potência da criatividade.

“A concepção ferencziana é de que a palavra”, explica Kupermann (2020),

não é apenas um modo de expressão, mas também a expressão de uma experiência de onipotência criadora, nunca totalmente perdida, e de uma potência psicossomática (toda expressão é também corpórea) – a palavra ferencziana resguarda uma relação importante com o gesto, que sobrevive na forma do canto que impregna toda emissão da voz. A palavra-gesto, a palavra-corpo, preserva o poder de afetação do outro e, portanto, o poder de influenciá-lo (p.33).

Essa noção de palavra-gesto, como palavra-corpo, nos instrumentaliza para pensar como o processo de maturação da criança, não pode prescindir da *onipotência criadora* do mundo e da *potência* que emana do corpo infantil. Nesses termos, a onipotência seria a pré-condição para elementos basilares da constituição psíquica, por instaurar a ilusão necessária à criação e, em seu negativo, por promover a impotência necessária à experiência de desilusão própria da conquista e recepção do mundo externo pelo bebê.

No capítulo que se seguirá a esse, pretendemos avançar em nosso argumento, pensando como se constitui o potencial da criança e lançando o desafio de propor a presença de um gesto subversivo nele. O tema exige detalhamento e por isso optamos por apresentá-lo mais à frente. Mas ainda resta-nos apresentar os pré-requisitos para a expressão dessa potência no processo de amadurecimento, que estariam ligados a dois aspectos: a presença de um espaço potencial e à condição para o brincar compartilhado.

Adam Phillips (2006) propõe que através da obra de Winnicott um bebê diferente aparece na psicanálise:

O bebê, nos relatos de Winnicott, descobre o mundo em primeiro lugar criando, ele nasce um artista e um hedonista. Onde Freud e Klein haviam enfatizado o papel da desilusão, no qual crescer seria um processo de luto, para Winnicott haveria um sentido mais primário em que o desenvolvimento era um processo criativo de colaboração. A desilusão pressupunha ter havido ilusão suficiente. Para o bebê, no início, dado um ambiente de sustentação, o desejo era criativo, mais do que simplesmente voraz (Phillips, 2006, p.149)

Essa mudança de perspectiva, sabemos, transformou a concepção sobre a criatividade humana e ofereceu novos esquemas teóricos, tal como a noção de fenômenos transicionais, cuja dimensão de intersubjetividade e mutualidade ganharam destaque. As formulações sobre os fenômenos transicionais, portanto, são marcadas pelo que ele nomeou de *Teoria da Ilusão-Desilusão* que descreve a primeira possessão não-eu, engendrada pela presença de pais capazes de oferecer intuitivamente ao bebê uma abertura para emergência do espaço intermediário. Sendo um marco no processo de separação-individuação, “o relacionamento com o objeto transicional é também”, esclarece Ogden (2015), “um reflexo importante do desenvolvimento da capacidade de manter um processo psicológico dialético” (p. 160). Essa dialética residiria, entre outras coisas, na possibilidade do bebê (agora criado como sujeito) ser “o criador e intérprete de seus símbolos”, completa.

Para Winnicott, a tarefa de aceitação da realidade nunca é completada porque permanecemos convivendo com uma tensão entre a realidade interna e externa, aliviada pela área intermediária da experiência. “Os objetos transicionais e os fenômenos transicionais”, dirá Winnicott (1975),

pertencem ao domínio da *ilusão* que está na base do início da experiência. Esse primeiro estágio do desenvolvimento é tornado possível pela capacidade especial, por parte da mãe, de efetuar adaptações às necessidades de seu bebê, permitindo-lhe assim a ilusão de que aquilo que ele cria existe realmente (p. 30, grifo nosso).

A área de ilusão surge como uma consequência da disponibilidade materna de se adaptar ao seu bebê de modo a que ele possa sentir-se criando em fantasia a mãe que ele precisa e encontra. A mãe suficientemente boa seria, então, aquela capaz de aceitar, repetidas vezes, a onipotência do bebê, o que vai conferindo vigor ao ego ainda frágil da criança. A presença de um “outro” em sua vitalidade, portanto,

permite a instalação de um ambiente propício para a experiência da brincadeira, *espaço potencial* entre o bebê e a mãe.

Esse espaço varia bastante segundo as experiências de vida do bebê em relação à mãe ou figura materna, e eu contraste esse espaço potencial (a) com o mundo interno (relacionado à parceria psicossomática), e (b) com a realidade concreta ou externa (que possui suas próprias dimensões e pode ser estudada objetivamente, e que, por muito que possa parecer variar, segundo o estado do indivíduo que a está observando, na verdade permanece constante). (Winnicott, 1975, p.63).

O espaço potencial, permite-nos compreender o inapreensível da dimensão relacional e a abertura que a criação proporciona à vida psíquica. A proposição que um *espaço* cujo limite e borda correspondem a intersecção entre internalidade e externalidade, entre realidade e fantasia, “permanece parcialmente enigmático, devido à dificuldade em desatrelar o significado do conceito do elegante sistema de imagens e metáforas no qual se encontra aninhado”, afirma Ogden (2015, p.153).

Apesar disso, está claro que é nessa área potencial que a brincadeira se dá. “É no brincar”, escreve Winnicott (2014), “e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto é livre para ser criativo” (p.71). É com essas palavras que o autor inicia o capítulo sobre o brincar como atividade criativa e busca do *self*, explicitando já de partida sua interpretação sobre aquela que seria uma das suas maiores contribuições, o significado do brincar para o indivíduo.

Haveria, então, uma sequência do brincar relativa à condição de amadurecimento da criança, iniciada com um brincar dependente do modo como a mãe apresenta o objeto e que se transforma, gradativamente, num brincar junto, como explica Winnicott em 1968 no capítulo *Brincar: uma exposição teórica* do seu célebre livro *O brincar e a Realidade*. Classifica a sequência:

- A. O bebê e o objeto estão fundidos um no outro.
 - B. O objeto é repudiado, aceito de novo e objetivamente percebido.
 - C. O próximo estágio é ficar sozinho na presença de alguém
 - D. A criança agora está ficando pronta para o próximo estágio, que é permitir e desfrutar da superposição de duas áreas de brincadeira.
- (Winnicott, 2014, p. 63-64)

Ao apresentar a sua exposição teórica sobre o papel da brincadeira na constituição psíquica, Winnicott desenvolve o conceito do espaço potencial

concedendo um lugar para o brincar, ao mesmo tempo em que teoriza sobre as origens da criatividade e o seu papel na constituição subjetiva. O palco onde se encenam as primeiras brincadeiras entre a mãe e o bebê, não ocorre dentro e nem fora, não é da mãe, tampouco do bebê. Mas é, sobretudo, um brincar que se localiza no espaço potencial experimentado *entre*, pois decorre da confiança inspirada pela mãe e das brincadeiras que ela cria a partir dos gestos espontâneos do seu bebê, significando-os:

A confiança na mãe cria um *playground* intermediário aqui, onde a ideia da magia se origina, uma vez que o bebê, até certo ponto, experimenta onipotência. [...] Chamo isso de *playground* porque a brincadeira começa aqui. O *playground* é um espaço potencial entre a mãe e o bebê, ou que une mãe e bebê. (Winnicott, 2014, pp. 63)

Isso evidencia que a condição de brincar não está dada desde o início, já que um longo e delicado percurso relacional estaria nas origens dessa experiência intersubjetiva, comum à natureza humana. Aos poucos, os interesses voltam-se para cultura, descatexizando o objeto investido (a mãe) e ampliando os horizontes da criança que agora mostra-se curiosa com o mundo. Ao se perguntar onde se localiza a experiência cultural – definida por ele como tradição herdada – Winnicott reafirmou a importância do *espaço potencial* como área vital na vida psíquica e destacou os critérios para a sua constituição.

Onde há confiança e fidedignidade há também o espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural. A característica especial desse lugar em que a brincadeira e a experiência cultural têm uma posição, está em que *ele depende, para sua existência, de experiências do viver*, não de tendências herdadas (Winnicott, 1975, p.150)

Nesse sentido, ao pensar no papel das experiências do viver colocamos em destaque a função das famílias, das escolas e da sociedade em geral – o que inclui as dimensões políticas e da ampla cultura. Isso nos leva a considerar o impacto dos processos de imersão nas tradições familiares e culturais, da educação formal mas, sobretudo, das ressonâncias subjetivas resultantes das relação das crianças com os adultos que participam de sua vida.

Avançando na análise sobre a infância, em *Moral e educação*, escrito em 1963, Winnicott propõe que a educação e obediência também guardam relação com a forma como os cuidados adequados são favorecidos à criança, já que contribuem para o desenvolvimento do senso moral e para a capacidade de se sentir pessoalmente responsável por si. Mais do que isso, nesse trabalho ele aponta para o fato de que a “obediência traz recompensas imediatas e os adultos confundem, com excessiva facilidade, obediência com crescimento” (Winnicott, 2007j, p.96); demonstrando em tom crítico que “se submeter, às custas de seu modo pessoal” seria uma imoralidade para a criança.

Caminhando com essas ideias, nos perguntamos: de que modo a criatividade poderá se expandir, respeitando os códigos morais e sociais civilizatórios, sem que se configure prejuízos ao modo particular de expressão livre da criança? Como a criança pequena poderá salvaguardar sua espontaneidade criativa respeitando a moralidade introjetada? Os modos de experimentação singular das vivências privadas e públicas da criança marcam as primeiras relações, mas também os modos de agir no mundo. Falaríamos, então, de formas diretas (provisão do ambiente) e indiretas (espontaneidade do gesto para criação) como aspectos que constituem as origens da potência da criança, um movimento para criação. O que envolve desde a provisão do ambiente, considerando a apresentação contínua do mundo, à “conciliação entre imitar os pais e *desafiadoramente* estabelecer uma identidade pessoal” (Winnicott, 2007g, p.87 [grifo nosso]).

Após essa breve retomada teórica, formulamos: Poderíamos defender a presença de uma “potência subversiva do gesto criativo” como elemento insubmisso e necessário como motor para a criança ser capaz de preservar o seu modo pessoal de viver? Parece-nos que o conceito de *espaço potencial* se mostra como um elemento de sustentação dessa hipótese, na medida em que para experimentar a insubmissão (em fantasia ou realidade) a criança precisa, antes, ter usufruído dessas experiências de confiança e continuidade promovidas por um ambiente suficientemente preparado. Mas, antes de avançarmos, ainda é preciso que nos debruçemos sobre o fenômeno da insubmissão, já que ele evoca os argumentos para a proposição da nossa hipótese de pesquisa.

Consideramos que se faz necessário tentar demonstrar a ideia de que haveria no fenômeno insubmisso não apenas um modo de representação da desobediência positiva, como um elemento subversivamente criativo e libertário. Recolocando-se, de modo mais intenso, não apenas as dificuldades concernentes aos paradoxos presentes no processo de autonomia, a partir das experiências de ambiguidade vividas pela criança, mas também aqueles que dizem respeito aos limites da subversão criativa. A partir de questões como essas, acreditamos estar construindo um campo de investigação.

CAPÍTULO 2

A CRIANÇA INSUBMISSA

Recusando submeter-se terá a
vantagem de preservar sua dignidade
Leon Tolstói

Assumimos como ponto de partida a premissa de que há forma de insubmissão, expressa pelas crianças em seus diferentes tempos de vida, de diversos modos. Chamamos de insubmissão a expressão de recusa diante da lei ou norma externa, a posição de questionamento diante da negativa do adulto, a experimentação da realidade a partir do teste de limites e/ou através das brincadeiras e tantas outras oposições que a criança forja no meio em que vive.

Em Winnicott (1975) encontramos uma referência ao ato de se submeter, que nos ajuda a pensar sobre o seu antagonismo: “a submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida” (p. 95). Assim formulada, a submissão é vista como um modo de adoecimento e fragilidade subjetiva, nos levando a desler o conceito e inferir que a insubmissão, por sua vez, poderia também expressar uma dimensão de saúde e vitalidade. Se concordarmos com essa dedução, passamos a reconhecer no ato insubmisso elementos psíquicos cujos desdobramentos incidem no processo de amadurecimento da criança. Qual seria, então, o limite entre a expressão de insubmissão insurgente e aquela que compreende uma parte da constituição subjetiva saudável? E mais: se a insubmissão também pode ser vista como uma forma saudável de viver e estar no mundo, uma expressão criativa da criança, como compreender a sua presença no processo de subjetivação da criança?

Pretendemos nos debruçar mais detalhadamente sobre as origens da submissão e da subversão no capítulo seguinte, quando investigaremos as condições de possibilidade para a emergência de uma suposta potência subversiva da criatividade, levando em consideração o(s) contexto(s) em que ela mostra-se como criação. Contudo, para que isso aconteça, cabe-nos preparar as bases que justificam essa proposição, começando por apresentar o pressuposto que norteia a elaboração da hipótese dessa tese: a evidência da criança insubmissa. Pretendemos, aqui: (1) definir a insubmissão da criança; (2) investigar o

desenvolvimento da capacidade para ser insubmisso e (3) apresentar as diferenças entre a atitude insubmissa e a tendência anti-social na infância.

2.1. Do gesto espontâneo à insubmissão na infância

Para além da filosofia e da arte, o campo da estética do comportamento humano convida o psicanalista a pensar sobre a importância do gesto espontâneo, sua definição, seu poder, seus efeitos, bem como suas ambiguidades. As diferenças conceituais, portanto, vão da distinção entre ato e gesto no processo de singularização do humano às implicações de escuta e técnica na clínica psicanalítica que toma essas referências. Mais à frente nos debruçaremos sobre as nuances da incidência da estética na clínica psicanalítica, cabendo agora pensar sobre o papel do gesto na constituição psíquica.

A definição de *gesto*, sabemos, é uma tarefa complexa. As múltiplas possibilidades de interpretação, os diferentes tipos de expressão, aquilo que evoca ou provoca, mas, sobretudo, a maneira como é acolhido (recepção) ou não pelo ambiente (um Outro), impossibilita postular o gesto como um substantivo definitivo, trazendo-o ao campo da experiência. O reconhecimento desta faceta, digamos móvel, que corresponde à esfera da criação, que inclui o vivido e experimentado na relação, é o acento fundamental sobre o qual gostaríamos nos debruçar aqui.

Em seu livro *A Beleza do Gesto*, Galard (2008) ao discutir a dicotomia entre gesto e ato, afirma:

O gesto nada mais é que o ato considerado na totalidade de seu desenrolar, percebido enquanto tal, observado, captado. O ato é o que resta de um gesto cujos momentos foram esquecidos e do que só se conhecem os resultados. O gesto se revela, mesmo que sua intenção seja prática, interessada. O ato se resume em seus efeitos, ainda que quisesse se mostrar espetacular ou gratuito. Um se impõe ao caráter perceptível de sua construção; o outro passa como uma prosa que transmitiu o que tinha a dizer. O gesto é poesia do ato. (p.27)

Sendo expressão, o gesto apresenta riqueza simbólica e uma amplitude de sentidos. O que nos permite relacionar essa teorização ao modo como a família concebe e recebe o gesto espontâneo do bebê, por exemplo. Em trabalho intitulado *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte*, escrito em 1929, Ferenczi apresenta o papel da hospitalidade no processo de singularização do indivíduo, por

compreender que a maneira como o bebê é recepcionado pela família repercute no seu modo de se constituir e, sobretudo, incide na sua forma de se relacionar com os outros. A proposição ferencziana é conhecida: as crianças que foram acolhidas como hóspedes não bem-vindos na família “sofriam de distúrbios mais ou menos graves de potência” (Ferenczi, 2011c, p. 58). O que aponta para a precocidade do trauma nas crianças maltratadas no início de suas vidas ou privadas do amor, tempo depois.

Além disso, Ferenczi é um autor que contribuiu de maneira significativa para o reconhecimento do papel do ambiente na consolidação da subjetividade, especialmente no que diz respeito “a adaptação da família à criança”, título de um de seus ensaios sobre o tema. Nesse trabalho, Ferenczi (2011a) promove uma torção nos modos de compreender as primeiras relações entre o bebê e sua família (ambiente) ao propor um papel ativo, por parte dos adultos, não apenas como presença, mas pela oferta de uma atmosfera de confiabilidade e ternura. Essa visada, podemos dizer, confere à noção de gesto um estatuto de destaque na estética da vida.

A contribuição de Winnicott sobre o tema também se mostra preciosa para pensarmos a maneira pela qual o bebê inicia a criação de si. Para o psicanalista britânico, o acolhimento do gesto singular do bebê por parte da mãe (ambiente) é aquilo que inaugura as possibilidades de sua existência e constitui os fundamentos para a origem do *self*.

Descobrimos que os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. Essa variável nos seres humanos está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade das provisões ambientais no começo ou nas fases primitivas da experiência de vida de cada bebê. (Winnicott, 1975, p.102)

Sendo assim, o gesto cria e, paradoxalmente, está lá para ser criado na complexa e refinada experiência que circunda o bebê humano. Através da relação com um ambiente acolhedor, ele encontra espaço para expressão do seu gesto singular e, como desdobramento, para a origem do seu sentido de existência. Gesto e criação interligam-se variando entre face e verso, início ou fim, objeto objetivo ou subjetivo de uma expressão do bebê que precisa encontrar eco e receber sentidos.

Se o ambiente for consistente e capaz de acolher a espontaneidade do bebê, um importante caminho se abre a formação do *self*, tal como explica Winnicott (2007d): “Periodicamente um gesto do lactente expressa um impulso espontâneo; a fonte do gesto é o *self* verdadeiro, e esse gesto indica a existência de um *self* verdadeiro em potencial” (p. 132).

Ao apresentar o seu argumento, Winnicott associa a ideia de um *self* verdadeiro ao gesto espontâneo, explicando que no início o gesto do bebê apresenta-se como uma expressão sensório-motora. Mas, aos poucos, o gesto precisa ser complementado pelo ambiente, com vistas a se tornar uma realidade. Só então ele vai sendo modelado e transformado, já que decorreria da expressão do *self* verdadeiro em potencial. Isso nos faz concordar que o percurso inicial da ação (motilidade) ao gesto, pode ser visto como uma exigência para a nossa criação. Nos levando a concluir que partimos da ação para, no gesto, expressar criação e potência. Assim como ao longo do processo de amadurecimento será através do gesto, e depois da ação, que expressaremos a potência subversiva da nossa criatividade.

A participação do ambiente, em especial a devoção materna, volta a ser apresentada como parte decisiva para o acolhimento (ou não) do gesto espontâneo do bebê. O estado psicológico da mãe, portanto, é condição para a expressão daquilo que Winnicott chamou de “Preocupação Materna Primária”:

Não acredito que seja possível compreender o funcionamento da mãe no início mesmo da vida do bebê sem perceber que ela deve alcançar esse estado de sensibilidade exacerbada, quase uma doença, e recuperar-se dele (Winnicott, 1956/2000c, p.401).

Nesse momento, estamos diante de um bebê com o *self* em constituição e cuja fragilidade urge pelos cuidados suficientemente bons de sua mãe. Ao pai destina-se, afirma Winnicott (2007d), a tarefa de cuidar da “realidade externa para a mulher, de modo a tornar seguro e razoável para ela se tornar temporariamente introvertida, egocêntrica” (p.135). Contudo, lembramos, esse estado de sensibilidade pode ser oferecido por outro, além da mãe.

Não é surpresa, então, que o percurso de uma criança será marcado pelo contexto histórico e transgeracional que ela encontra na família. Esta é a hipótese

desenvolvida por Safra (2014) ao apresentar o gesto criativo como parte da herança psíquica familiar que o origina:

Compreender o homem como ser criativo é vê-lo não como fruto de determinações naturais ou sociais, mas como acontecimento, como aparição. Os elementos sociais e naturais são campos que se organizam como estilo, a partir do nascimento e do gesto que nos apresentam cada ser humano como inédito (Safra, 2014, p. 78).

A relação entre tempo e gesto criativo, portanto, atravessa a experiência humana e confere lugar à criança, um posicionamento diante do outro. Assim, segundo o autor, o gesto acontece na tradição; o que o leva a propor que o modo de acolhimento do gesto corresponde ao início do si mesmo do bebê.

De acordo com Safra (2014), três situações seriam possíveis ao bebê: encontrar no berço uma *missão*, um *enigma* ou *uma questão*; todas elas repercutiriam nos modos de expressão do gesto e do percurso de existência da criança. Segundo o autor, na primeira situação o bebê recebe uma missão, cujo propósito seria resolver uma situação familiar ou da comunidade da qual pertence; levando-o a um aprisionamento impeditivo da expressão singular do gesto. A segunda, refere-se ao encontro um enigma no berço, aquilo que não pode ser dito, formulado e, portanto, capaz de produzir sofrimentos ou enlouquecimentos. Não é difícil, então, compreender que nesta possibilidade o gesto singular do bebê é atropelado pela memória, que “passa a nortear o gesto das pessoas, re-significando a história” (Safra, 2002a, p.830).

Por fim, a terceira possibilidade seria o encontro com uma questão. Por ocasião desta experiência o bebê viveria, em transicionalidade, aquilo que é transmitido pelas gerações anteriores colocando em jogo as questões da cultura e de sua tradição familiar a fim de constituir o seu estilo próprio, seu destino. Encontrar uma questão no berço colocaria o gesto do bebê em direção ao porvir.

Essa apresentação dos modos pelos quais o bebê constitui-se na tradição nos permite recolocar o paradoxo que atravessa a constituição do *self*, uma vez que apesar de enovelados na trama que nos recepcionou, o gesto é o caminho a partir do qual os modos de singularização se dão. Dito de outro modo, a criança encontra diferentes possibilidades na sua chegada ao mundo, algumas impeditivas, outras

mais facilitadoras para a expressão do seu gesto singular, entretanto, estas não a determinam, em princípio. Isto porque jamais poderemos desconsiderar que o gesto porta, em potência, a dimensão de criatividade humana, absolutamente singular.

O estado de constituição do si mesmo, sabemos, é essa complexa teia de novelos que dependem do ambiente para ser unidade. Inicialmente, em potência, posto que as ações são antes puro gesto (ainda sem significações ou traduções), para em seguida, ir se transformando em gesto singular. À medida que o acontecimento psíquico vai se dando, o gesto espontâneo vai se transformando em gesto singular, ou seja, poderíamos assim dizer que ele nos permite ler os diferentes modos de expressão do *self* verdadeiro. Afinal, para Winnicott, o gesto espontâneo está ligado ao self verdadeiro e será a partir dele que as bases para a ilusão de onipotência, tão necessária ao desenvolvimento do indivíduo, vão se constituir.

Noutras palavras, o gesto, inicialmente bruto e sem portar significado, desprovido de responsabilidade com o outro e sem referir-se a uma comunicação, seria inicialmente puro gesto. A meta final seria a constituição de um gesto espontâneo singular, que expressa um modo de ser, um idioma pessoal. Nas palavras de Safra (2004):

Todo acontecimento humano, o saber, o gesto, a sexualidade encontra-se referido ao *ethos* humano. A partir desse ponto de vista, podemos compreender o sofrimento humano, a psico-*pathos*-logia, como a notícia da maneira peculiar como uma pessoa conseguiu ou não pôr em marcha as questões de sua existência (p. 122).

Da ação ao gesto (que funda o sujeito), passamos a pensar na sequência invertida onde sairíamos *do gesto à ação*, cujo resultado seria a criação de si. Nestes dois percursos, que nos parecem intercambiáveis e interdependentes, portanto, indissociáveis, a noção de insubmissão entra como uma fenda a ser analisada. As formas de insubmissão na infância, como tentamos analisar acima, trazem as relações entre o gesto e as ações, levam em consideração o processo de amadurecimento da criança e, sobretudo, as incidências do ambiente na modulação de sua expressão e sentido.

2.2. Sobre algumas formas de insubmissão da criança

Longe de querer encontrar a gênese da insubmissão, aqui nos propomos a apresentar uma definição possível da noção de insubmissão. Segundo o Dicionário Michaelis (online), 'insubmissão' é: 1. Qualidade de insubmisso. 2. Falta de submissão. Para o verbete 'insubmisso', encontramos ainda a seguinte definição: "1. Não submisso. 2. Independente. 3. Ativo" (Michaelis, sf). A qualidade de não se submeter, tal como caracterizada pelo termo acima, interessa-nos em particular por comportar uma tendência à liberdade e a não sujeição, aspecto que nos parece fundamental no processo de constituição de si.

Como elemento de insubmissão na infância, para além das ditas formas de resistência, aqui estamos considerando a dimensão potencialmente ativa da subjetividade, entendida através da experiência criativa. Nesse sentido, podemos supor que a insubmissão, tomada como uma reivindicação à vida, estaria presente na dimensão de temporalidade e curiosidade que transforma as experiências infantis numa plataforma de descobertas. Entretanto, longe de definir a insubmissão como marcador referencial no processo de constituição psíquica, tarefa que pensamos estar mais relacionada à condição do brincar (Winnicott, 1975), gostaríamos de apresentar a evidência de insubmissão e os seus modos de expressão na infância. Ideias que se mostram sintônicas à proposição de uma via espontânea e constitutiva da subjetividade, que não se define unicamente como agressiva.

Não sendo nossa intenção delinear e discutir o conceito de agressividade à luz da psicanálise, é importante destacar que o estudo sobre a criança insubmissa nos convida a, pelo menos, bordejar a questão. Para Birman (2006), teríamos três versões sobre a agressividade em Freud, Winnicott e Lacan, que se encontram pelo "imperativo da alteridade, representado pela mediação do outro como condição constitutiva do sujeito" (Birman, 2006, p. 375). Privilegiamos as contribuições de Winnicott pelo modo que concebe as raízes da agressividade a partir de uma complexa teorização construída como parte do processo de desenvolvimento psíquico da criança. Extraímos dos seus textos conceitos fundamentais para discutir o fenômeno da insubmissão, tentando formular em conjunto uma proposição sobre as formas de insubmissão relacionadas ao processo de amadurecimento da criança. Para o aprofundamento dos seus efeitos, por fim, trazemos para esse debate as ideias de Radmilla Zygouris (2000) e Jessica Benjamin (1988) sobre a questão da

submissão e dos mecanismos de domínio nos relacionamentos sociais, respectivamente.

O esforço metodológico corresponde, de início, a uma tentativa de diferenciar a insubmissão da criança sem realizar uma sobreposição entre a concepção de criatividade, tampouco, sobre a noção de agressividade em Winnicott. Estamos conscientes de que dentro do arcabouço teórico do psicanalista britânico é difícil não misturar o papel da agressividade, com o que estamos referindo como uma disposição subversiva a não submissão da criança. No entanto, consideramos ser possível compreender o fenômeno isoladamente, especialmente, se nos debruçarmos sobre o papel dos mecanismos de submissão e autonomia a partir dos laços de amor vivenciados na infância.

Para Phillips (2006), na obra de Winnicott o “potencial agressivo” seria o equivalente ao potencial de desenvolvimento. Isso pode ser explicado pelo fato de Winnicott (2007c) apostar numa reconsideração da metapsicologia freudiana ao propor que “a agressão é vista mais como evidência de vida” (p. 117). O que o levou a reformular a noção de regressão, ao pressupor que esta deve ser pensada como uma regressão à dependência, que valoriza a capacidade do indivíduo de ‘se curar’ – chamada, na teoria winnicottiana, de tendência inata para o amadurecimento. Essas contribuições de Winnicott se desdobraram numa leitura diferente das noções de saúde⁴ e doença em psicanálise, implicando em novas estratégias de cura⁵ na clínica psicanalítica, em especial, em nossos tempos. Deixamos, porém, o aprofundamento dessa discussão para outro momento.

Aqui interessa-nos destacar que, o reconhecimento do vitalismo como marca do humano, “assinala a convicção fundamental de Winnicott quanto ao fato de sermos, antes de sujeitos da cultura, seres vivos, naturais” (Bezerra Jr., 2007, p. 37). O que explica a leitura da agressividade feita por Winnicott, que desloca o conceito de uma visão unicamente pulsional e sinônimo de destrutividade, substituindo-o enquanto parte do processo de desenvolvimento emocional.

⁴ Sobre a noção de saúde na obra de Winnicott ver artigo: França, R. M. P., Passos, M. C., & Rocha, Z. (2014). Os sentidos da saúde na obra de Donald Winnicott. *Estudos de Psicanálise*, (42), 97-106.

⁵ Para maiores reflexões sobre o tema em psicanálise, sugerimos a leitura de Figueiredo, L.C. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo: Blucher.

Qual a origem, então, da agressividade? Winnicott (2000a) responde: “a agressividade faz parte da expressão de amor” (p. 289). É expressão da oralidade, do amor primitivo sentido e vivido pelas experiências, corporais e não corporais, que envolvem a vida do bebê. Assim, a força vital, presente desde a vida intra-uterina, corresponderia a “agressão primária que não era nem uma pulsão, nem sinônimo de qualquer ímpeto de destruição” (Phillips, 2006, p. 155). Sobre essas relações, Winnicott dirá tratar-se “de uma era em que, se a destruição é parte do objetivo do impulso do id, sua presença ali é meramente incidental à satisfação” (Winnicott, 2000a, p. 296). Para ele há certa destrutividade, mas insiste em mostrar que essa ainda não é de responsabilidade do ego, visto que este ainda não se encontra integrado. Tommasi (1997) explica as relações entre a noção de agressividade e integração psíquica na obra do autor:

Winnicott coloca a teoria da agressividade no interior da teoria da integração. Não vê a agressão como um elemento de constituição dessa unidade, pois não há dualismo inicial. A função da destruição é permitir que o bebê saia do mundo subjetivo para o objetivamente percebido. Então, em Winnicott, pulsão é destruição e, no entanto, ela é um fator de unificação, é uma passagem maturacional, que provoca o amadurecimento do indivíduo sem quebrar a sua unidade primária. É uma condição de possibilidade de uma construtividade posterior (p.75).

Neste sentido, o bebê precisa expressar ao máximo a sua motilidade espontânea, cabendo ao ambiente e à realidade, frustrar e promover a contraposição necessária à formação da agressividade. O gesto impulsivo será transformado em potencial de agressividade, a depender da quantidade de contraste que encontra do ambiente, tal como explica Winnicott (2000a):

os impulsos agressivos não proporcionam nenhuma experiência satisfatória a não ser que encontrem oposição. A oposição deve originar-se no ambiente, no *Não-eu* que gradualmente vai se distinguindo do *Eu* (p. 301).

Ainda que de modo sutil e rudimentar, a marca desse ato inaugural de insubmissão nos remete ao reconhecimento de uma força vital do bebê. Sendo a agressividade expressão de motilidade nesse momento inicial, somos levados a pensar, paradoxalmente, que a insubmissão é antecedida pela submissão enquanto pré-condição para a postura que se segue. Desse modo, o pressuposto para a ideia

de insubmissão, a partir de uma leitura winnicottiana, não se resume ao reconhecimento das raízes da agressividade, mas acena também para a necessidade de uma compreensão sobre o percurso de integração subjetiva.

Além das incidências do ambiente, o que inclui especialmente a presença da mãe, o gesto da criança precisa vir carregado de vigor, ou seja, faz diferença a maneira como ela expressa o seu potencial agressivo. Sobre isso, devemos lembrar que a condição de maturidade psíquica da criança é a grande referência para a análise da sua expressão agressiva. Permitindo afirmar que quanto mais consolidada esteja a sua integração egóica, maior a possibilidade de integrar a agressividade nas experiências relacionais. A evidência da atitude de insubmissão da criança, portanto, pressupõe reconhecer, do ponto de vista psíquico, o início das relações de objeto⁶.

Se no início a mãe exerce as interdições, modula os gestos de seu bebê e, sobretudo, o protege filtrando os estímulos externos e oferecendo espaço para a expressão do mundo interno; com o passar do tempo, será a partir das relações com o outro que esses movimentos irão se dar. O que nos permite afirmar que, anterior à condição de se relacionar com o objeto subjetivamente percebido, ainda não podemos reconhecer a presença de uma postura insubmissa tal como aqui formulada. Ela ainda não seria possível.

Assim, a agressividade é “valiosa para o indivíduo porque traz consigo a sensação de realidade e a sensação de estar se relacionando” (Winnicott, 2000b, p. 304); o que implica que os seus modos de expressão também guardam relação com a etapa de amadurecimento da criança. A potência de agir e a capacidade de levar a vida de um modo próprio dependem, portanto, de uma confiança interna fruto dos vínculos estabelecidos com os outros, o que vai conferindo uma continuidade para a existência e um contorno para a subjetividade que se forma. Essa, portanto, é uma conquista gradativa que não poderia ser tomada como sinônimo da potência agressiva, mas que pensamos estar associada a uma postura de segurança no vínculo e no ambiente. Seria o desdobramento da potência agressiva, a partir das relações vividas, que daria espaço para isso que estamos chamando de *atitude insubmissa*.

⁶ Para um estudo mais aprofundado do tema, consultar Gurfinkel, D. (2017). *Relações de objeto*. São Paulo: Blucher.

Já esclarecemos que a idade da criança, em especial, a sua condição psíquica de maturidade, guarda relação direta com os seus modos de expressão e correspondem a um modo particular de expressar sua resistência constitutiva. Nesse contexto, inferimos que há diferenças nas formas e intensidades da postura da criança insubmissa, referidas aos marcadores da constituição psíquica da criança; eles se diferenciam pelos modos de apresentação no comportamento da criança, bem como pela função que exercem na modulação psíquica rumo à independência.

Como exercício teórico-conceitual, portanto, destacamos quatro momentos do processo de amadurecimento da criança e, suas respectivas formas de expressão insubmissa: a insubmissão (a) *como diferenciação* (separação), (b) *como experimentação* (dizer “não”), (c) *como autonomia* (afirmação de si) e, por fim, (d) *como defesa* (adoecimento). Essas quatro categorias são somente exemplos de formas de insubmissão que pensamos estar intrinsecamente relacionadas ao *processo de desenvolvimento da criança*.

(a) Insubmissão como Diferenciação

Propomos que a *insubmissão como diferenciação* seja vista como uma forma de expressão da criança resultante da conquista da capacidade de se preocupar com o outro, relativa à elaboração da chamada Posição Depressiva. Conceituada por Melanie Klein (1975/1935) e desenvolvido por Winnicott (2000b), a Posição Depressiva pertenceria ao período do desmame e corresponderia a uma etapa da vida do bebê, que corresponde também ao reconhecimento, por parte dele, da existência de uma exterioridade. A conquista dessa fase, portanto, não é apenas o início das ricas relações ambivalentes com a mãe, mas a experimentação vivida pelo bebê de que está se tornando uma pessoa inteira.

Para tanto, sabemos, um percurso inicial da mãe com o seu bebê já aconteceu de maneira bem-sucedida; o que implica dizer que a fusão inicial cedeu a uma adaptação gradativa e sensível da mãe às necessidades do lactente, levando-o a vivenciar um desenvolvimento inicial saudável. Se compreendemos, como nos ensinou Winnicott (2000c), que “a constituição inicial do ego é silenciosa” (p.403) e decorre das experiências suficientemente boas de sua mãe, a confiança se mostra como um elemento fundamental para que o ego comece a ser capaz de suportar as

frustrações que virão. Desenvolveremos melhor noutro capítulo o papel da confiança nesse processo.

Por ora, pretendemos lembrar que no escopo teórico da obra de Winnicott, a elaboração da Posição Depressiva concerne ao período de dependência relativa, momento em que o bebê começa a experimentar gradativamente falhas no ambiente, vivencia a desilusão frente à perda do sentimento de onipotência e, na sequência, ocorre a instauração de um sentimento de culpa em relação à mãe que justifica o desenvolvimento da capacidade de se preocupar da criança.

A pergunta que se coloca, então, é: como podemos relacionar essa complexa trama de acontecimentos às origens de um processo de insubmissão da criança? Sugerimos que o ato inaugural de insubmissão da criança é resultante dos efeitos da necessária separação entre a mãe e o bebê, desfazendo a fusão. Isso levará à integração da agressividade. Neste período, os “impulsos agressivos e eróticos dirigidos ao mesmo objeto e ao mesmo tempo” (Winnicott, 2007b, p. 71), levam a uma transformação da agressão primária em capacidade de se preocupar, se responsabilizar.

Parte do apetite e do amor vividos pelas experiências de destruição são gradativamente transformados a partir da relação objetal, o que promove um sentido de existência pelo estabelecimento de um *self unitário* e que vem a favorecer o ciclo benigno. Destacamos, que nessa ocasião, a postura do bebê que começa a exercitar ataques vorazes ao seio da mãe, mordendo-o ou a outras partes do corpo materno, o que corresponde ao que Winnicott (2000) chamou de amor instintivo. A tentativa expressa de devorar o que vem pela frente, inicia-se sem nenhuma ressalva, o bebê ataca sem piedade. Se ao invés de oposição, o bebê encontra um ambiente capaz de não retaliar, um ambiente que sobrevive aos seus ataques, aos poucos ele começa a experimentar um sentimento de culpa que o leva a perceber os efeitos de suas investidas agressivas na mãe (ambiente). Isso faz o bebê, então, desejar modificar o cenário impiedoso.

A culpa surge através da junção das duas mães, e do amor tranquilo ao amor excitado, e do amor ao ódio, e este sentimento vem compor, à medida que cresce, uma fonte normal e saudável de atividade nos relacionamentos. *Esta é uma das fontes da potência* e da construtividade sociais e também do desempenho artístico (mas não da arte em si mesma, cuja origem é mais profunda). (Winnicott, 2000b, p. 365, grifo nosso)

Ao colocar essa etapa como “umas das fontes da potência”, Winnicott nos leva a especular sobre a ideia de uma *insubmissão inaugural*, que estaria referida a esse período. Falaríamos, assim, de uma oposição inicial que fomenta a insubmissão inaugural pelo gesto de oposição, pela presença do outro e através da sua corporeidade. Isso corresponderia ao movimento potencial do bebê para, ao se diferenciar de sua mãe, seguir em frente rumo aos relacionamentos interpessoais.

É importante ressaltar que não se está falando, nesse momento, de frustração, mas sim de presença corporal que, ao se opor à criança, dá a ela a possibilidade de se apropriar de sua musculatura e também de encontrar sentido para o seu movimento, para a dimensão motriz. [...] Há, portanto, o gesto que se constitui pela criação do objeto e da sensualidade e o gesto que desempenha oposição. São experiências distintas, que se organizam separadamente e apenas se integram, ao longo do tempo pelo *holding* proporcionado pela mãe (Safra, 2005, p. 100).

A apropriação de sua corporeidade, somada à elaboração da Posição Depressiva por parte do bebê mediadas pelo *holding* materno, abrem espaço para a instauração de um campo psíquico para novas experimentações. Pensamos poder dizer que é nesse campo que se institui a *insubmissão inaugural*, que poderíamos ler como *gesto teórico*, de ação resistente que marcará a insubmissão na vida subjetiva.

(b) Insubmissão como Experimentação

Se estamos de acordo com essa pré-condição de uma insubmissão inaugural, gostaríamos agora de destacar um segundo momento no processo de subjetivação da criança, onde a insubmissão se expressa de maneira mais visível ao ambiente externo. Estamos falando de um tempo em que a insubmissão é vivida *como experimentação*. Mas, a que experimentação estamos nos referindo? Propomos que o uso do “não” pela criança pode ser definido como o protótipo desse momento.

Em seu livro “O Primeiro ano de vida”, René Spitz irá apresentar a ideia de que o psiquismo infantil se estrutura a partir de três organizadores da psique: o sorriso, o estranhamento e o domínio do “não”. Tomando emprestada a pesquisa de Spitz, que descreve um período pré-objetal, outro de integração e constituição

egóica e o posterior desenvolvimento da relação objetal, respectivamente, encontramos um forte argumento para a nossa proposição de que a atitude insubmissão também participaria da formação psíquica. Se nos detivermos sobre o que significa o uso do “não” nesta etapa, precisamos considerar, tal como aponta o autor, a diferença entre o movimento negativo e a semântica do “não”. Haveria, portanto, uma transição gradual vivida pelo bebê que aos poucos começa a ser capaz de expressar a negativa como um gesto semântico. Em suas palavras:

Talvez este seja o mais importante ponto crítico na evolução, tanto do indivíduo quanto da espécie. Aqui, começa a humanização da espécie; começa o *zoon politikon*; começa a sociedade. Pois este é o início de trocas recíprocas de mensagens, intencionais, dirigidas; com o advento dos símbolos semânticos, toma-se a origem da comunicação verbal. (Spitz, 2004, p. 194)

A riqueza dessa compreensão reside na percepção não apenas do papel da negação como organizador psíquico da criança, mas também em como ela se apresenta enquanto elemento de iniciação das experiências civilizatórias e políticas. Seria, assim, a partir da *insubmissão como experimentação*, transformando gesto em ação, que a noção de insubmissão pode ganhar a força de uma conotação subjetivante e propositiva enquanto efeito no social. A função das relações, em especial da recepção do gesto espontâneo, mostra-se como parte importante a livre expressão da atitude negativa, tão necessária à constituição psíquica.

Talvez pudéssemos propor que a *insubmissão como experimentação* se inicia enquanto experimentação do “não” como organizador da psique, mas não se restringe a essa função, na medida em que também se presta à expressão da insubmissão como teste da realidade, o que produz efeitos na subjetividade da criança. Além do uso do “não”, podemos citar as experiências corporais das crianças, como um outro modo de exercício dessa experimentação. Fechar a boca evitando o alimento, o controle das fezes e até mesmo as mordidas podem ser vistas como um modo de resistência ou recusa, presente na insubmissão também a partir das brincadeiras infantis que visam o processo de amadurecimento. Assim, a experiência de oposição e negação podem ser interpretadas como necessárias à condição de independência e, por isso, se fazem presentes também a partir das brincadeiras infantis.

O que pode ser ilustrado no gosto das crianças por brincadeiras em que exercitam o “não”. Nelas, a criança costuma testar a moldura que o ambiente confere (seja na fala do adulto ou no espaço físico onde a brincadeira acontece), pondo à prova o ambiente, a partir da brincadeira de desobedecer. Normalmente se dá assim: a criança brinca que faz algo errado, é pega no flagra pelo adulto e termina sendo alvo de uma grande reclamação, seguida de um castigo severo. A brincadeira instalada é um teste aos limites, às regras e às normas; essas são transgredidas – destruindo dentro da brincadeira o pacto social – e reafirmadas enquanto tal pela sanção (o castigo) que lhe barra. A destrutividade pela via do ataque ao estabelecido através da desobediência dentro da brincadeira possibilita a experimentação do que significa destruir e criar, sem perdas. Obviamente, a presença do humor ao final do jogo, denota o caráter de modulação psíquica ofertado pela brincadeira compartilhada. Risos, e tudo recomeça: nova desobediência (ou a mesma, geralmente), nova reclamação e castigo por parte do adulto.

Consideramos, portanto, que esses aspectos aqui brevemente apontados parecem confirmar o papel desempenhado pelo uso do ‘não’ como primeiro elemento abstrato do bebê, tal como defendeu Spitz, mas também como início da estruturação da função da resistência (insubmissão) no processo de amadurecimento

(c) Insubmissão como Autonomia

Um outro modo de relacionar o processo de amadurecimento aos modos de insubmissão, é o encontro com o processo de busca pela autonomia. Para desenvolver a ideia da *insubmissão como autonomia* voltaremos a seguir a teorização winnicottiana. Em 1957 Winnicott escreve um artigo no qual irá defender a condição paradoxal que marca o processo de independência da criança; ao afirmar que uma das expressões do amadurecimento emocional da criança reside em sua capacidade *de ficar sozinha na presença do outro*. Neste trabalho, desenvolve que “a base da capacidade de ficar só é um paradoxo; é a capacidade de ficar só quando mais alguém está presente” (Winnicott, 2007a, p. 32); ampliando a complexidade do debate sobre a autonomia. Interessante notar que volta a ser

destaque o papel desempenhado pela mãe em seu relacionamento com a criança, pois será mediada pela condição dessa oferta e pela forma que a experiência de ficar só na presença do outro é acolhida e vivida pela dupla, que poderemos reconhecer a presença da maturidade emocional, por fim. Em suas palavras:

Considero, contudo, que “estar só” é uma decorrência do “eu sou”, dependente da percepção da criança da existência contínua de uma mãe disponível cuja consistência torna possível para a criança estar só e ter prazer em estar só, por períodos limitados (Winnicott, 2007a, p. 35).

Neste sentido, a autonomia e a apropriação de si mostram-se imbricadas aos modos de constituição do vínculo, resultando da experiência de estar junto e da capacidade de separação também. Só que agora uma separação por independência. Nessa etapa do processo, o objeto subjetivo já foi internalizado e o distanciamento é vivido sem sentimento de ruptura abrupta. A demanda de amor, portanto, oferta o espaço para a expressão da necessidade de estar junto, sem estar fundido (corporalmente ou psiquicamente); isso explica por que o desligamento psíquico se tornou uma realidade para o par.

Fundamenta-se na noção de que para ser independente é necessário viver e exercer a dependência: um verdadeiro paradoxo. Se desenvolvemos essa concepção tentando relacioná-la à ideia da insubmissão, poderíamos afirmar que assim como nessa etapa do desenvolvimento a conquista da “capacidade de estar só na presença do outro” mostra-se uma rica conquista, a *insubmissão como autonomia* corresponderia a uma expressão do avanço da subjetividade da criança dentro do contexto a que ela pertence.

Na literatura de ampla circulação – como revistas, blogs e jornais – é comum o uso do termo “terribles two” ou “adolescência dos bebês”, traduzido como os terríveis dois anos, uma referência a um período (entre 1 ano e meio e 3 anos) onde as crianças costumam apresentar rompantes de desobediência. Para os pais, essa é uma etapa de grande dificuldade, pois os conflitos aumentam e os cuidados com a criança tornam-se mais trabalhosos. Birras, explosões de choros e gritos diante de frustrações, aumento de desobediências e resistências para fazer as atividades diárias são alguns dos exemplos de mudança descrito pelas famílias. Para além das orientações aos pais e responsáveis, interessa-nos apontar que essa mudança de comportamento da criança implica num processamento psíquico de separação entre

o eu e o mundo, ou seja, resulta de uma busca da criança pelo governo de si, pela própria liberdade. Paradoxalmente, só poderá ser bem-sucedida se o ambiente for capaz de acolher e, quando necessário, conter os gestos da criança, transformando-os a partir da moldura das relações, com a oferta de atenção e cuidado empático daqueles que se ocupam dos pequenos.

Assim, o exercício de *insubmissão como autonomia* corresponde a uma conquista processual, iniciada no primeiro tempo de constituição psíquica da criança, quando ela vivencia gradativamente a conquista de uma solidão acompanhada e não desintegradora, mas também deve ser interpretada como um processo contínuo de produção de liberdade ao longo de uma vida, enquanto espaço de suporte social consistente, contraponto ao ideal de autonomia absoluta (Mizhari & Garcia, 2007). Assim, a condição de ser capaz de estar só na presença do outro é uma experiência constitutiva da subjetividade infantil, mas será permanentemente reeditada em seus paradoxos, a cada nova investida da criança rumo à independência.

A noção de autonomia absoluta, contudo, precisa ser problematizada. Ela foi apontada por Mizhari e Garcia (2007) como uma questão a ser analisada no individualismo contemporâneo e encontra na concepção de “capacidade de estar só” diante do outro, tal como proposta por Winnicott, uma possibilidade de contraponto crítico para a experiência social desses tempos:

A realização do impulso individual criativo depende, portanto, da presença de alguém que tolere, com níveis de resistência que variam ao longo do desenvolvimento, o movimento criativo de apropriação do mundo. Essa noção de gesto criativo, que implica na necessidade de encontrar do lado de fora uma certa oposição para satisfazer-se, contribui, a nosso ver, para que o pensamento paradoxal de Winnicott possa romper com o antagonismo entre indivíduo e sociedade, satisfação individual e laços coletivos (Mizhari & Garcia, 2007, p. 274).

Nesse sentido, a realidade social ao fazer-se oposição, sem retaliação, (o que significa suportar os ataques agressivos sem romper as relações), abre espaço para a formação do espaço transicional criativo, pressuposto para a liberdade. Do ponto de vista da infância, podemos fazer essas ideias trabalharem ao refletir sobre o papel das escolas enquanto espaço de moldura e experimentação das oposições

para a criança. Quando a escola pode sobreviver, sem retaliar, as investidas insubmissas, agressivas e por vezes desorganizadas da criança em formação, ela fomenta na relação entre família e sociedade (representada aqui pelo ambiente coletivo da escola), a possibilidade de criação do espaço intermediário, cuja qualidade fundamental é criar. As expressões saudáveis do ódio, portanto, ao não se constituírem num risco iminente de quebra dos vínculos entre a criança e os adultos envolvidos, transformam-se em espaço potencial, zona de criação tal como formulada por Winnicott.

Diante da abertura que se promove no processo dessa autonomia, abre-se espaço subjetivo para a constituição da identidade e das identificações. A criança diante dessa elaboração subjetiva passa a ser capaz de reivindicar um espaço de existência na vida familiar, escolar e social, que se desdobra como efeito político, efeito de implicação e intenções enquanto sujeito de fala. A criança experimenta uma existência libertária e de articulação política, no sentido de ação para o mundo, quando a elaboração da autonomia decorre de um ambiente que oferece confiabilidade no vínculo, bem como de um processo de subjetivação saudável. A criança passa a ser capaz de reivindicar seu lugar no mundo, expressar suas raivas, criar a si, ter amigos e viver socialmente.

(d) Insubmissão como Defesa

Por fim, analisaremos brevemente o que se dá quando a insubmissão se expressa como defesa. A *insubmissão como defesa* decorre de percalços no caminho da criança que, não encontrando um ambiente suficientemente sensível às suas necessidades, tem dificuldade de encontrar a transicionalidade necessária para a criação e para o estabelecimento da integração psíquica. No senso comum, na realidade das escolas e das famílias é comum certa confusão de interpretação sobre a insubmissão, que tende a ser vista como reação a um ambiente hostil e, por isso, se distanciando do modo de leitura que estamos propondo. Nossa hipótese é de que haveria, então, uma forma de agressividade que é expansão individual, gesto espontâneo, e outra, através da qual o indivíduo se defende de um encontro invasivo, tal como se expressa nos adoecimentos narcísicos. A reação seria, portanto, a marca de uma insubmissão que começa a se configurar como expressão

de adoecimento. A criança reage, expressando resistência ao que vivencia como traumático, numa tentativa desesperada de reivindicar e/ou de restaurar o que teve e perdeu. Enseja-se, assim, a problemática da *privação* ou *deprivação*, cujas repercussões comprometem o processo de amadurecimento previsto no desenvolvimento das crianças e nos leva a uma interpretação da insubmissão tal como expressão reativa que precisa de contenção. Esse aspecto será melhor desenvolvido no tópico seguinte.

Podemos resumir, assim, a insubmissão corresponde a uma conquista gradativa e contínua da criança que foi capaz de constituir o desenvolvimento egóico a partir da experiência de confiança. Uma criança que foi/é capaz de lutar, se constituir autonomamente e sem adoecer diante das falhas, desapatasivas e comuns, do ambiente. A ideia central, portanto, reside no reconhecimento de que os laços afetivos exercem papel de grande importância na consolidação das expressões criativas, especialmente, aos olhos de uma vertente teórica cujo foco é a dimensão intersubjetiva.

Em artigo intitulado *A criança do júbilo*, Radmilla Zygouris (2000) discute o tema da submissão a partir de uma leitura psicanalítica e oferece uma possibilidade de interpretação à questão da insubmissão da criança. Destacando as relações entre a submissão e a dependência, em especial, o discurso à obediência na infância, a autora considera que uma 'submissão ordinária' é parte da exigência social e necessária à constituição subjetiva das crianças. Isso explicaria os motivos pelos quais a expectativa dos pais em relação aos filhos e, destes em relação ao reconhecimento da família, acabam por se configurar como aporte mantenedor das experiências de submissão no processo de subjetivação.

Zygouris (2000) destaca também que as demandas de amor e a exigência de submissão caminham juntas; o que faz a autora propor três momentos-chave no devir da criança que nos ajudam a analisar a questão: são eles, o *Fort-Da* (Freud), o Estágio do espelho (Lacan) e a descoberta do objeto transicional (Winnicott). Assim, reafirma que o processo de subjetivação da criança é impactado diretamente no momento em que ela se encontra. Ao defender que toda descoberta liberta e é jubilatória, Zygouris (2000) explica seu argumento:

Emito a hipótese de que a série jubilatória da infância constitui o primeiro alicerce sobre o qual virão se apoiar as tentativas posteriores de libertação do

adulto, assim como sua capacidade de *insubmissão* e sua aptidão a resistir à opressão que, ao contrário do que frequentemente se afirma, não tem sistematicamente a agressividade por motor exclusivo (p.40, grifo nosso).

Paradoxalmente submissa e ativa às investidas daqueles que dela se ocupam, a criança ora se submete por necessidade ou amor, ora expressa uma revolta criativa em direção à ruptura dessas exigências rumo à independência. Assim, a série *Submissão- Liberação- Júbilo* corresponderia à abertura para a liberação do adulto, constituindo não apenas uma capacidade de insubmissão, como uma aptidão para resistir por uma via criativa. Em outras palavras, funda o devir do sujeito se apoiando nas aptidões da própria da criança, com a única condição, evidentemente, que ela as tenha conseguido graças a um ambiente familiar suficientemente bom.

A criança do júbilo, portanto, figura enquanto “personagem conceitual”⁷ que promove liberação e alegria, mediada pelo que Zygouris (2000) chamou de quinto conceito fundamental da psicanálise: o afeto.

O afeto está no cerne de qualquer liberação, de toda revolta e impulso libertário, assim como de toda criação. Libertar-se de uma submissão, implica a propulsão de uma força do Eu e de um desejo, uma relação ao *pathos* e uma atualização do afeto”. (p. 36)

As relações entre afeto, liberdade e criação colocam-se enquanto aspectos que contribuem ao processo de subjetivação da criança, bem como aos modos de vinculação e insubmissão. Isso nos leva a refletir sobre as relações de dominação a partir dos laços de amor que marcam a infância e perduram por toda a vida. Por essa razão, o encontro com as ideias de Jessica Benjamin sobre o papel dos reconhecimentos narcísicos para a liberação e autoafirmação mostram-se como um complemento às proposições de Radmilla Zygouris. Em seu livro *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*, Benjamin (1988) apresenta a hipótese de como reconhecimento é parte fundamental para a constituição da criança, em especial, como a sua presença ou não poderiam vir a interferir e constituir-se como elemento de dominação e submissão. Começando

⁷ Aqui a autora faz referência “àquilo que Deleuze e Guatarri denominaram “personagens conceituais”: O Idiota ou Bartleby, a Criança do *Fort-Da*, a criança do Espelho, a criança do Objeto Transicional são personagens conceituais da psicanálise” (Zygouris, 2000, p. 43).

com a luta do bebê para se individualizar”, diz a autora, “vemos quão prontamente a reação contra a dependência pode se transformar em amor ideal pelo poder paterno”⁸. (Benjamin, 1988, p. 222).

O percurso teórico da autora fundamenta-se na noção de intersubjetividade e, portanto, é dessa noção que decorre toda a sua argumentação sobre o conflito entre reconhecimento e autoafirmação que perpassa as relações amorosas da criança. Para ela, os laços de poder e violência também estão relacionados aos modos de constituição dos vínculos de amor e, nesse sentido, a inabilidade para sustentar os paradoxos da interação justificaria as experiências de dominação e submissão nas relações afetivas. Em suas palavras:

Resumidamente, a dominação e a submissão resultam de uma ruptura da tensão necessária entre a autoafirmação e o reconhecimento mútuo que permite que o eu e o outro se encontrem como iguais soberanos. Afirmação e reconhecimento constituem os pólos de um delicado equilíbrio (Benjamin, 1988, p. 12)

Essa compreensão sobre o processo de subjetivação, que caminha rumo à afirmação a si e à conquista da independência, paradoxalmente, sempre relativa, é também uma das grandes contribuições das leituras psicanalíticas que enfatizam a intersubjetividade, tal como vemos na obra de Winnicott. A definição de insubmissão da criança e o olhar sobre os seus diferentes modos de apresentação na infância nos ajudam a ampliar e complexificar qualquer leitura que se pretenda rápida sobre o fenômeno, favorecendo à compreensão dos processos de formação do psiquismo e seus efeitos nas relações humanas.

Sobre a contribuição da autora, Cintra (2018) afirma:

Jessica Benjamin ajuda a refletir sobre as aporias e impasses, ampliando a compreensão da violência que nasce junto a todo laço de amor. A saída do impasse não se dá, entretanto, por meio de estados de separação ou simbiose cada vez mais radicais, mas pela sustentação do impasse entre reconhecimento e autoafirmação, e por uma forma de entrega mais profunda ao outro, diferente de mim (Cintra, 2018, p. 701).

⁸ No original: “Again, beginning with the infant’s struggle to individuate, we see how readily the reaction against dependency can turn into ideal love of paternal power”. Benjamin, Jessica. *The Bonds of Love* (p. 222). Knopf Doubleday Publishing Group. Edição do Kindle.

Portanto, a insubmissão vista como um processo (necessário) de separação expressa o paradoxo que marca a subjetividade humana: a subordinação fundamental para o vir a ser do sujeito (Butler, 2017). Mais à frente voltaremos a falar sobre isso, cabendo agora destacar que os novos laços de amor são possíveis desde que o vínculo mãe-bebê constitua-se mantendo a tensão desses paradoxos: entre dependência e libertação, entre uma submissão necessária para a emergência da moldura psíquica e a insubmissão fundamental rumo à descoberta do mundo.

Por essa razão, para continuar essas reflexões, é preciso ainda apresentar as diferenças entre o gesto insubmisso (oposição) e o gesto transgressivo (ato) à luz das contribuições da psicanálise.

2.3. Atitude insubmissa e tendência anti-social: diferenças

Com vistas a avançar nessa ideia, cabe-nos agora discutir a noção de insubmissão, desfazendo a relação automática, que comumente se faz, entre a atitude insubmissa da criança e os distúrbios de caráter, tais como a delinquência e a criminalidade. Socialmente associada a um comportamento de não conformidade, a criança insubmissa tende a ser vista como uma criança rebelde que caminha para um percurso problemático de existência; como se a ela só restasse o destino trágico que se apresenta na versão negativa da oposição.

Estamos de acordo que a insubmissão é um exemplo de rebeldia na criança, mas consideramos importante diferenciar o modo como se dá a atitude de resistência à autoridade na atitude insubmissa e na tendência anti-social. Pensamos haver diferença entre a criança que se nega a obedecer, daquela que num ato de desobediência faz uma recusa destrutiva e ataca o vínculo, como nos casos em que a criança assume uma atitude delinquente, tal como o furto, a mentira ou atitude agressiva incontrolável.

Com vistas a uma diferenciação, portanto, poderíamos dizer que a *rebeldia insubmissa*, decorre de um percurso subjetivo de origem e efeitos diferentes da *rebeldia delinquente*. Enquanto a primeira pode ser relacionada ao processo saudável de amadurecimento da criança, expressão da criança normal, tal como problematizamos no tópico anterior, essa última seria efeito de uma experiência de

privação sofrida na infância, resultando naquilo que Winnicott (2005b) definiu como a criança anti-social. Em suas palavras, vejamos algumas diferenças:

A criança normal, ajudada nos estágios iniciais pelo seu próprio lar, desenvolve a capacidade para controlar-se. Desenvolve o que é denominado, por vezes, “ambiente interno”, com uma tendência para descobrir um bom meio. A criança anti-social, doente, não tendo tido a oportunidade de criar um bom “ambiente interno”, necessita absolutamente de um controle externo se quiser ser feliz e capaz de brincar ou trabalhar (Winnicott, p. 131).

Ao longo do desenvolvimento da criança espera-se que ela possa vivenciar as falhas do ambiente de forma processual, numa desadaptação gradativa que coincida com os acontecimentos do mundo e que favoreça a criação de um *self* verdadeiro e espontâneo. Quando isso não é possível, por razões subjetivas da mãe na relação com o seu bebê ou mesmo em decorrência de percalços na realidade, o que se produz são experiências descontínuas, cujas rupturas que vão incidir na integração subjetiva da criança. Para Winnicott (2007d), “quando a mãe não pode se adaptar suficientemente bem, o lactente é seduzido à submissão, e um falso *self* submisso reage às exigências do meio e o lactente parece aceitá-las”; levando Winnicott a propor uma função positiva do falso *self* que consiste em “ocultar o *self* verdadeiro, o que faz pela submissão às exigências do ambiente” (p. 134).

A díade mãe-bebê confere um papel de destaque à dimensão intersubjetiva dos encontros, uma vez que pressupõe uma complexa rede de relações: a subjetividade materna, a condição de receptividade do bebê e o modo de interação do ambiente, ou seja, sua capacidade de favorecer ou não a constituição de um espaço relacional. A experiência relacional pode ser definida como o espaço virtual onde mãe e o bebê constituem uma experiência de ‘criar-se sendo’, que acena para o papel das trocas nesse primeiro tempo. Sustentado pelo ambiente, o bebê busca (no princípio) sua integração e a constituição das bases do *self*, mas ao longo do processo de amadurecimento começa a elevar as suas exigências com o mundo. Neste longo caminho, a conquista da capacidade de ficar só é parte fundamental para a criação de si e para o estabelecimento da liberdade individual. A criação de si, então, pode ser pensada por uma trajetória que vai da integração psíquica rumo à autonomia.

Winnicott (2007d) considera que o *self* verdadeiro é uma conquista no processo de amadurecimento, que envolve uma adaptação saudável do ego ao

ambiente e um sentido de realidade, essencial para a consolidação de uma moldura da subjetividade marcada pelo gesto espontâneo e criativo. Em contraste, o falso *self* resultaria de um sentimento de irrealidade que provoca uma reação defensiva, que compreende um bebê seduzido a se submeter ao gesto da mãe, já que fica impossibilitado de expressar a sua vitalidade.

Ao apresentar sua teorização sobre as raízes primitivas da agressividade, Winnicott propõe ser possível encontrar uma reação agressiva já no impulso de amor primitivo. Para ele, “trata-se de uma era em que, se a destruição é parte do objetivo do impulso do id, sua presença ali é meramente incidental à satisfação” (Winnicott, 2000a, p. 296). Nesse sentido é gradativamente que a agressividade se desenvolve; decorrendo não apenas das incidências e frustrações promovidas pela realidade, mas, sobretudo, do modo com o bebê irá vivenciar essas oposições. Winnicott afirma que cada fase do desenvolvimento do ego – Inicial, Intermediária e Personalidade total – constitui um modo próprio de expressão da agressividade e traz repercussões diferentes ao modo de amar. Por conseguinte, também constitui um jeito próprio de se relacionar com os objetos, repercutindo nas relações sociais.

Em palestra intitulada “Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil proferida em 1946, Winnicott desenvolve um pouco mais as relações entre o ambiente (familiar) e o desenvolvimento emocional da criança, apontando para o papel dos conflitos e da desintegração potenciais do amor primitivo. Na longa citação que segue, podemos encontrar uma descrição sobre a infância ‘normal’, que nos permite sustentar a proposição fundamental de que há uma potência no ato insubmisso, nos levando a apostar nas “boas rebeldias”. As questões são assim colocadas:

Como é a criança normal? Ela simplesmente come, cresce e sorri decentemente? Não, não é assim. Uma criança normal, se tem confiança do pai e da mãe, usa de todos os meios possíveis para se impor. Com o passar do tempo, põe à prova o seu poder de desintegrar, destruir, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se. Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos manicômios, pouco importa no caso) tem seu equivalente normal na infância, na relação da criança com o seu próprio lar. Se o lar consegue suportar tudo o que a criança pode fazer para desorganizá-lo, ela sossega e vai brincar [...] Antes de mais nada, a criança precisa estar consciente de um quadro de referência se quiser sentir-se livre e se quiser ser capaz de brincar, de fazer seus próprios desenhos, ser uma criança irresponsável (Winnicott, 2005b, p.129).

Mesmo dependente, portanto, a criança estabelece vínculos e negociações permanentes entre o mundo interno e externo, visando à autonomia. O conflito é parte da constituição egóica, mas é também fonte de tensões, “pois é apenas através do componente agressivo que o relacionamento com os outros reais pode existir” (Phillips, 2006, p. 161). Voltando à citação acima, nos perguntamos: o que entendemos como “irresponsabilidade da criança”? Será que há uma característica dessa irresponsabilidade que, noutros termos, podemos definir como uma expressão da potência subversiva da criatividade? Para pôr a prova o poder que lhes rodeia, a criança precisa experimentar a desorganização característica do processo de amadurecimento, assim como aqueles de que dela cuidam precisam suportar, como nos ensina Winnicott, a livre expressão que marca o gesto insubmisso.

A atitude insubmissa, identificada por sua característica insurgente e trabalhosa no convívio entre crianças e adultos é, muitas vezes, interpretada como um comportamento de ataque ao vínculo ou vista como uma ação destrutiva ao ambiente. Consideramos, contudo, que ao apresentar uma lógica constitutiva do psíquico no ato de não submissão, estaríamos valorizando a força da resistência como elemento de afirmação subjetiva. O que nos leva a propor que a expressão de insubmissão da criança pode ser tomada como o equivalente ‘normal’ da tendência anti-social.

A agressão, portanto, é variável porque guarda relação com a oposição que encontra ou não no ambiente. Ao encontrar uma mãe colaborativa, capaz de favorecer seu desenvolvimento, o bebê encontra um caminho para a conquista da personalidade total – estágio de desenvolvimento do ego onde a agressividade já se fundiu com o potencial erótico. O que significa afirmar que “a administração do mundo externo dependerá da administração do mundo interno” (Winnicott, 2000a, p. 292). Do contrário, estaríamos diante da doença.

Diferente disso, a tendência anti-social da criança corresponde à saída por ela encontrada para dar conta de uma experiência insuportável de privação; é um jeito da criança pedir para ser cuidada. Nas palavras de Vilhena & Maia (2002): “O ato delinquente é, muitas vezes, uma busca de filiação, de reconhecimento – ato fadado ao fracasso – uma vez que a busca em questão é por um objeto simbólico...” (p. 55). Nesse sentido, há um endereçamento da agressividade e uma demanda por afeto,

que justifica a tomada winnicottiana de que a delinquência compreende um sinal de esperança (Winnicott, 2011a).

Avançando, consideramos também extremamente importante fazer um esforço para não realizar sobreposição dessa nuance de leitura da insubmissão, tal como defendemos, com o diagnóstico de *Transtorno desafiador e de oposição (TOD)*⁹, visto que nesse último caso, já estaríamos dentre do campo dos comportamentos com traços de adoecimento psíquico (o que não é nosso enfoque aqui) demandando intervenção psicológica específica. Nas situações clínicas, tem sido comum a precipitação de tomar o comportamento insubmisso como transtorno oppositor o que nos parece não apenas uma associação rápida, quanto em algumas circunstâncias, equivocada. Observamos crianças que extrapolam a intenção de testar o ambiente, se comportam de maneira caracteristicamente desafiadora, opositora e rebelde, mas que diante da sustentação do ambiente escolar, familiar e social (ou seja, frente à contenção e à reafirmação do seu lugar), acabam favoravelmente, não desencadeando uma consolidação do sintoma. Nessas ocasiões, pensamos que a atitude insubmissa, mesmo muito próxima dos limites de uma quebra do vínculo típica da delinquência, encontra uma saída ainda pela via saudável.

Se tomamos emprestado a concepção de que a tendência anti-social implica esperança, por analogia, pensamos poder dizer que a atitude insubmissa da criança implica confiança. Em outras palavras, para expressar, após a integração da agressividade, a atitude de resistência insubmissa a criança precisa sentir que o ambiente é capaz de modular e suportar as suas investidas. O desenvolvimento da capacidade de ser insubmisso, saudavelmente, decorreria, então, de uma condição psíquica que decorre do processo de amadurecimento. Pensaremos melhor os fatores necessários para a sua efetivação no próximo capítulo; restando-nos, por ora, refletir um pouco mais sobre esses movimentos de confronto na infância.

⁹ O CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) define o *Transtorno Desafiador e de Oposição (F91.3)* como um tipo dentro dos *Distúrbios de conduta (F91)*. Assim os descreve: “Transtorno de conduta manifestando-se habitualmente em crianças jovens, caracterizado essencialmente por um comportamento provocador, desobediente ou perturbador e não acompanhado de comportamentos delituosos ou de condutas agressivas ou dissociais graves”.

2.4. Oposição, Negação e Resistência

O que a criança comunica quando se nega à submissão e à autoridade? Como poderíamos compreender o ato de resistir na infância? Vigoraria hoje o paradigma da obediência ou é possível pensar num paradigma libertário onde se percebe uma brecha para a expressão livre das crianças? A que oposição nos referimos e a quem ela se destina? Perguntas como essas põem em questão, novamente, a tentativa de compreensão do fenômeno da insubmissão na infância; aqui trazemos breves reflexões sobre as relações entre oposição, resistência e negação sob a ótica do nosso tema.

Ao reconhecer o comportamento de birra, malcriação e oposição a uma ordem, facilmente somos levados a considerar a atitude da criança como uma insubmissão a ser evitada ou definitivamente extinta. Há uma dificuldade evidente de lidarmos com crianças ‘trabalhosas’ – que insistem em ter seus desejos atendidos, reivindicam ser ouvidas a qualquer custo e, muitas vezes, fazem oposição a uma demanda dos pais ou adultos responsáveis. Não questionamos a legitimidade do mal-estar que elas provocam, tampouco negamos as inseguranças a que são remetidos os adultos diante de um pequeno questionador. Longe disso, nosso propósito é tentar demonstrar que a postura de oposição, negação e resistência da criança, nem sempre é sinônimo de que tudo vai mal, leia-se de que ela está sem limites ou prestes a desenvolver uma atitude delinquente.

Mas, afinal, de que oposição estamos falando? Para pensar na noção de *oposição* na infância, retomamos a nossa referência à dimensão de *posição*, tal como lida em psicanálise, como elemento de análise. Lembramos, como já apresentado no capítulo um, que ao considerar a noção de *posição*, tal como desenvolvida por Melanie Klein (1975) e assumida também por Winnicott (2000b), estamos reconhecendo a transitoriedade que marca o desenvolvimento infantil. Não se resumindo a marcos biológicos, apenas, essa concepção de *posição* implica uma visão não fixada à marcadores etários rígidos e desdobra-se como uma noção mais complexa por abranger as angústias, defesas e relações de objeto referentes a um determinado momento. A transitoriedade está, justamente, em considerar que não haveria necessariamente um fluxo linear de amadurecimento, mas uma fluidez entre

as posições subjetivas que dizem respeito, para Klein¹⁰, especialmente aos fatores internos, enquanto para Winnicott, correspondem ao espaço intermediário, que abrange tanto os fatores internos, quanto os externos.

Fundamentados na leitura de Winnicott, podemos afirmar que a *oposição* feita pela criança, inicialmente como expressão do impulso vital será de extrema importância para a constituição de um potencial agressivo, mas também para constituição de um sentido de realidade e de relacionamento com o mundo (exterioridade). Nessa lógica, a dimensão de interioridade e de exterioridade dependem, antes, da fusão entre o potencial de motilidade e o potencial erótico. Ele explica:

a oposição afeta a conversão da força vital em potencial de agressividade. Mais ainda, o excesso de oposição cria complicações que tornam impossível ao indivíduo, dotado de um potencial de agressividade, realizar a fusão com o potencial erótico” (Winnicott, 2000a, p. 303)

O que leva Winnicott (2000a) a afirmar ainda que “na saúde, por definição, o indivíduo sente o prazer de buscar a *oposição* adequada” (p. 298, *grifo nosso*), que, inicialmente, corresponde ao reconhecimento de uma exterioridade, um “mundo Não-eu, e uma instauração precoce do eu” (p. 303). Diferente disso, na doença, não havendo um desenvolvimento sólido do Eu, o ambiente se impõe ao bebê e a força vital é prejudicada frente às reações de intrusão. Nessas ocasiões, vemos o desenvolvimento de um *potencial reativo*, que deflagra comportamentos persecutórios no bebê em relação ao objeto externo, dificultando o seu senso de realidade e comprometendo o seu modo de ser e estar com os outros.

Assim, poderíamos inferir que há uma característica da oposição que se faz necessária à constituição psíquica: é ela que modula a agressividade e fundamenta as bases para a confiança de si, delineando uma via própria de existência. É por encontrar oposição, então, que a criança vai, aos poucos e paradoxalmente, constituindo sua posição no mundo, subjetiva e objetivamente falando. Nesse sentido, então, podemos dizer que o gesto de oposição e resistência da criança comunicam algo mais complexo do que a simples intenção de destituição da

¹⁰ Os aspectos propostos por Melanie Klein na compreensão da subjetividade da criança não serão discutidos aqui. Para estudo aprofundado, recomendamos a leitura de: Cintra, E.M.U. & Figueiredo, L. C. (2004). *Melanie Klein: Estilo e pensamento*. São Paulo: Escuta.

autoridade externa; nos levando a afirmar que, em muitas ocasiões, há algo potencialmente importante se dando com a criança quando ela se nega e/ ou resiste tanto a coisas simples, quanto às coisas complexas. Estamos considerando ‘coisas simples’ a recusa de atividades cotidianas como, por exemplo, de tomar banho, de fazer a refeição; enquanto ‘as coisas complexa’ podem ser pensadas, por exemplo, em referência à resistência da criança diante das imposições (muitas vezes, necessária) que lhes são feitas, especialmente, quando estas se mostram em desacordo com a pequena personalidade em formação. O que incluiria também as exigências (sutis ou diretas) decorrentes das relações afetivas. Por exemplo: Recusar o início de uma atividade extracurricular por não haver identificação com a atividade prevista, chorar diante da exigência dos pais de que se porte de maneira mais comunicativa, quando a criança não se sente segura para tal, entre tantos outros exemplos, podem favorecer a compreensão do gesto de oposição, tal como analisado aqui.

Em *A Negação*, pequeno texto escrito em 1925, Freud desenvolve o seu modo de interpretação do conteúdo de análise, cujo propósito fundamental seria “ignorar a negação e apenas extrair o conteúdo da ideia” (Freud, 1925/2011, p.250). Isso o leva ainda a afirmar que a função intelectual se encontra separada do conteúdo afetivo:

Negar algo num juízo é dizer, no fundo: “Isso é algo que eu gostaria de reprimir”. O juízo negativo é o substituto intelectual da repressão, seu “Não” é um sinal distintivo, seu certificado de origem, como “Made in Germany”, digamos. Através do símbolo da negação, o pensamento se livra das limitações da repressão e se enriquece de conteúdos de que não pode prescindir para o seu funcionamento (p. 251).

Seria, portanto, na condição de ser negado que um conteúdo reprimido se torna acessível. A descrição da capacidade de julgamento e do trabalho da percepção são destacadas por Freud como elementos fundamentais para uma via de compreensão do psiquismo, o que irá conferir ao pensamento a possibilidade de se transformar em ação. Para Freud, o estudo do juízo favorece a compreensão das relações entre o Eu e as dinâmicas pulsionais de *inclusão no Eu* ou *expulsão do Eu*, apresentando, assim, as noções de interior e exterior, que se desdobram em subjetivo e objetivo.

Julgar é uma continuação coerente da inclusão no Eu ou expulsão do Eu, que originalmente se dava conforme o princípio do prazer. Sua polaridade parece corresponder à oposição dos dois grupos de instintos que supomos. A afirmação — como substituto da união — pertence ao Eros, a negação — sucessora da expulsão — ao instinto de destruição (Freud, 1925/2011, p. 253).

Nessa leitura, a condição de negar estaria associada à essa dimensão de expulsão, decorrente do instinto destrutivo (pulsão de morte) que tende, pela economia psíquica, a buscar a diminuição do desprazer pela expulsão dos componentes que não agregam ao Eu.

Mas, entre as demais contribuições de Freud nesse artigo, aquela que pretendemos destacar reside na sua compreensão de que: “a criação do símbolo da negação permite ao pensamento um primeiro grau de independência dos resultados da repressão” (p. 254). Nessa afirmação está contida, pensamos, a lógica da negação como parte do processo de independência subjetiva, nesse caso expressa pela liberdade do recalçamento. Noutros termos, poderíamos supor que expressa também um não assujeitamento à lógica do reprimido.

Num esforço intelectual, poderíamos usar essa construção freudiana para pensar que se por um lado é possível libertar-se do recalçamento por meio da negação, por outro, a negação também poderia ser a porta de entrada para uma constituição psíquica independente. Em outras palavras, podemos inferir que junto a outros processamentos que são definidores de uma mínima integração psíquica, a negação figuraria como parte importante da diferenciação entre interioridade e a exterioridade no psiquismo. O ato libertário promovido pela negação a partir desse olhar nos ofereceria um caminho de análise para pensar a insubmissão como um exemplo de negação das crianças, ou seja, como tentativa de constituição de sua independência.

Se não corresponde a uma reação (mecanismo de defesa), a resistência é também uma noção importante para a compreensão da dialética submissão/insubmissão porque se coloca dentro das interpretações sobre as relações de autoridade e poder. Em Psicanálise, sabemos, pensar em resistência nos remete às dimensões da clínica e intervenção com o analisante, cuja conotação do termo exige reflexões mais apuradas, tarefa que não nos ocuparemos no momento. Ainda assim, cabe destacar que ao falar em resistência estamos falando

em resistência ao processo analítico, mas devemos citar ainda as resistências do inconsciente (a compulsão à repetição) e as do superego (derivada da necessidade de punição), que apontam para a complexidade do conceito.

Guardadas as devidas teorizações que explicam cada uma dessas formas de resistência, Laplanche (2001) aponta para a ambiguidade presente nos escritos técnicos de Freud que acenam para a presença de “dois elementos de explicação: a resistência é regulada pela sua distância em relação ao recalado; por outro lado, corresponde a uma função defensiva” (p. 459). Pensamos que isso confere ainda mais nuances à leitura sobre os modos de resistência, especialmente se considerarmos as formulações de Freud sobre a Pulsão de Morte. Nos reservamos aqui, contudo, a apenas citar o percurso freudiano, visto que nossa argumentação insiste na filiação às elaborações winnicottianas, para quem a força vital estaria ligada à agressividade, mas não necessariamente permeada pela presença de um impulso de morte. Isso porque da mesma forma que é possível pensar que a resistência opera formas de desligamento psíquico e desvitalização, na medida em que corresponde a uma forma de proteger o psiquismo, por outro lado, também podemos reconhecer uma vitalidade contida na ação de resistência do indivíduo. Ao discorrer sobre isso, Mizhari (2010) nos ajuda a argumentar:

A hipótese winnicottiana, portanto, é a de que, se o sujeito encontra um ambiente humano satisfatório, que se deixa afetar por sua vitalidade de maneira adequada, não se mostrando nem por demais complacente nem por demais resistente, o outro é aceito e considerado como parte daquelas condições que lhe permitem expressar a força de seu *self* (p. 155)

Ressaltando o papel do ambiente, Winnicott compreende as interpretações sobre as oposições, resistências e negação como eventos que não se reduzem à face intrapsíquica, dependendo, portanto, das relações vividas pela criança. Mais do que isso, ao supor “uma noção de vitalidade individual como sendo uma agressividade que não ameaça a vida coletiva, mas, ao contrário, lhe serve de sustentação” (Mizhari, 2010, p.83), Winnicott destacou o que a autora chamou de *boas resistências*. Estas não devem ser por demais opositoras nem por demais flexíveis visto que só assim poderiam contribuir para a força do encontro social, ao invés de recusá-lo. O argumento de Mizhari (2010) oferece uma brecha ‘positiva’ no

fenômeno das resistências, que corrobora com a nossa leitura de que a expressão insubmissa da criança pode expressar a potência do gesto criativo.

Seguindo essa linha de raciocínio, o ato de resistir não deveria ser compreendido unicamente por essa vertente, que se fundamenta, especialmente, na leitura freudiana de oposição entre eu e a cultura, e que constitui uma ameaça à sociabilidade. De forma contrária, então, caberia reconhecer a relação de interdependência entre as esferas trazendo uma redescrição em seus fundamentos, tomando “um sujeito não mais referido à falta, mas à presença” (Mizhari, 2010, p.157). Nesse sentido a potência subjetiva reside justamente na relação entre o sujeito e o seu ambiente, fazendo valer a importância da mutualidade das relações entre a mãe e o bebê, entre a criança e o seu mundo.

Podemos mencionar ainda, que há aproximações importantes entre o trabalho de Winnicott e Foucault (Mizhari, 2010; 2018), especialmente, no que concerne a ideia da liberdade apoiada pela força das trocas intersubjetivas. Vejamos como elas podem ser apresentadas:

...tanto a força vital de Winnicott, quanto a potência de Foucault, sendo a base de nossa criatividade e ação, se realizam não na destruição da alteridade, mas a partir da relação com outros que estejam também suficientemente vitais e potentes em contextos de afetação mútua – sejam esses “outros” os amigos em Foucault, seja a mãe suficientemente boa e seus substitutos na realidade cultural compartilhada em Winnicott (Mizhari, 2018, p. 87).

É no encontro com o outro que a experiência de constituição de si e de presença no mundo encontra seu princípio e fim. Essa noção de afetação mútua, por exemplo, eleva a dimensão intersubjetiva a um papel de formação subjetiva, ao mesmo tempo que acena para os impactos, já desde a infância, das trocas sociais e de seus efeitos políticos, em amplo sentido.

A resistência, por fim, pode ganhar novos ares e interpretação diferente, para além da leitura psicanalítica tradicional. Na trilha dessa colocação, estamos de acordo com ideia de que “resistir é, neste aspecto, o oposto de reagir (...) Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar” (Maciel Jr., 2014, p. 2). Guardadas as devidas diferenças, a própria aproximação entre Winnicott e Foucault, no que diz respeito ao papel não reativo, mas construtivo e criativo no ato de resistir, contribuem para repensar a concepção de não submissão da criança como um aspecto a ser valorizado. É o que demonstra alguns trabalhos que problematizam a relação entre a

noção de resistência e a constituição das práticas de si (Maciel Jr, 2014; Cavanêz, 2015) e ainda aqueles que fazem trabalhar a noção de resistência no próprio setting analítico, lançando uma luz sob a afetação do analista ao ser capaz de transformar a 'resistência *no* encontro afetivo' (Kupermann, 2005) em criação na clínica ou de ser intérprete da 'linguagem das resistências' (Cavanêz & Herzog, 2012). Ressaltamos, assim, a importância do papel do analista, sobretudo, se tomamos a resistência também como operador de liberdade, caminho para a criação ou gatilho para a oferta de um espaço de confiabilidade.

Se as resistências tendem a assegurar a insubmissão a uma subjetividade inventada ou assujeitada, como desconsiderar os significados que se revelam na potencialidade da criança que não se submete? Poderíamos dizer que a criança será capaz de resistir se puder usufruir da confiança conquistada nas experiências compartilhadas (experiências suficientemente boas de acolhimento e sustentação dos seus gestos), com vistas à criação de si. Insubmissas e resistentes, as crianças apresentam uma força potencial capaz de trazer movimento e criação.

Assim pensamos poder dizer que *se opor, resistir e se negar à* são ações através das quais a criança exercita os imperativos internos de sua subjetividade infantil. A partir delas, a criança tenta controlar seus impulsos, expressa suas vontades próprias e experimenta um incremento subjetivo (fortalecimento da autoestima, por exemplo) frente ao encontro genuíno com um ambiente que acolhe o seu comportamento e permanece vivo. É a sobrevivência real da mãe aos ataques do seu bebê, às suas tentativas de destruição sem retaliação por parte dela, que confere a diminuição das qualidades mágicas e a introdução do princípio de realidade. Gradativamente, o ambiente que contorna a vida da criança precisará oferecer o mesmo.

Ser insubmisso, então, revelaria a expressão dessa "potência de subversão do gesto criativo". Não afirmamos com isso que estaríamos diante de um novo conceito para o estudo sobre o processo de subjetivação humana; minha hipótese de trabalho refere-se, tão somente, ao reconhecimento de uma face subversiva na criatividade – conceito já tão bem definido por Winnicott – que contribuiria para a formação de uma posição mais autônoma do indivíduo no mundo. Consideramos ser possível afirmar que o gesto criativo contém uma potência subversiva que se apresenta na ação da criança, cujo gesto de insubmissão enquanto resistência

criativa, tende a favorecer a criação de si ao longo do seu processo de amadurecimento psíquico.

Por essa razão, consideramos que a insubmissão analisada pela ótica psicanalítica traz, em potência, um movimento de ruptura da criança na relação com aqueles que ela depende. Essa ruptura, expressa pelo ato de resistir ou negar-se à, mostra-se não apenas necessária à constituição da autonomia, como um alicerce para a expressão criativa a ser genuinamente protagonizada pelo sujeito. É essa ideia que pretendemos discutir no capítulo que se segue; nele apresentaremos os argumentos que sustentam a proposição do conceito-hipótese aqui investigado.

PARTE II
POTÊNCIA E CRIAÇÃO

CAPÍTULO 3

A HIPÓTESE DA POTÊNCIA SUBVERSIVA DA CRIATIVIDADE

Sejam resolutos em não servir
e vocês serão livres
La Boétie

A clássica concepção freudiana de renúncia ao que emana do mundo externo (Freud, 1924/1969) ou poderíamos também dizer, submissão necessária ao processo civilizatório, atrelou, por oposição, a noção de insubmissão a uma poderosa quota de agressividade decorrente dos impulsos destrutivos. Nessa perspectiva de análise haveria uma supervalorização dos aspectos educativos e adaptativos necessários à constituição subjetiva, importantes para a formação psíquica, mas pouco representativos no que concerne à complexidade que perpassa o desenvolvimento emocional da criança, sobretudo, no que se apresenta através da experiência de criação.

No capítulo anterior, discutimos que o tema da agressividade relacionado à noção de insubmissão é um caminho necessário à análise dos processos de subjetivação na infância; mas ponderamos e tentamos argumentar que essa perspectiva de observação não deveria reduzir o ato de não se submeter unicamente ao caráter opositor ou reativo. Seguimos a trilha de Winnicott tomando como base, em especial, a sua concepção de criatividade, por nela encontrarmos um contraponto à via reducionista de interpretação do fenômeno que estamos definindo como insubmissão.

Ao afirmar que “a crença de que viver criativamente constitui um estado saudável, e de que a submissão é uma base doentia para a vida” (p. 95), Winnicott (1975) problematizou como os aspectos ambientais podem suplantar os processos criativos e, por conseguinte, sua obra nos oferece um caminho de análise à tendência ativa contida no ato de não submissão saudável. Abre-se, assim, a possibilidade de reforçarmos a nossa hipótese, lançando outra pergunta: uma atitude insubmissa não conteria elementos fundamentais à expressão da atividade criativa da subjetividade?

Neste capítulo pretendemos delinear a estrutura do conceito-hipótese da

“potência subversiva da criatividade”, trazendo para a discussão como se organiza o núcleo teórico da questão. Para tanto, começaremos definindo as noções de submissão, subversão e transgressão, sobretudo, a partir das conexões e possíveis articulações com a hipótese proposta. Em seguida, apresentando uma breve leitura de Freud e Winnicott acerca da criatividade e suas relações com a potência, de modo a oferecer um mapeamento inicial do que seria a potência subversiva da criatividade. Por fim, apresentaremos os fundamentos psíquicos para a expressão criatividade como potência subversiva, a partir de uma análise sobre as relações entre afetos e insubmissão, propondo pensarmos a noção de insubmissão psíquica como aquilo que modula a potência subversiva do gesto criativo.

3.1. Submissão, subversão e transgressão: notas gerais

A compreensão das raízes da submissão, bem como a leitura sobre a sujeição precisam ser considerados na análise da constituição psíquica, especialmente, porque o nosso intuito é a posterior compreensão da incidência desses fenômenos na infância. Para tanto destacamos o reconhecimento de que nós, humanos, guardamos uma atração pela servidão, voluntariamente. Nossa liberdade, portanto, é relativa. No campo subjetivo, a disponibilidade ou não para a servidão a um outro é sempre uma opção tentadora, tal como argumenta La Boétie (2017) no seu *Discurso sobre a Servidão Voluntária*.

Escrito no século XVI, La Boétie traz neste ensaio o questionamento sobre a posição de servidão diante de alguém que detém sozinho o poder. Questionando as razões da submissão, que ultrapassa a obediência e esfacela a liberdade, o autor apresenta como a servidão tende a se transformar num costume enraizado de tal maneira que passou a ser vista como natural àqueles que se sujeitam a um tirano. Para ele:

o primeiro motivo por trás da servidão voluntária é o costume. Os homens são como os mais leais cavalos, que inicialmente mordem o freio e depois passam a apreciá-lo; que primeiramente escoiceiam e logo exibem altivos o seu arreio, pavoneando-se sob sua barba (p. 54).

O mal da sujeição, portanto, ao nos distanciar da liberdade, seria promover ao

mesmo tempo mudanças nos modos de subjetivação. Se concordamos que a disposição para a servidão está entranhada no humano, podemos pensar que a disposição para se submeter é também a atitude que se espera de uma criança diante do adulto.

A obediência vista como natural, dentro desta lógica na qual estamos absolutamente imersos, leva a cultura e as famílias a uma postura absolutamente impaciente diante de crianças insubmissas. Elas tornam-se mais do que um desafio aos que dela se ocupam, provocando uma incansável busca por dispositivos de controle. A insubmissão das crianças, pensamos, tende a ser definitivamente mal interpretada. Crianças que não se submetem às ordens adultas, aos regimentos escolares, aos imperativos de alta performance tendem a ser consideradas mais que difíceis, são vistas como doentes. Como diferenciar então o gesto de recusa ao domínio do outro, sem tomá-lo por um viés anti-social oupositor?

Questionando-se sobre o vício de servir, seguimos ainda com La Boétie quando apresenta a obediência aos pais como uma “imposição meramente natural” (La Boétie, 2017, p. 43). Novamente explicita a dimensão natural como entranhada àquilo que aprendemos no plano da cultura, logo, a obediência aos pais é esperada, porque deles a criança depende, porque os ama e a eles deve servir. Contudo, uma contradição se apresentaria: tal como a servidão, vista como natural aos humanos, a busca pela liberdade também precisa ser tomada como um elemento da nossa natureza.

Pois bem, se todos os seres sencientes rapidamente constatarem o mal a sujeição e a necessidade de liberdade, e se nem as bestas, mesmo sendo criadas a serviço dos homens, conseguem se acostumar a servir sem manifestar o desejo oposto, que terrível desencontro foi esse que tanto desnaturou o homem, único realmente nascido para viver em liberdade, e o fez perder a lembrança de seu estado original e o desejo de resgatá-lo? (La Boétie, 2017, p. 46)

É sob essa questão que se coloca o conflito entre a amargura da servidão e as delícias da liberdade. Porque, de certo modo, podemos viver a amargura de ser livre, bem como das maravilhas de servir. Esta nuance torna-se ainda mais sutil quando, ao invés de lançar o olhar sob os tiranos no plano social, deslocamos a servidão para o âmbito dos vínculos amorosos, em especial na infância. Em torno

das crianças, poderíamos dizer que se acrescenta a essa dinâmica o elemento da vulnerabilidade biológica e psíquica, o que, por premissa, traz a marca da necessidade do outro cuidadoso. Sob a égide da educação e da transmissão de uma tradição familiar, pais e mães veem-se no direito, também definido como obrigação, de direcionar seus filhos à voluntária servidão a sua autoridade, tornando-os subordinados.

As leituras sobre as práticas discursivas nos ajudam a avançar nesse paradoxo. Longe de empreender um estudo minucioso do tema, tarefa hercúlea para o momento, consideramos que a leitura de Michael Foucault e Judith Butler (2017) no que se refere às teorias da sujeição, permitem problematizar as incidências na vida psíquica das crianças diante da dominação adulta (seja ela de um só indivíduo ou de um representante institucional, como a escola).

Sobre essas contradições, nos diz Butler (2017):

Mas, consoante Foucault, se entendemos o poder também como algo que forma o sujeito, que determina a própria condição de sua existência e a trajetória de seu desejo, o poder não é apenas aquilo a que nos opomos, mas também, e de modo bem marcado, aquilo de que dependemos para existir e que abrigamos e preservamos nos seres que somos (p. 10).

Por esta razão, a subordinação é vista como necessária ao processo subjetivo, fundando o sujeito, que se submete ao poder de um outro, que gradativamente possibilita a constituição de si. Nas palavras de Winnicott (2007d): “há um aspecto submisso do *self* verdadeiro no viver normal, uma habilidade do lactente de se submeter e de não se expor” (p. 136). Essa afirmação se aproxima a proposição de “submissão obrigatória”, proposta por Butler (2017), quando ela demarca a condição contínua do vir a ser do sujeito, a saber, a subordinação ao poder. Sobre isso, a autora afirma:

Embora a dependência da criança não seja uma subordinação *política* [grifo do autor] de forma nenhuma, a formação da paixão primária na dependência torna a criança vulnerável à subordinação e à exploração, um assunto que tem preocupado o discurso político recente. [...] Se o sujeito jamais se forma sem o apego apaixonado a quem o subordina, significa que a subordinação é fundamental para o vir a ser do sujeito” (p. 16).

O reconhecimento deste paradoxo nos permite afirmar que a ação das crianças, sua atitude diante do mundo, confunde-se com as raízes da submissão. Neste sentido, se depende, de algum modo, do poder do outro para existir, o ato de resistência, compreendido aqui como insubmissão, abriria um campo de possibilidades interpretativas também. Sem negar a submissão obrigatória, tal como acima descrita, a postura de oposição por parte da criança nos permite questionar como a constituição psíquica é atravessada por essas incidências e de que maneira pode impactar, positiva ou negativamente, nos modos de ser e existir. O que nos permite, portanto, pensar a insubmissão, a desobediência e a subversão da criança, não apenas como expressão transgressora, mas também considerá-la como forma de vitalidade¹¹.

Em seu livro *Desobedecer*, Frédéric Gros (2018) propõe-se a estudar as raízes da desobediência partindo do que chamou de raízes da obediência. O seu argumento reforça nossa tese de que a insubmissão, nas palavras dele a desobediência nos humaniza. Para o filósofo, a desobediência deve ser estudada “na perspectiva de uma ética do político. Falo aqui de ética, e não de moral” (p. 33). Sua empreitada destina-se, então, a transpor retratos psicológicos, relativizando no plano da cultura a obediência e a desobediência.

Por submissão entendo uma obediência de pura coerção: obedecemos àqueles que tem nas mãos a arma ou o chicote, a força de decisão sobre a carreira e mesmo sobre a vida e a morte (Gros, 2018, p. 38)

Assim, obedecer é um ato naturalizado diante do poder exercido por um outro que nos é superior, ou seja, é o reconhecimento da autoridade e a subordinação a ela. Aproximando-se das ideias de La Boétie, o autor também defende a obediência como um ato voluntário de servidão. E para ilustrar o que chamou de estilo de obediência, lança mão da criança, nos presenteando com essa passagem:

Obediência natural, ancorada nessa comunidade imanente, diríamos biologicamente constituída, da família. [...] Obedecer, então, não é mais sujeitar-se à uma imposição que obriga a suportar o insuportável, mas

¹¹ Tomo aqui emprestado de Ogden (2013) a palavra “vitalidade” (*aliveness*) como sinônimo de liberdade e espontaneidade criativa. Ele propõe que tanto a escrita analítica, quanto a sessão analítica, devam considerar o “esforço de criação *na* linguagem da experiência de vitalidade humana” (p. 23).

conformar-se docemente a essa ordem põe cada um em seu lugar, é situar-se na vertical de uma harmonia que traz felicidade. Agostinho chama essa ordem de *concordia ordinata* [grifo do autor]. Obedecer é encontrar seu verdadeiro lugar, lá se ordenar, lá se sentir bem. (p. 68)

À criança restaria a doce obediência aos pais, por gratidão e deferência. Não se trata aqui de lançarmos um questionamento moral, posto que seria uma visão reducionista, tratando-se, então, de levar em consideração que a criação dos filhos é perpassada por estes valores enraizados e impostos à humanidade, para além do âmbito da vida privada. Se assim concordamos, não caberia tomar a atitude das famílias com suas crianças como incorreta ou de imposição equivocada. Mas, trata-se de reconhecer que essa é uma ordem naturalmente prevista: os filhos devem obediência àqueles que a ela deram a vida e por elas, muitas vezes, vivem. Mas, seria esta obediência irrestrita? Como então relativizar a submissão das crianças, tomá-la numa perspectiva positiva e necessária, mas insuficiente? Como atribuir sentido valorativo no processo de subjetivação das crianças à uma atitude de desobediência à ordem, de insubmissão ao estabelecido?

Nosso argumento parte dessas questões para interrogar a insubmissão da criança, enquanto ato voluntário saudável, tanto de resistência quanto de subversão. O que nos permite formular a hipótese sobre a existência de uma “potência subversiva do gesto criativo” como uma possibilidade de explicação da atitude insubmissa que não resultaria do que chamamos de rebeldia que organiza o funcionamento delincente, mas sim daquela que decorre de um processo saudável de criação do *self*.

A proposição de considerar uma suposta potência de subversão do gesto criativo na infância ancora-se, portanto, na compreensão de que a vida psíquica das crianças é marcada por uma “potência de ação” (Charbonnier citado por Castro 2013, p.23). Ela ganha vigor, quando assumimos a herança winnicottiana de que a subjetividade infantil é marcada pela transicionalidade da experiência humana, cuja área de experimentação (Winnicott, 1975) é afetada mutuamente pela realidade interna (psíquica) e pela realidade externa (sociocultural), destacando a noção de criatividade primária. E confirma a complexidade do tema, ao admitirmos que o ato de subverter pode ser analisado a partir de duas vertentes interpretativas: uma que toma (1) a subversão, sobretudo, pela *via transgressiva* e outra que considera (2) a subversão como *ação*. Interessa-nos, em particular, essa segunda vertente de

interpretação, por que ela permite uma abertura teórica cuja via de análise possibilita pensar que essa expressão da criatividade como potência subversiva decorre da construção gradativa do modo de agir e de reivindicar a vida da criança saudável, ou seja, poderia ser tomado como parte do seu processo de amadurecimento.

A fragilidade das crianças, enquanto seres em desenvolvimento, pode ser entendida como justificativa da subordinação, mas também como disposição para subverter. Subversão aqui entendida como disponibilidade psíquica para testar os acordos, interrogar pressupostos culturais, esgarçar limites pretendidos pelos pais ou mesmo agir na contramão da obediência irrestrita, criando espaço para existir.

A noção de subversão confunde-se em uma sua definição com a insubordinação a uma autoridade enquanto perturbação da ordem. Aquele que subverte, portanto, altera o estabelecido; por uma via destrutiva ou criativa. Frente a essa definição, encontramos os pontos de intersecção entre a noção de transgressão e subversão em psicanálise, que vão desde o reconhecimento da multiplicidade do próprio conceito à aproximação com o campo da estética e da ética.

O conceito de transgressão pode ser entendido como um movimento de rejeição da ordem existente e de criação do novo. Mas evoca também, na tradição psicanalítica, a transgressão da lei estruturante, associada ao conceito de perversão. [...] Em sua acepção mais ampla, transgressão significa violação da lei. [...] Esse sentido, como se sabe, não é alheio à teoria psicanalítica, porém não é o único que o conceito adquire nela (Plastino, 2002, p. 13).

Ao considerar a multiplicidade de interpretações para o conceito de transgressão em psicanálise, devemos incluir a problemática da normatividade que a circunscreve, já que a relação entre o registro da dinâmica psíquica com o registro da vida social é indissociável e fundamental para pensarmos os efeitos subversivos das ações. É nessa via que a crítica da normatividade enquanto instrumento de dominação, deve ser pensada como forma de “deflacionar o peso teórico da transgressão, redefinindo-a como uma das características do ato ético” (Plastino, 2002, p. 14). Além disso, em psicanálise subverter contempla ainda uma discussão sobre o sujeito, que interroga as versões da filosofia e das ciências humanas. Não abordaremos essa discussão no momento, cabendo, entretanto, lembrar que:

o sentido da subversão do sujeito promovido pela psicanálise permite apontar para o problema que ela pretende tratar: ser uma clínica do fracasso dos processos identificatórios que serviriam de orientação no registro dos problemas éticos (Calazans, 2004, p.7)

O reencontro com a dimensão ética na análise da subjetividade, portanto, é o aspecto que nos interessa no modo subversivo da psicanálise tratar as questões, especialmente, por não pretender soluções, deixando em aberto o campo dos paradoxos.

Françoise Dolto (2005) em seu livro *A causa das crianças*, aborda o que chama de autêntica subversão do discurso sobre a criança ao apontar que, apesar da importante relação entre pais e filhos, os pais não teriam nenhum direito sobre as crianças, mesmo que, paradoxalmente, tenham muitos deveres para com elas. Dolto acredita que há um combate particular que as crianças devem empreender em busca da saúde psíquica, uma luta contra as possibilidades de adoecimento, por falta ou excesso de cuidado dos pais. Nisso residiria, critica, a noção de infância alienada, protegida ao extremo. Para a psicanalista francesa haveria uma força no grupo familiar e social que a criança sustenta: “Essa força, essa esperança de renovação vital que a criança representa, diríamos que os adultos recusam reconhecê-las, e que o que ela lhes lembra é subversivo” (Dolto, 2005, p. 133). Nesse sentido, subverter corresponderia a essa forma de renovação vital promovida pelas crianças.

De volta à problematização sobre a concepção de subversão que forja a interpretação do comportamento das crianças, devemos considerar que os caminhos de análise do fenômeno da insubmissão vão da leitura sobre a via destrutiva à via criativa da insubordinação. Um longo percurso apresenta-se na busca das raízes da insubmissão, portanto. Para iniciar essa trajetória, analisamos o fenômeno da insubmissão pelos seus efeitos: ataques às normas promovendo esfacelamentos de ligações e/ou ato de resistir, fazer oposição aos imperativos familiares e culturais. A análise do ato insubmisso na infância, que iniciamos no capítulo anterior, aproxima o debate conceitual às teorizações sobre o viés transgressivo das ações, o que em psicanálise, é um convite a novas elaborações.

Pensada enquanto pólo criativo, de rejeição da norma ou como expressão da perversão, a dimensão transgressiva tem sido tema de investigações teóricas no

campo psicanalítico. Desde a proposição de uma genealogia da transgressão (Birman, 2008) à discussão sobre a transgressão criadora (Costa, 2002; Sousa, 2014) um vasto campo de pesquisa apresenta-se sobre o tema tanto na psicanálise quanto em outros saberes. O nosso desafio reside, aqui, em associar algumas dessas investigações psicanalíticas ao campo da pesquisa na infância, problematizando-os frente a nossa questão central.

Seguindo a lógica dos controles na esfera privada e pública, cabe um breve levantamento sobre essa vertente interpretativa da insubmissão. É a partir da compreensão dos fundamentos dos comportamentos transgressivos, que podemos assumir uma leitura de referência ou de contraponto, ao que estamos chamando aqui, para pensar a subversão da criança.

Ao apresentar os fundamentos para uma *Genealogia da Transgressão*, Birman (2008) parte da ideia comum de que transgredir diz respeito a ir de encontro a uma regra social. Para ele, as origens da transgressão não poderiam ser resumidas à noção de infração, precisando ser compreendida dentro da história ocidental. A partir das leituras Foucault, para quem a morte de Deus transformou as relações com a lei simbólica, Birman neste trabalho faz uma breve trajetória sócio-histórica do conceito apontando para o fato de que a perda da lei simbólica, trouxe a exigência da criação de normas sociais, que incidiram tanto no discurso das ciências humanas quanto no das ciências naturais.

Estaria aqui então o duplo impasse teórico para conceber a problemática da transgressão como estando fundada numa suposta lei transcendental e ahistórica. Nessa perspectiva de leitura, o que se perde efetivamente são as marcas evidentes da normalização que estão presentes nas formas de subjetivação e nos seus critérios de verdade (Birman, 2008, p. 94).

O autor acena, assim, para o que chamou de impasse de se considerar a perspectiva transcendental e a-histórica relativa a uma lei, na medida em que ela se torna restritiva das possibilidades de leitura dos diferentes processos de subjetivação.

Em outro trabalho, intitulado *Nas bordas da transgressão*, Birman (2002) chamou de *potência da transgressão* aquilo que marca e delimita o funcionamento psíquico, tomando como referência dois pólos: um transgressor e, outro, normativo.

Para o autor, esta seria a proposição freudiana da subjetividade, ao mesmo tempo fragmentada e permeada por essa potência. Em suas palavras: “a psicanálise criou um paradigma de sujeito fundamentado na transgressão” (p. 53). Assim, transgredir não pode, tampouco deveria ser unicamente associado à esfera social e normativa, precisando ser tomado em sua dimensão constitutiva do psiquismo. A lógica do desejo e o encontro com as poderosas defesas do eu quando associadas às exigências de normalização social lançam a subjetividade num registro ético, cujos desdobramentos se mostram nos atos e gestos pelos quais se apresentam as subjetividades hoje.

O que está em pauta é uma ética com desdobramentos estéticos, sem implicações morais. O gesto transgressivo, portanto, é um ato ético propriamente dito, pelo qual a subjetividade, como diferença e singularidade, enuncia-se e materializa-se do mundo (Birman, 2002, p. 60).

Subjetividade, ética e transgressão atam-se num nó de possibilidades de análises à luz da psicanálise. Isso implica a necessidade de continuarmos tentando separar, pelo menos como esforço metodológico, o que estamos chamando aqui de transgressão. Já acenamos para o fundamento transgressivo do psiquismo, que lança o sujeito desamparado na imprevisibilidade do desejo, caberia destacar que na compreensão de Birman (2002) o gesto transgressivo corresponde a uma busca de abolição, ainda que momentânea, do sistema normativo. O que resta ao analista diante desse paradoxo? Para o autor, o acolhimento dessa potência:

Em nome de quê? Para que a subjetividade possa se enunciar e se fazer presença concreta no mundo, em um estilo marcado pela diferença e pela singularidade, rompendo as amarras do sistema normativo e procurando se deslocar da posição de servidão (Birman, 2002, p. 61).

Em “Criatividade, transgressão e ética” Jurandir Freire Costa (2002) propõe uma diferenciação entre *transgressão moral ética* e *transgressão moral não ética*, marcada, fundamentalmente, pelos efeitos que dela decorrem: produzir algo novo para o sujeito ou reproduzir o instituído. Destacando o elo, em princípio, indissociável entre ética e transgressão, o autor revisita textos de Freud e de Winnicott na tentativa de apresentar um breve percurso das relações teóricas entre o ato criador e a transgressão. Aponta como Freud apresenta a matriz da criação relacionando-a a concepção de fantasia e aproximando-a de uma função de barreira

ao excedente pulsional. Em contrapartida, mostra como a leitura winnicottiana da criatividade promove uma nova perspectiva de análise das relações entre criação e transgressão, cuja teorização recusa a obrigatoriedade deste entrelaçamento.

Se em Freud o brincar e a obra de arte são meios de defesa contra as irrupções dos impulsos parricidas e incestuosos, em Winnicott são a condição *sine qua non* do interesse pela vida e do sentido de viver (Costa, 2002, p. 72).

Compartilhando dessas ideias, reafirmamos as razões pelas quais a proposição dessa tese depende de uma teorização capaz de relativizar, à luz da psicanálise, a tomada de posição de que o ato transgressivo resulta, sobretudo, de uma expressão das defesas em termos pulsionais. Sem negar o reconhecimento dessa interpretação, assumimos filiação à obra de Winnicott, onde encontramos uma leitura que responde às ações transgressivas também pelo viés de uma discussão sobre a vida criativa, complexificando o processo de constituição psíquica e o conseqüente desdobramento das ações na infância.

Se por um lado, Costa (2002) considera que as relações entre criatividade, transgressão e ética permanecem em aberto, por outro, autores como Plastino (2014) e Mizrahi (2010), apontam como a obra de Winnicott possibilita uma nova visão de liberdade e da ética como potencialidade, respectivamente. A experiência criativa, portanto, seria o respeito a liberdade do gesto espontâneo, raiz do sentimento de ser livre. Assim como o desenvolvimento da moralidade estaria associado à capacidade que o indivíduo adquire para confiar no ambiente, o que vem a favorecer, por sua vez, o desenvolvimento do senso ético.

Desta maneira, a expressão criativa da criança seria não apenas constitutiva de um terreno para a consolidação de sua independência, mas também resultante dela. Novamente as relações com o ambiente tomam a dianteira de mais um aspecto da vida infantil, exigindo, portanto, dos responsáveis uma atitude mais reflexiva sobre o agir das crianças. Para além da função egóica, que compreende uma eficácia específica na constituição da subjetividade, ao considerarmos que todo gesto é portador de uma significação, não estamos descartando que ele seja, em princípio, uma conduta estéril. Contudo, o gesto não é indissociável de sua intenção, tampouco desprovido de alcance. Se assim for, para a compreensão do fenômeno

subversivo na infância, precisamos considerar mais do que aquilo que se manifesta. Galard (2008) esclarece essa ideia quando afirma que:

a natureza particular do gesto subversivo requer um princípio específico de apreciação, levando em conta a novidade e a simplicidade dos meios empregados, a desproporção entre a iniciativa e suas repercussões, a desorientação e a anarquia resultante desse desequilíbrio, abrindo assim uma dimensão que não é redutível... (p. 63).

Em psicanálise, considerar o não redutível implicaria levar em consideração a dimensão inconsciente, que deve ser pensada em sua complexidade subversiva, ou seja, o papel que desempenha produzindo efeitos na vida psíquica. A face estética do *self*, tal como pensada por Safra (2005), vincula o ser no mundo à capacidade do indivíduo se organizar e se constituir a partir das experiências vividas e sentidas. Para o autor, “o fundamento da criatividade humana se encontra na capacidade de agir” (p. 97), o que reafirma a necessidade de considerarmos a ação, seja ela subversiva ou não, como parte importante na fundação do *self* e na vida desejanste.

Esta é também a compreensão de Rozenthal (2014) ao discutir um modelo de subjetividade conjugada no gerúndio. Descrevendo os obstáculos à constituição de si, o autor defende a noção de “modos de subjetivação”, tal como pensado por Foucault, e a problematiza mostrando a necessidade de abertura que o analista contemporâneo deve ter à sensibilidade dos afetos e às pequenas percepções. A importância da dimensão estética da clínica psicanalítica, portanto, implica em dar destaque à noção de potência de si, favorecendo o argumento de que o estudo do tema traz importantes contribuições à psicanálise. Como nos lembra o autor: “Não há nenhuma identidade ou fundamento universal externo ou a-histórico que preceda o psiquismo e que detenha a potência de sua produção” (Rozenthal, 2014, p. 39).

Nossa hipótese reside na consideração de que a sua expressão tangencia a ideia de subversão, mas não se reduziria a ela. Nesse sentido, poderíamos dizer que toda subversão guarda uma potência; mas nem toda potência é, necessariamente, subversiva. Ela pode ser potência de vida, força vital, tendência à saúde, mas não necessariamente potencialmente subversiva. Aquilo que estamos tomando como potência subversiva resulta da consideração do que Winnicott chamou de “espaço potencial”; nos convoca a esclarecer que a suposição de uma potência subversiva precisaria ser pensada como contida na criatividade.

Para melhor apresentar os fundamentos de nossa ideia, faremos uma breve retomada das principais contribuições que referenciam nosso argumento.

3.2. Potência e Criação: contribuições de Freud e Winnicott

A definição de criatividade nos parece, à primeira vista, tarefa comum e acessível. Seja na arte, na literatura ou mesmo no campo da clínica psicanalítica, diz-se que ser criativo é inovar, é ter atitudes de expressão rica; corresponderia à condição de originalidade ou ainda à capacidade de inspirar espírito inventivo. Tomado em sua dimensão positiva, portanto, o ato criativo costuma ser associado à habilidade de um indivíduo ou grupo produzir efeitos de transformação no plano subjetivo e/ou na cena cultural em questão.

Sabemos que a psicanálise forjou um fértil terreno à pesquisa sobre o tema, especialmente quando destacou a complexidade do fenômeno criativo e o atrelou ao processo de subjetivação. Assim, problematizou a criatividade discutindo suas relações com o campo das fantasias, do brincar infantil e, sobretudo, com uma dimensão da experiência vivida; nos oferecendo uma nova leitura sobre os fundamentos da constituição psíquica e da própria experiência cultural. Longe de desenvolver uma genealogia da noção de criatividade no campo psicanalítico, aqui pretendemos apresentar as relações entre criação e potência com o propósito de esclarecer o conceito-hipótese que tentamos formular. Remarcando nossa filiação teórica no campo psicanalítico, as obras de Freud e Winnicott circunscrevem nossas referências para essa interlocução.

Para além dos impasses e contrapontos relativos ao conceito de sublimação e criatividade, tomamos como ponto de partida a consideração de que, guardadas as devidas diferenças, tanto Freud quanto Winnicott se debruçam sobre a problemática da inserção do sujeito na ordem da cultura (Birman, 2008). Este enunciado baseia-se no reconhecimento de que haveria duas proposições formuladas por Freud sobre a sublimação. Uma primeira leitura que a define como saída pulsional (dessexualizada) aos imperativos civilizatórios, e uma segunda, onde a sublimação deixaria de estar relacionada ao recalque. Birman (2008) resume:

enquanto na versão inicial a sublimação possuía uma caracterização ostensivamente negativa, pelas crescentes e disseminadas perturbações psíquicas que promovia nas individualidades em decorrência dos obstáculos impostos pelas exigências de civilidade à livre expansão da sexualidade, na versão final ela assume uma marca ostensivamente positiva, pois passa a promover a vida/civilidade em conjunto com o erotismo e em oposição ao movimento rumo à morte” (p.20).

Para o autor, o grande desafio desta transição teórica na obra freudiana teria sido desatrelar o processo sublimatório do recalque. A título de tornar mais sólida esta argumentação, citamos ainda três artigos de Freud cujas proposições consideramos contribuir para o reconhecimento destas relações entre sublimação e cultura. Trata-se dos ensaios *O poeta e o fantasiar* (1908), *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910) e *Além do Princípio do Prazer* (1920), que por razões diferentes, contêm definições freudianas sobre o ato criativo e permitem ler sobre o seu papel de inserir o sujeito na experiência cultural.

Em *O poeta e o fantasiar*, com tradução anterior *Escritores Criativos e Devaneios* (1908), Freud elabora uma exposição interessante sobre as relações entre a brincadeira, a fantasia e o devaneio. Ao analisar os fatores que conduziriam à formação de um escritor criativo, Freud se aproxima da ocupação favorita das crianças, o brinquedo e os jogos, formulando que toda criança se comportaria como um escritor criativo na medida em que a brincadeira emerge como uma criação própria, um mundo em que cabem todos os desejos infantis, mas que preserva a exterioridade da realidade. A fantasia levada à sério comporta uma relação opositiva com a realidade, apesar de guardar ligação com o mundo real. Ao fantasiar, o prazer estaria justamente em considerar a irrealidade do mundo; demarca-se, assim, a renúncia da atividade de brincar (difícil de ser mantida na experiência da vida adulta) e abre-se para o campo do devanear. O devaneio, ou o ato de fantasiar em segredo, é um deleite individual que substitui os jogos das crianças.

Estas formulações preparam o terreno para o relevo final do ensaio, quando, além de apontar os efeitos estéticos da literatura, Freud relacionou o brincar da criança como expressão da potência dos traços imaginativos. Em suas palavras: “a criação literária, como um sonho diurno, é uma continuação e uma substituição, a uma só vez, das brincadeiras infantis” (Freud, 2018, p.63). Pode-se dizer, além disso, que neste texto Freud apresenta uma formulação de como a ação criativa pode resultar de uma oposição à cultura correspondendo, portanto, a uma ação

secundária. “Sou de opinião”, continua Freud, “de que todo prazer estético, criado pelo artista para nós, contém o caráter desse prazer preliminar e que a verdadeira fruição da obra poética surge da liberação das tensões da nossa psique” (p. 64). Isso nos leva a ponderações sobre a criação como efeito secundário e não como primário à constituição subjetiva.

Escrito em 1910, *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância* compreende uma tentativa de leitura da obra de um grande artista a partir da sua vida emocional, sobretudo. Nesse ensaio, Freud também empreende um minucioso trabalho de investigação sobre a gênese da experiência de criação e suas relações com a infância, além de discutir as relações entre sexualidade, sublimação e o impulso dominante para a pesquisa. Segundo Kupermann (2003), a partir desse texto Freud assume o paradigma estético da criação artística ao:

conceituar a sublimação não mais como dessexualização pulsional, porém como um processo erótico que tem raízes nas experiências sexuais infantis, e que está referido sobretudo às vicissitudes encontradas pelas pulsões de ver e de saber no processo de desenvolvimento psíquico do sujeito (p. 79).

O que permite Freud afirmar que na busca por conhecimento, na pesquisa, haveria um esforço sublimatório, portanto. Interessa-nos ao citar esse trabalho, o reconhecimento de que ele mantém a continuidade na teorização que Freud estava empreendendo sobre o caráter secundário do processo criativo.

Porém, é apenas em 1920, quando Freud escreve *Além do Princípio do Prazer* que ficará mais clara a economia psíquica envolvida no processo sublimatório. O ganho de prazer vinculado à repetição, bem como a natureza de processamento psíquico do ato de brincar, participam da sua explicação. Pode-se dizer que aqui a brincadeira infantil alcança o estatuto de uma aquisição cultural, mediante uma criação inventiva sem definição de uma procedência única. Nas palavras de Freud (1920/2006): “Para estimular o valor afetivo desta brincadeira, é naturalmente indiferente saber se a criança mesma a inventou ou se foi estimulada para tal” (p. 142). O caminho à cultura estaria aberto, pois brincar pressupõe uma relação, uma renúncia à satisfação imediata. Pressupõe o compartilhamento de signos (afetivos, sociais, linguísticos).

Essa citação de Freud, se pinçada, poderia ser tomada como o ponto de partida da transformação que Winnicott irá realizar sobre a concepção de criatividade aos olhos atentos da psicanálise. Sabemos da extensão das diferenças que se apresentam, mas explicamos: onde Freud diz que “é indiferente saber se a criança inventou ou foi estimulada para tal”, Winnicott dirá “nunca formularemos a pergunta: “Você concebeu isso ou lhe foi apresentado a partir do exterior?” (Winnicott, 1975, p. 28). Freud não desenvolve essa afirmação, mas Winnicott parece extrair dessa ideia o fundamento da experiência criativa, aquilo que definiu como fenômeno transicional e a área de ilusão que a partir dele se forma.

Essa é a marca da grande contribuição do psicanalista britânico. Em sua obra a concepção de criatividade ganha novos contornos, na medida em que Winnicott extrapola a leitura do ato criativo, propriamente dito, e convoca-nos a reconhecê-la como uma condição para a experiência de existir. A primeira possessão não-eu do bebê, o objeto transicional, representa a originalidade de sua hipótese principal: uma primeira criação do bebê, o seio imaginado.

Ao tomar o espaço transicional como potencial, o relevo da proposição winnicottiana passa a ser possibilidade de uma existência decorrente da experiência transicional: *entre* a mãe e o bebê, entre o interior e o exterior, *entre* o objetivamente percebido e o subjetivamente concebido. Entre o auto-erotismo e a escolha de objeto, Winnicott considera a existência de uma área intermediária que contribui tanto à realidade interna, quanto à externa. A inabilidade inicial do bebê, aproximando-o daquilo que é objetivamente percebido, aos poucos encontra no estado intermediário, a possibilidade de, pela ilusão de onipotência, constituir e controlar o seio, o que Winnicott chama de um ‘fenômeno subjetivo’. Em suas palavras: “a mãe coloca o seio real exatamente onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento exato” (Winnicott, 1975, p. 26). Para ele, o centro do viver criativo tem origem com a ilusão do bebê. A origem da experiência cultural, localizada no espaço potencial, depende da experiência que conduz à confiança. O gesto criativo do bebê, fruto de um ambiente suficientemente bom, corresponde à constituição de um espaço potencial que possibilita a construção de uma área de ilusão e experimentação onde se localizará a brincadeira da criança.

O axioma winnicottiano é contundente:

Seja qual for a definição que chegemos, ela deve incluir a ideia de que a vida vale a pena – ou não – ser vivida, a ponto de a criatividade ser – ou não – uma parte de vida de cada um. [...] a criatividade é o fazer que, gerado a partir do ser, indica aquele que *é está vivo* (grifo do autor). Pode ser que o impulso esteja em repouso; mas, quando a palavra “fazer” pode ser usada com propriedade, já existe criatividade. (Winnicott, 2011b, p.23).

Assim, para ele a criatividade traz um colorido particular à constituição psíquica, correspondendo a uma expressão inata e universal. Sua hipótese fundamental sobre o gesto criativo guarda relação direta com o que chamou de *maternagem suficientemente boa* oferecida pela mãe ao seu bebê, em outras palavras, pela função estruturante do cuidado. *Grosso modo*, diríamos que face a provisão do ambiente, a criatividade primária alçaria voo diante da inscrição do sujeito na experiência cultural. O que significa dizer, que o processo de subjetivação da criança guarda relações diretas com a experiência criativa, vivenciadas já nas primeiras brincadeiras da díade mãe-bebê.

Por outro lado, em sua tentativa de localizar a experiência cultural, o psicanalista formulará a noção de espaço potencial, como área intermediária entre o indivíduo e o meio ambiente. A mãe e o bebê vêm-se numa encruzilhada entre o que é objetivamente percebido (seio da mãe) e aquilo que foi subjetivamente concebido (seio magicamente introjetado) (Winnicott, 1975), constituindo-se, então, o fenômeno transicional. Como escreve Ogden (2015):

o conceito de espaço potencial de Winnicott é discutido em termos de uma série de relacionamentos dialéticos entre realidade e fantasia, eu e não-eu, símbolo e simbolizado, etc, sendo que cada polo cria, preserva e nega o seu oposto. Esse conceito talvez seja a contribuição mais importante de Winnicott à psicanálise e, ao mesmo tempo sua ideia mais inatingível” (p. 5).

Para o autor, o conceito permanece em parte enigmático frente à dificuldade de separar o significado de espaço potencial do sistema de metáforas fixadas a ele, o que o leva a propor que seja considerado o processo dialético como um paradigma para sua compreensão. Para Ogden (2015), Winnicott propôs:

um espaço potencial entre mãe e bebê, que seja sempre potencial (e nunca real) porque é preenchido com o estado da mente que incorpora o paradoxo nunca-desafiado: *O bebê e a mãe são um e, o bebê e a mãe são dois* (Ogden, 2015, p. 159, grifo nosso).

É muito pertinente essa forma de leitura do psicanalista americano pois nos oferece não apenas um olhar esclarecedor sob essa noção tão fundamental ao processo dialético e seus paradoxos, como imprime uma marca diferencial daquilo que ele chamou de “unicidade invisível” da unidade mãe-bebê para a trindade mãe-e-bebê (como objetos simbólicos) e o bebê (como sujeito intérprete). Em suas palavras, explica que “o bebê é agora o criador e o intérprete de seus símbolos” (Ogden, 2015, p. 160).

Além disso, sabemos que o ‘adubo natural’ da criatividade faz florescer o brincar, que gradativamente se transforma no brincar compartilhado, cujas experiências culturais vão promovendo mudanças psicológicas. Por esta razão, Winnicott irá afirmar que “o brincar conduz naturalmente à experiência cultural e, na verdade, constituiu seu fundamento” (Winnicott, 1975, p. 147). A ação criativa, sua evidência, é sinal de que algo novo se oferece ao sujeito em sua relação com o mundo, na medida em que lhe confere um sentido de existência. Esta pode ser vista como a consideração final das contribuições de Winnicott à questão da criatividade.

Nessa proposição, a criatividade pode ser entendida como uma condição de emergência para as fantasias, que se transformarão em ilusão, representando a experiência de onipotência. É a partir da díade mãe-bebê que os fundamentos dessas experiências irão se constituir, pois os cuidados reais dispensados pela mãe nos primeiros anos são importantíssimos para a expressão do fenômeno transicional. Para Winnicott, sabemos, os fenômenos e os objetos transicionais são decorrentes do desenvolvimento da ilusão-desilusão, correspondendo a uma área intermediária entre o mundo interno e externo. Por isso, ela define a primeira possessão não-eu e tem a função de inaugurar a experiência de brincar (Winnicott, 1975, p.26).

A inscrição na cultura está posta. Independente da consideração de que a criatividade para Freud e Winnicott teriam origens diferentes – para o primeiro uma origem secundária (decorrente da renúncia imposta pela realidade) e para o segundo, uma origem primária (inata) –, a entrada do sujeito na cultura parece inegável. O percurso que Winnicott empreende sobre a problemática da criação, encontra conexão importante com o estatuto da potência, sobretudo, tomando como

referência essa formulação sobre o objeto transicional. Seguindo a trilha das suas ideias, fazemos nossas as palavras dele:

se existe um verdadeiro potencial criativo, podemos esperar encontrá-lo em conjunto com a projeção de detalhes introjetados em todos os esforços produtivos, e devemos reconhecer a criatividade potencial não tanto pela originalidade de sua produção, mas pela sensação individual de realidade da experiência e do objeto (Winnicott, 1990, p. 130).

Na busca por uma definição do conceito de 'potência' que favoreça nossa leitura, a inspiração em Winnicott nos encaminha para a noção de criatividade por ele formulada. Contudo, para nos debruçarmos sobre a constituição de uma potência subversiva do gesto criativo ainda há questões a serem melhor discutidas, especialmente, aquelas que dizem respeito aos seus fundamentos subjetivos. Avançando nessa aposta, se faz necessário, então, analisar o papel dos afetos na conquista da expressão insubmissa da criança e discutir como eles interferem, favorecendo ou dificultando, os jogos de poder e negociação entre pais e filhos.

3.3. Fundamentos Psíquicos: o papel dos afetos

Pretendemos pensar a potencialidade subversiva das crianças problematizando os pontos de articulação entre afetos, insubmissão e infância com ênfase no contexto da *constituição psíquica*. Não se trata, porém, de revisitar a concepção psicanalítica do afeto, tampouco de seguir pelo viés filosófico tomando como referência os chamados afetos e corpos políticos (Safatle, 2019), tarefas hercúleas para o momento, mas sim de analisar os afetos que participam e incrementam na vida psíquica as bases para uma potencialidade subversiva do gesto criativo.

Podemos iniciar essa reflexão nos perguntando o que há de novo nessa proposição, já que sabemos que os afetos (conscientes e inconscientes) são presença indispensável à constituição dos vínculos que nos fundam? Arriscaríamos responder que a novidade reside na análise do papel político da insubmissão da criança, ou seja, na tentativa de discutir a dimensão política dos afetos que

participam do processo de amadurecimento, exatamente a partir dessa expressão infantil de resistência.

Para tanto, por um critério especulativo, elegemos o *amor*, o *ódio*, a *confiança*, a *capacidade de estar só*¹², a *amizade* e o *humor* para essa discussão. Essa escolha justifica-se por considerarmos que eles participam de maneira significativa nos rumos das ações insubmissas e podem oferecer um caminho para a análise pretendida. Para compor um conjunto de análise, chamaremos de afetos ou estados afetivos esses sentimentos (e emoções) aqui uniformizados pela disposição para promover ligação ou desligamento no contexto das relações infantis. Temos clareza de que essa opção pode parecer grosseira pelo amplo espectro de considerações que diferenciam os afetos (amor, ódio, confiança e ‘capacidade de estar só’) das expressões afetivas (amizade, humor) resultantes do efeito da relação com o mundo. Mas, apostamos que ao agrupá-las pelo nome de *afeto* estamos circunscrevendo a condição de agente modificador das relações que os define. A nossa justificativa, portanto, consiste em pensar a dimensão de *afetação* que se apresenta quando lidamos com esses sentimentos e experiências.

Desde os modos de recepção da família às diferentes maneiras de experimentação protagonizadas pelas crianças, um mundo de possibilidades se apresenta na infância como recurso na trajetória rumo à independência. Nesse processo o cuidado é fundamento da subjetividade, promove espaço para a criação do sentido de existência e, ao longo da vida, define a condição de saúde psíquica. O que evidencia o papel dos afetos como mola propulsora da constituição dos vínculos, permeando a vida das crianças como argamassa que sustenta a nossa existência e molda as negociações de poder dentro das famílias e demais instituições.

Gostaríamos de propor que se por um lado reconhecemos afetos que são alicerce para a constituição dessa potência a que me refiro, cujo papel residiria em delinear uma moldura íntima na criança; por outro, temos afetos que conferem uma disposição para o exercício público da potência subversiva do gesto criativo, uma espécie de efeito compartilhado. Por esforço metodológico, decidimos apresentar essas diferenças de papéis organizando os afetos listados em dois grupos

¹² Termo definido por Winnicott em artigo de 1958, intitulado “ A capacidade de estar só”, definido como “um dos mais importantes do amadurecimento do desenvolvimento emocional” (Winnicott, 2007a, p. 31).

intercambiáveis. Um grupo seria formado pelos *afetos de alicerce subjetivo* encabeçados pelo amor, ódio e confiança; o outro, corresponderia ao grupo dos *afetos mundanos* representados pela ‘capacidade de estar só’, pela amizade e pelo humor. Não pretendemos engessar essa divisão, tampouco tomá-las a partir de uma categorização normativa definitiva enquanto emoções privadas ou públicas, porque não prescindimos da prerrogativa de que os afetos sejam capazes de circular livremente nessas duas esferas da vida. Esse caminho consiste numa tentativa de valorizar como as incidências afetivas no processo de amadurecimento participam de modo importante na vivacidade da vida criativa.

Partindo do princípio de que as formas afetivas listadas exercem um papel de destaque na consolidação da potência subversiva do gesto criativo ao participarem da constituição do eu, defendemos que a vivência desses seis afetos (ou modos de afetação) repercute diretamente nos caminhos de assunção da potencialidade, oferecendo ou não à criança abertura para a subversão, a depender dos estilos de cuidado que ela recebe. Tentaremos apresentar nosso argumento.

Os diferentes modos de experimentação e fundação de um exercício livre da potencialidade subversiva da criança dependem da sua idade cronológica, do arsenal psíquico desenvolvido até então, bem como dos lugares e pessoas com quem a criança compartilha sua potencialidade. Cabendo mencionar, ainda, que além dos processos de vitalização, os afetos podem provocar processos de desvitalização dos modos de ser (Odgen, 2013). Nessas ocasiões, em excesso ou escassez, a vivência de alguns afetos resulta numa experiência traumática, sobretudo, quando dissociados de sentidos ou desmentidos. Não nos debruçaremos nessas formas de adoecimento cabendo, mesmo assim, mencioná-las.

Afetos de alicerce subjetivo

Começaremos apresentando o primeiro grupo formado pelo *amor, ódio e confiança*. Chamados aqui de *afetos de alicerce subjetivo* eles são responsáveis por imprimir marcas profundas nas primeiras relações do bebê e das crianças e, por essa razão, seus efeitos os elevam a uma posição de base na compreensão da potencialidade do gesto criativo. Para elucidar a presença da subversividade como potência, esses afetos despontam como atores importantes na constituição dos

elementos necessários ao processo de subjetivação. Eles participam tanto da fundação de uma unidade (como uma espécie de argamassa psíquica), quanto da instauração gradativa da ambivalência já nos primeiros meses de vida do bebê, tal como observado no processo de elaboração da *Posição Depressiva* descrita por Winnicott (2000b). São afetos que contribuem na formação de um caixilho subjetivo e favorecem modulações afetivas gradativas no psiquismo, tal como a conquista da ambivalência fundamental no processo de maturidade psíquica.

Tomado como afeto de fundação para o psiquismo, o amor é responsável traduzir os gestos e sensações do bebê, promovendo o início das relações intersubjetivas genuinamente conectadas. Não é difícil, então, descrever a sua importância enquanto afeto de *alicerce subjetivo* que participa da constituição de uma existência criativa. Decorre da presença (física, percebida e sentida), promovendo uma atitude empática, capaz de inaugurar uma aura de confiança relacional. Seguindo a hipótese de ‘amor primário’ elaborada por Balint (2014), podemos tomar o amor como uma “mescla harmoniosa interpenetrante” que torna a situação biológica do bebê uma condição psicológica, “uma mistura complicadamente interpenetrável de feto e ‘entorno-mãe’” (Balint, 2014, p.81). Configura-se, então, como um terreno fértil para as vivências genuínas dos agentes de cuidado com o bebê e seus efeitos podem ser observados, por exemplo, na loucura materna primária (Winnicott, 2000c), bem como nas demais formas de cuidado, a cada nova idade da criança. Quando os gestos deixam de ser unicamente percebidos, passando a ser significados nas primeiras relações entre a mãe e o bebê, transformam-se em ações que irão oferecer, por sua vez, um terreno para a experimentação dos afetos que atravessarão o caminho.

Como não está dado, o amor acontece às custas de um estado psicológico de dedicação extrema às exigências do bebê, uma disposição chamada por Winnicott (2000c) de “preocupação materna primária”. Portanto, é preciso que lembremos que esse estado especial materno, supostamente natural, não acontece sem que um contexto possibilite, subjetiva e objetivamente falando. O que nos remete à tese do ‘mito do amor materno’, proposto por Elisabeth Badinter (1981) para quem:

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria,

que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É "adicional" (p. 365).

Nesse sentido, reafirma-se que a conquista do amor na relação mãe-bebê não obedeceria à lógica natural, posto que essa não existe sem a experiência cultural e social da mulher. Como psicanalistas, somos convocados a não incorrer no equívoco de naturalizar a sua realidade.

Lembramos ainda que a presença do amor não nega a existência do ódio na constituição psíquica, afeto cuja trama é complexa e paradoxal. Compartilhamos, portanto, da tese de Neuma Barros (2013), para quem o ódio pode agir em sua face destrutiva ou assumir uma versão de protagonista na constituição do psiquismo e na afirmação do sujeito. Se o ódio exerce tensão nas ilusões e incertezas dos vínculos que se iniciam, além de participar ativamente das origens da agressividade, ele também agiria como um motor para a busca de uma diferenciação frente a dependência avassaladora (inicial e permanente) do amor. Estaríamos diante de mais um *afeto de alicerce subjetivo*.

A força do ódio e sua posterior abertura para uma atuação como potência a subverter, pode ser inferida a partir do reconhecimento da condição impiedosa do bebê diante de sua mãe e da subsequente tentativa de confirmar que mesmo sendo capaz de odiar genuinamente, não costuma retaliar. Nas palavras de Winnicott (2000d), "ao que parece, a criança poderá acreditar que é amada somente depois que conseguir sentir-se odiada" (p. 283), ou seja, o ódio pode ser tão estruturante quanto a própria presença do amor; com a diferença de que os sentimentos mobilizados pelo ódio devem, apesar de provocar emoções intensas, levar a uma reação de não retaliação por parte do adulto. Não se trata, portanto, de negar o ódio, mas justamente de poder afirmá-lo, sem vinganças ou expectativa de recompensas, para assim conferir as bases para uma constituição psíquica integrada.

No que tange ao fenômeno insubmisso, o ódio pode ser descrito como um afeto de tração permanente, que promove ambivalências nas relações, mas que também expõe de forma preciosa a força dos afetos negativos. Isso nos leva a supor, considerando essa proposição sobre o papel do ódio, que outros estados emocionais que também desencadeiam ódio nas relações criança-adulto, tais como a teimosia, a desobediência e o comportamento de insubmissão, por exemplo, podem ser analisados a partir de sua referência. Seguindo esse caminho, então,

apostamos que a criação e integração do ódio e de estados emocionais negativos podem promover na criança, ao encontrar um ambiente suficientemente capaz de suportar sua expressão, uma genuína relação com os seus afetos e relacionamentos, o que solidifica a condição de integração de si. Essa, então, nos parece mais uma defesa em torno do papel criativo das ações insubmissas na infância.

Outro afeto de *alicerce subjetivo* que merece a nossa atenção é a confiança. Apesar de ser fruto das experiências amorosas iniciais da criança, a confiança não se resume a elas. Sua construção tem início num movimento interno do bebê, mas modela seu ritmo no tempo e no espaço, dependendo das oscilações do entorno e também do próprio processo de amadurecimento da criança. A confiança, portanto, traz sentido e horizonte para os que dela desfrutam, confere contorno para a integração inicial do bebê e favorece à apropriação corporal como unidade à medida que as conquistas subjetivas vão se processando. Para Winnicott, a unidade egóica depende, desde o começo, “da simplicidade estável e confiável do ambiente” (Winnicott, 2000b, p. 360). O que nos faz lembrar que não há uma forma única de confiar, assim como não há como defini-la, senão a partir do reconhecimento da pluralidade de formas que ela pode se apresentar e ser experimentada nas relações.

Analisando as condições sociais e psíquicas para *confiar*, a partir das contribuições de Balint, Winnicott e Green, no campo da clínica psicanalítica, e de A. Guiddens, no campo da sociologia, Figueiredo (2007) propõe que poderíamos considerar a existência de três modalidades. Definiu como *confiança primordial* a pré-concepção vazia pela expectativa de encontro com o objeto suficientemente bom; chamou de *confiança primária* a pré-concepção que se realiza pela vivência da internalização desse objeto; enquanto a *confiança madura* corresponderia à capacidade de manter essa função (objetalizante) mesmo diante da ausência de objetos confiáveis. Essas três formas de confiar, nos diz o autor, Anthony Giddens denominou de *segurança ontológica* (Figueiredo, 2007, p. 82). Para além das ricas contribuições dessa reflexão, a conclusão do seu artigo é que não podemos falar em confianças, sem considerar as desconfianças que elas presentificam e, sobretudo, se não pudermos ainda reconhecer o campo das incertezas, frente à dialética confiar-desconfiar tão necessária para uma existência não idealizada. Nisso reside, pensamos, a complexidade desse afeto.

Assim como o amor colore os vínculos de confiança, não traz garantias, nem certezas. O que nos permite dizer que para amar é preciso certa dose de confiança e para confiar, paradoxalmente, é preciso receber o gesto amoroso das relações e do ambiente. Amor não é garantia de confiança, tampouco a confiança é atributo unicamente do amor; uma vez que o amor pode resultar de uma capacidade empática, mas não necessariamente decorrente de um sentimento grandioso de zelo pelo outro. Nesse sentido, para expressar sua potência de subversão a criança precisa ter essa pré-condição gradativamente apurada na infância. Como resume Winnicott (2011): “a palavra-chave no que tange ao lado ambiental (correspondendo à palavra (“dependência”) é “confiabilidade”- confiabilidade humana e não mecânica (Winnicott, 2011, p. 49).

O paradoxo, lembramos, é que a conquista dessa etapa resulta de um estabelecimento mínimo da confiança anterior, uma confiança de alicerce, mediada pelas relações intersubjetivas e pelo entorno do bebê, cuja potência criativa encontra-se ainda sob certa reserva, isto é, a conhecemos a partir de alguns gestos do bebê, mas não em sua maior expressividade. Essa reserva, observada em alguns sinais do bebê, é difícil de ser notada por completo justamente porque depende da maturidade motora e dos investimentos psíquicos que ele receberá a cada dia; depende ainda do amor que recebe, da segurança do ritmo que o ambiente imprime e, sobretudo, da sobrevivência dos objetos amados aos ataques odiosos do bebê. Por essa razão, a potencialidade subversiva do gesto criativo *do bebê* jamais poderá se expressar da mesma maneira que a potencialidade subversiva do gesto criativo *de uma criança*; elas apresentam diferenças relativas à condição de maturidade psíquica, variável não apenas de acordo com a idade cronológica, mas considerando as imensas diferenças em termos dos recursos psíquicos de que cada criança dispõe. Isso nos leva a reafirmar que a potencialidade política da criança, em sua versão pública, guardará a mesma lógica, ou seja, a criança reivindicará voz, lugar social e poder de negociação nas relações íntimas e/ou sociais, de acordo com a sua idade e do arsenal psíquico que contém.

Assim, podemos dizer que a potencialidade subversiva a que nos referimos resulta das experiências de segurança desenvolvidas a partir dos afetos de *alicerce subjetivo*, mas, aos poucos, ganha contornos cada vez mais complexos. A confiança é a base para uma apropriação do sentido de existência por parte do bebê, cujo

sentido de si corresponde à condição de sentir-se real, mas tende a ser remodelada assumindo também um papel de sustentação, que será fundamental para que a potência subversiva do gesto criativo encontre um caminho para sua expressão. Esquemáticamente, diríamos que a partir da gradativa integração psíquica, segue-se uma força de expressão criativa; que, por sua vez, produz uma abertura à consolidação da potência subversiva – ainda indefinida, mas presente em reserva. Ela vai se configurando como um esforço contínuo para exercer uma resistência ativa ao assujeitamento do outro, depois das famílias e do mundo.

Em nossa compreensão, podemos dizer que a confiança com o tempo tende a ultrapassar a função de *afeto de alicerce da subjetividade* e se apresenta como elemento de sustentação da potência subversiva da criança, ou seja, assume a função de incidir enquanto suporte para a apropriação de uma posição afirmativa de si e de uma experimentação da realidade tal como ela é, sem isso provocar a desintegração psíquica para a criança. Estaríamos diante do que Figueiredo (2007) chamou de *confiança madura* que:

comporta a capacidade de avaliação de riscos e perdas motivados pelas insuficiências dos objetos e pelas inaptidões do sujeito (...) Ou seja, supõe a ultrapassagem das posições esquizo-paranóide e depressiva em que as desconfianças correspondentes afloram com facilidade (p.81).

Seguindo caminhos diferentes, em circunstâncias de desintegração psíquica ou experiências profundamente traumáticas acreditamos que a potência subversiva do gesto criativo tende a mostrar-se frágil ou inibida, resultando em pobreza e aparente inexistência de ação insubmissa. Não discutiremos aqui os pormenores, restando-nos afirmar que a completa ausência da potencialidade, nesses casos, é algo a ser descartado pois fere à concepção de criatividade que nos norteia.

O reconhecimento de uma potencialidade subversiva do gesto criativo atuado, como tentamos demonstrar, pela insubmissão da criança, nos leva a constatar que tanto as formas de negociação constituídas pelos adultos que exercem autoridade na vida da criança, quanto os modos de exercer poder sobre elas, tendem a ser sobredeterminados pelo manejo dos afetos que circulam. Aqui entram em cena o outro grupo de afetos que nomeamos de *afetos mundanos*, na medida em que eles não se restringem apenas aos vínculos experimentados na vida íntima do bebê.

Esses afetos, então, reafirmariam a condição subversiva da potência do gesto criativo, acenando para sua interface entre o público e o privado. Com isso queremos dizer que ao pensar na infância, com suas demandas e desafios próprios, é preciso levarmos em consideração o papel dos afetos no governo ou desgoverno das crianças. Isso inclui as relações de submissão e insubmissão que circulam entre pais, filhos, avós, educadores e sociedade em geral.

Afetos Mundanos

Designamos *afetos mundanos* os sentimentos e disposições afetivas que resultam de uma conquista psíquica dentro do processo de amadurecimento da criança e que tem como função, entre outras, favorecer a experiência criativa e ativa diante do mundo. Para discutir os fundamentos afetivos que podemos destacar nas negociações e jogos de poder na infância, apresentamos a ideia de que é através desses afetos, sobretudo, da *'capacidade de ficar só'*, da *amizade* e do *humor*, que podemos encontrar um destino para os investimentos relacionais que se desdobram *na* ou *através da* insubmissão. Pensamos que a subversão consiste aqui na própria criação que, quando introjetada pela criança, desabrocha como efeito nas experiências com o mundo.

Cunhamos o termo *mundano* em referência à ideia de que os afetos que se apresentam nesse momento guardam relação com as disposições de mundo que o bebê conquista, especialmente, a partir da elaboração da Posição Depressiva. Aos poucos, essa condição de separação materna também confere espaço para afetos diferentes circularem, participando do processo de subjetivação da criança e nos levando a reconhecer neles uma função importante na formação da potência subversiva do gesto criativo. Vejamos.

Tomamos a *'capacidade de ficar só'* como ponto de partida para explicar a nossa ideia, mas não qualquer forma de solidão ou retraimento, escolhemos a noção winnicottiana de solidão acompanhada – definida como *'capacidade de ficar só'* (Winnicott, 2007a) –, porque nela encontramos uma das mais importantes conquistas da criança para consolidação da sua autonomia e liberdade. Para o psicanalista britânico, a criança que já é capaz de brincar sozinha na presença do outro conquistou um amadurecimento que representa uma ruptura criativa do elo

fusional do início, sem absolutamente negar o papel da dimensão intersubjetiva para essa apropriação de si. No momento em que a criança é capaz de se desconectar de quem dela cuida, sem se desorganizar (psiquicamente falando), podemos supor que há uma confiança básica constituída. Para transformar gestos espontâneos em criação, subjetiva e objetivamente falando, é preciso que a criança tenha ultrapassado a dependência absoluta e suporte brincar com a presença-ausência adulta, sem angústias avassaladoras. ‘A capacidade de ficar só’ é um fenômeno altamente sofisticado e tem muitos fatores contribuintes. Está intimamente relacionada com a maturidade emocional” (p.37), como explica Winnicott (2007a), e é uma das mais ricas conquistas do processo de amadurecimento emocional do indivíduo. A ideia por ele apresentada mostra-se ao mesmo tempo interessante e paradoxal na medida em que, para ser alcançada, depende de um suporte real concedido pelo ambiente. A afirmação “eu estou só”, nos dirá Winnicott, aponta para a integração egóica, o que representa não apenas unidade, mas a organização de uma personalidade e de um sentido de existência.

Esta concepção, segundo Mizhari (2010), apresenta uma proposição peculiar no que diz respeito à constituição da autonomia e da liberdade, uma vez que a separação do indivíduo em relação ao meio se daria “em ligação”. Nas palavras da autora: “A autonomia libertadora do indivíduo em relação ao social não nasceria assim por oposição à sua ligação com este, mas, ao contrário, a partir de sua firme ancoragem em contextos que lhe ofereçam os suportes necessários” (p. 102).

A tarefa envolve, portanto, integração psíquica, condição para a brincadeira, apropriação subjetiva, criação de si e, especialmente, o uso de sua potencialidade para subversão, praticamente nessa ordem mais sem linearidade rígida. ‘Estar só na presença do outro’ é a primeira ação política de subversão que denota toda a potência do gesto criativo. Pensamos poder afirmar que essa ação é uma das primeiras formas de insubmissão da criança e sua força política reside, justamente, em apresentar ao adulto uma abertura desejante para o exercício da liberdade por parte do bebê e, na sequência, da criança. “Embora o sujeito possa ter internalizado um bom cuidado ambiental a partir de suas primeiras relações”, propõem Mizrahi & Garcia (2007),

essa conquista precisa continuar sendo alimentada por objetos que, mesmo na maturidade, não o ameacem quando são repudiados. Podemos, então,

pensar na necessidade de um suporte social consistente, que permita uma manifestação segura desse ódio potencialmente criativo na esfera coletiva e no trabalho, sem que isso implique uma ameaça permanente de abandono e ruptura nas relações (p. 276).

A capacidade de ficar só, portanto, é resultado de uma experiência bem-sucedida de cuidados e de confiança nas relações e no mundo, mas não pode ser reduzida a elas. Para as autoras, essa noção winnicottiana mostra-se como um contraponto ao ideal contemporâneo de autonomia absoluta na medida em que torna visível a condição de transicionalidade entre a dimensão subjetiva e os espaços coletivos. Nesse sentido, a autonomia não seria cerceada, mas facilitada pelas proteções do ambiente; uma vez que os modos de liberdade pessoal estariam significativamente relacionados ao suporte social que condiciona a autonomia. Se “a liberdade individual não contradiz mas, ao contrário, depende da força dos vínculos” (Mizhari & Garcia, 2007, p. 272), o papel das amigadas, especialmente na infância, demonstraria a complementaridade entre indivíduo e sociedade.

Iniciado na comunicação afetiva íntima com sua mãe (verbal e não verbal), os laços de confiabilidade tendem a se alargar, extrapolando a cena privada e adentrando nas relações mundanas da criança. Configura-se, assim, uma abertura para novos modos de vinculação afetiva e modulação dos laços sociais, nos remetendo imediatamente a relativizar as formas de autonomia idealizada. A independência, que nunca se faz definitiva, corresponderia à capacidade “de se defrontar com o mundo e todas as suas complexidades, por ver aí, cada vez mais, o que já está presente dentro de si própria” (Winnicott, 2007g, p. 87). Esse alargamento da vida social da criança é, sabemos, permeado pelas experiências de amizade, que agora entram no bojo de nossas considerações e nos fazem pensar os seus efeitos no processo de subjetivação da criança ao longo de seu percurso rumo à independência.

Tomada aqui como outro exemplo do que estamos propondo como *afeto mundano*, que se mostra como expressão da potencialidade política da criança, o tema da amizade poderia nos render muitas páginas pela sua profundidade conceitual e filosófica. Sem perder de vista a importância dessas elaborações, contudo, nos restringiremos a tematizar seguindo uma linha de análise em defesa da

nossa proposição de que a amizade configura-se como um elemento interessante para discutir a experiência de liberdade.

Para nós, a condição de usufruir da própria potência subversiva do gesto criativo em prol da sobrevivência psíquica e de uma existência livremente criativa, resulta também de uma conquista decorrente das experiências de amizade entre as crianças. Não negamos o papel da autoridade familiar na formação infantil, mas pretendemos destacar que a possibilidade de subverter o adulto, seja ele autoritário ou não, atesta para importância de analisar os modos de contestação encontrados pela criança e sinaliza para uma abertura para a insubmissão nos termos que estamos definindo. Resistir a um adulto autoritário, entretanto, por mais doloroso que possa parecer, pode ser mais aceitável para algumas crianças do que o próprio silêncio. Pensamos que é nessa brecha que separa a criança do adulto, espaço que ratifica a assimetria entre eles, que a amizade ganha fôlego para sua expressão criativa, seja a partir das amizades intrafamiliares, como no caso dos irmãos; seja nas relações extramuros (de casa), como os primos, os amigos da escola, da rua, do mundo. Segundo Montaigne (1987):

Nas relações entre pais e filhos é mais o respeito que domina. A amizade nutre-se de comunicação, a qual não pode estabelecer-se nesse domínio, em virtude da grande diferença que entre eles existe, de todos os pontos de vista; e esse intercâmbio de ideias e emoções poderia, por vezes, chocar os deveres recíprocos que a natureza lhes impôs, pois se todos os pensamentos íntimos dos pais se comunicassem aos filhos, ocorreriam entre eles familiaridades inconvenientes. Mais ainda: não podem os filhos dar conselhos ou formular censuras a seus pais, o que é, entretanto, uma das primeiras obrigações da amizade (p. 243).

Nessa perspectiva, a condição para ter amigos corresponderia a um novo formato de circulação afetiva para as relações intersubjetivas já desde a infância; isso porque as amizades ultrapassam, sem aniquilar os afetos dirigidos aos pais, ao ofertar a opção pelo compartilhamento horizontal dos afetos e o deslizamento das experiências amorosas. Nessa proposição reside o núcleo da nossa ideia de que, sendo modelo para liberdade, a amizade ensejaria a força da potência criativa, subvertendo a lógica hierárquica que fundamenta as relações autoritárias e trazendo a abertura necessária através da horizontalidade prevista nas relações entre amigos.

A aposta de Francisco Ortega (2002) ao propor uma *Genealogia da amizade* é que “talvez seja o momento de apostar em outras formas de sociabilidade, tal como a amizade que, não substituindo a família, possam coexistir com ela, e fornecer um apoio material, emocional, cognitivo que permita uma superação solidária dos riscos” (p. 161). Podemos dizer, portanto, que a criança lançaria mão das amizades também para se constituir criativamente, seguir na busca de novos modelos identificatórios e exercitar (de maneira simétrica, assim se espera) os jogos de poder com as crianças de seu convívio. Ao assumir outras formas de relacionamento para além da família, a criança pode encontrar nos amigos o vínculo social que ampliará seus laços com o mundo. É o início de uma longa e rica jornada de negociações que começa pela brincadeira e segue pela construção de encontros nos condomínios ou ruas, grêmios, equipes do esporte preferido, excursões e passeios escolares. Pensamos poder definir uma potencialidade política das crianças advinda desses vínculos, especialmente, por concordarmos que “intensificando nossas redes de amizades, podemos reinventar o político” (Ortega, 2002, p. 162).

E, por fim, gostaríamos de propor o humor como uma vertente mundanamente criativa que parece arrematar a apresentação dos afetos que contribuem para a consolidação da potência do gesto criativo na infância em sua forma política; nos fazendo tomá-lo emprestado para essa argumentação. A nossa inspiração para a formulação de que o humor apresenta uma disposição para a rebeldia e uma crítica à idealização tem sua origem no texto “O humor” (1927), onde Freud defende que além de um ganho de prazer, o humor corresponde a uma postura psíquica com características de liberdade.

Ele não apenas possui algo liberador, como o chiste e a comicidade, mas também algo de grandioso e exaltante, traços que não se acham nos dois outros tipos de ganho de prazer a partir da atividade intelectual. O traço grandioso está claramente no triunfo do narcisismo, na vitoriosa afirmação da invulnerabilidade do Eu (Freud, 1927, p. 264)

A possibilidade, portanto, de tomar o humor como uma saída vitoriosa frente à vulnerabilidade que nos é peculiar, acena não apenas, para a potência humana criativa, como para o papel sofisticado dessa criação, que envolve, *grosso modo*, o afastamento dos afetos geradores de sofrimentos. A citação acima fala ainda da

atividade intelectual favorecendo essa condição humorística e, sabemos, a atividade intelectual é também uma conquista no processo de subjetivação da criança; restando-nos aqui apontar para o elemento libertador, destacado por Freud. Este nos parece ser um excelente argumento para a proposição de que o humor, já na infância, resulta de uma apropriação do Eu (da própria potencialidade subversiva do gesto), enquanto criação.

Ao ser tomado como ‘triunfo do Eu’, ou mais precisamente do Super-Eu, o humor é colocado como uma postura resultante dos modos de organização psíquica; para uns um dom, para outros nem tanto. Se “o Super-eu, ao provocar a atitude humorística, está efetivamente rejeitando a realidade e servindo a uma ilusão” (p. 268), como nos diz Freud, somos então levados a pensar que há um processamento que se efetua para conquista da postura humorística que, por sua vez, será consolidada a depender dos modos de relação afetiva na infância.

A leitura de Winnicott (2011), por sua vez, reconhece que “pode-se detectar um senso de humor na saúde mental como parte da capacidade de brincar, sendo o sendo de humor uma espécie de jogo de cintura na área de organização das defesas” (p. 240). Para ele, então, o humor aproxima-se, em características e função, da brincadeira infantil já que ambos mobilizam um jogo criativo intermediado pelo espaço formado entre duas pessoas. Seus efeitos trazem a marca de uma retirada da experiência real a partir da ilusão que costuma proteger aquele que brinca ou ri (faz piada) dos sofrimentos que lhe assolam. No clima de ‘tudo pode na brincadeira’ ou ‘é apenas uma piada’ vemos a criança exercitando uma face de sua potência subversiva, a partir da recusa aos imperativos idealizados e da experimentação de desobediência às normas, regras ou interdições.

Voltando ao texto de Freud, lemos que por sua característica “não resignada, mas rebelde” (Freud, 1927, p. 191), o humor permite ousar. Nas crianças, entretanto, a apresentação do humor sobretudo no início, não se faz de modo tão claro como para os jovens e os adultos. Pela própria imaturidade psíquica e intelectual, os ditos e gestos infantis que provocam riso costumam decorrer de uma postura ousada ou insubmissa da criança diante da autoridade, que elas insistem em desafiar. A ousadia, aqui também tomada como elemento representativo da potencialidade subversiva do gesto criativo, implica a possibilidade de (re)criação a partir de um gesto insubmisso que resiste ao sofrimento, tal como a definição

freudiana do humor. A rebeldia firme da criança, que tende a ser risível, posto que contém uma ousadia ou resistência precoce, apresenta-se inicialmente sem intencionalidade; sendo apenas a partir do encontro com a resposta externa de riso (contido ou não) que a criança parece encontrar mais uma via para sua experimentação rebelde. Seria exatamente pela resposta inesperada de riso, por parte do adulto, que a criança, aos poucos, vai se tornando capaz de ousar rir e fazer rir, passando a uma apropriação gradativa de si, através do humor. Noutras palavras, gesto espontâneo e humor selariam uma abertura para uma face do brincar, nos fazendo supor que há uma potência subversiva no recurso do riso, que se apresentaria como mais uma via para a criança se afirmar.

A ousadia do riso é tema do importante trabalho de Kupermann (2003) sobre humor e criação em psicanálise. Nele, o autor retoma a obra freudiana ampliando as teorizações sobre a sublimação e a criação, a partir de uma minuciosa discussão da metapsicologia do humor que considera suas dimensões éticas, estéticas e políticas. Interessa-nos, em particular, a apresentação sobre o papel do entusiasmo na política do humor, quando Kupermann relaciona o prazer coletivo como prazer político (uma vez que produz um afeto que precisa ser partilhado), discutindo algumas das formulações sobre o 'esclarecimento' [*Aufklärung*] em Kant e retomadas por Foucault. Citando-o por extenso:

O entusiasmo revolucionário, entendido como a disposição coletiva de não mais se sujeitar aos imperativos ditados pela figura divinizada do rei representa, portanto, a dimensão política do processo de esclarecimento que se contrapõe à menoridade; ousar saber é também ousar poder – e, claro, ousar rir. Por outro lado, o equivalente sócio-político da menoridade do indivíduo (Kant) ou do masoquismo feminino e moral (Freud) é exatamente a modalidade de laço grupal que depende, para a sua coesão, do empobrecimento do sujeito alienado na ilusão do amor equânime por parte de uma figura idealizada do líder (rei, *Führer* etc.), ou seja, o grupo e a massa escrutinados por Freud (1921) (Kupermann, 2003, p. 156).

A noção de esclarecimento kantiano nos é apresentada aqui como uma possibilidade de interpretação para as relações entre a ousadia, razão e a menoridade. Se associarmos a revolução, ou desejo de revolução, às expressões insubmissas da criança, somos levados a nos perguntar se a face positiva da rebeldia não decorreria justamente de um entusiasmo revolucionário da criança.

Essa “vontade de revolução inerente à condição do sujeito moderno” (Kupermann, 2003) não poderia também explicar por que a ousadia se apresenta como um desejo autêntico da criança questionar as lideranças; começando pela disposição insubmissa à autoridade parental e seguindo vida à fora?

Para Kant, esta faculdade está diretamente associada ao conhecimento, o que imprime um valor diferente aos aspectos educativo e moral na conquista da autonomia, tal como podemos ler no início do seu texto “Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?” (1783):

Esclarecimento (Aufklärung) é a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é culpado. A minoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo (Kant, 1985 [1783], p. 100).

A dimensão de minoridade por ele formulada é marcada por uma crítica ao assujeitamento pelo viés da educação e desenvolvimento da moralidade. Mesmo abrindo espaço para a dimensão paradoxal dessa condição de liberdade obediente, que nos parece preciosa, na leitura de Kant há uma dimensão desejante e inconsciente do humano que não parecem ser consideradas enquanto tal. Quando eleva a educação ao papel principal, não estaria tirando de cena o papel afetivo da potência criativa que se processa através dos laços amorosos? Se isso se confirma, talvez possamos explicar a dificuldade de lançar um olhar livre, por exemplo, sobre a insubmissão da criança, posto que o sentido de minoridade kantiano estaria diretamente relacionado à razão, a uma atribuição adulta de valor ao esclarecimento.

A condição da criança, sabemos, imprime por princípio a necessidade da experiência de tutela, cuja responsabilidade adulta facilita ou não a autonomia. Nos levando a reconhecer que apesar da minoridade de condição, a criança mantém o paradoxo entre liberdade e assujeitamento ao outro, mesmo que seja capaz de manter a possibilidade de se rebelar. A própria dependência infantil atesta para isso, ela é necessária como motor das ilusões constitutivas, mas torna-se um entrave ao amadurecimento quando não pode ser dissolvida das relações com a criança, ao longo de sua maturidade. Do nosso ponto de vista, entretanto, isso não nega a dimensão de potência subversiva do gesto criativo, que pensamos também poder tomá-la como *força vital para liberdade*; porque a tutela (que distancia o indivíduo da

autonomia e se apresenta como uma confirmação da passividade), paradoxalmente, também comportaria uma dimensão pretensamente rebelde.

Mas, há uma dimensão de público e privado proposta por Kant nesse texto que nos permite, por analogia, discutir uma face interessante da potência política observada no comportamento insubmisso da criança. Vamos a sua proposição:

seria muito prejudicial se um oficial, a quem seu superior deu uma ordem quisesse pôr-se a raciocinar em voz alta sobre no serviço a respeito da conveniência ou da utilidade dessa ordem. Deve obedecer. Mas, razoavelmente, não se lhe pode impedir, enquanto homem versado no assunto, fazer observações sobre os erros no serviço militar e expor essas observações para ao seu público, para que as julgue (Kant, 1985, p. 106).

Ora, o que ele esclarece aqui é como a diferença de lugar e função do oficial, resulta em diferenças em seu modo de ser e agir nos espaços público e privado, sugerindo que a esfera pública oferece uma liberdade sob o crivo da razão, ele fala por si; enquanto que no âmbito privado, onde as amarras da submissão parecem mais contidas, resta-lhe a obediência. Não seria essa, questionamos, a marca da potencialidade política do gesto criativo da criança? A ampliação do alcance que se encontra no campo público não depende da oferta do ambiente para sua expressão?

Uma criança que tente recusar as exigências familiares e com facilidade cede à obediência respeitosa ao adulto (guardadas as exceções, repetimos), pode assumir um papel exuberantemente marcante quando responde de um lugar de fala no espaço público. É o caso, por exemplo, de crianças que apresentam um papel de liderança (para o bem ou para o mal) representando um lugar de destaque para os colegas; mas que, incapazes de se sentirem acolhidas em sua vida privada, agem de modo completamente diferente em casa. São também as crianças que muitos pais referem não reconhecer quando estão entre os amigos ou quando ouvem, através de outros adultos, sobre o comportamento rebelde em espaços como a rua ou a escola. Uma das explicações, pensamos, reside nos modos de recepção do gesto criativo, que consolida ou desfaz o desejo infantil de permanecer dependente. Nesse sentido, poderíamos inferir que ele seria proporcionalmente desfeito à medida em que a criança se torna 'dona de si'.

Após essa pequena digressão, voltamos então ao humor. Em que consiste uma criança que ri de si ou faz rir? Em que medida o humor na infância, mesmo que

ainda não tão bem estruturado, acenaria para uma versão criativa da sua potência para subverter a opressão (intra ou extrafamiliar) ou simplesmente subverter a si, criando? Mais do que uma revisão sobre o tema, lançamos aqui uma abertura para investigações futuras mais aprofundadas, restando-nos, por fim, resumir nossa proposição. Creditamos ao humor um papel de mobilização nas relações intersubjetivas vividas pela criança também pelo viés da insubmissão, seja como ponto de partida (a criança que faz rir como gesto criativo para barrar a opressão) ou efeito (quando a criança lança mão do humor para subverter o que dela espera-se). Diferente de uma intencionalidade bem-humorada, podemos dizer que o riso provocado no adulto é, inicialmente, aquilo que significará o gesto insubmisso como bem-humorado, posto que em princípio pode ser pura experimentação. Quando os efeitos do gracejo são vistos no riso adulto, a criança, então, reconhece que o humor pode ser um caminho para brincar, se comunicar e expressar a sua existência, também como resistência.

Mas há ainda um outro aspecto ligado ao humor na infância que gostaríamos de mencionar, refere-se as relações entre humor e alegria. Para além dos elementos subjetivos que definem felicidade, uma criança alegre poderia ser descrita como aquela capaz de transformar o que está fixo em algo móvel, alguém capaz de viver a sua normatividade, exercendo e experimentando a brincadeira. A criança alegre, para além do campo das idealizações, seria aquela capaz de manter-se criando mesmo num ambiente de falhas e descontinuidades típicas; e que, sobretudo, esforça-se para fabricar uma experiência de si mantendo a tensão (ou recusa) contra o assujeitamento completo. Se o entorno lhe é hostil, as dificuldades tendem a ser maiores; mas se o ambiente demonstra empatia, a possibilidade da criança experimentar alegria e desenvolver a capacidade de brincar, de rir de si mesma e do outro, de fazer amigos e ficar bem sozinho, tudo isso, possivelmente, favorecerá a consolidação de uma realidade psíquica mais rica e saudável.

3.4. Sobre a Insubmissão Psíquica

Como tentamos demonstrar até agora, o ambiente irá conferir as nuances e os determinantes dos jogos de poder e negociação na infância. Por serem múltiplas

e variáveis, as diferentes versões desses jogos incidem tanto nas experiências relacionais da criança em sua vida íntima, como participam dos modos de inserção da criança na vida pública, introduzindo a necessidade de refletirmos sobre o papel dos afetos infantis na cena política. Se partilharmos da concepção de que há uma condição de assujeitamento nas entrelinhas de todas as relações entre pais e filhos, uma espécie de servidão voluntária, não podemos também deixar de destacar a presença de uma corporeidade infantil que pressiona e recusa a supremacia adulta, cuja intensidade assume a marca de uma potência para subverter.

A proposição de Butler (2017) sobre a teoria da sujeição nos permite refletir sobre as ambivalências e paradoxos que definem as relações entre a sujeição e a autonomia constituídas pela criança. Para a autora, “se a submissão produz o sujeito e o sujeito é a precondição da ação, então a sujeição é o motivo de o sujeito se tornar garantidor de sua própria resistência e oposição” (p. 23). Isso demarca, segundo Butler, a dificuldade de elaborar uma teoria da sujeição e, em contrapartida, imprime o mesmo dilema (supomos) na proposição sobre aquilo que estamos chamando de *insubmissão psíquica*, porque em ambas, o sujeito seria a condição do exercício de poder. Uma vez que “o sujeito surge contra si mesmo para, paradoxalmente, ser para si” (Butler, 2017, p. 37), discutir sobre os meandros da vida psíquica torna-se parte importante do debate. Supomos, que o mesmo se colocaria frente à ideia de uma não sujeição (ou insubmissão, preferimos aqui): nesses casos, a vida psíquica também tomaria a cena.

Como sabemos, os sentidos de autonomia são variados, contendo desde uma acepção sociológica, política e filosófica a um significado psicológico. Define-se por: 1. a aptidão ou competência para gerir sua própria vida, valendo-se de seus próprios meios, vontades e/ou princípios; 2. Liberdade moral ou intelectual do indivíduo; independência pessoal; direito de tomar decisões livremente; 3. Liberdade do homem que, pelo esforço de sua própria reflexão, dá a si mesmo os seus princípios de ação, não vivendo sem regras, mas obedecendo às que escolheu depois de examiná-las; 4. Preservação da integridade do eu (Michaelis online).

Por si só, o verbete já traduz o tamanho da questão. Interessa-nos, para o momento, destacar a relação entre independência e a integridade do eu, o que exige além de um processamento psíquico, uma atitude frente às contingências históricas dos encontros. Sennett (2001), ao discutir a noção de autoridade, lembra que a

definição de autonomia exerce fascínio quando relacionada ao autocontrole. “O autodomínio é raro e impõe respeito. Mas a pessoa com autocontrole faz mais do que despertar respeito. Quem parece senhor de si tem uma força que intimida os outros” (p. 117). O autor destaca ainda que, antes associada a bens materiais, a autonomia assumiu depois as posses de uma qualificação, uma estrutura de caráter.

Ao complexificar as possibilidades de significação do conceito, adentramos não apenas nos elementos internos, constitutivos do ponto de vista psíquico, mas também nos externos, aqueles que dizem respeito às relações de poder e as demandas de amor e reconhecimento. Para Sennett (2001), a autonomia e o reconhecimento mútuo andam juntos; o que recoloca, no âmbito da infância, o importante papel do ambiente – exercendo poder, gratificando, punindo ou influenciando.

Referidas todas essas perspectivas, cabe-nos para essa pesquisa aquela que toma a autonomia como expressão de si mesmo, e não da abnegação disciplinar. Assim desdobra-se a questão: como as crianças constituem uma expressão autônoma? Na concepção psicanalítica, ser autônomo traz a marca da independência. Uma criança expressa autonomia de maneira objetiva (na marcha, na higiene, na comunicação, por exemplo), assim como de maneira subjetiva (autonomia, liberdade). De um lado temos as aquisições objetivas; elas decorrem do amadurecimento corporal e da adaptação da criança às mudanças processuais do desenvolvimento fisiológico, que conta também, sabemos, com o contexto de estimulação emocional e aporte suficientemente bom. Por sua vez, as aquisições subjetivas são mais sofisticadas, resultam de uma conquista da trajetória, empreendida pelo bebê desde muito cedo, rumo à independência.

Escrevendo sobre a Literatura Brasileira e o instinto de nacionalidade, Machado de Assis defende que o desejo de uma literatura independente se faz muito mais a partir de um sentimento íntimo do escritor do que de qualquer artifício definidor de escrita nacional. Para ele, “o que se deve exigir do escritor antes de tudo é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando se trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 1997, p. 804). Essa concepção de *sentimento íntimo* nos parece preciosa diante daquilo que intencionamos formular. Tomada de empréstimo, como analogia, nos perguntamos se não seria justamente o sentimento íntimo de insubmissão aquilo que se

presentifica na criança quando ela insiste em se fazer independente. Nesse sentido, a criança, mesmo se fazendo parte do seu tempo, de uma cultura e de todas as incidências e tradições de uma família, não fica impedida de experimentar uma forma de *insubmissão íntima*, cuja definição primordial residiria no desejo de autonomia criativa.

Se assim for, estamos analisando e apostando na constituição gradativa de um *sentimento íntimo* de insubmissão, um sentimento que contribuiria para uma apropriação subjetiva da criança, que gradativamente tende a se apresentar como insubmissão também no seu comportamento. Em outras palavras, ao reconhecer esse sentimento de insubmissão íntima, psíquica, estamos considerando que houve (ou está em processo) a integração subjetiva de uma condição potencial para subverter, que pode ser usada ou não, como maior ou menor intensidade, pela criança.

Essa ideia de pensar a insubmissão como um sentimento íntimo, nos parece um simples recurso para explicar o que aqui estamos nomeando como *insubmissão psíquica*. Falaríamos, então, em *insubmissão psíquica* como a condição da potência para subverter e a *insubmissão propriamente dita* como o uso que a criança faz dela. Nesse sentido, a expressão insubmissa enquanto ação no mundo já seria um desdobramento daquilo que se processou como intimidade na criança, de seu sentimento de apropriação da confiança (em si), ou seja, para agir de modo insubmisso, uma operação psíquica de integração do *self* teria ocorrido antes. Esclarecemos, ainda, que ao adjetivar a insubmissão como *psíquica*, pretendemos, apenas, chamar a atenção para o processamento psíquico que antecede (e de certo modo, inaugura) o comportamento insubmisso da criança, ou seja, a *disposição para* a insubmissão (ação); o que não nega o processamento psíquico contínuo da criança. Assim, a insubmissão psíquica seria uma condição que facilita a potência subversiva do seu gesto criativo, uma espécie de pré-requisito para que a insubmissão possa também se expressar como palavra, ação ou intenção da criança.

Seria, portanto, de posse de bases psíquicas consolidadas que consideramos que a criança vai se colocando diante de exercício de resistir ao assujeitamento, mediante o uso que faz da potência enquanto possibilidade subversiva (mesmo que sem consciência, inicialmente). Há, então, um contraste entre o que é observável

(no gesto da criança) e o que não é observável (como disposição de mente); uma espécie de dança através da qual a criança apresenta sua corporeidade, faz circular os afetos e mobiliza a presença externa de acordo com a música, embalada pelo ritmo de quem dança e como o faz. A criança, ora exercendo sua insubmissão, ora mantendo-a ainda em reserva, segue o baile...

Do ponto de vista dos vínculos e das relações de poder, persiste a busca pelo equilíbrio entre a confiança cega nos pais e a recusa ao assujeitamento completo. As crianças são capazes de desenvolver modos de resistência que reafirmam a sua potência criativa e exaltam os afetos na modulação dos laços sociais. Assim, desejo e criação darão forma à criança, constituindo uma força que faz tração frente às incidências de proteção e/ou intrusão engolfantes, ao mesmo tempo que se instaura uma tensão permanente entre a criança e o mundo. Propomos que ao ser tomado como uma forma de afeto libertário, a insubmissão psíquica assume ares de partícipe no processo de insubordinação, tão necessário quanto a subordinação, na busca por uma existência genuína. Parafraseando Butler (2017, p.16), para quem “a subordinação fornece a condição de possibilidade contínua do sujeito”, sugerimos que a *insubmissão psíquica* forneceria a condição de possibilidade contínua da apropriação de si.

À criança, sujeitada ao amor dos pais e às necessidades de cuidado, restaria ainda um longo percurso para a conquista de sua vitalidade, do seu livre exercício de criatividade e para expressar sua autonomia. Nesse percurso, a insubmissão psíquica ofereceria à criança a abertura necessária para a resistir à sujeição, oposição suficiente para travar negociações mais equilibradas e força para constituir um espaço para a vida criativa. Na consolidação dos limites necessários e possíveis para a sua expressão, permanece a possibilidade de analisar a insubmissão psíquica como uma forma de afeto político a ser melhor investigado.

Por ora, resta-nos dizer que quando a potência subversiva do gesto criativo pode ser experimentada como *insubmissão*, a partir dela se formaria uma tendência libertária na criança, expressa através de suas criações, sejam elas de que ordem for. Reafirmamos o papel do entorno, em especial da família, como catalisador dessas experimentações e recriações, sobretudo, nos primeiros anos de vida, pois serão a partir dessas relações que uma tendência à vitalidade e à liberdade como

potência para (re)criações de si e vivências no mundo poderá se desenvolver na criança.

As pesquisas psicanalíticas e o debate filosófico se entrelaçam a partir das dimensões estética, ética e política, o que amplia e aprofunda a necessidade de análise dessa problemática entre a potência e o estatuto de criação. De modo algum pretendemos esgotar essa discussão, mas pensamos que um bom caminho para discutir a hipótese que lançamos aqui é propor a criatividade como um modo de expressão da potencialidade subversiva da criança que tem incidências no campo da política dos afetos e participam do processo de amadurecimento.

CAPÍTULO 4

A CRIATIVIDADE COMO POTENCIALIDADE POLÍTICA DA CRIANÇA

“Mas que você é afinal de contas, Emília?”
ela respondeu de queixinho empinado: “Sou a
Independência ou Morte!” E é. Tão independente que
nem eu, seu pai, consigo dominá-la. Quando escrevo um
desses livros, ela me entra nos dois dedos que batem as
teclas e diz o que quer, não o que eu quero. Cada vez
mais, Emília é o que quer ser, e não o que eu quero que
ela seja.

Monteiro Lobato

Quem se pergunta o que define a linha imaginária entre dependência e independência parece encontrar nessa epígrafe um indicativo formidável sobre as incertezas que perpassam as relações entre autor e personagem, quiçá entre a família e a criança. Assim como a produção da escrita literária introduz a marca da valiosa construção de personagens, cuja existência é modelada pela mão de outra pessoa, os filhos são também concebidos, formados e educados pelos pais-adultos para quem um dia a questão da autonomia se colocará. Podemos nos perguntar em que medida a educação e a formação dos filhos não seria vivenciada pelos pais como algo semelhante a essa descrição feita por Monteiro Lobato (1956) diante da sua personagem Emília, a Marquesa de Rabicó.

Emília, a conhecida boneca de pano da Narizinho, é teimosa que só ela e não se atrapalava nas respostas; ganhou vida no Sítio do Pica-Pau Amarelo e surpreendeu a todos com sua tagarelice e inteligência. No campo literário, propondo uma potencialidade transgressora em Emília, Sousa (2009) afirma que “através de sua incomparável ‘torneirinha de asneiras’, essa personagem se apresenta como um alterego da própria infância, garantindo a identificação do público-leitor com a produção de Lobato e todo o seu poder de transgressão e ruptura” (p. 7). O efeito decorre tanto da ideia de trazer vida (literalmente) a uma boneca, quanto da possibilidade de acompanharmos todas as transgressões das suas travessuras, de seus modos de falar e brincar com a linguagem. Um verdadeiro deleite ao leitor.

Ela é o que quer ser, e não o que eu quero que ela seja (grifo nosso), diz Lobato nesta citação que abre o capítulo. A personagem foge à mão do autor durante a escrita, ganhando forma própria e ares de independência, só podendo

existir na e pela liberdade. Mas, nem seu próprio pai (criador) tem domínios sobre Emília? Poderíamos tomar emprestado alguns desses aspectos do campo literário para pensar sobre o comportamento das crianças. Parece-nos que assim como a personagem que passa a existir para além do autor, a criança precisa experimentar gradativamente a separação dos pais para processar o seu próprio acontecer psíquico. Se é assim, como podemos analisar os desgovernos que participam do processo de autonomia das crianças? Qual o papel da criatividade nesse percurso?

No capítulo que se inicia pretendemos responder essas perguntas, analisando o papel da insubmissão na constituição da potencialidade subjetiva das crianças. Nosso propósito será apresentar as ressonâncias e os entrelaçamentos entre a constituição subjetiva e as experiências culturais, a partir da observação das crianças e da nossa memória clínica, enquanto pesquisadora-analista. Nosso objetivo último é fomentar o debate sobre as rebeldias insubmissas que se apresentam no universo infantil e as suas repercussões na vida psíquica da criança.

Lançamos agora os holofotes sob o dispositivo clínico da psicanálise, pensando a função do *setting*, o papel do analista e a atmosfera clínica como elementos de favorecimento para emergência da potencialidade subversiva do gesto criativo das crianças. A observação livre e a memória do psicanalista foram os recursos utilizados para viabilizar esses exemplos, o que, portanto, traz a marca de uma narrativa ficcional dos casos citados. Os aspectos clínicos-descritivos da criança insubmissa serão mencionados pela escuta no consultório, quando ela fala por si ou é falada pelo outro, pais ou responsáveis. Ainda em analogia à epígrafe que introduz o capítulo, gostaríamos de interrogar se a criança-analisanda usufrui da potencialidade subversiva do gesto criativo para fazer mover a engrenagem do processo de amadurecimento, não apenas no mundo, mas também diante do analista. Falaremos sobre alguns modos de resistência das crianças às lógicas normativas, abrindo o caminho para pensar o que estamos chamando aqui de potencialidade política da criança.

Começaremos (1) definindo o campo da política que enseja a nossa leitura, que enlaça a dimensão política dos jogos de poder e negociação, especialmente no que diz respeito a esfera da vida privada e ao agir da criança. Em seguida, (2) convidamos os rebeldes a apresentar os seus gestos insubmissos no mundo, exemplificados em quatro fragmentos clínicos e um exemplo do cotidiano. Por fim,

(3) pretendemos discutir o papel do dispositivo clínico da psicanálise na construção e/ou consolidação da expressão de potencialidade subversiva do gesto criativo. Essa discussão será mediada pela reflexão do manejo e da técnica na clínica psicanalítica de crianças.

4.1. As potencialidades políticas das crianças

Nessa parte, pretendemos analisar como a discussão sobre a potência subversiva da criatividade das crianças é perpassada pela articulação com o espaço político por elas ocupado. Caberia colocarmos em questão não apenas o lugar da criança na esfera pública, propriamente, mas trazer à reflexão de que modo o efeito subversivo pode ser tomado como gesto de expressão política, capaz de promover repercussões também no campo social e cultural. Para apresentar a potencialidade política da criança, então, é preciso dizer que estamos tomando um recorte bem específico do termo política: aqui circunscritos aos elementos subjetivos nos jogos de poder.

Ao apresentar os argumentos centrais de sua formulação sobre o político, Chantal Mouffe critica o desaparecimento da dimensão antagônica do político em detrimento de uma discussão em termos morais; para ela “no lugar do conflito entre ‘direita e esquerda’, vemo-nos diante do conflito entre ‘certo e errado’”. Ela aposta no desafio de manter o antagonismo como parte da condição do político e, no que tange à psicanálise, somos levados a concordar que não deveríamos perder de vista essa dimensão antagônica e conflituosa do político, que não se prestando a moralismos (Mouffe, 2015), permitiria apostar na construção de espaços de liberdade a partir de possibilidades éticas e estéticas ofertadas pela psicanálise. Sob essa ótica, não caberia aqui analisar a esfera moral do comportamento insubmisso das crianças, tampouco as responsabilidades dos tipos de educação social e familiar que favorecem ou dificultam a sua expressão, tarefa importante, com elevado acento político, mas distante dos nossos propósitos. Trata-se, portanto, de lançar um olhar psicanalítico acerca dos comportamentos insubmissos na infância tomados como ‘inadequados’, promovendo uma escuta atenta sobre as motivações conscientes e inconscientes que norteiam a insubmissão da criança, especialmente, a partir do reconhecimento da potencialidade subversiva do gesto.

Consideramos que as ações das crianças, nesse viés, se fazem políticas não apenas pelos efeitos sociais e conquistas advindas de sua posição no espaço público, mas porque decorrerem das lutas travadas diariamente pelas crianças, para expressar a potencialidade subversiva como marca da sua própria criação. Vamos aos argumentos.

Ao falar sobre a maneira como nos singularizamos, momento em que o indivíduo é capaz de criar o seu modo de ser e agir, Safra (2014, p. 81) defende que o “gesto se faz necessariamente político” porque é acontecimento, promove rupturas no que está estabelecido e tem o poder de reiniciar a história. Ele defende que, ao mesmo tempo em que se singulariza, encontrando um modo de existência, a criança também cria sentidos e “insere o inédito decorrente de sua forma de ser, na história humana” (Safra, 2014, p. 83). Em princípio, o gesto é abertura e liberdade, mas gradativamente se torna representante de algum afeto, ganhando novos significados. Enseja a presença corporal, a intenção prevista e mobiliza afetos, que associados à subjetividade que os expressa (tornando-se um gesto com corporeidade) se faz político e vivo enquanto ação. Por sua vez, a ação convida a uma normatividade, mas também reconhece uma performatividade, já que apresenta as expectativas em torno de um dado lugar normativo, ao mesmo tempo em que compreende uma dimensão de espera e esperança, quanto ao futuro de um bebê ou de uma criança. O conjunto dessas ações, experimentadas e partilhadas com a família e com o mundo, produz existência psíquica e transforma a experiência relacional, conferindo um corpo político já desde esses primeiros momentos de vida.

Assim, ao empreender um estudo que tangencie o político na infância devemos considerar onde as crianças vivem e, em que condições; a que família pertencem, quem elas são; o que consomem, onde estudam (e se estudam), o que falam e tantas outras perguntas que recobrem os modos de ser, agir e estar no mundo. Submetidos às normas sociais e àquelas que nos universalizam, as imposições que tendem a classificar subjetividades ressaltam a profundidade do debate que recobre os questionamentos clínico-políticos em psicanálise. Não por acaso, portanto, psicanalistas como Ferenczi, reconhecido como um autor que teoriza sobre a clínica de modo menos normativo (Gondar, 2020), tornam-se indispensáveis nessa discussão. Tendo sido capaz de destrinchar as relações entre os jogos de poder tanto na clínica psicanalítica, quanto nas relações assimétricas

entre adultos e crianças, Ferenczi jamais perdeu de vista a importância da presença do ambiente.

Para Ferenczi, uma situação traumática não é resultado apenas de perturbações na economia psíquica; ela é sempre da ordem da relação, e numa relação as questões referidas ao poder e aos modos de afetar/ser afetado estão sempre presentes (Gondar, 2020), p. 212).

Ao valorizar o intenso efeito traumático que a “confusão de línguas” produz entre gerações, o psicanalista húngaro teria destacado o papel dos afetos e das dimensões políticas na compreensão da subjetividade. Esse argumento apresenta-se também no texto *Ferenczi, pensador político*, onde Gondar (2012, p. 196) explica porque “este modelo não privilegia personagens, e sim relações. Relações de poder, de dependência, de desvalorização, de desrespeito; em suma, relações políticas”.

Mas, afinal, como se expressa a potencialidade política do gesto criativo das crianças? Se tomarmos como ponto de partida a aposta de que a condição de oposição da criança seria precursora da sua atitude insubmissa (enquanto potência), caberia apresentar os critérios e as condições que nos levam a essa afirmação. Para começar, é preciso destacar que os seus efeitos psíquicos e as incidências públicas do evento insubmisso nos remetem (1) às formas de vínculos das crianças, com os pares e com os adultos de seu convívio, bem como possibilita analisar (2) o conteúdo afetivo do gesto criativo da criança que subverte. Nessa dupla faceta, parece se presentificar as repercussões políticas das expressões infantis. Explicamos.

A articulação entre essas duas esferas, psíquica e coletiva, modulam uma versão política da criança, composto por dois momentos que atuam de forma contínua e concomitante: a *singularização* e o *posicionamento no mundo* (chamaremos assim). Quando a criança se singulariza ao construir sua identidade, seu temperamento e sua forma de ser e agir, ela vai ocupando e constituindo um lugar no mundo que, mesmo sendo transitório, vai moldando a sua existência enquanto corpo bio-político, definindo bioidentidades (Ortega, 2003). Por essa razão, para pensar as repercussões políticas das expressões infantis foi preciso considerar o que participa do processo de subjetivação (sua face singular), e aquilo que perpassa a vida coletiva de uma criança, ou seja, sua ocupação no mundo. Por isso,

cabe dar destaque tanto ao papel dos afetos (privados e públicos), quanto das instituições formativas na infância, tais como a família e a escola.

O percurso para *singularização* é parte do processo de subjetivação que segue a trajetória rumo à indiferenciação e independência psíquica. Sem deixar de enfrentar o seu paradoxo basilar: para existir como unidade e ter independência, a criança precisa se submeter ao adulto e receber dele o seu próprio reconhecimento. Assim, a dimensão potencialmente política da criança compreende parte desse paradoxo da existência psíquica singular, pois considera a busca por diferenciação subjetiva e a ação de insubmissão psíquica ao desejo do outro para a criação do singular, o que inclui um outro plural e presente, em doses suficientemente boas, de preferência.

A 'política da boa vizinhança' entre o adulto e o bebê (e depois com a criança crescida) implica, inicialmente, no enfrentamento dos tempos da fusão, imitação e introjeção (que resulta de uma forma de submissão), para que, enfim, as bases confiáveis até então oferecidas possam fazer pulsar o gesto criativo como potência subversiva, promovendo a insubmissão psíquica. A singularidade necessária à expressão do corpo político da criança, nessa compreensão, se inicia com o gesto criativo espontâneo do bebê e ganha novo formato com a conquista gradativa de um poder de negociação por parte da criança. Assim, à medida que a criança amadurece confiante de si, sua existência e o exercício da potencialidade política da sua criatividade avançam para novos contextos relacionais. Ao extrapolar a cena familiar (ou o núcleo de sustentação íntima) e ultrapassar as bordas por ela delimitadas, a criança tende a consolidar o singular, mas também a fortalecer a sua condição de oposição, necessária à insubmissão.

Por sua vez, a segunda parte da versão política que se apresenta na infância, que corresponderia à tomada de *posição do mundo*, será responsável por conferir ao pequeno rebento um lugar para existir. A condição de pertencimento será uma decorrência do lugar onde se localiza a experiência de si e costuma resultar da condição de adaptação da família à criança, como defende Ferenczi (2011a). Os afetos envolvidos nas primeiras experiências, somados à condição de hospitalidade do ambiente de recepção irão dar o tom inicial do sentimento do pertencimento do bebê e da criança. A localização da criança no mundo, então, é um pressuposto para sua existência política. E do lugar em que ela se encontra, que diz do modo

como a família e a cultura lhe reconhecem, podemos ver o início das suas ações e incursões no coletivo; uma via permanentemente retroalimentada pelas experiências singulares. Nesse sentido, quando falamos de uma criança insubmissa é preciso considerar onde se localiza a potencialidade subversiva do seu gesto criativo e quais os efeitos mundanos resultantes da forma como ela se faz vista.

Assim como “a experiência cultural está localizada no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente” (Winnicott, 1975, p. 139), a insubmissão da criança também costuma promover uma área de experimentação que não é completamente interna, tampouco externa a ela. Falaríamos de um gesto localizado numa área potencial, que é interna e externa porque está relacionada ao pertencimento e à liberdade de ação dos gestos da criança. Ambos, senso de pertencimento e sentido de liberdade, estão atrelados à política dos corpos infantis e às políticas afetivas a que estão envolvidas. O que explicita um nó de possibilidades, que vai desde a oferta do instrumental para formação do pequeno cidadão ao estabelecimento da qualidade das ações da criança frente ao adulto, com maior ou menor grau de assujeitamento.

Diferente do que ocorre na vida adulta, o desejo da criança (sobretudo nos primeiros anos de vida) se confunde e mostra-se intercambiado pelo desejo do outro, demandando um longo e delicado trabalho de lapidação, subjetiva e objetivamente falando, para se transformar em realidade. Nesse sentido, as relações entre pais e filhos ganham destaque e os afetos conduzem a vivências importantes, que incluem a concepção de autoridade, as tradições e desordens da família (Roudinesco, 2003); bem como as transformações que se apresentam na relação entre pais e filhos hoje (Mizrahi, 2004). Nesse contexto, pensamos poder afirmar que uma forma de analisar a política dos afetos consiste em tomá-la como elemento intrínseco ao processo de subjetivação da criança e que se desdobra produzindo efeitos, seja enquanto forma de cuidado (ou não cuidado), seja enquanto transmissão de valores éticos e códigos morais. Ao adulto caberá oferecer, antes por empatia e depois por identificação, os princípios fundamentais para expressar uma ética do cuidado diante da criança, dando o tom para a relação que se inicia.

Nesse sentido, consideramos que a fundação e a preservação do corpo político das crianças residiriam, antes nos afetos que elas mobilizam, depois, pela presença cada vez mais visível delas em sociedade. Visibilidade essa que não se

restringe à tomá-las como consumidores ou sujeitos de direitos, mas de reconhecê-las como parte da engrenagem social que, gradativamente, as tornam reconhecidas e respeitadas. Se nos fundamentamos no pressuposto de que a condição humana é pautada na ação, somos levados, então, a nos debruçar um pouco mais sobre o gesto criativo (plural e singular) da criança também a partir desse viés político.

Com intuito de explorar essas questões, nosso argumento inspira-se na compreensão de que o ser humano é constituído pela ação, tal como propõe Arendt (2014), mas encontra sustentação na leitura de Winnicott (1975) sobre a criatividade relacionada ao estar vivo. Mas, não se trata aqui de promover um diálogo entre os referidos autores, tampouco de examinar minuciosamente a noção filosófica de ação ou de política, trata-se tão somente de extrair deles fundamentos que norteiem nossas ideias.

A ação que liga os indivíduos promovendo relações e fundamentando a atividade política por excelência, recobre-se da ideia de que o poder depende da ação coletiva. Segundo Arendt (2014), “o único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens” (p. 249). E completa:

Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade no estar junto, se pudesse ser possuído como o vigor ou aplicado como a força, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções, a onipotência seria uma possibilidade humana. Porque o poder, como a ação, é ilimitado; ao contrário do vigor, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem. Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de tudo, à condição humana da pluralidade (Arendt, 2014, p. 249).

Compartilhamos da crença arenditiana de que a ação não é possível no isolamento, assim como reconhecemos o papel da convivência *entre* os homens, como parte fundamental do processo de subjetivação e potência humana. É também no espaço *entre* que Winnicott (1975) encontra as raízes de um espaço potencial subjetivo, através do qual é possível experimentar a ilusão de onipotência e dar lugar ao objeto transicional. O espaço intermediário (que é potencial) não é dentro, nem fora, é um *entre*. O que isso nos faz pensar? Que o retorno à discussão sobre a experiência transicional, no que tange ao processo de constituição subjetiva criativa, como vimos, é não apenas parte importante na compreensão sobre o

fenômeno insubmisso, como um modo interessante de análise sobre as relações; *entre* a criança submissa e a insubmissa; *entre* o psíquico e o social; *entre* ação e reação; *entre* sujeição e poder, na vida das crianças e adultos.

Castro (2013) nos lembra que o estudo da infância ficou afastado do campo da política por muito tempo e que “a política da, ou para, a infância nomeia o quadro de diferenças e tensões resultantes da forma como os diferentes países entendem e implementam os direitos das crianças do ponto de vista da legislação internacional” (p. 85). Além disso, devemos lembrar que essa recente articulação entre infância e a teoria política é marcada pela grande diversidade de interesses nacionais e costuma ser modelada também pelos diferentes olhares sobre ser criança; sendo responsável por políticas públicas em conformidade com a concepção política a cada tempo e lugar.

Vê-se, é certo, uma notável ampliação da visibilidade e da atenção à posição ocupada pelas crianças na sociedade. Quando elas começam a ganhar voz, aos poucos passam a assumir um lugar de ator social (e não apenas de assujeitamento ao adulto como no passado); o que gerou transformações como novas formas de ser e agir, aponta Castro (2013). Os efeitos são percebidos no domínio das políticas públicas – cada vez mais minuciosamente dedicadas a pensar ‘o melhor para as crianças’ (França, 2014) –, mas também nos modos de participação das crianças nas cidades, nas escolas. Mas, há ainda as exigências colocadas pelas diferenças geracionais, que destinam aos pais e demais adultos a tarefa de refletir sobre o lugar das crianças hoje e no futuro, acenando para a urgência dessa discussão frente às rápidas transformações culturais resultantes do lugar de fala aberto para a criança. Somos, portanto, convocados a novos estudos para expandir a compreensão sobre a infância hoje.

Sabemos da importância de pesquisas que fazem a interlocução entre teoria política e infância, especialmente aquelas que discutem a noção de representatividade das crianças na esfera pública (Castro, 2008), bem como a importância do debate sobre as políticas públicas brasileiras atuais destinadas à infância. Contudo, nossa proposta é explorar as articulações entre o singular da criança insubmissa e o plural do gesto, enquanto ato e efeito no social. Nossa reflexão sobre os afetos envolvidos entre pais e filhos, sobre os laços e os vínculos que a criança faz (ou desfaz) em casa ou na rua, consiste em analisar as saídas

criativas para uma subversão delas. Noutras palavras, consideramos que se processam efeitos políticos quando a criança se recusa ao assujeitamento das demandas (necessárias ou não) do adulto.

As práticas de assujeitamento, portanto, recobrem as negociações sociais e afetivas da vida pública e privada das crianças no seu processo de constituição psíquica. Isso explica porque as normas, os valores e o contexto conflituoso que marcam as relações assimétricas entre pais e filhos, adultos e crianças, dão o tom desse debate e delinham o campo de análise das normatividades destinadas às crianças. Nesse contexto, então, é possível entender uma das razões pelas quais a constituição psíquica tem sido lançada no bojo da discussão política. Ao entrelaçar a psicanálise no debate filosófico contemporâneo, por exemplo, a partir das noções de reconhecimento e normatividade, que vem sendo desenvolvidos por Axel Honneth (2007) e Judith Butler (2003), respectivamente, dão provas dessa intenção. Sem esmiuçar esses conceitos aqui, entretanto, consideramos importante mencioná-los na tentativa de explicitar as dimensões e ressonâncias dos elementos constitutivos da vida infantil nos debates hoje. Citamos as pesquisas sobre as patologias sociais e do campo filosófico, que produzem sofrimento de indeterminação e crises narcísicas hoje, apenas a título de contornar o acento político que a essa ideia se presta. Mesmo reconhecendo o adoecimento da cultura e os efeitos nos modos de subjetivação, que obviamente incidem nas crianças, decidimos nos restringir ao caminho psicanalítico como diretriz da leitura de subjetividade aqui proposta.

Propomos que a dimensão política dos jogos de poder e negociação na vida familiar e social são o lugar da criação subjetiva e, ao mesmo tempo, palco para a expressão da ação que versa como potência subversiva do gesto criativo. Ao assumir que a criança desenvolve uma potencialidade política a partir dos modos de se relacionar, não podemos deixar de considerar que as incidências dessas experiências resultam, antes, de uma apropriação subjetiva mínima dos elementos que a fundamentam, tal como tentamos demonstrar no capítulo anterior.

Mas, ao descrever a potencialidade política da criança como expressão daquilo que estamos chamando de potência subversiva do gesto criativo, faz-se necessário dizer que só podemos pensar o seu desenvolvimento, se levamos em consideração a constituição psíquica e todas as dimensões que participam desta: o ambiente, a vida social e cultural. A condição política dessa potência, portanto,

refere-se à pluralidade da condição humana e à primazia das relações de interdependência entre a mãe e o bebê, o homem e a cultura; como elementos de compreensão do laço social. Leitura que vem contribuindo para pensar a constituição da eticidade, da solidariedade e da democracia:

Esse reconhecimento recíproco torna-se peça chave para o futuro estabelecimento do laço social solidário... A evolução dessa forma de amor implica, necessariamente, uma tensão entre o abandono simbiótico e a auto-afirmação, que será replicado, posteriormente, no convívio social cívico. Trata-se, a meu ver, de uma aposta política no amor (Estarque, 2017, p. 95).

Aspectos como esse, apontam pra novos modos de interpretação dos movimentos políticos, cujo estudo não pode mais prescindir das contribuições psicanalíticas nesse debate. A condição política da criança e suas potencialidades não correspondem apenas a uma temporalidade cronológica (que é relativa), mas respondem à lógica da vida psíquica, inapreensível e atemporal. Essa relatividade justificaria, por exemplo, as diferenças de possibilidades subversivas a depender do tempo de maturação da criança e da sua forma de se presentificar na cena pública.

Ao produzir afetos que participam positiva ou negativamente da vida familiar, a criança extrapola os muros da intimidade do lar e ganha a rua. “A rua”, para Zygouris (2012), “é a metáfora onde se mistura o político e o sexual, onde as pulsões são solicitadas e se lançam numa desordem amorosa” (p.4). O que nos leva a pensar que as experiências comuns ao coletivo e que se lançam em certa desordem por vezes difíceis de serem analisadas, guardam sua importância no processo de constituição psíquica e devem ser consideradas por nós analistas. Se na rua nos encontramos, nos reunimos e ficamos juntos, algo nela se processa; por esta razão a cidade assume um papel na vida subjetiva de crianças e adultos.

A rua, nos lembra a autora, é um espaço entre um lugar e outro, liga a cidade e nos leva a diferentes caminhos, o que ressalta sua potência enquanto lugar de entrecruzamentos para o mundo interno e externo. A criança transita entre esses espaços de entrecruzamentos, vivencia os seus afetos (que se fazem políticos aos poucos) ao mesmo tempo em que amadurece. Nesse sentido, o exercício da resistência ao assujeitamento adulto delas tende a ser concomitante a um intenso processo de constituição psíquica, entremeado por toda sua complexidade e incertezas.

A metáfora da rua, retirada da leitura de Zygmunt Bauman (2012), nos parece um bom modo para discutir as relações entre infância, política e potência em psicanálise porque nos remete à existência de um lugar no mundo que é, em sua própria condição, *entrecruzado* por destinos, liberdades, perigos, afetos, autonomias e riscos. Mas, é preciso destacar que a presença da criança na rua difere dos demais atores sociais; ela resulta, antes de tudo, de uma autorização de saída inicial, pois a abertura para que bebês e crianças possam circular no espaço público depende dos adultos. Essa constatação óbvia, mas necessária, recoloca a condição de dependência e/ou autonomia relativa das crianças, que torna a mediação do adulto uma questão que persiste na infância. Será preciso um longo tempo para que a criança possa reivindicar o seu desejo de pôr o “pé na rua” quando bem quiser. Ir para a casa dos avós, dos amiguinhos, ir ao parque, descer no prédio, ir ao mercado sozinho, tudo isso levará o tempo relativo ao processo de amadurecimento da criança, guardando também relação com a sua forma de fazer uso da independência e, sobretudo, com o seu contexto sócio-econômico¹³.

Nas ruas, ou poderíamos dizer no mundo, muitos caminhos se fazem possibilidade, muitas condições estão em pauta e diversos formatos de circulação atravessam a criança. Há, desde o início, uma dimensão externa ao espaço de expressão pública da criança que, novamente, decorre das incidências sócio-econômicas e políticas que envolvem a cidade, uma vez que a rua não é uniforme, ela apresenta variações, a depender dos moradores, frequentadores e de sua localização. O que nos leva a propor que ao analisar o espaço *potencial* que se forma entre a internalidade (condição psíquica) e a externalidade da criança (metáfora da rua) é preciso levar em consideração a incidência política de seus corpos, gestos e falas; em suas origens e efeitos. Isso quer dizer que há algo a mais a ser considerado sobre as formas de organização e presença da criança nas cidades, pois seu trânsito (restrito ou não) entre o núcleo familiar e a vida pública são fundamentais para a compreensão da presença delas no mundo.

Ser ator social ou agente de fala, alguns dos elementos de análise do gesto criativo da criança, devem ser vistas também como construções inacabadas e contínuas. No caso das crianças, isso ainda se soma à difícil constatação de que

¹³ Sabemos das particularidades que incidem nas ‘crianças de rua’ que, como o próprio nome diz, são tomadas em outra discursividade, impondo maiores estudos sobre as nuances que dizem respeito a elas nesse debate.

essas construções ocorrem ao mesmo tempo em que um sofisticado processo de amadurecimento se põe em curso. Sendo (sem ainda saber) corpo político que possui potencialidade criativa, o bebê e a criança (que passa a saber de si ao longo da maturidade) seguem criando sua existência particular, mas ainda sob efeito maciço da presença adulta da comunidade (família e sociedade) a qual pertence. A potencialidade política da criança mostra-se, portanto, como mais um paradoxo a ser destacado, por que a própria existência corporal de ações e gestos espontâneos da criança resultam de sua dependência absoluta (e depois relativa) dos adultos que se fazem presentes (ou mesmo de suas ausências presentificadas).

Se a criança é invadida por cuidados excessivos ou experimenta descuidos que interrompem a aura de confiança do ambiente de sua intimidade familiar, a sua experiência criativa também não poderá se expressar de forma espontânea. Nesses casos, a condição de potência subversiva da sua criatividade é atravessada pela inconsistência de uma subjetividade falso *self* ou cindida na submersão de um caos interno produtor de angústias avassaladoras. Quando há ausência de referência do adulto, a constituição desta proposição insubmissa pode ser comprometida diante da possível fragilidade que marca a sua força criativa. Mas, quando se faz presente, o adulto confere, gradativamente, sentidos aos gestos a partir de suas percepções das intenções do bebê (que aos poucos se farão presentes) e da sua própria (do adulto) percepção afetiva da experiência.

Para fazer uso de sua potencialidade política, a criança precisa ultrapassar a sua própria vulnerabilidade, que permanecerá presente enquanto condição humana, mas não mais como definição de seu modo de existir. À medida que a criança se desenvolve, a presença adulta precisará se fazer sensível às demandas da criança, afinal, o terreno necessário à consolidação de sua apropriação será mediado pelas relações com o mundo ao seu redor. Relações de grande carga afetiva que se dão na partilha, no *entre*: crianças *entre* si e *entre* adultos e crianças.

Em resumo, o poder das crianças reside justamente na sua experiência de liberdade. Nesse sentido, tendemos a concordar com Han (2018, p. 12) quando afirma que “ser livre, portanto, não significa nada mais do que *se realizar conjuntamente*. Liberdade é sinônimo de comunidade bem-sucedida”. Para nós, isso demarca o valor fundamental *de estar junto*, da necessidade humana de

encontrar nos espaços de partilha o sentido de existência e a razão de uma vida que valha a pena ser vivida.

4.2. Que venham os rebeldes!

Analisaremos aqui o *modus operandi* da manifestação insubmissa a partir da escuta clínica de crianças no consultório. Além dos fragmentos da clínica, optamos ainda por citar uma observação cotidiana aleatória, que nos oferece um exemplo de como pensar o tema extramuros do consultório. Enquanto psicanalista, pensamos poder postular as formas mais ‘comuns’ do fenômeno da insubmissão das crianças visando, tão somente, discutir alguns modos de apresentação da insubmissão: temos certeza que há muitos outros. Nas vinhetas clínicas que se seguem, tentaremos ilustrar de que maneira a insubmissão pode expressar a dinâmica da potência subversiva do gesto criativo e discutiremos os propósitos a que serviu na constituição subjetiva da criança analisada, em conformidade com uma interpretação que preza por desvelar um *sentido potencial*, como propõe Roussillon (como citado em Ciccone, 2000, p. 122): “deixar que se desenvolva um sentido potencial pressupõe estar aberto e receptivo a esta potencialidade, não decidir antecipadamente sobre o sentido ou o não de um acontecimento”.

Em nova tentativa esquemática, optamos agora por aprofundar a análise sobre a *insubmissão como autonomia*¹⁴, que costuma ser o pano de fundo que mobiliza a *rebeldia por insubmissão*¹⁵. Consideramos que nesse momento subjetivo – que é virtual e cujo espaço psíquico se expressa, sobretudo, através da capacidade de estar só e pelo sentimento de reconhecimento mútuo – podemos encontrar o maior número de exemplos que ensejam a potência subversiva do gesto criativo, expressa por um viés insubmisso. A rebeldia que decorre da *insubmissão psíquica*, categoria que pensamos estar relacionada à atitude de amadurecimento da criança em sua apropriação do mundo, não deve ser considerada como uma expressão única e padronizada. Por essa razão, lançamos nosso olhar sob aquelas

¹⁴ Tomar como referência a sistematização feita no capítulo 2. Ver p. 77.

¹⁵ Lembramos aqui a diferenciação feita na pág. 84 entre a rebeldia insubmissa e a rebeldia delinquente.

situações em que a criança recorre à insubmissão para movimentar e constituir sua independência, abrindo o caminho para autonomia e apropriação de si.

Reafirmamos que não estamos propondo um manual de reconhecimento das insubmissões expressas pelas crianças, tampouco iremos discutir detalhadamente o viés paradoxal¹⁶ que essas experiências promovem nas relações entre a criança e o seu mundo. Mas, pensaremos a potencialidade subversiva contida no gesto da criança, tomando como referência o trajeto percorrido por elas para a constituição do seu idioma pessoal (Safra, 2004).

Na clínica com crianças, o cenário de insubmissão pode ser rapidamente transformado em adoecimento, seja pela tentativa de direcionamento do ódio por parte da família, seja como saída defensiva pelo viés de desresponsabilização, por parte das crianças. O fato é que a narrativa que perpassa a constatação da insubmissão tende a ser contaminada pelos atravessamentos afetivos e complexificadas pelas demandas sociais de alta performance dirigidas às crianças. Teríamos então dois pólos de análise: (1) via *sentido normativo* – quando a insubmissão pode ser interpretada como sintoma; (2) via *sentido constitutivo* – a insubmissão, em face ao processo de amadurecimento da criança, é tomada como expressão da criatividade no exercício da potência subversiva.

Sob a ótica normativa, corremos o risco de esbarrar na tendência à patologização do sofrimento psíquico das crianças (França, 2014) e oferecer uma escuta enviesada, talvez interventiva, mas pouco acolhedora, da potencialidade dos fenômenos negativos que favorecem a constituição subjetiva da criança. O que nos parece uma leitura a ser evitada e reforça o nosso intuito de tomar como pólo de análise aqui, o *sentido constitutivo* da insubmissão como elemento de participação do processo de amadurecimento da criança. Ao assumir esse viés de análise, retomamos nossa hipótese de que as *resistências criativas*, somadas a outros aspectos da vida, tendem a promover liberdade para consolidação de uma existência genuína, caracterizada pela potência para subverter.

Um esclarecimento metodológico nos parece oportuno. Os exemplos que se seguem foram colhidos de observações clínicas de crianças em análise e de

¹⁶ O viés paradoxal das experiências de insubmissão refere-se ao reconhecimento da impossibilidade de destrinchar por complexo as razões, intenções e funções do gesto da criança numa perspectiva de causalidade, que não nos interessa. Restando-nos garantir os paradoxos da insubmissão como potência criativa, mas sem perder de vista sua dimensão de agressividade destrutiva.

situações comuns, extraídas do cotidiano das crianças. Uma aparente contradição, poderíamos ouvir, já que as vinhetas clínicas, colhidas de crianças submetidas a um processo psicanalítico, guardariam consigo uma leitura marcada pelo viés de uma lógica interventiva do fenômeno insubmisso, diferente do olhar atento de um observador que recolheu espontaneamente o que viu e tentou significá-las. Antecipando esse questionamento do leitor, propomos duas razões a serem consideradas: a primeira, uma razão simples, refere-se à tentativa de estabelecimento de um critério mínimo de observação que não reduzisse todo e qualquer comportamento arredo da criança a um exemplo de potência subversiva da sua criatividade. Isso se justifica porque pensamos que para especular sobre a nossa formulação, a quantidade de situações não é elemento fundamental na análise do debate que propomos, mas sim o seu modo de apresentação e nossas especulações em torno dela. A segunda, uma razão mais complexa, decorre também de uma diferença: a concepção de clínica psicanalítica com crianças que norteia a psicanalista-pesquisadora.

Essas razões, pensamos, justificam a proposição de que os casos clínicos citados foram analisados como ficções necessárias à legitimação das hipóteses aqui propostas (Roudinesco 1995, como citado em Telles, 2012. p. 54). Longe de enfatizar a patologização do sofrimento psíquico das crianças, a escuta psicanalítica é o nosso ponto de ancoragem. Embasados por uma escuta polifônica, como propõe Figueiredo (2014), a técnica e a ética devem se apresentar na clínica como “disposição de mente” do analista. Na clínica com crianças essa “brincadeira série que transforma as pessoas” (Dunker & Thebas, 2019), resulta não apenas de uma escuta empática, mas de uma escuta lúdica.

Escutar com qualidade é algo que se aprende. Depende de alguma técnica e exercício, mas também, e principalmente, de abertura e experimentação. ...Palhaços e psicanalistas concordam que a arte da escuta do outro começa pela possibilidade de escutar a si mesmo (Dunker & Thebas, 2019, p. 25).

O que reafirma a condição de aprendiz do analista (sua técnica) e de escutador responsável (sua ética) como elementos exigidos no seu exercício de trabalho. Em defesa dos fragmentos clínicos citados, portanto, destacamos a ética do cuidado como linha de condução para a análise das questões, que serão discutidas, o que inclui a dimensão empática e responsável de escutar as crianças, seus sintomas e

também as suas potencialidades. Segundo Minerbo (2015, p. 222), “essa exigência corresponde a uma posição ética peculiar, afinal, não escutam apenas com nossas orelhas, mas com o corpo todo – com nosso inconsciente”.

No que tange ao exemplo retirado da observação, buscamos uma análise que pretendeu potencializar a realidade psíquica da criança, valorizando o desvelar de um sentido potencial sem decidir antecipadamente sobre o mesmo, tal como descreve Ciccone (2000) ao discutir a observação clínica. Consideramos essa observação, como uma *observação clínica* na medida em que foi perpassada pelo olhar e pela subjetividade da psicanalista-pesquisadora; e, mesmo não sendo uma observação retirada (necessariamente) de um processo psicanalítico, resguarda os elementos que a modelizam (os olhos e ouvidos da psicanalista).

4.2.1. O silêncio de Joana

Eu não quero que ele entre no meu quarto!

Explicava Joana¹⁷ a razão pela qual havia fixado na porta do seu quarto um papel com os seguintes dizeres: ‘NÃO ENTRE’. Aos 11 anos, essa era uma das poucas exigências que Joana fazia a sua mãe: que tivesse a possibilidade de manter sua reserva silenciosa. Dirigida ao seu irmão mais novo, que segundo ela mexia em tudo, o imperativo em questão era uma amostra de sua necessidade de ficar sozinha, de não ser invadida em suas dificuldades pré-adolescentes, tampouco de ser questionada a todo momento como costumava fazer sua mãe.

Respostas curtas, muitos desentendimentos com o irmão, intolerância com a mãe, desvalorização irônica dos acordos e exigências dos pais, tornavam o comportamento de Joana um exemplo de chatice e insubmissão, diziam eles, usando outras palavras. Havia um silêncio rodeado de uma atitude belicosa por parte da criança, nos fazendo pensar que se ela protegia das ansiedades que o ambiente lhe suscitava.

¹⁷ Visando à fluidez do texto e para facilitar a discussão, decidimos usar nomes fictícios nas crianças que ensejam as ações citadas nos fragmentos clínicos e na livre observação. As modificações pretendem ainda atender à necessidade de sigilo e preservação da privacidade dos pacientes. A escrita em primeira pessoa nos relatos pretende facilitar a descrição.

Não era segredo que o seu jeito arisco e silencioso em casa, contrastava com o seu comportamento comum na escola e com os amigos; lá não havia queixas ou dificuldades significativas. Nas sessões comigo, o seu silêncio se expressava numa decisão deliberada (e muitas vezes ansiosa) da criança por usar todo o tempo da sessão jogando. O tempo preenchido parecia a garantia de que não conversaríamos sobre nada que dissesse respeito a sua família; e se eu tocava no assunto, era imediatamente interrompida pela sua queixa de que se conversássemos, não daria tempo de terminar a brincadeira.

Era evidente que o seu silêncio comigo, assim como com a família, era mais um sinal da sua defesa diante das experiências traumáticas. Mas, seria o silêncio de Joana, uma saída traumática, apenas, ou podemos pensar que o comportamento da criança se aproximava daquilo que Winnicott (2007e) chamou do ‘direito de não se comunicar’? Como um modo de protesto íntimo contra a fantasia de ser devorado e engolido, essa “fantasia de ser descoberto” mostra-se uma possibilidade de análise. Nesse jogo de esconder, ensejado pela comunicação e não-comunicação, estaria presente um “eu privado que não se comunica, e ao mesmo tempo querendo se comunicar e ser encontrado” (Winnicott, 2007e, p.169). O que aponta para a necessidade de reconhecermos para além da comunicação verbal, um elemento incomunicável no eu, silencioso, mas que pertence ao estar vivo.

Para Winnicott, o uso sadio da não-comunicação favorece o estabelecimento do sentimento de realidade. Em sua ‘teoria da comunicação’, atribui às relações objetais a capacidade de se comunicar do lactante, destacando:

uma complicação nesta linha de pensamento se origina do fato de que o lactente desenvolve dois tipos de relacionamento ao mesmo tempo – com a mãe-ambiente e com o objeto, que se torna a mãe-objeto. A mãe-ambiente é humana, e a mãe-objeto é uma coisa, embora também seja a mãe ou parte dela (Winnicott, 2007e, p. 166).

O que nos ajuda a entender que o processo de comunicação da criança, seja ele pré-verbal ou verbal é uma experiência gradativamente conquistada na relação com a mãe-ambiente e com a mãe-objeto, quando esta puder ser objetivamente percebida. Mas, será que não poderíamos também supor um gesto insubmisso nessa exigência de silêncio feita por Joana? O imperativo oposto ao ‘não entre’/‘entre’; ou podemos dizer também ouvir a dialética ‘não entre’/‘não saio’, nos

leva a supor a necessidade não apenas de não ser invadida, mas a tentativa de se manter em reserva, como se o seu silêncio interno lhe parecesse a única forma de sustentação psíquica ou de preservação. Novamente somos remetidos à dimensão paradoxal da comunicação apontada por Winnicott (2007e), na medida em que para ser capaz de se comunicar é preciso experimentar o silêncio. A manutenção inicial do núcleo silencioso do eu será tão importante, quanto a comunicação explícita, ressaltando o papel da quietude para algumas crianças, que corresponde a uma tentativa de garantir um tipo de integração que será fundamental à expressão da sua potencialidade criativa, o seu verdadeiro *self*.

Na vida de Joana, calar-se era esperado, mas exigir do(s) outro(s) silêncio, parecia mais que um sintoma, era uma tentativa de resguardar a sua integridade psíquica. Mas, se por um lado podemos considerar a atitude da criança como uma forma de defesa insubmissão com vistas à afirmação de si, por outro, não podemos esquecer que estavam presentes nessa época todos os movimentos subjetivos que caracterizam as transformações impostas pela puberdade.

Poderíamos, ainda, desenvolver uma série de razões pelas quais a criança silenciava, mas o fato é que o nosso viés de análise se destina a propor que haveria no gesto insubmisso da criança, uma forma de subversão criativa. O recurso ao silêncio, expresso pela sua resistência diante do apelo de comunicação por parte dos pais e sua recusa à demanda de presença do irmão, se estendia à cena analítica o que me levava a agir sendo uma analista ‘não importuna’, como nos ensinou Balint (2014).

Também traduzido como ‘o analista não-intrusivo’ (Balint, 1994), ‘o analista não importuno’ é aquele capaz de respeitar o tempo do paciente, evita interpretações que possam o desorganizar, sendo, sobretudo, capaz de “evitar qualquer interferência não absolutamente necessária” (Balint, 2014, p. 178). Além de propor múltiplos significados para o silêncio, Balint é um analista que problematiza a técnica psicanalítica. Assim como Ferenczi (2011b, 2011d), ele não se ateu aos parâmetros da técnica clássica e diante de subjetividades muito particulares, conduzia as análises respeitando a *área de criação* do paciente. Parece que era isso que Joana precisava, que eu permanecesse “nem muito longe, a ponto de poder sentir-se perdido ou abandonado, nem tão perto, a ponto de o paciente possa sentir-

se impedido ou sem liberdade – de fato, a uma distância que corresponda às reais necessidade do paciente” (Balint, 2014, p. 177).

Deixemos essa discussão sobre a técnica para outro momento. Por ora, resta-nos seguir apontando que, para algumas crianças, uma das formas de expressar a potência subversiva do gesto criativo é através do *silêncio*. O silêncio como insubmissão.

4.2.2. Quando Marcela provoca

Tô na sua cadeirinha, lá, lá, lá, lá...

Com Marcela aprendi uma outra forma de insubmissão das crianças: a provocação. Na saída de seu primo da cadeirinha de segurança do carro, Marcela pediu para seguir viagem nela. Não satisfeita com a conquista do lugar, provocou o primo de 1 ano e 8 meses que saía do carro: *tô na sua cadeirinha, lá, lá, lá...*

Atrevidamente, Marcela o desafiava a suportar compartilhar algo seu com ela, mas, sobretudo, a suportar sua irreverência. Sabemos o quão difícil pode ser para uma criança nessa idade ter que dividir seus pertences, especialmente se ele parecer desejado por outra criança. É comum, então, que a provocação convoque à disputa, irrite e desestabilize a criança provocada, instaurando um clima de rivalidade e levando à brigas. No alto dos seus 2 anos e 9 meses Marcela encontrava, na relação com o primo, um modo de explorar sua rebeldia.

Desconheço na literatura, alguma relação direta entre a insubmissão e a provocação no campo da infância; mas essa cena que presenciei me levava a fazer essa associação. Me perguntava o que comunica uma criança que ‘provoca’ outra criança, que ‘provoca’ seus pais, que ‘provoca o professor’, por exemplo? Afinal, se há uma desobediência aos códigos “da boa conduta”, atuada pela criança provocadora a partir da ironia, da brincadeira jocosa, ou mesmo na hostilidade de algumas brincadeiras infantis, talvez pudéssemos pensar que há também um movimento de rebeldia na ação de provocar. Especialmente, porque assim como a relação entre subordinado e insubordinado, a ação de provocar implica um outro e sugere um ambiente interno em franco movimento; que geralmente é mobilizado por ansiedades. A insubmissão expressa pela provocação, nos leva a considerar que ela contém o ímpeto de agressividade, mas também poderíamos identificar um o desejo

de reconhecimento, ou dito de modo mais sintético, um desejo de ser visto, que se sustentando por um ambiente de confiabilidade, tende a favorecer a constituição da independência da criança.

A ação de irritar o outro, de “cansar e entediar estão claramente relacionados como técnicas de lidar com o *stress* interno”, diz Kahn (1991), completando que nesses casos a criança “tenta manter o controle onipotente sobre sua realidade interna através de um controle obsessivo da linguagem e dos objetos” (p. 3). Vale ressaltar, contudo, que apesar dessa tentativa de controle produzir efeitos nas relações afetivas e, em algumas circunstâncias, sintomas que podem gerar quadros psicológicos preocupantes, como a tendência anti-social; há também um elemento processual se dando com a criança. Dito de outro modo, podemos dizer que a atitude provocativa guarda características insubmissas que correspondem ao processo de amadurecimento saudável da criança, um modo dela *ocupar* os pais e todos aqueles que estão no seu entorno. Uma demanda, portanto, de cuidado.

Contudo, é preciso mencionar e reconhecer ainda um modo de provocação na infância que se presta à destrutividade, como traços de crueldade, como no chamado *bullying* - um tipo de agressão realizada entre crianças ou adolescentes, cuja vítima é hostilizada e desqualificada de modo recorrente, produzindo um mal-estar significativo. A condução e interpretação em casos como esse se aproxima da leitura da tendência anti-social, mas não será detalhada aqui. Restando-nos, contudo, reafirmar nossa posição de que não desconsideramos os impactos negativos da intensidade das insubmissões, mas pretendemos problematizar um tipo de leitura enviesada que fixa a interpretação da insubordinação infantil exclusivamente a um cenário a ser evitado.

Nessa perspectiva, a atitude provocativa da criança (seja ela jocosa ou não) é um exemplo da insubmissão que expressa a potencialidade subversiva do gesto criativo. Ela pode ser agressiva, mas não se presta necessariamente à destruição (objetivamente). Ela pode ser cruel ou hostil, mas não pretende fatalmente destruir o objeto a que se dirige. O que nos faz pensar que, na infância, a provocação pode se apresentar como uma tentativa de experimentar a insubmissão como um exercício de rivalidade fraterna ou testar o lugar de poder do adulto. Especulamos, então, que há uma forma de expressão da atitude provocativa na infância que decorreria de uma postura insubmissa, destinada não apenas a fazer oposição ao vínculo, mas à

criação de uma condição para a constituição de si. Noutras palavras, o gesto criativo quando expresso pela provocação, pode caracterizar uma forma de vitalidade insubmissa que expressa a potência das tensões na constituição da subjetividade.

4.2.3. Priscila: em busca da moldura perdida

Corre cachorra!

Vibrava a legenda na foto tirada por Priscila, de sua coordenadora andando para a parada de ônibus. A foto, tirada na saída da escola, foi postada no *stories* do Instagram® da criança e retirada minutos depois; o que não evitou os rastros de seu impacto. Os pais de Priscila foram convocados à escola para conversar sobre o ocorrido; consternados com a atitude da filha, foram sensíveis ao pedido de reflexão sobre o evento, mas, nada mais do que isso.

Em meu consultório, na presença da mãe, Priscila (11 anos) me contou a situação toda com uma voz manhosa e dramática, parecia ser vítima de uma grande incompreensão. Disse que foi uma ‘simples’ brincadeira entre ela e suas amigas e se justificou dizendo que retirou quase imediatamente a postagem. Na sequência, emendou a conversa num choro e falou, chateada, de como as suas amigas vinham sendo indiferentes a ela. Com esse relato mobilizou sua mãe, que muito sensibilizada, abraçou a filha não parecendo perceber a mudança abrupta de tema empreendida pela criança.

A cena que eu presenciava dava sinais de uma discreta manipulação; era como se a mesma menina, naquele momento, se apresentasse diante de ‘suas mães’ (eu e sua mãe) como um bebê, ora demandando colo (cuidado, afeto e consolo), ora produzindo uma vontade de se afastar pela exigência afetiva que ele (o bebê) instaura. Enquanto sua mãe parecia quase chorar junto da filha, eu fui invadida por sentimento de impaciência e irritação com ela, na verdade, com as duas. Ainda não entendia o que estava se passando, mas a partir desse dia, comecei a sentir certa repulsa diante da criança.

É preciso esclarecer que não houve sanções objetivas nem por parte da escola, tampouco no âmbito familiar. O que me mobilizou uma inquietação enorme; me fazendo dizer à Priscila, num ímpeto maternal ou justiceiro (não sei exatamente o que se processou comigo), que “se eu fosse seus pais, ela teria ficado de castigo”.

A criança devolveu me interrogando em tom agressivo: “Quantos filhos você tem? Meu pai tem quatro, ele sabe o que fazer”. Não consegui, de imediato, dizer mais nada. Fui invadida de um sentimento de raiva, vergonha por estar ‘levando um fora’ de uma criança e uma vontade enorme de revidar o que ela tinha acabado de me dizer. O que me confortava era lembrar que para alguns pacientes uma das tarefas mais importantes do analista “é ser capaz de odiar o paciente objetivamente” (Winnicott, 2000, p. 279). Tentando recobrar minha função, segundos depois do silêncio que se deu, eu consegui lhe perguntar se ela percebia como ela estava sendo agressiva comigo, disse que não havia gostado dela falar daquela forma e que eu agora entendia o que a sua coordenadora sentiu quando viu (ou soube) da foto e legenda que ela postou na internet. Disse isso contendo minha raiva, mas sem escondê-la. Como ela não parecia empática, o que decorria da sua própria fragilidade egóica, apelei para nosso vínculo e tentei analisar, a partir da transferência, a forma como me fez aquela pergunta sobre ter filhos.

Sem refletir sobre técnica e manejo, eu agia sob o impacto da minha raiva. Não consegui controlar minha fúria diante da apatia dos pais nesse evento e dirigi meu ódio àquela criança insubmissa, em forma de ironia e reprovação. Só depois considerei que se reencenava comigo as demandas de amor e ódio entre um bebê e sua mãe; ficava cada vez mais claro para mim que se eu tivesse negado o meu ódio por ela, poderia ter lhe sido muito prejudicial. Na ocasião, eu não me percebia deslocada da minha função analítica; acreditava que essa intervenção poderia furar a bolha onde Priscila estava envolvida; acreditava que tinha um propósito analítico e não educativo. Se prestava como interpretação, porque eu considerei que assim estaria implicando a criança naquilo que concerne a sua responsabilização (pelos seus atos), mas também naquilo que diz respeito ao campo afetivo. Entretanto, a pergunta feita sobre quanto filhos eu tinha, produziu uma espécie de indisponibilidade para atendê-la; naquela hora meu pensamento era: “eu não preciso atender essa paciente, não quero ficar perto dela”.

As sessões seguiram, continuamos vivas, eu e Priscila. Era como se a experiência de viver e expressar o ódio que eu senti (contratransferencialmente) tivesse promovido a abertura necessária para uma relação intersubjetiva genuína entre nós duas. Parecia coerente com a afirmação de Ogden (2013) de que “é nesse esforço de sermos mais plenamente humanos que estamos vivos enquanto analista

e analisando” (p. 34). Dias depois, outra questão se colocou. No início, sentia como se eu tivesse sido ‘vítima’ dos ataques de Priscila, da sua pergunta arisca; me perguntava se ela não teria feito comigo a mesma coisa que fez com a coordenadora, pois para mim em ambos os casos ela tentava destituir o lugar assimétrico na relação pela via da agressividade.

Contudo, em supervisão¹⁸ do caso, fui interpelada sobre o contrário: se eu não havia atacado a criança; não um ataque propriamente a ela, mas aos seus pais por sugerir que havia algo que eles poderiam ter feito e não fizeram. Diferente do que eu vinha formulando sobre a sessão, passei a pensar, a partir dessa colocação, se a agressividade não teria partido de mim o que me levava a interpretar se a resposta da criança, em formato de pergunta (“quantos filhos você tem?”), não acenava para uma defesa que ela empreendeu em favor dos seus pais e não apenas propriamente dela.

Reconhecia que minha colocação sobre o castigo era uma forma disfarçada de dizer da minha raiva e vergonha de ter uma paciente que fez o que ela fez e, aos poucos, fui percebendo que eu não podia, tal como uma mãe odiosa, ter me ‘vingado’ pela insubmissão de Priscila, seu mau comportamento na escola. Diferente disso, analisava que eu precisava ter estado disponível para escutar o apelo que a sua insubmissão expressava, escutar o seu apelo por receber uma moldura para a frágil condição psíquica.

A insubordinação de Priscila, que se apresentava no limite da transgressão e bordejava uma agressividade banal, sugeria um pedido da criança para receber um suporte, um *holding* (Winnicott, 2007f). Não se tratava de ter limites no sentido educativo, apenas, mas de uma outra forma de contorno, perpassada pelas relações afetivas. Segundo Davis & Wallbridge (1982):

Embora a fase do suporte¹⁹ (*holding*) na teoria de Winnicott seja equivalente à fase de estar fundido ou de dependência absoluta, o apoio egóico continua sendo uma necessidade da criança em crescimento, do adolescente e por vezes do adulto, sempre que há uma pressão que ameaça confusão e desintegração (p. 115, *grifo nosso*).

¹⁸ A supervisão clínica é um dos tripés da formação psicanalítica exigindo do analista uma abertura suficientemente boa para garantir a análise dos afetos que são mobilizados no caso discutido.

¹⁹ Esse foi o termo usado por Eva Nick para tradução do termo *holding* usado pelos autores.

Nesse sentido, a experiência de *holding* envolveria uma disponibilidade física e psíquica inicial nos cuidados dispensados ao bebê, mas não se resumiria a eles. Destaca-se como um aspecto importante no processo de subjetivação saudável porque é frente à consistência do ambiente que o bebê (e depois a criança, o jovem e o adulto) pode apresentar uma tendência maior ou menor para dar conta do vivido. Podemos dizer que quando há uma espécie de desintegração, enfatizando uma fragilidade emocional, a criança tende a acionar recursos mais primitivos para chamar a atenção de seus pais.

Não entrarei aqui na discussão sobre as intenções, boas ou más, da criança, tampouco na questão do papel educativo da escola e da família diante de eventos como esse. Mas, hoje compreendo que a insubmissão pode ser atuada como expressão de apelo da criança para receber uma moldura subjetiva e, nesse sentido, por mais contraditório que pareça, a insubmissão pode prestar-se a uma função subversiva que visa à integração psíquica. Era o que essa situação clínica me ensinava: as ações insubmissas, aparentemente de conotação negativa, também podem indicar esperança e desejo profundo de mudança.

4.2.4. Marcelo e o pertencimento

Não tem nada para eu comer. Não tem nada bom nessa casa!

A adoção de Marcelo (5 anos) foi mediada pelo Orfanato, local para onde ele foi levado assim que nasceu. Chegou na nova família dias antes da sua mãe descobrir que, finalmente estava grávida de um menino, após anos de tentativas de fertilização, sem sucesso. Marcelo foi um bebê hiperalérgico e, por isso, desde muito pequeno o seu corpo se enchia de feridas. As informações repassadas pela instituição eram poucas e centravam-se na sua origem marcada pela vulnerabilidade: a mãe biológica de Marcelo era usuária de drogas e teria se mantido consumindo durante toda a gestação dele.

Isso nos ajudou a entender que a construção do seu lugar no mundo, por si só, já havia sido marcada por uma indisponibilidade materna (inicial) para as suas necessidades. E talvez por essa razão, além das outras que desconhecemos, as alergias de Marcelo eram severas e se estenderam até a infância; eram tantas que é

difícil até de citá-las por completo. Mas a sua maior reação alérgica parecia ser uma recusa a ser 'mais um'. Ele queria pertencer à família como 'um', não 'dois' (a família o adotou junto com sua irmã biológica). 'Um' não 'dois', lembremos, o bebê que a sua mãe esperava na sua chegada à nova família era também um menino. Ele não era o *único* menininho da casa, tampouco filho único.

Winnicott (1990) nos fala da sensibilidade física nos casos de alergia apontando para os sacrifícios do corpo para dar conta de conflitos psíquicos provocando o que chamou de "doença fronteira". Nela, "as tensões e pressões do crescimento emocional normal, bem como certos estados anormais da psique têm um efeito adverso sobre o corpo" (Winnicott, 1990, p. 43); o que nos leva a supor que era justamente a própria subjetividade que se mostrava carente de um ambiente propício para sua integração. Marcelo estava sendo medicado há alguns meses, mas nada havia mudado, segundo seus pais. Ele continuava chorando de modo desproporcional sempre que frustrado, batia nos colegas da escola. Havia uma inquietação explícita, podemos dizer sintomática, e essa breve contextualização da vida de Marcelo talvez já justifique essa interpretação. Mas, pensamos que além da leitura do sintoma da criança, com todos os seus possíveis sentidos, consideramos que o gesto de insubmissão de Marcelo na escola e em casa, permite algumas especulações diferentes.

Por que batia nos colegas? Por que afirmava a todo momento que a sua vida é 'ruim' e que 'nada presta em sua casa'? Decidimos aqui recortar a atitude insubmissão da criança para uma possível interpretação sobre as suas incidências na constituição psíquica. Reiteramos, *uma* possível interpretação, porque sabemos que outros aspectos também poderiam justificar a sua inquietação constante. Nessa leitura sobre o fenômeno insubmisso, pensamos poder destacar a presença de uma demanda de pertencimento da criança e que se apresentava por uma tentativa de ser visto e reconhecido dentro de uma nova herança familiar.

Como destaca Plastino (2006), a partir da leitura winnicottiana é possível pensar as relações entre cidadania e pertencimento, uma vez que "o conceito de 'singularidade', em substituição ao de individualidade, exprime essa ampliação fundamental de perspectiva" (p. 387). Para o autor, Winnicott não assume uma perspectiva dualista como outrora Freud havia feito e isso se demonstra através da sua conceituação sobre o Psicossoma. Explica:

Dotado de uma capacidade natural de imaginar – patrimônio antropológico –, o psicossoma porta em si a capacidade de criar e de se auto-criar enquanto sujeito. Esta capacidade, assim como a motilidade e o erotismo que Winnicott atribui ao psicossoma, não constituem pressupostos metafísicos, mas formulações teóricas diretamente derivadas de uma prolongada experiência (Plastino, 2016, pp. 390).

O que nos permite articular essa discussão com uma análise sobre as alergias na pele de Marcelo, que se aproximavam de “uma situação em que a pele não está incluída na personalidade”, como nos descreveu Winnicott (1990, p. 143). Casos como esse são um exemplo da localização da psique no corpo e nos ajudam a compreender a proposta do autor: “ao dissecar a personalidade, faço uso do termo psicossoma com a intenção de preservar o relacionamento fundamental que, na saúde, se estabelece e se mantém entre o corpo e a psique” (Winnicott, 1990, p. 71).

As teorias que prezam pela intersubjetividade como geradora da experiência de pertencimento social e contribuem para pensar a existência psíquica, também são destacadas por Mizhari (2017) como ferramenta preciosa para a análise das subjetividades contemporâneas, cujo sentimento de não pertencimento fragiliza e produz sofrimentos. Como vemos nessa passagem:

São autores como Kohut e Winnicott que, priorizando uma vitalidade criativa do self, que em princípio não é destrutiva – uma vez que necessita da força e vitalidade do outro para chegar a se expressar – que nos permitirão a virada, na direção de uma crença na experiência do pertencimento como base necessária para a sustentação da subjetividade (Mizhari, 2017, p. 20).

Nesse sentido, a dimensão de pertencimento é fundamental para a constituição da subjetividade dando consistência ao sentimento de existir e favorecendo a criação de um lugar no mundo para o indivíduo. Resultará, sobretudo, da confiança oferecida pelo ambiente e se expressará pela capacidade de adaptação deste às necessidades e aos gestos do bebê em toda a sua espontaneidade. Gradativamente, será mais do que isso, a confiança no entorno irá conferindo não apenas a integridade psíquica, mas a possibilidade de ampliar o pertencimento à esfera do coletivo, o que faz a criança começar a experimentar o sentimento de pertencimento, a partir do exercício da cidadania. Se inicia, então,

uma longa aventura desde os impasses e relações que fará na escola à abertura de espaços de fala, na família, na sociedade e na cidade.

Pensamos ainda poder acenar para os paradoxos da questão, posto que enquanto apresentamos um caminho através do qual a criança *se rebela para pertencer*, não podemos deixar de mencionar que há também uma possibilidade de expressão da insubmissão que vai na contramão disso, ou seja, cuja intensão é *a recusa a um pertencimento*. Pertencer, tomado aqui como sinônimo de dispor de uma influência dominadora, pode conduzir a criança a uma recusa a se submeter, por exemplo, às heranças do grupo familiar que integra. Lembra a indisponibilidade de algumas crianças para um esporte, para a música ou algo mais que possa lhe manter na tradição de sua família; um tipo que remete à famosa ideia socialmente difundida de ser “a ovelha-negra da família”, definida como tendência de ‘desvio’ dos padrões esperados.

Através do elo de ligação, e do amplo espectro de possibilidades, analisamos que a criança não apenas pode ser *insubmissa para se fazer parte, pertencer*, como para, contraditoriamente, deixar de caber no lugar que a torna submetida ao adulto ou ao grupo. Pertencer e seu avesso, descaber, participariam, então, do processo de integração psíquica e seriam modulados pela maturação psíquica da criança, que se torna capaz de desejar ou recusar sua identidade familiar e/ou social à medida em que o mundo começa a lhe parecer cada vez mais desafiador.

4.2.5. O ódio amoroso de Lucas

Você matou o meu pai. Você é uma vagabunda!

Esbravejava Lucas (9 anos) para a sua mãe, paralisando quem estivesse ao seu redor. Seu comportamento atípico não era novidade para sua família, que já o havia levado a vários terapeutas e mudado a criança de escola algumas vezes, quando me procuraram. Na ocasião, contudo, era a morte do pai, falecido rapidamente de um câncer muito invasivo que potencializava as dificuldades pré-existentes. A mãe de Lucas, em meio ao luto pela perda do marido e ao desamparo de cuidar sozinha de duas crianças, se via ainda aterrorizada por insultos e ataques incontidos do filho.

A sua agressividade não era apenas verbal, em muitos momentos, a criança se descontrolava e começava a destruir os objetos da casa. Certa vez misturou tintas e melecou as paredes do seu quarto recém pintado; já havia quebrado a tv num acesso de raiva e estourado um vidro da janela de casa frente às frustrações do dia a dia. Noutra momento, sua mãe, que estava estudando para um concurso, deslocou um móvel da sala para o seu quarto para arrumar melhor as coisas e isso foi o suficiente para Lucas iniciar mais uma crise. Ele se desorganizou de tal forma que, além das ofensas verbais, tirou a roupa no quintal enquanto espirrava água nas janelas de casa. Precisou de um tempo trancado do lado de fora da casa (quintal) para poder voltar a se vestir, conseguir ficar bem e suportar voltar para dentro de casa sem quebrar mais nada.

Essa mesma criança, entretanto, oscilava entre destrutividade e gentileza. Ao mesmo tempo que provocava todas essas situações, havia também um pedido de que a sua mãe lhe vestisse para ir para escola, solicitava que ela fizesse seu sanduíche e implorava (no limite da exigência tirânica) para fazer um lanche gostoso (juntos), praticamente a cada saída das sessões de análise. Normalmente, isso não diluía o ódio que ele havia provocado antes e, muitas vezes, recebia uma resposta impaciente de sua mãe: que ora via seu pedido como 'capricho' ora se angustiada por não entender por que, aos nove anos, ele ainda lhe demandava coisas de um 'menino pequeno'. Comigo, era costumeiramente gentil; sendo comum abrir a porta da sala para eu entrar e me abraçava, dizendo que estava com saudades de mim, a cada volta das férias. Além disso, Lucas acabrunhado e com a voz mansa, me explicava que não conseguia controlar a raiva e visivelmente se que se envergonhava de sua mãe me contar as dificuldades ocorridas.

Winnicott (2005c) propõe duas direções na tendência anti-social, uma é representada pela busca de objeto, normalmente característica no roubo, enquanto a outra diz respeito à destrutividade. A breve explanação que faço nos permite afirmar que o comportamento de Lucas ia nessa última direção, quando "a criança está procurando aquele montante de estabilidade ambiental que suporte a tensão resultante do comportamento impulsivo" (p. 141). Concordamos, que a sua insubmissão era sugestiva das características observadas nos casos de tendência anti-social, pois havia um 'valor incômodo da criança' (Winnicott, 2005c), que demandava uma moldura cada vez mais ampla: começara com o corpo da mãe, se

estendeu para a relação parental, para o lar e para sua família (seus avós maternos também eram alvo de seus ataques). Mas, é importante dizer que não se expandiam para a escola, tampouco para a vida social, como costuma acontecer nos casos em que a tendência anti-social assume a dianteira.

Podemos dizer que a *rebeldia delinquente*, sintomática, ainda não se apresentava por completo, o que nos faz considerar que possivelmente as terapias pelas quais Lucas havia passado e a sustentação do processo analítico em questão haviam exercido (e continuavam exercendo) uma barreira contra o extravasamento de suas dificuldades para além dos muros do quintal de casa. Era como se odiar sua mãe e fazê-la odiá-lo correspondesse a um modo de preservá-la, e não apenas de destruí-la. O que parecia garantir, provisoriamente, uma vida psíquica a Lucas.

Isso nos permite interpretar o gesto insubmisso da criança, o que incluía seus ataques dirigidos à família, muito mais como uma demanda de amor, expressa em forma de *ódio amoroso*, do que como uma expressão unicamente da tendência anti-social. Tomamos o termo emprestado de Christopher Bollas (2015):

Costumo chamar esse sentimento de 'ódio amoroso' e com este termo indico uma situação na qual um indivíduo preserva uma relação, mantendo-a com um apaixonado investimento negativo. (...) o ódio apaixonado é gerado como uma alternativa de amor, que se presume estar indisponível (p. 150).

Havia uma dúvida permanente em Lucas sobre o amor que sua mãe lhe tinha. Deprimida, tentando construir (e reconstruir) a relação com o filho, ela, muitas vezes, não conseguiu se ligar às necessidades dele. Mais do que uma insurgência potencial, como atribuímos à *rebeldia por insubmissão*, havia uma força propulsora da destrutividade que exigia uma atenção diferente e também uma intervenção clínica cuidadosa. Lucas cultivava uma insubmissão odienta por ela, bordejando a instalação de comportamento anti-social, exigindo cautela quanto aos riscos de relativizar e tomá-la equivocadamente como uma atitude insubmissa, apenas. Destacamos que há um limite tênue entre o comportamento de teste do ambiente, desajuste comum a uma criança que sofreu privações, daqueles que podem figurar como demanda odienta e tantos outros modos de apresentação. Nesse sentido, é preciso diferenciar as expressões insubmissas e, sobretudo, reconhecer a impossibilidade de uma leitura do fenômeno que desconsidere a dinâmica da criança em seu próprio processo de subjetivação. No caso de Lucas, o papel da análise

durante muito tempo consistiu em oferecer espaço de fala para sua mãe manter-se viva, sobrevivendo aos seus ataques, mas especialmente re(construindo) para ela um espaço de pertencimento como mãe e também como mulher. Foi preciso fazê-la apropriar-se dela mesma, antes, para que ela voltasse a investir, genuinamente, nos cuidados com o filho.

A partir dessa vinheta clínica, podemos refletir sobre alguns aspectos; sobretudo, sobre a importância de destacar qual o papel desempenhado pela destrutividade no processo de subjetivação. Safra (2002b) cita um caso discutido por Marion Milner em seu artigo *The role of illusion in symbol formation(1952)*²⁰ para apresentar como o sentido da destrutividade de um paciente pode ser o recurso por ele utilizado para encontrar a sua criatividade original a partir da capacidade de adaptação do mundo.

Milner conclui, em seu artigo, que esse tipo de destrutividade não podia ser considerada simplesmente como uma regressão defensiva, mas como uma fase recorrente no desenvolvimento da relação criativa com o mundo (Safra, 2002b, p. 24).

Esse viés de análise nos permite reafirmar a interpretação de que Lucas não expressava unicamente uma regressão defensiva em seu funcionamento destrutivo, mas experimentava (através de sua insubmissão a constituição, ainda que precária), uma forma de exercer potencialmente a sua existência criativa. Encontramos reforço para essa afirmação também a partir das ideias de Bowlby (2015/ 1956-8):

(...) vemos em inúmeros casos uma criança agressiva agir baseada em que o ataque é a melhor defesa. Do mesmo modo, a culpa pode levar a uma exigência compulsiva de demonstrações de amor que a tranquilizem e, quando essas exigências não são satisfeitas, a novos sentimentos de ódio e, por conseguinte, a mais culpa. São esses os círculos viciosos que resultam quando a capacidade de regular o amor e o ódio se desenvolve de modo desfavorável (p. 19).

Ao teorizar sobre os laços afetivos e os efeitos das rupturas de vínculos no processo subjetivo, o autor defende que a incapacidade para regular os conflitos é uma das razões para as dificuldades neuróticas, que segundo Bowlby, decorrem de

²⁰ Não conseguimos ter acesso ao trabalho original de Marion Milner.

uma tendência à ambivalência que não pode ser regulada harmoniosamente pela imaturidade psíquica.

Comum de ser atualizada ou consolidada na adolescência, essa forma de expressão destrutiva, que precisa contar com a maleabilidade do mundo, nos lembra o desafio de avançar em estudos da insubmissão nessa faixa etária sem associá-la às formas de transgressão com viés negativo. Certa vez, ouvi de um jovem de 17 anos que eu atendia: “Eu sou um rebelde sem pausa”. Para o jovem em questão, a rebeldia se apresentava através de atos destrutivos e atitudes que amedrontavam seus pais e sua irmã; mas além disso, ele fazia questão de repetir, que não cessaria de, deliberadamente, (e por isso o ‘sem pausa’), continuar sua decisão de subverter os acordos e questionar absolutamente tudo em casa. Contraditoriamente, era possível dizer que, sem descanso, ele também era atravessado por uma demanda de reconhecimento e afeto, que se apresentavam como apelos agressivos.

Eu me perguntava que criança ele teria sido e o que teria se processado em sua infância para, apesar de todos os conflitos que essas resistências ocasionavam nas relações familiares, esse jovem demonstrar tanta necessidade de transformar a insubmissão do seu gesto criativo em uma forte tentativa de destruir os vínculos amorosos primários. Não discutirei aqui o caso em questão para não perder de vista que a leitura que proponho restringe-se ao campo da infância, mas é preciso dizer que a decisão desse jovem *subverter* chamava a atenção. Era uma atitude insubmissa marcada por ambivalências afetivas importantes; que nos aproxima daquilo que Bowlby (2015) e Winnicott (2000b) descrevem como tendência à ambivalência. Havia um desespero intenso de ser desintegrado em sua identidade e uma defesa de si pleiteada por esse jovem, mas tudo isso se conjugava a um ódio intenso que precisava encontrar destino.

Convictos de que há muitos elementos em questão na análise do fenômeno insubmisso – que incluem os seus efeitos nos vínculos e seus modos de participação no processo de subjetivação – consideramos que uma das maiores contribuições da psicanálise ao tema em questão consiste em manter a sua escuta paradoxal, sem perder de vista a desconstrução de padronizações que uma escuta assim pode promover. Os exemplos de formas de insubmissão reunidos aqui nos permitem reconhecer a presença da potência subversiva do gesto criativo atuando de modos diferentes, tensionando o processo de subjetivação e complexificando a

análise da constituição psíquica. Com esses casos em mente, gostaríamos, finalmente, de problematizar qual o papel do dispositivo psicanalítico no favorecimento e/ou consolidação dessa versão do gesto criativo na clínica. Sigamos.

4.3. A potência subversiva na clínica psicanalítica

Ao defender as razões pelas quais a clínica psicanalítica é uma prática política, Gondar (2004), propõe que pensemos a partir de dois vetores: o primeiro, o seu compromisso com o desejo; o segundo, que orientada pelo desejo, a clínica visa uma mudança. Enquanto o processo desejante, seja ele individual ou coletivo, abarca incertezas e impossibilidade de controle absoluto, revela, ao mesmo tempo, uma via potencial para a subjetividade; a busca por mudanças, por sua vez, corresponderia à tentativa constante de experimentar a vida sem assujeitamento, portanto, aberta a transformações. Para a autora, então, esses vetores reafirmam o papel dos encontros na promoção de modificações no campo subjetivo e participam, não apenas do processo de singularização, mas do que ela chamou de *núcleo de resistência política* – cujo compromisso é a não padronização do desejo e a abertura criativa. Assim, mesmo se dando num campo micropolítico, conclui que “trata-se sempre do quanto e do como o desejo pode se produzir e expressar diante das injunções de assujeitamento” (Gondar, 2004, p. 126).

A leitura da clínica psicanalítica como forma de resistência à submissão e que aposta nos efeitos do processo de afetação na análise fundamenta-se no reconhecimento da dimensão estética da psicanálise e inclui uma ética e técnica sintonizadas com a disponibilidade sensível de escuta do sofrimento psíquico. Portanto, ao discutir o papel da clínica psicanalítica, estamos incluindo, além do exercício técnico do psicanalista, a sua posição ético-política no campo da cultura. Nesse contexto de interlocução, nos perguntamos: qual seria, então, a função da clínica psicanalítica diante da criança insubmissa? Como o dispositivo clínico pode oferecer saídas que não se reduzam à produção de subjetividades padronizadas na infância? Qual o papel do psicanalista quando escuta a revolta potente e pulsante da criança que se recusa ao assujeitamento, mas que dele dependa para constituir, paradoxalmente, sua subjetividade?

Se por um lado, o trabalho psicanalítico com crianças consiste na oferta de um lugar para a construção de uma moldura psíquica quando houve algum

comprometimento na sua constituição, por outro, e paradoxalmente, também consiste na oferta de um dispositivo de resistência ao assujeitamento intenso. Assim, o que está colocado agora é uma breve retomada daquilo que consideramos fundamental ao método psicanalítico de intervenção com crianças, além de uma discussão sobre como a potencialidade subversiva da criança se apresenta no *setting* e acena para um modo de expressão criativa, nos termos que estamos defendendo.

Para pensar a clínica, a política e a criação na infância, Ferenczi e Winnicott se mostram não apenas necessários, mas extremamente atuais, no que se refere à abordagem teórico-clínica. Ao protagonizarem um incremento à escuta da intersubjetividade (França & Rocha, 2015), eles modelaram o que hoje pode ser chamado de “clínica do sensível” (Kupermann, 2005), cujo estilo repousa na implicação suficientemente boa (e necessária) do analista na criação de um espaço de favorecimento aos processos criativos do analisando. A inclusão do plano de afetação e a interlocução entre analista e analisando pressupõem considerar o papel de cada um, separadamente e/ou juntos como par, na experiência de análise. Transcende, portanto, o modo interpretativo e se estende à uma prática clínica marcada pela sensibilidade do encontro.

Enquanto Ferenczi é reconhecido como “pioneiro na formulação da situação analítica como um dispositivo estético facilitador de processos criativos” (Kupermann, 2005, p. 80), tendo contribuído para a formulação de que uma clínica que valoriza o estatuto do encontro e a importância do tato (*Einfühlung*); Winnicott, por sua vez, introduz o jogo compartilhado como condição fundamental ao processo analítico e a sua escuta clínica toma a regressão à dependência como parte importante do campo transferencial. Em *Análise de crianças com adultos* (1931), Ferenczi aposta na implicação do analista na análise de seu paciente como forma de auxiliar que ele chegue as suas próprias construções em análise. Sem negar que as experiências traumáticas da criança são, na maioria das vezes, consequências de um ambiente desprovido de tato, Ferenczi (2011e) recoloca o tema da responsabilidade do psicanalista no campo da ética exigindo deles uma atitude empática e cuidadosa em seu manejo técnico, especialmente, na análise de crianças.

Portanto, esse grande poder que os adultos têm em face das crianças, em vez de utilizá-lo sempre, como geralmente se faz, para imprimir as nossas próprias regras rígidas no psiquismo maleável da criança, como algo outorgado do exterior, poderia ser organizado como meio de educá-las para maior independência e coragem (p. 87).

Essa passagem nos permite relacionar o poder dos adultos na formação das crianças e destaca a necessidade do ambiente, seja ele a família, a escola ou a própria análise, funcionar como um lugar de promoção de crianças *independentes e corajosas*. Na situação analítica, portanto, o papel do psicanalista é parte fundamental na condução do tratamento, operando tanto nas camadas psíquicas superficiais, que correspondem à realidade cotidiana da criança, quanto na análise aprofundada dos sintomas, resistências e traumas.

Outros trabalhos psicanalíticos tornaram-se clássicos no estudo de uma clínica empática, iniciada pelas proposições de Ferenczi. Em *Os objetivos do tratamento psicanalítico* (1962) apresentado à Sociedade Psicanalítica Britânica, encontramos Winnicott discutindo a sua concepção sobre técnica padrão e de análise modificada – técnica que ele refere lançar mão diante de casos e determinadas condições clínicas com necessidades diferentes. Nessas ocasiões, sem abrir mão do valor da técnica clássica, ele afirma:

me modifico no sentido de ser um psicanalista que satisfaz, ou tenta satisfazer, as necessidades de um caso especial. Acredito que este trabalho não-analítico pode ser melhor feito por um analista que é versado na técnica psicanalítica clássica” (Winnicott, 2007h, p. 154).

Acenando para uma vertente clínica cujo método salvaguarda a capacidade do analista de ser criativo e flexível, Winnicott (2007h) ao mesmo tempo que demarca a técnica clássica como embasamento fundamental dessa mudança, define como trabalho “não-analítico”, sem deixar claro o que está querendo dizer com isso. Continua:

Se nosso objetivo continua a ser verbalizar a conscientização nascente em termos de transferência, então estamos praticando análise; se não, então somos analistas praticando outra coisa que acreditamos apropriada para a ocasião. *E por que não haveria de ser assim?*” [grifo nosso] (p. 155).

O que Winnicott pretendia com esse questionamento? Por quê insistiu em chamar de ‘não-analítico’ a prática que realiza intervenções não convencionais? Ao falar sobre as origens e influências do psicanalista britânico, Graña (2007) nos dá pistas para essas perguntas ao apresentar a presença de Ferenczi em Winnicott. Vejamos:

A análise de adultos e a análise de crianças tendem a se aproximar cada vez mais no pensamento teórico-clínico de Ferenczi, e as modificações da técnica que ele introduz em certos casos irão permitir a ocorrência, na sessão analítica, de fenômenos que a técnica clássica não permitia observar e compreender. Ferenczi abriria o caminho para a descrição de Winnicott, duas décadas mais tarde, da ‘regressão à dependência’ no *setting* psicanalítico ... (p. 80).

A filiação a uma tradição clínica que concebe a elasticidade da técnica, assim como a potência da relação analista-analisando pela via da experimentação e do reconhecimento do papel da provisão ambiental, justificaria as razões pelas quais Winnicott segue na direção do pensamento ferencziano. Sim, essa nos parece a resposta mais plausível à pergunta que ele mesmo se fez: *E por que não haveria de ser assim?* Parece-nos também que as modificações técnicas são não apenas fruto do próprio investimento clínico na escuta do caso, como decorrem de uma necessidade de salvaguardar a ética do cuidado que fundamenta a psicanálise.

Mas, estaria Winnicott tão inseguro com as modificações técnicas que vinha propondo ao ponto de tomá-las como ‘não-analíticas’ ou estaria em dúvida quanto a nomeá-las como psicanalíticas? Nossa aposta é que ele respeita tanto a condição desejante e viva de seus pacientes que, muitas vezes, as toma como ponto decisivo no processo analítico, o que pode exigir que o analista oportunize transformações, inclusive, em sua própria técnica. Voltando ao texto de Graña (2007), encontramos um trecho que parece explicar nossa interpretação:

Winnicott estará principalmente preocupado com a *relação*, com a *vivência*, com a forma através da qual o ajuste entre as necessidades iniciais da criança e o cuidado que lhe é oferecido pelo ambiente poderá oportunizar o desenvolvimento pleno das suas potencialidades vitais” (p. 58).

O que demonstra que Winnicott, tal como Ferenczi, investiu nas modificações técnicas também por um caminho empático e profundamente analítico, mesmo que

tenha tido dificuldade para definir algumas delas como psicanalíticas, como sugere a pergunta que ele mesmo se fez.

Na trilha dessas reflexões e articulando-as aos exemplos discutidos no tópico anterior, gostaríamos de apresentar outros aspectos que envolvem o manejo clínico e a escuta clínica, agora especialmente, diante da insubmissão infantil. De partida, a abertura para a constituição de um idioma próprio promovido pelas experiências insubmissas, como viemos tentando demonstrar, nos indica a necessidade de escutar e recepcionar a insubmissão da criança de um modo particular na clínica psicanalítica. Pensando nisso, quando trouxemos os rebeldes no tópico anterior, não pretendíamos desenvolver estudos de casos, mas tão somente apresentar a força da expressão insubmissa como evidência da potencialidade subversiva do gesto criativo e toda a complexidade que a envolve. Primeira diferença, então, seria a desleitura do fenômeno. Depois, houve uma preocupação de demonstrar que uma leitura teórico-clínica, que destaca a responsabilidade do trabalho do psicanalista de crianças e convoca a uma discussão ética, responde também a ideia de que “o dispositivo técnico é também um dispositivo político”, como argumenta Gondar (2012, p. 204), e se fundamenta também na aposta de que o espaço terapêutico é capaz de “dar lugar à vitalidade espontânea, num claro contraponto aos contextos que dela se apropriam” (Mizrahi, 2010, p. 127). Um compromisso ético.

Desse modo, propomos que a insubmissão, do ponto de vista da clínica, possa ser analisada a partir de duas perspectivas: a) agindo como agressividade que permite oposição e espontaneidade no gesto, como *potência de vida*; b) instaurando a busca (costumeiramente ambivalente) por autonomia completa, como *potência do ‘sentir-se real’*, ambas comportando a sua face subversiva enquanto força vital. Em termos práticos, a diferença inicial consiste em considerar como marca dessa diferença, qual a idade da criança, sua condição psíquica de diferenciação com a exterioridade e o percurso de apropriação da sua identidade, ou como preferimos pensar, a forma como constituiu o seu idioma pessoal. Mas, no bojo de discussão, *per se* complexa, também devemos destacar que a análise do fenômeno insubmisso na infância e o seu manejo, dependem da forma que o analista concebe a questão, como estamos tentando demonstrar.

Explicamos. Como a potencialidade subversiva do gesto criativo tende a se expressar pela via insubmissa, a escuta clínica costuma ser perpassada, prioritariamente, pela escuta da agressividade, e só depois, dos outros possíveis significados (criativos ou não) de sua expressão. Se concordamos que “é apenas através do componente agressivo que o relacionamento com os outros reais pode existir”, como defende a leitura winnicottiana de Adam Philips (2006, p.161), é preciso ponderar que essa escolha comumente adotada pelos analistas, parece, em princípio, um caminho interessante, especialmente, porque os impactos das expressões insubmissas das crianças flertam com situações de difícil contenção para os que dela cuidam, exigindo intervenções mais imediatas. Entretanto, quando considerarmos uma positividade presente na ação insubmissa, nos moldes que estamos propondo aqui, reafirmaríamos a criação subjetiva, destacando o valor da escuta em prol do não-assujeitamento. Nessa via, mantemos a convicção de que “a figura do analista deve acolher essa potência de transgressão e abrir-lhes as portas para sua inscrição no mundo” (Birman, 2002, p. 59).

Parafraseando Ferenczi (2011f), se houver uma “simpatia autêntica” do analista a essa linguagem insubmissa o processo analítico tende a avançar, ou seja, se o analista for capaz de escutar a desobediência e indisciplina da criança com essa disposição, ele pode inaugurar um modo particular de cuidado à insubmissão na infância. Sabemos, no entanto, que a aposta nesse viés, não é de um manejo simples porque do outro lado da cena estamos diante de pais e profissionais costumeiramente insatisfeitos com o comportamento resistente e trabalhoso da criança caracterizada como insubmissa. Se tivermos a coragem de insistir na análise dessa experiência de subversão, valorizando a condição resistente e opositiva da criança, sustentamos a tensão necessária à criação e renovamos a esperança de que esse elemento potencialmente criativo possa trazer ressonâncias importantes na constituição psíquica e nas experiências mundanas da criança, que com uma escuta analítica apurada, caminha para um fim de análise na infância. Nos termos que Ferenczi (2011g) postulava:

é possível indicar alguns traços comuns de pessoas que levaram uma análise até o fim. A separação muito mais nítida do mundo da fantasia e do mundo da realidade, obtida pela análise, permite adquirir uma *liberdade interior quase ilimitada*, logo, simultaneamente, um melhor domínio dos atos e decisões; em

outras palavras, um controle mais econômico e mais eficaz (p. 21, grifo nosso).

Consideramos que a abertura para as bases dessa *liberdade interior quase ilimitada* configura-se como uma das possíveis justificativas ao início de um processo psicanalítico na infância, porque permanece a incerteza quanto à consolidação de uma liberdade interior frente aos próprios paradoxos que constituem a liberdade.

Isso corrobora com a ideia de que “a psicanálise é essencialmente uma linguagem transicional, uma ponte possível para um idioma mais pessoal, menos complacente” (Phillips, 1996, p. 21) e, no caso das crianças, traz a possibilidade de que elas, brincando em análise, possam não apenas apropriar-se de si, mas sejam capazes de conquistar (ou oportunizar) um lugar para viver. “Esse tipo de respeito”, afirma Caper (2002), “tende a provocar no paciente um sentimento de liberdade ou separação dos seus objetos, e como consequência, um sentimento de responsabilidade por si mesmo” (p. 187).

Valorizando a irresponsabilidade transitória da criança como elemento reconhecível na análise de adultos, Ferenczi (2011) nos leva ainda a pensar sobre os aspectos positivos dessa tendência proporcionada pelo relaxamento analítico em contraste com a realidade.

Por esse *laissez-faire* permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos *positivos* de vida e razões para se continuar existindo. Somente mais tarde é que se pode abordar, com prudência, essas exigências de frustração, que, por outro lado caracterizam as nossas análises (Ferenczi, 2011c, p. 59).

É interessante aqui perceber a associação feita por Ferenczi entre aspectos irresponsáveis da criança e a introdução de impulsos *positivos* no processo analítico. Isso nos leva a propor essa passagem como mais uma indicação no caminho rumo a nossa aposta de que a presença de um elemento *positivo* pode decorrer de ações irresponsáveis e recusa. Usando essa analogia, reforçamos o nosso argumento em favor da subversão como expressão de vitalidade presente na insubmissão.

Do ponto de vista clínico, a criança é convidada (junto com sua família) a se responsabilizar e, de modo proporcional a sua idade, a se implicar no processo de análise como vistas à diminuição dos sintomas e sofrimentos que lhe acometem. Entretanto, sem plena consciência desse percurso e conduzida pela família ao processo analítico, a criança vê-se novamente à espera de um encontro sustentado pela confiabilidade, agora não mais apenas com a sua mãe ou a família, mas com o analista que a atende “Em outras palavras”, diz Winnicott (1975), “o amor da mãe, ou do terapeuta, não significaria apenas um atendimento às necessidades da dependência, mas vem a significar a concessão de oportunidade que permita ao bebê, ou ao paciente, passar da dependência para a autonomia” (p. 150).

Cabendo pensar, portanto, não apenas na metapsicologia do cuidado, expressa pela implicação e reserva do analista (Figueiredo, 2009), mas mencionar o papel fundamental do sentimento de confiança num ambiente responsivo e empático como parte marcante no processo analítico. Não resta dúvida de que é por confiar no espaço potencial ofertado pela escuta psicanalítica e por experimentar a presença sensível do analista que o analisando poderá se beneficiar do dispositivo clínico na busca por um viver criativo. Um modo de intervenção clínica que aproxima o papel do analista com aquele desempenhado pela mãe, tal como explica Winnicott (1975):

um bebê pode ser alimentado sem amor, mas um manejo desamoroso, ou impessoal, fracassa em fazer o indivíduo uma criança humana nova e autônoma. Onde há *confiança* e fidedignidade há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural (Winnicott, 1975, p. 150, grifo nosso).

A área potencial que define a condição para o jogo e a criação participa, portanto, também do processo analítico conferindo vínculo e confiança entre analista e analisando. Trata-se de “duas pessoas que brincam juntas” (Winnicott, 1975, p. 59), promovendo uma experiência única e singular, que Zygouris classificou como “vínculo inédito”:

Neste estar junto de dois corpos, no vínculo enquanto embasamento humano do empreendimento analítico, a experiência mais ousada consiste em pensar

livremente. Para tanto, é preciso ter uma confiança extraordinária neste parceiro que é o analista. Como dizia Balint, o analista deve ser como água para o nadador, a terra para aquele que caminha, um suporte, uma matéria, um vínculo à toda prova e um vínculo inédito, nunca visto, jamais vivido (Zygouris, 2002, p. 62).

Reconhecer o papel do vínculo como parte fundamental do processo analítico, nos parece um caminho fundamental para a compreensão da força da clínica psicanalítica. E para que ele seja preservado de modo a gerar construções analíticas, o enquadramento na análise é uma qualidade elementar, pois garantirá que o analista não abuse do vínculo e oferecer um espaço que inspire confiança. Por isso, para Macedo (2012), “o essencial do trabalho é feito primeiro no analista – é ele que sustenta a transferência – e, portanto, depende ao mesmo tempo de seu investimento e criatividade” (p. 13).

Se reconhecemos que a face e o verso da insubmissão da criança reverberam de modos distintos na escuta do psicanalista – ora como expressão agressiva, ora como projeto de autonomia – supomos que isso exigiria do analista um olhar atento, uma escuta apurada e um manejo que leve em consideração todos os aspectos que viemos mencionando. Sendo a face insubmissa da criança o seu gesto espontâneo que marca a potência subversiva através da agressividade e o verso, consistindo no esforço de subversão da criança como uma tentativa de se tornar autônoma, voltamos a propor a necessidade do psicanalista ampliar seus modos de trabalho com a criança, sem estabelecer critério valorativo aos gestos criativos e esforçando-se em reconhecer essas duas versões como momentos do processo de amadurecimento da criança. Afinal, no espaço analítico, uma dimensão igualmente importante do dispositivo residiria, segundo Bezerra Jr. (2007), no:

poder de reconstrução psíquica inscrito no cuidado ambiental reparador oferecido pelo próprio *setting* e pelas intervenções verbais dirigidas não ao plano dos conflitos e defesas inconscientes mas ao reconhecimento do *páthos*, da experiência de sofrimento não discursivamente organizada” (p. 41).

É, portanto, nessa perspectiva que consideramos a experiência de análise para crianças pode se apresentar como um ponto de inflexão à tendência massificadora das infâncias. Quando valorizamos os afetos mobilizados no par

analítico como “resistência *no* encontro” (Kupermann, 2005), somos capazes de reconhecer a força da psicanálise com oferta de um lugar para a criação potente, do indivíduo e do mundo que o constitui. Essa, sem dúvida, será uma criação à sua maneira; mas não se dará gratuitamente, porque depende da sensibilidade na escuta e da disposição do analista para brincar e criar junto com o seu analisando. Nesse sentido, mantemos a aposta de que:

a qualidade da intervenção psicanalítica com crianças pode ser definida, sobretudo, pela oferta de um contexto clínico capaz de contribuir para a criação de uma experiência potencialmente nova. Um espaço que inspire a confiança necessária para a criança brincar criativamente e entrar em contato com suas heranças culturais e familiares (França & Passos, 2019, p. 763).

Reafirmamos que a clínica psicanalítica com crianças deveria ser regida pela ética do cuidado; ao mesmo tempo que mantemos a convicção de que a experiência clínica, cuja marca é a potência do encontro, toma o ato de brincar como modelo de intervenção e a presença demasiadamente humana do analista, como pressuposto na arte de psicanalisar (Ogden, 2010).

Talvez, desse modo, possamos afirmar que ao subverter a normatividade que circunscreve a criança, a dita criança insubmissa (também vista como mal-comportada) rompe com a lógica da convencional ao abrir espaço para pensar a mobilidade criativa em relação com o outro, e também em oposição a ele. Sob a ótica psicanalítica, nesses termos, a insubmissão psíquica fugiria da lógica normativa do social e ensejaria a própria condição de apresentação e apropriação do verdadeiro *self*. Se para Winnicott (2007d) “a fonte do gesto é o *self* verdadeiro, e esse gesto indica a existência de um *self* verdadeiro em potencial” (p. 132), podemos supor que o gesto criativo da criança contém não apenas uma potência de expressão singular, característica de uma busca por sentir-se real e constituir um modo próprio de ser, como sugere uma potência em direção a forças afirmativas.

Ademais, o que se segue é a separação, ou seja, só quando é capaz de confiar é possível ao bebê (e ao analisando) separar-se e obter autonomia. Uma separação cuja marca paradoxal reside no fato de que para criar o espaço potencial, ao bebê restaria a separação da mãe. Outra forma de pensar essa separação é pela via do esquecimento, como bem resume o psicanalista ao afirmar que “sempre

esperamos que nossos pacientes terminem a análise e nos esqueçam: e descubram que o próprio viver é a terapia que faz sentido” (Winnicott, 1975, p. 123).

Zygouris (1999), por sua vez, chamará de amor paradoxal o amor de transferência, propondo que:

o analista ao mesmo tempo que abre um campo de amabilidade, suscita, permite, reativa ou ativa um amor paradoxal. “Você pode me amar, você pode contar comigo, mas te prometo que iremos nos separar um dia”... essa é a paradoxal promessa latente ainda não dita, nesse campo de amabilidade que se abre no analisando (p. 81)

Essa forma de ler a relação terapêutica, cuja promessa de separação recoloca a vitalidade da própria existência, poderia ser descrita também como um dos pré-requisitos das relações entre a criança e os seus pais. Ou seja, para existir, a criança precisa aprender a viver e amar livremente ao mesmo tempo que precisa ser capaz de viver as separações, sem cisões do psiquismo. O paradoxo do amor em sua dialética entre encontro e separação é, portanto, mais um aspecto a ser considerado. Gostamos da forma como Rozenthal (2009) defende a afetação paradoxal do processo analítico: “a autonomia ou espontaneidade da criação da subjetividade não elide absolutamente o caráter alteritário desta. Ao contrário, a potência do paradoxo da pulsão emana, em última análise, do encontro” (p. 137). O encontro, a experiência compartilhada e o que dela resultam levaram Thomas Ogden a propor a noção de *terceiro analítico* na cena clínica, um terceiro sujeito da análise. Deixemos que ele apresente sua definição:

O terceiro analítico não é um evento único vivenciado de modo idêntico por duas pessoas; ao contrário, é um conjunto de experiências intersubjetivas conscientes e inconscientes, construído e vivenciado conjuntamente, mas de modo assimétrico, em que participam analista e analisando (Ogden, 2013, p. 105).

O que implica um empreendimento emocional de grande porte, desgastante e que em certa medida só poderá ser recuperado após o término da análise. Esse terceiro analítico, um sujeito da análise, é gerado pelo par analítico desenvolvendo uma criação intersubjetiva entre analista e analisando, dando lugar a experiência de sentir e viver. E completa, aludindo a importância da vitalidade na análise: “pedimos

a nós mesmos (e a nossos analisandos) que tentemos falar com nossa própria voz própria e nossas próprias palavras, pois essa é uma parte muito grande daquilo que permite que a análise seja um acontecimento humano” (Ogden, 2013, p. 28).

Na clínica com crianças, temos a impressão de que essas reflexões do psicanalista americano sobre o terceiro analítico são ainda mais pertinentes. As crianças não apenas esperam poder tomar o analista (assim como os pais) como alguém que transmite confiança e sustentação para que ela possa ser capaz de criar a si mesma, se separando do espaço compartilhado que a forma; como desejam e (praticamente exigem) do analista uma disponibilidade para fazer isso junto com elas. O que torna ainda mais complexo o atendimento psicanalítico de crianças, na medida em que realizar um trabalho como esse exige treino e empatia para jamais perder de vista que o papel analítico não pode suprimir ou diminuir o lugar dos pais. É como se o analista trabalhasse em duas frentes, de um lado sustentando e legitimando aquilo que a família oferece na constituição da criança, ao mesmo tempo que modela o tom e o ritmo da experiência compartilhada da criança com a criança contida no analista. Por isso, a espontaneidade e a vitalidade do analista são solicitadas pela criança de um modo completamente diferente de como demanda um analisando adulto ao seu psicanalista.

Em *Ser psicanalista: um ofício meio doido*, Figueiredo (2019) em tom realista tenta aludir o desafio e o tamanho dessa tarefa:

(...) só podemos exercer nossa atividade analítica dando uma função importante ao que também temos de infantil, imaturo e inconsciente. É da combinação paradoxal de nossa condição híbrida – infantil e adulto; consciência e inconsciente – que precisamos para instalar e sustentar a situação analisante, deixando a ela a responsabilidade de propiciar e potencializar nossas capacidades de trabalho psíquico: trabalhos do sonho, trabalhos do luto, trabalhos do humor e da criação, trabalhos do morrer (p. 175).

Estaríamos diante pessoa real do analista e do analista como função; que corresponde a árduo trabalho de empréstimos, cuidado e muita disponibilidade psíquica. Aos que dizem que os psicanalistas vivem de “hum-hum”, diria que há poucas profissões em que somos exigidos com tamanho empenho e responsabilidade afetiva, um desafio cheio de esforços e desgastes. Esse terreno da experiência compartilhada marca a técnica psicanalítica e nos mostra como é “difícil

encontrar palavras adequadas para descrever as passagens mais intensamente verdadeiras, e transformadoras, de nossa jornada de trabalho, e ainda mais difícil é formular os conceitos que organizam teoricamente nossas observações” (Bolognini, 2008, p. 129).

No que tange ao papel do analista nessa empreitada, então, será que não poderíamos sugerir que certa dose de insubmissão à técnica padrão seria um caminho necessário também ao psicanalista contemporâneo? Analistas como Ferenczi e Winnicott nos ensinaram que a criação clínica e a elasticidade da técnica emergem do árido terreno da dúvida, do descentramento das certezas e especialmente da liberdade necessária diante de cada novo paciente que recebemos. “Talvez ao longo do processo de se tornar ele mesmo, o autor psicanalista vá, por necessidade, ter uma relação delinquente com a tradição, usando-a à medida que precisa dela” (p. 41), escreve Phillips sobre Winnicott, nos inspirando a exercitar nossa potência subversiva do gesto criativo diante das crianças que atendemos.

Estamos convictos de que a insubmissão à tradição dogmática, à técnica engessada e ao aprisionamento à escolas e pensamentos analíticos é uma ação necessária ao analista do século XXI. Isso não quer dizer desrespeito à tradição e permissão para qualquer modo de exercício clínico; muito pelo contrário, isso quer dizer que o analista contemporâneo precisa estudar, dialogar e pensar cada vez mais sobre o mal-estar na civilização e sobre todas as fragilidades estruturais da nossa sociedade, sentindo-se livre para criar novas técnicas e teorizações consoantes com as mudanças que vivemos. Não é possível que o analista se mantenha numa zona de conforto e, por imitação ou identificação maciça com o próprio analista ou demais analistas que respeite, transforme-se sua escuta clínica em um ouvido enorme, mas um rosto sem boca. O analista precisa falar, escrever, dizer o que produz e o que a sua clínica lhe ensina; é a partir de uma troca permanente entre pares e entre diferentes saberes que pensamos poder manter a vitalidade da psicanálise, resistindo.

Se respeita a ética do cuidado, sem se transformar em “aconselhador humanista” (Figueiredo, 2008, p.37) dos pais, o analista de crianças deve também poder lançar mão de sua potência subversiva criando novos modos de transformação para o seu paciente. A insubmissão analítica, nesses termos, refere-

se ao seu gesto espontâneo, a sua condição de versatilidade e a disposição para oferecer-se como uma “presença sensível”, contribuindo para uma clínica psicanalítica livre. Mas, por ora, nos restringiremos apenas às analogias entre a insubmissão da criança e do analista, sendo interpretadas como potência subversiva do gesto criativo. Voltemos à potencialidade política da clínica psicanalítica.

Ao descrever a estética analítica, Ogden propõe que ela se confunde com a função terapêutica da psicanálise que corresponderia a “ajudar o analisando a se tornar mais plenamente humano”. Em suas palavras,

implica facilitar as tentativas (ainda que ambivalentes do paciente de experimentar uma gama mais ampla (e o desempenhar) de pensamentos, sentimentos e sensações sentidos como próprios, e que ele sente terem sido gerados no contexto de suas próprias relações presentes e passadas com outros seres humanos (inclusive o analista) (Odgen, 2013, p. 195).

Reconhecer a ampliação clínica da psicanálise compreende poder extrapolar os muros dos consultórios como muitos psicanalistas fizeram e outros tantos continuam fazendo, é lançar mão do arcabouço teórico psicanalítico para pensar a filosofia, a literatura, a cultura, mas sobretudo, para analisar os fenômenos subjetivantes em suas particularidades e pluralidades.

Engajada em reflexões clínico-políticas em psicanálise, Gondar (2004) afirma que os sintomas e os sofrimentos podem ser formas particulares de traçar o que ela chamou de *linhas de fuga*, um modo de resistir aos projetos homogeneizadores. Para nós, a insubmissão, que se expressa como potência subversiva do gesto criativo da criança, se impõe como uma dessas “linhas de fuga” a que Gondar se refere, porque se mostra como “uma tentativa de singularização”. Agindo como uma espécie de resistência social e não apenas como pré-condição subjetiva de consolidação de uma via autônoma para a criança, a insubmissão operaria como um modo de expressão da potencialidade subversiva, que vai em direção de uma recusa ao automatismo dos comportamentos.

Sob essa ótica, Mizhari (2004) apresenta uma rica discussão sobre a nova face da clínica infantil apontando não apenas para os impasses entre pais e filhos, mas também para o cenário sócio-cultural.

Nesse sentido, podemos pensar que a agressividade e a hiperatividade, que aparecem hoje com frequência na clínica infantil podem expressar a tentativa

das crianças de ainda encontrarem na realidade um espaço seguro, capaz de suportar a sua força criativa, permitindo finalmente que seu verdadeiro *self* possa se manifestar (p. 135).

Por essa, e por todas as razões que viemos defendendo até o momento, consideramos que o dispositivo clínico da psicanálise pode participar na interpretação das potencialidades da insubmissão psíquica, trabalhando os limites da sua livre expressão no campo das relações afetivas, sociais e, quando necessário, oferecendo espaço de análise para aquelas crianças que estejam apresentando uma inibição criativa.

Nossa aposta é que a clínica psicanalítica com crianças pode oferecer e constituir-se como um dos espaços para o desenvolvimento subjetivo de indivíduos mais livres, ativos e criativos, tanto na esfera social e cultural, quanto na vida política, expressa seja pela dimensão privada ou pública de suas experiências. Inspirados em Ferenczi, podemos “ajudar nossos pacientes, dentro do possível, a criar suas próprias normas, a obedecer às suas próprias formas de vida, e não às nossas ou aos nossos preceitos” (Gondar, 2020, p. 218). A partir de questões como essas, acreditamos estar construindo um viés de análise da criatividade humana, que coloque o(a) psicanalista como um parceiro, nas palavras de Gondar (2012), “um parceiro que também é criança e vulnerável” (p. 203). Trata-se, portanto, de reconhecer a vulnerabilidade de todos os envolvidos na relação e escancarar os limites do dispositivo clínico da psicanálise, que não corresponde a um lugar de garantias ou soluções mágicas para adultos, tampouco para as crianças.

A psicanálise hoje, participa, queira ou não, de um contexto de mudanças no laço social e dos efeitos de uma crise da liberdade, que escancaram novas técnicas de poder e sujeição. O sujeito neoliberal que se tornou um empreendedor de si, trava uma luta interior entre as expectativas idealizadas e as possibilidades reais de liberdade e realização. Para o filósofo Han (2018, p.26), essa técnica nova de poder é eficiente porque “em vez de tornar as pessoas *obedientes*, tenta deixá-las *dependentes*”, culminando numa crise de liberdade na medida em que explora a psique, transformando o cidadão em consumidor e servo de si mesmo. Se, “cada dispositivo, cada técnica de dominação, produz seus próprios objetos de devoção, que são empregados para a submissão, *materializando* e estabilizando a dominação” (Han, 2018, p. 23), *a potência subversiva do gesto criativo*, por sua vez,

acena para um espaço de resistência à submissão. Pois, tão genuíno quanto o desejo por devoção, a condição de se rebelar escancara o paradoxo da dimensão criativa do humano nos fazendo insistir na força política e subjetivante da *potência criativa na infância* enquanto indício de um elemento contínuo em direção de uma vida que honre a dignidade humana.

CONCLUSÃO

Flertando com a vida

O que vive fere.
O homem,
porque vive,
choca com o que vive.
Viver
é ir entre o que vive.
(...)
O que vive choca,
tem dentes, arestas, é espesso.
João Cabral de Melo Neto

A linha de progressão desse trabalho tomou como premissa a evidência da criança insubordinada e rebelde, para propor uma análise do gesto criativo da criança a partir de uma tradução diferente do fenômeno de insubmissão. Fazendo oposição aos mares da obediência, a 'nau das crianças-problema' (França, 2014), ao atracar em ilhas de contestação, nos convocou a interrogar a insubmissão infantil, especular sobre as suas origens e pensar sua participação no processo de constituição psíquica rumo à autonomia.

Nossa tarefa consistiu, inicialmente, numa *desleitura* da forma geral de interpretar a criança insubmissa, nos distanciando do lugar incômodo que ela ocupa na sociedade e seguido na direção de questionar a função dessa personagem como exemplo da força subversiva. Etimologicamente, insubmisso origina-se do adjetivo latim *submissus*, que acrescido do prefixo *-in* compõe a versão negativa de *submisso* (aquele que obedece; é humilde; servil e colocado numa posição inferior). A *in-submissão* na criança, como vimos, implica a possibilidade de fazer resistência a; indica uma busca pela liberdade de expressão, a ser gradativamente conquistada na infância, e nos aproxima de uma interpretação sobre as potencialidades na infância.

Propomos que ao resistir à obediência, fazer frente às normas, aos imperativos de alta performance e às infindáveis demandas culturais, a criança encontra, na *contraposição*, um meio para expressar suas resistências criativas. A constatação desse movimento por parte das crianças, nos levou a considerar que a origem da insubmissão estaria associada à presença de uma potência de ação, que propusemos nomear como *potência subversiva do gesto criativo*. Esse conceito-

hipótese, formulado como tentativa de explicação do fenômeno insubmisso na infância nos exigiu diferenciar, mesmo que brevemente, as formas adoecidas de insubmissão das suas formas saudáveis; com vistas a demonstrar o valor potencial da subversão quando sustentada pela riqueza da vida psíquica criativamente viva. Por isso, investigamos a presença de uma *insubmissão psíquica*, que se mostraria fundamental ao processo de autonomia criativa, favorecendo o sentimento de apropriação de si e agindo como uma força vital para a liberdade.

Nesse percurso, retomamos a análise sobre os paradoxos em questão no desenvolvimento infantil. Através da leitura de Winnicott sobre os fenômenos transicionais, demos destaque tanto à dimensão intersubjetiva, quanto às dialéticas psicológicas presentes no processo de maturação. Além disso, apostamos na potência subversiva do gesto criativo como condição para a criança ser reconhecida e assumir as múltiplas posições no mundo: lugares de existência criativa e potencialidades políticas. Sem negar a condição vulnerável e transitória da criança, portanto, insistimos na condição viva e criativa que a referida potência impulsiona; fazendo tração às possibilidades de dominação que possam resultar dos laços amorosos na infância.

Duas formas de análise, então, tangenciaram nossa pesquisa: primeiro, as concepções sobre a infância que foram revisitadas e discutidas em torno das questões que circunscrevem os processos de subjetivação da criança, incluindo o papel desempenhado pelo ambiente e as ressonâncias de uma realidade cultural exigente e, por vezes, cruel. Assumimos, assim, a posição de deixar vir os rebeldes! Concordando com a afirmação de Gros (2018) de que “numa época em que as decisões dos especialistas se orgulham de ser o resultado estatísticas anônimas e insensíveis, *desobedecer* é uma declaração de humanidade” (p. 17, grifo nosso).

Depois, coube uma investigação mais detida sobre o conceito-hipótese da potência subversiva do gesto criativo, incluindo desde os *fundamentos teóricos* para sua formulação aos *fundamentos psíquicos* que promovem a sua expressão. Como exercício teórico-conceitual, sistematizamos as expressões insubmissas a partir de quatro momentos do processo de amadurecimento da criança: a insubmissão (a) *como diferenciação* (separação), (b) *como experimentação* (dizer “não”), (c) *como autonomia* (afirmação de si) e, por fim, (d) *como defesa* (adoecimento). Nos debruçamos, em especial, àquelas formas de insubmissão *como autonomia* que,

exemplificadas por fragmentos clínicos e uma observação livre, apoiaram o argumento de que o início do processo de independência, como nos ensinou Winnicott (2007a), é marcado pela conquista da capacidade de ficar só na presença do outro. Investimos nessa leitura, tentando demonstrar que o ato de insubmissão é um exercício de experimentação da liberdade, uma tentativa constata da criança para existir separada do adulto (resultado da confiança) e seguir em direção ao mundo (ação política).

Mas, por esse viés de análise, restava-nos ainda tentar dar forma à condição psíquica para a potência subversiva do gesto criativo, o que exigiu de nós uma proposição sobre quais seriam os seus *fundamentos psíquicos*. Por um critério especulativo, elegemos o amor, o ódio, a confiança, a capacidade de ficar só, a amizade e o humor, agrupando-os em duas categorias que forjariam as origens da insubmissão. Seriam elas, *afetos de alicerce subjetivo* ou *afetos mundanos*, correspondendo às bases para a consolidação psíquica (contínua, mas iniciada na infância) de uma postura insubmissa e expressão da referida potência. Nesses termos e condições, discutimos um pouco a dimensão política da vida infantil que envolve uma abertura para analisar os jogos de poder e negociação que tensionam, sempre, o processo de subjetivação da criança.

Defendemos também que essa *potência* – que tem seus fundamentos a partir dos afetos experimentados na infância e se apresenta como elemento *contínuo* na vida psíquica – faz resistência aos cenários restritivos, produz consistência a apropriação de um modo de ser, tanto na intimidade da vida privada quanto na política da vida pública. E, por isso, afirmamos que a criatividade também se expressa como potencialidades políticas das crianças, já que uma forma de subversão marca a ruptura da criança com as práticas de assujeitamento e poder adulto.

Assim, consideramos que se pudermos elevar a potência subversiva do gesto criativo a uma condição (partícipe) para a genuína apropriação de si, nossa afirmação sobre a insubmissão psíquica da criança, tal como aqui descrita, pode se apresentar como um elemento importante na compreensão da subjetividade infantil. Cotejaria pensar os modos de constituição psíquica, e analisar os laços afetivos familiares nesse processo rumo à autonomia. Implicaria, ainda, não perder de vista o papel dos compartilhamentos, que começam com a experiência de confiar,

transforma-se na expressão do brincar junto e se sofisticava com as relações de trocas, tal como observamos nas amizades. O espaço para a criação de si, que é acompanhado pelo estabelecimento de uma cidadania responsável e ativa, nos leva a pensar sobre a força das potencialidades políticas da criança. Nessa vertente de análise, o lugar das crianças no mundo extrapolaria a esfera da vida privada e nos convoca a dedicar atenção à vida pública, ambas partícipes na formação da criatividade da criança. Mais do que o direito de resistir, portanto, consideramos que é um dever da tradição familiar e cultural oferecer modos de constituição de uma versão insubmissa em cada criança que vem ao mundo.

Portanto, se “boa clínica é crítica social feita por outros meios” (Dunker, 2015, p. 146), não abrimos mão de pensar a clínica psicanalítica com crianças considerando o papel político da criança e do analista no exercício da sua função. Por isso, a clínica psicanalítica modelou o conceito-hipótese proposto, desde o início dessa pesquisa. Ela nos fez trabalhar a presença de uma *potência subversiva do gesto criativo* como uma força valiosa na infância e nos levou, finalmente, a problematizar a face política não apenas das crianças, mas do analista e de seu instrumental. Lançando essas questões, intencionamos refletir sobre as aberturas que podem favorecer a renovação das teorizações no campo psicanalítico, em sua versão clínica e política. Assim pensamos estar resistindo ao instituído, questionando as certezas, mas mantendo a soberania das diferentes possibilidades interpretativas para o fenômeno subversivo, em especial, para a compreensão do gesto criativo.

Consideramos que “todo trabalho que fazemos, inclusive de escrita, só tem sentido se alimentar, cuidar e refinar nossa *maneira* de nos dirigirmos aos nossos pacientes” (Macedo, 2012, p.221) e, por isso, na tentativa de fundamentar tecnicamente essas ideias, nos atrevemos agora a formular, por fim, seis recomendações a um jovem psicanalista de criança: 1. Transmita confiança; 2. Sinta-se livre para ser e brincar; 3. Jamais esqueça que seu paciente é a criança, mas que os responsáveis precisam ser escutados de forma sensível; 3. Não abra mão da empatia psicanalítica; 4. Duvide dos diagnósticos; 5. Escreva sobre as articulações teóricas a partir da sua clínica. Mas, sobretudo, 6. Fale com a sua voz própria, pois, como nos ensina Ogden (2013), “a fala do analista deve ser criação de *uma pessoa viva*” (p. 29, grifo nosso). Você será um analista humano e responsável

se puder, sobretudo, ser você mesmo. Afinal, manter-se em *flerte com a vida* consiste no primeiro passo na arte de clinicar.

Pós-escrito

Que eu esteja vivo na hora da minha morte
Winnicott

Dediquei essa tese ao primeiro paciente que acompanhei até a morte, um menino de dez anos que lutou bravamente para viver, impressionando a todos pela força que demonstrou nos meses finais de sua jornada no mundo, a despeito do seu grave quadro clínico. No encontro com essa passagem do livro de Adam Phillips, tive a certeza de que “o ato definitivo de não submissão é, como nos ensina Winnicott, estar vivo no momento da própria morte” (p. 47). Meu paciente me fez aprender que a insubmissão deve sempre nos acompanhar.

Uma parte importante dessa tese foi escrita durante a Pandemia de COVID19, em 2020. Entre o medo de adoecer, perder um ente querido ou mesmo de morrer, eu trabalhei em atendimentos remotos, estudei e me esforcei para escrever essas páginas, sem certeza de que chegaria ao final. O isolamento social e a possibilidade de adoecer sem garantias de recuperação, acelerou os meus pensamentos, desgastou meu dia-a-dia e me trouxe inquietações óbvias diante de tamanho desamparo que nos encontramos. Mas junto a isso, uma espécie de revolta interna pulsante, ou como preferi nomear aqui, *a potência subversiva do gesto criativo* insistia em me trazer força e vitalidade. Acredito que esse foi o meu jeito de ser insubmissa à desesperança e à tristeza que a Pandemia lançou sobre a humanidade.

Hoje posso dizer que procuro, além da escrita, outras formas de insubmissão que me façam sentir *viva e livre*. Por ora, é tempo de desacelerar! E por isso, entrego essa tese decidida a reencontrar outras leituras, passeios, viagens e encontros que fomentem cada vez mais o meu desejo de ser insubmissa, mantendo-me viva até na hora da minha morte, se a sorte assim permitir. Mas isso, só o tempo dirá...

*Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo, tempo, tempo, tempo
Quando o tempo for propício
Tempo, tempo, tempo, tempo
(Caetano Veloso)*

Recife, 21 de dezembro de 2020.

Referências

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: Dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Aguiar, Adriano A. (2004). *A psiquiatria no divã: entre as ciências da vida e a medicalização da existência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Arendt, Hanna. (2014). *A condição humana*. Rio de Janeiro: forense Universitária.
- Ayouch, T. (2012). Genealogia da intersubjetividade e figurabilidade do afeto: Winnicott e Merleau-Ponty. *Psicologia USP*, 23(2), 253-274. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000010>
- Barros, M. N. C. (2013). A trama paradoxal do ódio no psiquismo. Tese de doutorado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Barros, M. (1996). *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Balint, M. (2014). *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*. 2 ed. São Paulo: Zagodoni.
- Balint, M. (1994). O analista não-intrusivo. In Kohon, g. (org.). *A Escola britânica de psicanálise: The Middle Group, a tradição independente*. Porto alegre: Artes Médicas.
- Benjamin, J. (1988) *The bonds of love: psychoanalyses, feminism, and the problem of domination*. New York: Panthenon Books.
- Bezerra Jr., B. (2007). Winnicott e Merleau-Ponty: o *continuum* da experiência subjetiva. In Bezerra Jr. B. *Winnicott e seus interlocutores*. (pp. 36-65) Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Birman, J. (2002). Nas Bordas da Transgressão. In Plastino, C. A. *Transgressões*. (pp. 43-61). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria
- Birman, Joel. (2006). Arquivo da agressividade em psicanálise. *Natureza humana*, 8(2), 357-379. Recuperado em 25 de outubro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302006000200005&lng=pt&tling=pt.
- Birman, J. (2008). Criatividade e sublimação em psicanálise. *Psicologia Clínica*, 20(1), 11-26. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000100001>
- Birman, J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bolagnini, S. (2008). *A Empatia Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

- Bollas, C. (2010). Criatividade e psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 43(78), 193-209. Recuperado em 29 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352010000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Bollas, C. (2015). O ódio amoroso. In C. Bollas, *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado* (pp. 149-165). São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1987)
- Bulamah, L. C. (2019). *O sujeito winnicottiano entre o recentramento e o descentramento: considerações ético-políticas a partir da noção de self anônimo*. Tese de Doutorado defendida pela USP.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Calazans, R. (2004). Sentido da subversão do sujeito pela psicanálise. In: *XVII Semana de Divulgação de Pesquisa da Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei*. Recuperado em 25 de novembro de 2019, de <https://pt.scribd.com/document/321276510/Calazans-Sentido-Da-Subversao-Do-Sujeito>
- Caper, R. (1990). *Fatos imateriais: a descoberta de Freud da realidade psíquica e o desenvolvimento kleiniano do trabalho de Freud*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Canavêz, F. (2012). *Violência, trauma e resistência: sobre o múltiplo na psicanálise*. (Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).
- Canavêz, F. & Herzog, R. (2012). A linguagem das resistências: considerações sobre o trauma na clínica psicanalítica. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 15(2), 327-341. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982012000200009>.
- Canavêz, F. (2015). Entre Freud e Foucault: a resistência como afirmação de si. *Psicologia Clínica*, 27(1), 225-244. Recuperado em 07 de janeiro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Castro, L. R. (2002). A infância e seus destinos no contemporâneo. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, 8, (11), pp. 47-58. Recuperado em 11 de novembro de 2013, de http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154058.pdf
- Castro, L. R., & Mattos, A. R. (2009). O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. *Análise Social*, 44(193), 793-823. Recuperado em 08 de outubro de 2014 de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1260461328M1jFM7cp0EI76KE1.pdf>

- Castro, L. R. (2013). *O futuro da infância e outros ensaios*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Ceccarelli, P. R. (2010). Patologização da normalidade. *Estudos de Psicanálise*, 33, pp.125-136. Recuperado em 10 de outubro de 2013, de <http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/patonorma.pdf>
- Ciccone, A. (2000). *Observação clínica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Cintra, E. (2018). Dominar, submeter-se, libertar-se: Jessica Benjamin e os laços de amor. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 24n. 3, (p.686-704). Recuperado em 05 de setembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v24n3/v24n3a03.pdf>
- Cintra, E.M.U. & Figueiredo, L. C. (2004). *Melanie Klein: Estilo e pensamento*. São Paulo: Escuta
- Coelho Junior, N. (2008). Formas de comunicação e intersubjetividade em psicanálise. In Figueiredo, L. c. & Coelho Junior, N. *Ética e Técnica em Psicanálise*. (pp. 123-,141). São Paulo: Escuta.
- Coelho Junior, N. E., & Figueiredo, L. C. (2004). Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, 9(17), 9-28. Recuperado em 29 de setembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Costa, J. F. (2002). Criatividade, Transgressão e Ética. In Plastino, C. A. *Transgressões*. (pp. 63-83). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Dolto, F. (2005). *A causa das crianças*. Aparecida-SP: Ideias & Letras.
- Dunker, C. I. L. & Thebas, C. (2019). *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Dunker, C. I. L. (2015) *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Dunker, Christian Ingo Lenz, Assadi, Tatiana Carvalho, Bichara, Maria Auxiliadora M., Gordon, Joëlle, & Aragão e Ramirez, Heloísa Helena. (2002). Romance policial e a pesquisa em psicanálise. *Interações*, 7(13), 113-126. Recuperado em 19 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100008&lng=pt&tlng=pt..
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Esperanza, G. (2011). Medicalizar a vida. In Jerusalinsky, A. & Fendrik, S.(Orgs.) *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera.

- Ferenczi, S. (2011a [1928]). *A adaptação da família à criança*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 1-15). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011b [1928]). *Elasticidade da técnica psicanalítica*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 29-42). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011c [1929]). *A criança mal acolhida e a pulsão de morte*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 55-60). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011d [1930]). *Princípio de relaxamento e neocatarse*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 61-78). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011e [1931]). *Análises de crianças com adultos*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 79-15). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011f [1932]). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 111-121). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011g [1927]). *O problema do fim da análise*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 17-27). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011h, [1908]). *Psicanálise e pedagogia*. In S. Ferenczi, *Psicanálise I* (pp. 39-44). São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo, L.C. (2005). Apresentação. In Safrá, G. *A face estética do self: teoria e clínica*. São Paulo: Unimarco Editora. (6ª edição).
- Figueiredo, L. C. (2007). Confiança: a experiência de confiar na clínica psicanalítica e no plano da cultura. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(3), 69-87. Recuperado em 31 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000300008&lng=pt&tlng=pt.
- Figueiredo, L. C. (2009). A metapsicologia do cuidado. In Figueiredo, L. C., *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*, pp. 131-151. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. (2014). Cuidado e saúde: uma visão integrada. In Figueiredo, L. C. *Cuidado, saúde e cultura: trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L.C. (2019). Ser psicanalista: um ofício meio doido. *Estudos de Psicanálise*, (52), 173-179. Recuperado em 02 de agosto de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372019000200019&lng=pt&tlng=pt.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. Recuperado em 05 de dezembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&tlng=pt.

- França, R. M. P., Passos, M. C., & Rocha, Z. (2014). Os sentidos da saúde na obra de Donald Winnicott. *Estudos de Psicanálise*, (42), 97-106.
- França, R. M. P. (2014). *A nau das crianças-problema: entre a patologização do sofrimento psíquico na infância e a ética do cuidado na psicanálise*. Dissertação de Mestrado defendida pela UNICAP. Recife.
- França, R. M.P. & Rocha, Z. (2015). *Por uma ética do cuidado na psicanálise da criança*. *Psicologia USP*, 26(3), 414-422. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140045>
- França, R. M. P., & Passos, M. C. (2019). Ensaio sobre o método clínico na psicanálise com crianças. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 22(4), 749-767. Epub January 17, 2020. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2019v22n4p749.6>
- Freud, S. (1969). Escritores criativos e devaneio. In *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1908)
- Freud, S. (1969). Mal-estar na Civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930)
- Freud, S. (2006). Além do Princípio do Prazer. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, volume II: 1915-1920. Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicado em 1920)
- Freud, S. (2011). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp. 10 -37). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2011). A Negação. In Sigmund Freud Obras Completas *O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*, Vol. 16. São Paulo: Companhia da Letras. (Originalmente publicado em 1925)
- Freud, S. (2018). O poeta e o fantasiar. In Freud, S. *Arte, Literatura e os artistas. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Originalmente publicado em 1908).
- Fulgencio, L. (2014). A necessidade de ser como fundamento do modelo ontológico de homem para Winnicott. In Birman, J. [et al.]. *A fabricação do humano: Psicanálise, Subjetividade e Cultura*. São Paulo: Zagodoni.
- Fulgencio, L. (2018). Pode a psicanálise de Winnicott ser a realização de um projeto de psicologia científica de orientação fenomenológica?. *Psicologia USP*, 29(2), 303-313. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170048>.
- Galard, J. (2008). *A Beleza do Gesto: Uma estética das condutas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Gondar, J. (2004). A clínica como prática política. *Lugar Comum*, nº19, p. 125-134. Recuperado em 07 de abril de 2020 de http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120800A%20cl%C3%A9nica%20como%20pr%C3%A1tica%20pol%C3%ADtica%20-%20J%C3%A1%20Gondar.pdf
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. Ferenczi as a political thinker. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 34(27), 193-210. Recuperado em 28 de junho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt.
- Graña, R. B. (2007). *Origens de Winnicott: ascendentes psicanalíticos e filosóficos de um pensamento original*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Greenberg, J. R. & Mitchell, S. A. (1994). *Relações Objetivas na Teoria Psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gros, F. (2018). *Desobedecer: Frédéric Gros*. São Paulo: Ubu Editora.
- Han, B. (2017). *A sociedade do cansaço*. 2ª edição ampliada. Petrópolis: Vozes.
- Han, B. (2018). *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas formas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné.
- Honneth, A. (2007). *Sufrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública.
- Kahn, M. M. R. (1991). Introdução. In Winnicott, D. W., *Holding e Interpretação*. (pp. 1-20). São Paulo: Martins Fontes.
- Kant, E. (1985) *Immanuel kant: textos seletos*. Petrópolis: Vozes. Recuperado em 13 de dezembro de 2020, de <http://ppgfil.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/2019.2/KANT,%20Immanuel.%20Que%20%C3%A9%20Esclarecimento.pdf>
- Klein, M. & Riviere, J. (1975). Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos. In Klein, M. & Riviere, J., *Amor, ódio e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. São Paulo: Imago.
- Kupermann, D. (2003). *Ousar rir: humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2005). Resistência no encontro afetivo e criação na experiência clínica. In Maciel Jr, A., Kupermann, D. & Tedesco, S. (orgs.) (2005). *Polifonias*. (pp. 73-88). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.
- Kupermann, D. (2008). *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Kupermann, D. (2009). Figuras do cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In Maia, M. S. (org.). *Por uma ética do cuidado*. (pp.185-204). Rio de Janeiro: Gramond.
- Kupermann, D. (2020). Ferenczi leitor de Witz: das palavras obscenas à linguagem. In Kupermann, D., Gôndar, J. & Dal Molin, E. C. (org.) (2020), *Ferenczi: inquietações clínico políticas*. São Paulo: Zagodoni.
- Laplanche, J. (2001). *Vocabulário da Psicanálise/ Laplanche e Pontalis*. (4ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, R. C. (2005). *Somos todos desatentos?: O TDA/H e a construção de Bioidentidades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. – (Conexões; 24).
- Lobato, M. (1956). *A barca de Gleyre*. 7 ed., 2v. São Paulo: Brasiliense.
- Loparic, Z. (2006). De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. *Winnicott e-prints*, 1(1), 1-29. Recuperado em 30 de outubro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Luengo, F. C. (2010). *A vigilância punitiva a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Macedo, H. O'D. de (2012) *Cartas a uma jovem psicanalista*. São Paulo: Perspectiva.
- Maciel Jr, A. (2014). Resistência e prática de si em Foucault. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 6(1), 01-08. Recuperado em 07 de janeiro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Martins, A. (2009). *Pulsão de morte? Por uma clínica psicanalítica da potência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Melo Neto, J. C. de. (1994) *Obra completa: volume único*. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. (pp.114-116)
- Melville, H. (2009). *Bartleby, o escrivão. Uma história de Wall Street*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. RETIRAR
- Mezan, R. (2003). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Editora Perspectiva. (4ª edição).
- Michaelis. Dicionário online. Recuperado em 5 de fevereiro de 2018, de <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=EMnj>.
- Minerbo, M. (2015). Escuta analítica: diálogo com uma jovem colega. *Jornal de Psicanálise*, 48(89), 219-237. Recuperado em 26 de julho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352015000200017&lng=pt&tlng=pt.

- Mizrahi, B. G. (2004). *A relação entre pais e filhos hoje – parentalidade e as transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Mizrahi, B. G., & Garcia, C. A. (2007). A capacidade de estar só: um contraponto winnicottiano ao ideal contemporâneo de autonomia absoluta. *Psicologia em Revista*, 13(2), 267-280. Recuperado em 05 de dezembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Mizrahi, B. G. (2010). *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Mizrahi, B. G. (2017). Winnicott, Kohut e a teoria da intersubjetividade: uma psicanálise do pertencimento frente à precariedade contemporânea dos vínculos. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 39(36), 11-29. Recuperado em 01 de março de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952017000100001&lng=pt&tlng=pt.
- Mizrahi, B. G. (2018). Foucault e Winnicott: a vida criativa como contraponto ao biopoder. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*, 11 (1), 68-93. Recuperado em 07 de janeiro de 2019, de <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/27202/14977>
- Naffah Neto, A. (2010). Paradoxo e racionalidade no homem winnicottiano: a sombra de Heráclito de Éfeso. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(2), 123-133. Recuperado em 04 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000200014&lng=pt&tlng=pt.
- Neder, M. (2012). *Déspotas mirins: o poder nas novas famílias*. São Paulo: Zagodoni Editora.
- Ogden, T. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ogden, T. (2013). *Reverie e Interpretação: captando algo humano*. São Paulo: Escuta.
- Ogden, T. H. (2010). *Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Okamoto, Mary Y. (2013). A patologização e a medicalização da infância: um olhar sobre a família e as crianças. In Emidio, T.S. & Hashimoto (org). *A psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado em 03 de novembro de 2014 de, http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/A_Psicologia_e_seus_campos_de_atuacao.pdf

- Organização Mundial da Saúde. (2007). *CID 10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde* (Vol. 1). São Paulo, SP: Edusp.
- Ortega, F. (2002). *Genealogias da amizade*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- Ortega, F. (2003). Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. *Cadernos Saúde Coletiva*, 11, (1), pp.59-77. Recuperado em 01 de dezembro de 2013 de, http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2003_1/artigos/2003_1%20FOrtega.pdf
- Paixão, R., & Rocha, Z. (2016). A face e o verso da adaptação na infância. *Estilos da Clínica*, 21(2), 366-389. <https://dx.doi.org/http://dx.doi.org/0.11606/issn.1981-1624.v21i2p366-389>
- Pascal. (2008) *Pensamentos*. Coleção Grandes Filósofos. Madri: Prisa Innova.
- Plastino, C. A. (2002). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Plastino, C. A. (2006). A cidadania como pertencimento: uma reflexão a partir da psicanálise. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(2), 385-394. <https://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000200010>.
- Phillips, A. (1998). *O flerte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Phillips, A. (2006). *Winnicott*. Aparecida- SP: Ideias & Letras.
- Postman, N. (2012). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Roussillon, R. (2006). *Paradoxos e situações limites da psicanálise*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- Rozenhal, E. (2009). Criação, afetação e paradoxo em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 12(1), 113-146. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982009000100009>
- Rozenhal, E. (2014). *O Ser no gerúndio, corpo e sensibilidade na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Safra, G. (2001). Investigação em Psicanálise na Universidade. *Psicologia USP*, 12(2), 171-175. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-656420010.00200014>.
- Safra, G. (2002a). O gesto na tradição. In *Revista Brasileira de Psicanálise*. Vol.36 (4): 827-834.
- Safra, G. (2002b) Memória e Subjetivação. *Memorandum*, 2, 21-30. Recuperado em 16 de março de 2020 de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/artigo03.pdf>.

- Safra, G. (2004). *A pó-ética na clínica psicanalítica*. Apericida, SP: Ideias & Letras.
- Safra, G. (2005). *A face estética do self: teoria e clínica*. Apericida, SP: Ideias & Letras: São Paulo: Unimarco Editora.
- Safra, G. (2009). Dimensões do silêncio: a constituição do si mesmo e perspectivas clínicas. *Cadernos de Psicanálise - CPRJ*, 31(22), 75-82. Recuperado em 24 nov. 2018 de: http://cprj.com.br/imagenscadernos/06.Conferencia_de_Gilberto_Safra.pdf
- Sennett, R. (2001). *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, R. (2014). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Spitz, R. A. (2004). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes.
- Symington, N. (1994). O ato de liberação do analista como agente de mudança terapêutica. In *A Escola Britânica de Psicanálise: The Middle Group, A tradição independente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Telles, S. (2012). *Fragmentos clínicos de psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tolstói, L. (1998). *A insubmissão: Emma Goldman: o indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Imaginário.
- Tommasi, M.C.F. (1997). O conceito de agressividade na obra de Winnicott. *Infanto – Revista Neuropsiquiátrica da Infância e Adolescência*, v. 5, pp. 73-76.
- Vorcaro, A. (2011). O efeito bumerangue da classificação psicopatológica da infância. In Jerusalinsky, A. & Fendrik, S. (Orgs.) *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera.
- Vilhena, J. de, & Maia, M. V. (2002). Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 2(2), 27-58. Recuperado em 13 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Winnicott, D. W. (1975). *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Winnicott, D. W. (2000a). A agressividade em Relação ao Desenvolvimento Emocional. In Winnicott, D. W., *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (pp.288-304). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicado em 1950-55).
- Winnicott, D. W. (2000b). A Posição Depressiva no Desenvolvimento Emocional Normal. In Winnicott, D. W., *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (pp.355-373). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicado em 1954-5).

- Winnicott, D. W. (2000c). A Preocupação Materna Primária. In Winnicott, D. W., *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (pp.399-405). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (2000d). O ódio na Contratransferência. In Winnicott, D. W., *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (pp.277-287). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicado em 1947).
- Winnicott, D. W. (2000e). Desenvolvimento Emocional Primitivo. In Winnicott, D. W., *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (pp.218-232). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Originalmente publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (2005a). Agressão e suas raízes. In Winnicott, D. W., *Privação e Delinquência*. (pp.93-110) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1939).
- Winnicott, D. W. (2005b). Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. In Winnicott, D. W., *Privação e Delinquência*. (pp.127-134) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1946).
- Winnicott, D. W. (2007a). A capacidade para estar só. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.31-54). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (2007b). O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.70-78). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2007c). Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.114-127). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1959-1964).
- Winnicott, D. W. (2007d). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro "self". In Winnicott, Donald W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.128-139). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (2007e) Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In Winnicott, Donald W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.163-174). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2007f). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.38-54). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1960).

- Winnicott, D. W. (2007g). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.79-87). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2007h). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.152-162). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (2007i). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.55-61). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (2007j). Moral e educação. In Winnicott, D. W., *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp.88-98). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2011a) A delinquência como sinal de esperança. In Winnicott, Donald W., *Tudo começa em casa*. (pp. 81-91). São Paulo: Editora WMF Marins Fontes. (Originalmente publicado em 1967).
- Winnicott, D. W. (2011b). Vivendo de modo criativo. In Winnicott, D. W., *Tudo começa em casa*. (pp. 23- 39). São Paulo: Editora WMF Marins Fontes. (Originalmente publicado em 1970).
- Winnicott, D. W. (2011c). Sum: *eu sou*. In Winnicott, D. W., *Tudo começa em casa*. (pp. 41-51). São Paulo: Editora WMF Marins Fontes. (Originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (2013a). O Bebê como Pessoa. In Winnicott, D. W., *A criança e o seu mundo*. (pp.83-88). Rio de Janeiro: LTC.
- Winnicott, D. W. (2013b). Mais Ideias sobre os Bebês como Pessoas. In Winnicott, D. W., *A criança e o seu mundo*. (pp.95-113). Rio de Janeiro: LTC.
- Winnicott, D. W. (2014). *Playing and Reality*. Routledge Classics.
- Zaltzman, N. (1993). *A pulsão anarquista*. São Paulo: Editora Escuta.
- Zygouris, R. (1999). *Pulsões de vida*. São Paulo: Editora Escuta.
- Zygouris, R. (2000). A criança do júbilo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XIII, n. 138, p. 31-46, out.
- Zygouris, R. (2002). *O vínculo inédito*. São Paulo: Escuta.
- Zygouris, R. (2012). *A escola de rua*. Revista Vórtice de Psicanálise, São Paulo, 2012. Recuperado em 01 março de 2020 de <https://pt.scribd.com/document/249292344/Escola-Da-Rua-Radmila-Zygouris>